

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SUSAN LEWIS

INDESEJÁVEIS E PERIGOSOS NA ARENA POLÍTICA

**Pernambuco, o anti-semitismo e a questão alemã
durante o Estado Novo (1937-1945)**

Recife
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SUSAN LEWIS

INDESEJÁVEIS E PERIGOSOS NA ARENA POLÍTICA

**Pernambuco, o anti-semitismo e a questão alemã
durante o Estado Novo (1937-1945)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro

Recife
2005

Lewis, Susan

Indesejáveis e perigosos na arena política : Pernambuco, o anti-semitismo e a questão alemã durante o Estado Novo (1937-1945) / Susan Lewis. - Recife : O Autor, 2005.

241 p. : il., fig., fot., gráf.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2005.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Estado Novo (1937-1945) - História - Pernambuco - Brasil. 2. Estado Novo (1937-1945) - Política - Pernambuco - Brasil. 3. Anti-semitismo - Estado Novo (1937-1945) - Pernambuco - Brasil. 4. Questão alemã - Pernambuco - Brasil. I. Título.

**981.082
981.061**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
BC2005-131**

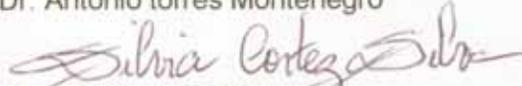
ATA DA DEFESA DA TESE DA ALUNA SUSAN LEWIS

Às 14:00 h do dia 18 (dezoito) de fevereiro de 2005 (dois mil e cinco), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pela aluna **Susan Lewis** intitulada "**Indesejáveis e Perigosos na Arena Política: Pernambuco, o Anti-semitismo e a Questão Alemã durante o Estado Novo (1937-1945)**", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito "**APROVADA COM DISTINÇÃO**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: Antonio Torres Montenegro (Orientador), Silvia Cortez Silva, Regina Beatriz Guimarães Neto, Ângela de Castro Gomes e José Sergio Leite. Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Assistente em Administração Marta Lopes Gomes, para os devidos efeitos legais.

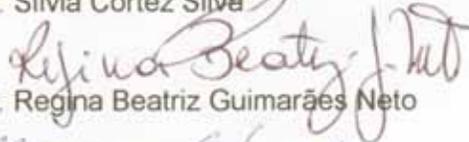
Recife, 18 de fevereiro de 2005.



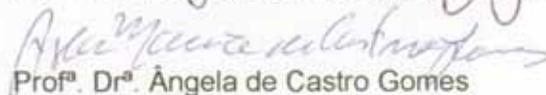
Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro



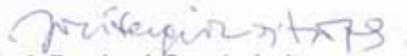
Prof^a. Dr^a. Silvia Cortez Silva



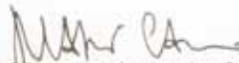
Prof^a. Dr^a. Regina Beatriz Guimarães Neto



Prof^a. Dr^a. Ângela de Castro Gomes



Prof. Dr. José Sergio Leite



Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho



Marta Lopes Gomes

*Dedico esta tese a minha mãe,
Sonia de Barros Lewis,
que me ensinou que o amor existe
apesar dos caminhos tortuosos.*

*E a todos os que, direta ou indiretamente,
fizeram parte da história aqui contada
e, apesar dos percalços da vida,
acreditaram e lutaram por um mundo mais digno.*

|

Agradecimentos

Este trabalho, assim como o passado, não pode ser observado em todas as suas dimensões e em toda a sua inteireza. Ele contém páginas e páginas que deixam clara a realização das pesquisas, das leituras, o tempo dedicado a pensar, elaborar, escrever. Mas não estão lá os variados momentos que resultaram em sua concretização. Ele não contém os registros das emoções, dos períodos difíceis e, principalmente, das ajudas recebidas. Portanto, além do esforço intelectual, ele é constituído também pelo que vivenciei nesses anos e em cada página, mesmo que não se perceba, estão partes dos amigos, da família, de todos aqueles que participaram de meu longo caminhar. Por isso, agradeço especialmente:

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro, por ter acreditado neste trabalho e pelas importantes considerações apresentadas durante a orientação.

A meu pai, Ira Lewis, por me ensinar a enxergar o mundo com menos preconceitos e com mais justiça.

A Liana, minha irmã, por ter sido sempre uma grande companheira e me fazer repensar questões sedimentadas.

A Antônio Paulo, grande mestre e amigo que tanto me ensinou e emocionou com suas palavras e atos.

A Sílvia Cortez, pela enorme sabedoria, sensibilidade e afeto, que não se restringiram à sala de aula.

Ao Prof. Dr. Manoel Correia de Andrade, meu orientador no mestrado, que muito me ajudou, deixando grandes ensinamentos agora aproveitados.

À Prof^a Dra. Ângela Maria de Castro Gomes, pelos valiosos conselhos, colocados de forma tão generosa no momento da qualificação desta tese.

Ao Prof. Dr. Sérgio Adorno, pelos excelentes questionamentos acerca do tema, bem como pelas sugestões de leitura.

À CAPES, pelo apoio financeiro necessário à realização deste trabalho.

A Carmem, Marly, Luciane e Betânia, do Programa de Pós-Graduação em História, pelas informações e orientações a respeito do curso.

A Bárbara e Margareth, da Fundação Getúlio Vargas (RJ), que me receberam com carinho e boa vontade na procura por documentação.

A Tânia Kaufman, pela atenção e amizade dispensadas sempre que necessitei.

A David, por se colocar à disposição para qualquer material, deixando ao inteiro dispor sua preciosa biblioteca, além de compartilhar generosamente seu vasto conhecimento.

A Ed, querido amigo, pela sensibilidade, dedicação e profissionalismo no tratamento dado às fotos que compõem este trabalho.

A Graça Galindo, pela enorme competência com que realizou a revisão do texto, fazendo as devidas correções e sugestões valiosas.

A Lucinha e Teca, que compartilharam todas as fases deste trabalho e trouxeram alento nos momentos de solidão, tornando real a palavra amor.

A Elaine, amiga de quase toda a existência e que pode ser chamada de irmã.

A Zé Maria e Zuleica, pela troca de idéias e pela descoberta da amizade.

A Cláudio, que sempre acreditou em meus projetos e em todos os momentos esteve ao meu lado com apoio, atenção e carinho. Alguém que também não mediu esforços nesta trajetória, estendendo a mão em absolutamente todos os momentos.

Às minhas sobrinhas, Ilana e Stella, pelo simples fato de existirem e, mesmo sem consciência, em seus mundos infantis, propiciarem momentos tão belos que tenho a felicidade de compartilhar.

A Cláudia Galamba, por ajudar a tornar possíveis minhas buscas internas com tamanha sensibilidade e profissionalismo.

Aos meus entrevistados, que, apesar das dificuldades iniciais em abordar assuntos delicados, trouxeram para o presente, além de momentos ternos e alegres, dores que talvez preferissem não rememorar. Nesse sentido, agradeço com muito carinho também a Dinorah e a Margarethe, esposas, respectivamente, de dois dos entrevistados, Julius Lemke (em memória) e Walter Schumacher, que me ajudaram com enorme delicadeza nesta tarefa, incentivando seus companheiros a mergulhar em suas lembranças.

A todos, muito obrigada.

Resumo

LEWIS, Susan. *Indesejáveis e perigosos na arena política: Pernambuco, o anti-semitismo e a questão alemã durante o Estado Novo*. 2005. 241 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

Em Pernambuco, Agamenon Magalhães assumia a interventoria durante o Estado Novo e uma série de idéias e práticas que ocorriam no âmbito federal foram legitimadas em seu governo. O regime, que nascera sob o signo do nacionalismo e do autoritarismo, restringia os espaços de atuação dos grupos que não se adequavam aos seus ideais e muitos foram por ele considerados indesejáveis ou perigosos. Entre estes encontravam-se os judeus, em relação aos quais o anti-semitismo presente na sociedade adquiria cores mais fortes no momento em que fugiam do nazi-fascismo; e estavam, também, os estrangeiros membros dos países do Eixo, principalmente os alemães, que preservavam sua cultura e mantinham forte ligação com o país de origem. Durante a Segunda Guerra Mundial, com o país lutando contra as potências do Eixo, eles seriam considerados um perigo para a soberania interna do Brasil. Em Pernambuco são observadas as duas questões: o momento em que os judeus eram apresentados como indesejáveis e a vigilância e repressão que se seguiram posteriormente sobre os estrangeiros provenientes dos países do Eixo, principalmente os alemães, que eram maioria no Estado.

Palavras-chave: Estado Novo. Pernambuco. Anti-semitismo. Judeus. Alemães. Súditos do Eixo. Indesejáveis. Vigilância.

Abstract

LEWIS, Susan. *Undesirables and dangerous in the political arena: Pernambuco, the anti-semitism and the german question during the New State (1937-1945)*. 2005. 241 f. Thesis (Doctoral) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

During the New State (*Estado Novo*), Agamenon Magalhães assumed as intervenor in Pernambuco solidifying ideas and practices of the Vargas government. The New State was strong in nationalism and authoritarianism where all legislative bodies vanished, political parties were banned, and all kinds of media were censored. Those who had not agreed with this totalitarian regime were considered as undesirable or even dangerous citizens by the government. Due to the strong anti-semitic feeling developed by society at that time, Jewish immigrants who had fled from Nazi-fascism in Europe and those from Axis countries, mainly German immigrants who were keeping their motherland's tradition and values, found themselves as undesirable nationals. During World War II with Brazil fighting against Axis countries, these people would be considered a danger to Brazilian's sovereignty. Two issues were pointed out at that time in Pernambuco: the moment when the Jews were presented as undesirable nationals, and the posterior surveillance and repression of those who had come from Axis countries, particularly the Germans who were the majority in the state.

Keywords: New State. Pernambuco. Anti-Semitism. Jews. Germans. The Axis's subjects. Undesirable. Surveillance.

Lista de ilustrações

Fig. 01 - Jornalista José Campello	85
Fig. 02 - Agamenon Magalhães recebendo doações de judeus	95
Fig. 03 - Sede do Clube Israelita – década de 1940	95
Fig. 04 - Partido Nazista em Pernambuco	132
Fig. 05 - Partido Nazista em Pernambuco	132
Fig. 06 - Jornal utilizado para propaganda nazista. Discurso de Hitler de 04 out. 1941	135
Fig. 07 - “Planta de Zepelin e submarino”	135
Fig. 08 - “Carteira do Club”	136
Fig. 09 - “Revista do Club Alemão”	136
Fig. 10 - Documento de filiação do Partido Nacional Socialista	137
Fig. 11 - Alemão Evaldo Stalleiken, acusado de confeccionar suásticas nas carteiras dos Cigarros Nacionais	140
Fig. 12 - “Propaganda de Cigarros Nacionais”	141
Fig. 13 - Carteira dos Cigarros Nacionais	141
Fig. 14 - Suástica formada pelas 4 carteiras dos Cigarros Nacionais	142
Fig. 15 - Telegrama (Natal) para secretário de Segurança Pública (Recife) sobre os Cigarros Nacionais, 18 set. 1941	142
Fig. 16 - Getúlio Vargas em Paulista – set. 1933	153
Fig. 17 - Casa dos Lundgren – Paulista	154
Fig. 18 - Fotos de alemães: Walter Fritz Burr, Wilhelm Johannes Liesen e Herman Franz Kempkens	174
Fig. 19 - Julius Lemke – Recife, 2001	177
Fig. 20 - Julius Lemke trabalhando para os Lundgren – s.d.	178
Fig. 21 - Dirigível em Paulista – s.d.	178
Fig. 22 - “Alguns rádios receptores apreendidos em poder dos alemães”	183
Fig. 23 - “Material para rádio de transmissão e máquinas fotográficas apreendidas dos súditos do Eixo”	183
Fig. 24 - Bótons nazistas	184
Fig. 25 - Propaganda militarista nazista de 1935	184
Fig. 26 - “Cartaz com imagem de soldados alemães”	185

Sumário

Introdução	12
PARTE I - ESTADO NOVO E ANTI-SEMITISMO	16
Capítulo 1 - Os judeus estão chegando	17
1.1 Raça, imigração e identidade: tentativas de construção de um país diferente	17
1.2 Que judeu é este?	22
1.3 Desencantos liberais	29
1.4 O Estado Novo e o <i>novo</i>	38
1.5 Os judeus e a elaboração das circulares secretas	45
1.6 Possíveis leituras da carta a Freitas Valle	53
Capítulo 2 - Os judeus em Pernambuco	61
2.1 Entre a modernização e os valores tradicionais: eis o novo interventor de Pernambuco	61
2.2 Estado, Igreja e as idéias a combater	68
2.3 Sem <i>fronteiras</i> para atacar	74
2.4 Os judeus na <i>Folha da Manhã</i>	81
2.5 Anti-semitismo cotidiano <i>versus</i> anti-semitismo oficial	92
PARTE II - ESTADO NOVO, GUERRA E OS INIMIGOS DO EIXO	105
Capítulo 3 - O Brasil e a Segunda Guerra Mundial	106
3.1 Entre o Eixo e os Aliados	106
3.2 O <i>conflito</i> gerando conflitos	112
3.3 Mobilização e ordem	120
3.4 Seguindo os <i>passos</i> do Eixo	126
Capítulo 4 - Paulista, os Lundgren e os alemães	145
4.1 O poder dos Lundgren	145
4.2 Conflitos e denúncias na “cidade das chaminés”	160
4.3 Paulista sob o olhar policial	167
4.4 Solucionando o <i>problema</i> dos “súditos do Eixo”	175
4.5 “Campo de Concentração Chã de Estevão”	182
Considerações finais	196

Fontes e bibliografia	200
Anexos	214
ANEXO A - Notas sobre a Fábrica de Tecidos Paulista. Paulista, fevereiro de 1939	215
ANEXO B - Carta sob pseudônimo (“Um Brasileiro”) para o interventor de Pernambuco Agamenon Magalhães. Recife, 25.02.1939	221
ANEXO C - “Parte” de investigador da Delegacia de Ordem Política e Social sobre atividades dos Lundgren. Recife, 29.03.1939	222
ANEXO D - “Parte” de informante da DOPS sobre suspeitos no cinema. Recife, 24.04.1940	223
ANEXO E - Carta de Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, para Cyro de Freitas Valle, embaixador do Brasil em Berlim, Rio de Janeiro, 05.05.194	224
ANEXO F - Relação de prisioneiros no Campo de Concentração Chã de Estevão (Igarassu) e no Presídio Especial (Recife)	235
ANEXO G - “Fórmula” – Formulário fornecido pela polícia para os estrangeiros procedentes dos países do Eixo, com os dados dos alemães Walter Schumacher e Julius Lemke. Recife, 14.09.1942	236
ANEXO H - “Aviso” contendo proibições relacionadas aos prisioneiros do Campo de Concentração Chã de Estevão. Campo de Concentração Chã de Estevão, 31.01.1943	239
ANEXO I - Comunicação de investigador (encarregado do serviço de observação do Campo Chã de Estevão) e carta do alemão Fritz Kollmorgen para a Delegacia de Ordem Política e Social. Campo de Concentração Chã de Estevão, 10.09.1943	240

Introdução

Um dos períodos da história do Brasil que tem suscitado enorme interesse entre os pesquisadores, o Estado Novo, bem como a sua figura política maior, Getúlio Vargas, constituiu-se através de práticas e discursos que visavam imprimir o sentido da mudança, do *novo*, do que se opunha ao que seriam práticas ultrapassadas de um país que se pretendia moderno. A *República Nova* se construía em oposição ao que seria a *República Velha* e, para tanto, a ditadura estado-novista legitimou uma máquina de propaganda política divulgando, sistematicamente, as ações do governo junto aos diversos segmentos da população. Intelectuais, políticos e outros atores inseridos em tal contexto ajudavam a pensar a *ruptura* proposta, alardeada. Figura do cenário nacional, ministro do Trabalho e da Justiça do governo Vargas, o pernambucano de Serra Talhada Agamenon Magalhães tornou-se um nome significativo entre aqueles que se postaram na defesa do regime ditatorial.

Assumindo a interventoria de seu estado em dezembro de 1937, Magalhães afirmou que vinha para *criar a emoção* do Estado Novo e passou a empreender a aproximação com as massas. Suas palavras ecoavam nas páginas da imprensa, nas ondas dos rádios e sua figura se apresentava como o que seria a personificação dos ideais estado-novistas. O período em que governou Pernambuco compreendeu desde os anos iniciais do regime e sua tentativa de afirmação até os anos finais, quando as suas contradições ganharam força e viabilizaram o seu ocaso.

Nas décadas de 1930 e 1940, despontaram no cenário internacional as idéias nazi-fascistas e um conflito bélico que, de formas variadas, fizeram-se presentes no Brasil e interagiram com as questões nacionais. Entre elas podemos destacar o elemento *inimigo político*, justificador de inúmeras ações e fruto de crenças e/ou interesses que apontam o *outro* como indesejável, perigoso, uma ameaça ao estabelecido e que, no caso em questão, se fez presente ora na figura do judeu, ora na figura dos chamados à época “súditos do Eixo”, ou seja, alemães, italianos e japoneses.

Em relação aos judeus, o projeto autoritário e nacionalista do Estado Novo ofereceu um terreno propício para idéias preconceituosas que já se apresentavam na sociedade, possibilitando o fortalecimento das mesmas. O anti-semitismo, ao lado dos elementos internos

do país, ganhou força com os acontecimentos que despontaram no cenário político internacional, onde os judeus eram perseguidos pelo nazi-fascismo na Europa e passaram a emigrar em grande número. Muitos deles procuraram o Brasil como refúgio, alternativa para a sobrevivência. Nesse contexto, então, pode-se verificar como o anti-semitismo esteve presente no país, seja através de políticas imigratórias ou de discursos ou debates realizados na sociedade. Livros, panfletos, jornais publicavam opiniões a respeito do assunto, onde os judeus eram responsabilizados pelos inúmeros males que ocorriam no país. Alguns chegavam mesmo a apresentar a sua figura de forma estereotipada visando fortalecer os ideais do Estado Novo.

Em Pernambuco, Agamenon se dirigia aos leitores do jornal que fundara para propagandar o Estado Novo, fazendo a seguinte pergunta: “quem salvou o Brasil do marxismo e do judaísmo?” E ele mesmo respondia: “quem salvou o Brasil do marxismo como do judaísmo, foi o presidente Getúlio Vargas”.¹ A utilização do judeu como inimigo político esteve presente no estado até o momento em que o Brasil se envolveu na Segunda Guerra Mundial. A partir de então, o próprio interventor mudou o discurso, esquecendo os judeus. No entanto, mais uma vez, o inimigo político servia para fortalecer os ideais estado-novistas ou mesmo mobilizar a população e, na ocasião, transfigurava-se nos membros dos países do Eixo, contra os quais o Brasil declarara guerra. Ainda levando em consideração as palavras de Agamenon Magalhães a seus leitores, temos a seguinte exortação:

Qualquer “louro” quer for visto nas praias ou próximo delas é suspeito até prova em contrário. Deve ser levado às autoridades mais próximas para a sua identificação. Não há nada, mas pode haver. Em guerra o perigo está em toda parte. Vigilância, pois, é a atitude que o momento aconselha.²

Os ideais cívicos que a guerra podia propiciar ou ressaltar foram levados em consideração em um regime político que já tinha seus alicerces fincados no nacionalismo, nos sentimentos patrióticos. As generalizações por parte das autoridades políticas tornavam, assim, todos suspeitos. Não havia distinção, inúmeras vezes, quando o olhar da vigilância policial pairava sobre espíões, propagandistas ou meros simpatizantes do nazismo. Esboçar uma simples opinião a favor do Eixo tornava o estrangeiro um perigo à soberania do país. Mais uma vez o nacionalismo ditava as regras e punia aqueles que não se adequavam inteiramente em seus

¹ MAGALHÃES, Agamenon. Produção. *Folha da Manhã*, Recife, 29 ago. 1940, p. 3.

² Idem. Vigilância. *Folha da Manhã*, Recife, 13 ago. 1943.

moldes. Isto podia ser observado em Pernambuco, principalmente com os alemães, que constituíam a maioria dos estrangeiros provenientes dos países do Eixo.

A história contada neste trabalho foi baseada em documentos escritos e orais. Fontes primárias, secundárias, bem como relatos de pessoas que vivenciaram o período abordado ajudaram a compor esta tese. No entanto, tais fontes não foram consideradas como sendo *a verdade*, mas representações construídas, vividas pelos atores de um determinado período que, inseridos em um contexto sócio-cultural específico, atuaram em um campo de forças, de embate, presente nas relações sociais, nos âmbitos institucional e pessoal. Além disso, tanto a memória como a história constituem fragmentos do vivido, são residuais, e “o que hoje conhecemos como ‘passado’ não era o que alguém houvesse experimentado como o ‘presente’”.³ Assim, atentando para *o perdido* ou para o fato de que no presente existem apenas fragmentos, ainda há que se considerar os olhares, os lugares, o tempo de quem se volta para contar o vivido.

História, assim, como desconstrução/reconstrução dos discursos fragmentários, apreendida de formas variadas por quem se propõe a contá-la. Deste modo, não há a percepção da *história*, mas antes de *histórias* que são construídas e reconstruídas em tempos variados; que são interpretadas, também, por alguém que imprime, em sua feitura, valores, visões de mundo, experiências de vida, sentimentos, etc. Nesse sentido, este trabalho é mais um olhar de alguém que selecionou determinados fragmentos de uma outra época.

O trabalho divide-se em duas partes. A primeira trata da questão do anti-semitismo no Brasil e como ele esteve presente em Pernambuco, local em que se baseia este estudo. Procurou-se abordar as decisões políticas no âmbito imigratório, os discursos veiculados na imprensa, os pensamentos dos membros que compunham o governo, as formas como os judeus se integraram na sociedade. A segunda parte refere-se às mudanças ocasionadas com a Segunda Guerra Mundial e com o envolvimento do Brasil no conflito, centrando-se na atuação do Estado Novo diante dos estrangeiros que faziam parte dos países do Eixo. Mais uma vez, o estudo situa-se em Pernambuco,⁴ procurando não apenas observar as ações empreendidas pela interventoria de Agamenon, mas oferecer, também, a dimensão do popular, ou seja, como as

³ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, nov. 1998, p. 72-73.

⁴ O município de Paulista, onde atuavam os industriais da Companhia de Tecidos Paulista (CTP), os Lundgren, será o centro de análise deste assunto. Isto se justifica em função dos acontecimentos que envolveram a interventoria, o governo federal, os Lundgren, bem como os estrangeiros funcionários das fábricas de tecidos, em sua maioria alemães.

peças sentiam os conflitos e de que forma os estrangeiros tiveram seus cotidianos transformados. O mesmo ocorreu com os judeus, em relação aos quais existiu a tentativa de não enxergar apenas o Estado e suas ações anti-semitas, mas de olhar, também, como eles puderam atuar e interagir no país onde imigraram.

O acervo de documentos relacionados ao Estado Novo e ao assunto abordado neste trabalho é bastante vasto, havendo muito ainda a explorar.⁵ Grande parte deste acervo encontra-se em Recife, no Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE). No entanto, o acesso de pesquisadores à documentação referente aos últimos 50 anos de nossa história ainda não é irrestrito e alguns obstáculos existiram quando a pesquisa abrangia os documentos da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), localizados no APEJE. Além disso, as condições de manutenção dos documentos deste arquivo são lamentáveis, existindo por parte das autoridades políticas um enorme descaso com a preservação de nosso passado histórico. O trabalho do pesquisador deve, para ser concluído, ter uma dose maior de dedicação do que normalmente é requerida para tanto e as frustrações diante de tal situação são constantes.

A tese apresentada é continuação de um estudo anterior⁶ e nela houve a oportunidade de rever posições, bem como de aprofundar, com acréscimo de inúmeras informações, o tema escolhido. Tema este que contou com a colaboração dos entrevistados, que, apesar das resistências iniciais em tratar de questões delicadas, como o são o anti-semitismo e o nazismo, se dispuseram a embarcar neste sonho e ajudar a transformá-lo em realidade.

⁵ Em Pernambuco, o assunto abordado neste trabalho ainda é pouco explorado, ao contrário do que ocorre em outros estados da federação, como no caso de São Paulo, onde há diversos estudos abrangendo temas relacionados ao anti-semitismo ou à questão dos alemães, japoneses e italianos durante a Segunda Guerra Mundial. Ver, por exemplo, os seguintes estudos: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995; PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999. (Coleção teses e monografias).

⁶ LEWIS, Susan. *O anti-semitismo em Pernambuco no Estado Novo: 1937-1945*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

PARTE I

ESTADO NOVO E ANTI-SEMITISMO

Capítulo 1

Os judeus estão chegando

Permitiu-se, desgraçadamente, no Brasil, antes do golpe de 10 de novembro último, burlando-se a lei, fugindo-se ao imperativo da defesa nacional, atraído-se vilmente a Pátria comum, a entrada de correntes imigratórias as mais indesejáveis, entre as quais somos forçados a integrar, para sermos sinceros, a do judaísmo internacional despido de escrúpulos — devoradores de nações, que sugam até suas últimas resistências econômicas com a força imprevisível dos polvos tentaculares.

Editorial. *Folha da Manhã*, Recife, 29 dez. 1937.

1.1 Raça, imigração e identidade: tentativas de construção de um país diferente

Em setembro de 1997 o sr. I. S., filho de imigrantes judeus, rememora questões das décadas de 1930, 1940, quando no Brasil vigorava o Estado Novo. Em suas memórias estão presentes relatos de seus pais, que, após fugirem da Rússia e se encontrarem impossibilitados de concretizar o desejo primeiro de ir para a “América”, aportaram no Brasil, local que lhes era desconhecido.¹ Uma vez no país, passaram a viver em Pernambuco — onde nasceria e viveria o filho I. S. — e, assim como inúmeros outros judeus, vieram a fazer parte de um período onde regimes nazi-fascistas despontaram e onde o racismo se fez prática de Estado na

¹ A respeito da saída dos pais, explica I. S.: “Eles vieram de navio. No início da guerra, da Revolução Bolchevique, meu pai era secretário do Sindicato dos Economistas e foi avisado por amigos que eram bolcheviques, mas que eram amigos dele, que ele corria perigo de vida. Então ele procurou apressar o máximo possível a saída e viajou por aquele meio que todos os imigrantes usaram, que era o suborno dos guardas nas fronteiras, coisa desse tipo, até que conseguiram chegar à Itália, onde havia um albergue mantido pelas instituições israelitas internacionais, que forneceu alojamento e residência para eles, enquanto aguardavam um navio.” I. S. explica que “a pretensão deles era, como a de todos os imigrantes, um navio para a América, mas a procura era de todo mundo para a América e o número de vagas era muito limitado.” Entrevista de I. S. para Susan Lewis. Recife, 19.09.1997. O Sr. I. S. concedeu o seu depoimento sob a condição de que o seu nome fosse apresentado apenas com as letras iniciais. Nele, aborda também temas como Agamenon Magalhães, Getúlio Vargas, II Guerra Mundial.

Alemanha, que transmitia muitos de seus ideais para várias partes do mundo, influenciando mentes e corações com suas retóricas e ações de exclusão do *outro*.² Em Pernambuco, assim como no restante do país, dois momentos do Estado Novo seriam decisivos e se diferenciariam. O primeiro ocorreu com o golpe de 1937, que deu início ao regime. A partir de então, as idéias nazi-fascistas ganharam força e influenciaram políticos, intelectuais, etc., fazendo com que, por exemplo, o anti-semitismo estivesse presente nas hostes governamentais. O segundo teve lugar em 1942, ano em que o Brasil entrou em guerra contra as potências do Eixo, quando muitos daqueles ideais admirados se enfraqueceram, uma vez que a ditadura estado-novista lutava em nome da democracia. O Estado, então, passou a vigiar alemães, italianos e japoneses sob a suspeita de realizarem espionagem para os países do Eixo.

Entre muitos suspeitos de espionagem no período estava o sr. Julius Hermann Friedrich Lemke, alemão que aportara no país em 6 de abril de 1936, para trabalhar em Paulista, município pernambucano distante 21 quilômetros da capital do estado, Recife.³ Na manhã em que deixara o navio vindo da Europa e pisara em terra firme, antes de partir para Paulista, à tarde, onde encontraria as terras dominadas pela família dos Lundgren, ou os “coronéis”⁴, para quem trabalharia, o sr. Lemke conheceu o Restaurante Leite, onde “comia camarão e aquele outro bichinho”.⁵ Julius Lemke já havia morado dois anos na ilha grega de Samos e ao retornar a sua terra natal ouviu de um amigo a notícia que lhe interessou: “oh, rapaz, lá tem aquele sueco em Hamburgo que tem uma fábrica de tecidos perto de Recife e ele quer rapazes que falam línguas”.⁶ E foi lá mesmo que ele entrou em contato com aquele que era o maior

² Ao tratar da “relação entre ‘nós’ (meu grupo cultural e social) e os ‘outros’ (os que não fazem parte dele), a relação entre a diversidade dos povos e a unidade humana”, Todorov analisa as diversas doutrinas racialistas que vigoraram entre os séculos XVIII e XX. Nesse sentido afirma que “[...] os seres humanos se parecem e diferem ao mesmo tempo: observação trivial que cada um pode fazer por si mesmo, já que as formas de vida divergem em todos os lugares e a espécie biológica é uma só. Tudo é questão de saber até onde se estende o território da identidade e onde começa o da diferença; que relações exatamente esses territórios mantêm. A reflexão sobre essas questões tomou, durante os séculos passados, a forma de uma doutrina das *raças*.” TODOROV, Tzevetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983. v. 1, p. 107. No período que estudamos, as idéias raciais estavam em voga, categorizando, apontando as diferenças entre os grupos através do viés racialista.

³ Paulista tornou-se município pernambucano a partir de 1935. Construída pela Companhia de Tecidos Paulista (CTP), fábrica fundada pelo sueco Herman Theodor Lundgren em 1891, até aquela data pertencia ao município de Olinda. ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997. p. 3 e 9.

⁴ Rosilene Alvim explica que os operários aposentados da CTP, ao falarem das décadas de 1930 e 1940, se referem a elas, de forma consciente, como sendo o *tempo dos coronéis*. Além de caracterizar um sistema de dominação bastante específico, que só passou a vigorar a partir de 1930, “o *tempo dos coronéis* faz parte de um passado em que as relações sociais entre os trabalhadores e os proprietários da indústria eram marcadas por fortes laços pessoais.” Op. cit., p. 18-19.

⁵ Entrevista de Julius Hermann Friedrich Lemke para Susan Lewis. Recife, 03.03.2001.

⁶ *Ibidem*.

dos “coronéis” da família, Frederico João Lundgren,⁷ que o aceitou como funcionário da fábrica de tecidos mencionada pelo amigo. Anos depois seria chamado pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) para prestar esclarecimentos, sob a condição de “súdito do Eixo”⁸ e de trabalhador dos Lundgren, o que fazia dele, para as autoridades policiais, um suspeito de espionagem em território pernambucano.⁹

As histórias de I. S. e Lemke estiveram ligadas a situações específicas do período que este estudo abrange, ou seja, os anos que vão de 1937 a 1945, denominado de Estado Novo. O sr. I. S. presenciou um momento em que os judeus fugiam do nazismo e buscavam refúgio em outros países, a exemplo do Brasil, que, entretanto, tentava impedir a entrada de tais imigrantes por meio da elaboração de circulares secretas. O sr. Lemke, por sua vez, foi designado, com a guerra, “súdito do Eixo”, ficando impedido de deixar o local em que trabalhava sem autorização policial e de falar publicamente a sua língua primeira, o alemão. Por motivos diversos, ambos foram atingidos por políticas de um Estado ditatorial.

O país em que os pais do sr. I. S., bem como o sr. Lemke, vieram morar incentivara, no século XIX, a entrada de imigrantes visando duas finalidades: povoar áreas demograficamente escassas e substituir a mão-de-obra escrava nas fazendas de café.¹⁰ Foi ainda naquele século que os intelectuais se preocuparam com a questão da identidade do Brasil. Como explica Roberto Ventura, diante das transformações que resultaram no fim da escravidão e na implementação da República, “[...] parecia imperativo colocar em discussão a organização do país. A adoção do trabalho assalariado, a queda da monarquia e os conflitos da nascente república trouxeram à tona dúvidas sobre o futuro do país cujo atraso era atribuído à grande diversidade de sua

⁷ Com a morte de Herman Lundgren em 1907, o filho Frederico assumiu a direção da CTP. GÓES, Raul de. *Um sueco emigra para o Nordeste*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964. p. 97. Em sua obra, Raul de Góes, que trabalhou como diretor em uma das empresas dos Lundgren, em Minas Gerais, faz uma biografia de Frederico, onde exalta a sua figura.

⁸ A expressão “súditos do Eixo” (alemães, italianos e japoneses) era utilizada por autoridades políticas, policiais, pelos meios de comunicação, etc. Priscila Perazzo chama a atenção para o significado que trazia: “o próprio termo ‘súdito’, cunhado na época, caracterizava os imigrantes do Eixo como sendo fiéis vassalos de seus países e de seus governantes”. PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*, op. cit., p. 194.

⁹ Como os Lundgren contratavam estrangeiros (entre eles alemães) para trabalhar em suas fábricas houve, como abordaremos mais adiante neste trabalho, preocupação por parte dos órgãos de repressão em relação às atividades de tais funcionários no que se referia à espionagem, inclusive dos próprios Lundgren, que eram considerados admiradores da Alemanha. Assim, a condição de funcionário da família Lundgren representava mais um elemento de desconfiança para tais órgãos.

¹⁰ Cf. PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In: FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1977. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 3, v. 2). p. 99. Estas duas correntes imigratórias formadas durante o Império, explica Maria Petrone, continuaram a existir durante a Primeira República.

população”.¹¹ A imigração passaria, então, a ser discutida entre políticos, intelectuais, cientistas, sendo-lhe atribuídas funções que não se restringiam à substituição do trabalho escravo pelo assalariado, mas que também estariam vinculadas à construção identitária futura de um país considerado atrasado e que trazia a *problemática* da mestiçagem:

Os letrados se mostravam divididos entre a valorização dos aspectos originais do povo brasileiro e a meta de se construir uma sociedade branca de molde europeu. Adotavam teorias sobre a inferioridade das raças não-brancas e das culturas não-europeias, ao mesmo tempo que buscavam as raízes da identidade brasileira em manifestações compósitas e mestiças. Observado por viajantes estrangeiros, analisado com ceticismo por cientistas europeus e norte-americanos, temido por boa parte das elites locais, o cruzamento de raças era tomado como pista para explicar a possível inviabilidade do Brasil como nação.¹²

A questão da imigração estaria, assim, associada à construção da identidade nacional de um povo miscigenado de branco, negro e índio, e que almejava à civilização branca e européia. Como analisou Lúcia Lippi de Oliveira:

A identidade do Brasil, desde meados do século XIX, é pensada como resultado da fusão das três raças formadoras da nacionalidade — o branco, o índio e o negro. A participação do negro, entretanto, apresentava problemas. Vindo e vivendo como escravo, considerado como inferior, o negro se integra à nação através da miscigenação, mas não encontra lugar na construção ideológica da identidade brasileira.¹³

Uma vez interligadas, as questões da identidade nacional e da imigração encontrariam respostas em teorias que predominariam por décadas no país. Entre elas, a questão do branqueamento e, posteriormente, a da democracia racial nos séculos XIX e XX. Assim é que:

Nos primeiros anos do século XX a questão que se colocava era: como construir uma nação civilizada, sendo seu povo composto basicamente de brancos, índios, muitos negros e mestiços? Uma das soluções encontradas à época para construir uma nação civilizada foi a entrada de novas populações brancas. A “teoria do branqueamento” difundia como solução para o problema do povo brasileiro a entrada de grandes contingentes de imigrantes brancos.¹⁴

¹¹ VENTURA, Roberto. Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 331.

¹² *Ibidem*, p. 331-332.

¹³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 9.

¹⁴ *Idem*. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano, v. 2). p. 325-326.

Na década de 1930, ainda tendo a teoria do branqueamento como referência, construiu-se o mito da “democracia racial”. Esta nova teoria trazia uma outra solução para a nossa identidade nacional, ou seja, “[...] em vez de se recusar, aceitava-se e consagrava-se a mestiçagem como caminho que dissolveria as diferenças, como aparece em *Casa-grande & Senzala*, obra mais famosa de Gilberto Freyre”.¹⁵

Tais modelos vinham envoltos em teorias racistas que se difundiram no país a partir do século XIX, mas não sem antes serem adaptadas. O próprio conceito *deração* é “uma construção histórica e social, matéria-prima para o discurso das nacionalidades”.¹⁶ Datado do século XVI, referia-se aos grupos de pessoas vinculadas por uma origem comum. O conceito não incluía a questão biológica, que apenas três séculos depois seria inserida pelos teóricos que abordaram o assunto: “Foi só no século XIX que os teóricos do darwinismo racial fizeram dos atributos externos e fenotípicos elementos essenciais de moralidades e do devir dos povos”.¹⁷ Chegando no país em meados daquele século, as teorias seriam adequadas, reinterpretadas, e não apenas copiadas, a fim de poderem corresponder ao contexto brasileiro. Nesse sentido, segundo Lilia Schwarcz:

[...] ao mesmo tempo que se absorveu a idéia de que as raças significavam realidades essenciais, negou-se a noção de que a mestiçagem levava sempre à degeneração. Fazendo-se um casamento entre os modelos evolucionistas (que acreditavam que a humanidade passava por etapas diferentes de desenvolvimento) e o darwinismo social (que negava qualquer futuro na miscigenação racial) — arranjo esse que, em outros contextos, acabaria em separação litigiosa —, no Brasil as teorias ajudaram a explicar a desigualdade como inferioridade, mas também apostaram em uma miscigenação positiva, contanto que o resultado fosse cada vez mais branco.¹⁸

Com este *arranjo* teórico estava criada a possibilidade de saída do campo dos sonhos e embarque real no tão almejado universo das *raças* superiores: através da mestiçagem branquear cada vez mais o que era considerado como algo negativo, ou seja, o nosso *negro* passado.

¹⁵ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas, op. cit., p. 326. Roberto Ventura também explica como a partir de 1930 a questão do branqueamento se transformava e o enfoque que passava a ser dado era o da representação de uma sociedade multirracial. Em suas palavras: “De 1870 a 1910 o destaque dos fatores étnicos, biológicos e climáticos produziu a ideologia do branqueamento como forma de ajuste do racismo europeu às condições brasileiras. A partir de 1930, com a ênfase no social, no cultural e no econômico, o branqueamento se converteu no cadinho de raças de uma sociedade multirracial. O perfil interpretativo passou a ser moldado não mais pelos conceitos de *raça* e *natureza*, mas pelos de *cultura* e *caráter*. Freire observou, no prefácio a *Casa-grande & senzala*, que seu ensaio se baseava na diferença entre raça e cultura, de modo a separar os fatores genéticos das influências sociais e culturais.” VENTURA, Roberto. Um Brasil mestiço, op.cit., p. 357-358, grifo do autor.

¹⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: _____ (org.) *História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (Coord. geral da coleção: Fernando A. Novais). p. 182.

¹⁷ *Ibidem*, p. 186.

¹⁸ *Ibidem*, p. 186-187.

No entanto, a Primeira Guerra Mundial gerou mudanças que atingiram os países — entre eles o Brasil — e, conseqüentemente, a imigração. Com o fim do conflito mundial, o contingente imigratório, além de aumentar, passou a ser composto por grupos diversos dos que aportavam no país antes de desencadeada a guerra. Segundo Jeffrey Lesser,

[...] entre 1918 e 1919, o número de desembarques nos portos brasileiros quase dobrou e, em 1920, quase duplicou novamente, atingindo sessenta e nove mil. Esses imigrantes do pós-guerra diferiam de várias maneiras do grupo pré-guerra, tanto em termos de origem nacional como de seus pontos de vista a respeito de sucesso e oportunidade. Apesar de os imigrantes portugueses, espanhóis e alemães continuarem a predominar, dois novos grupos entravam agora em quantidade crescente: japoneses e leste-europeus.¹⁹

Durante a era Vargas, o governo se preocupou com o assunto, presente nas duas constituições que vigoraram no período, instituindo controles sobre a imigração. As políticas imigratórias procuraram estabelecer práticas diversas em períodos diferenciados, mas estiveram, inúmeras vezes, ligadas às tentativas de construir um país diferente, concebendo a imigração como um suporte para tanto. Várias teorias constituintes de saberes que engendraram políticas imigratórias estiveram, portanto, presentes na formação histórica do Brasil em tentativas de construções de identidade e superação do que era considerado atrasado e indesejado, ou seja, um povo mestiço e tido como inferior. Raça, imigração e identidade estavam, assim, intimamente relacionadas nas tentativas de construção de um outro Brasil.

1.2 Que judeu é este?

As crises econômicas e políticas do pós-Primeira Guerra Mundial geravam espaços na sociedade para movimentos nacionalistas que questionavam e atacavam a imigração, como observa Lúcia Lippi Oliveira:

Desde a década de 1910, após a Primeira Guerra Mundial, e durante os anos 20, são muitos os movimentos nacionalistas contrários à vinda de mais

¹⁹ LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Trad. Marisa Sanematsu. Rio de Janeiro: Imago, 1995. p 43. Parcela significativa dos imigrantes leste-europeus era composta por judeus (cerca de 45 a 50%), que seriam alvo de políticas imigratórias anti-semitas nas décadas de 1930 e 1940. Em relação aos japoneses Lesser explica que “[...] a pressão populacional nas ilhas do Japão e a crescente inquietação que isso causava entre a população rural japonesa levaram o regime Meiji e seus sucessores Taisho a incentivar a emigração. Esses fatores de ‘estímulo’ combinaram-se com os movimentos anti-asiáticos de cunho popular e legislativo que floresciam por toda a América. Quando foi proibida a entrada de japoneses nos Estados Unidos em 1908, o Brasil tornou-se o centro de uma diáspora japonesa continuamente crescente.”

estrangeiros. O pensamento de Alberto Torres exerce um papel importante ao defender o trabalhador nacional que permanecia abandonado enquanto os governos se ocupavam em garantir a vinda do trabalhador estrangeiro. O imigrante se torna representante potencial do inimigo externo e passa a representar um perigo para a nação.²⁰

Entre os imigrantes estavam os judeus, que durante a década de 1920 passaram a entrar em número significativo no Brasil. As crises que atingiam o país depois da Primeira Guerra Mundial e movimentos nacionalistas que se opunham aos estrangeiros dariam ensejo a discussões sobre a imigração judaica, onde políticos, intelectuais, jornalistas abordavam o tema, baseados em preconceitos e em teorias racistas. Até a década de 1920, poucos brasileiros sabiam a respeito dos judeus e vice-versa.²¹ A partir de então, com o aumento do seu contingente imigratório, tornar-se-iam assunto freqüente no país. Segundo Lesser:

[...] os imigrantes vindos do Leste europeu não apenas expandiram a população judaica do Brasil, de aproximadamente quinze mil, em 1920, para cerca de cinco vezes esse número apenas duas décadas mais tarde, mas muitos imigrantes e refugiados judeus também galgaram com sucesso os degraus da ascensão econômica nas cidades brasileiras. Na academia, nos escritórios de editoras e nos saguões governamentais, queixas ecoavam: os judeus eram tanto capitalistas gananciosos como comunistas demoníacos; judeus viviam em cidades e nunca poderiam ser lavradores; judeus eram criminosos; além disso, os judeus eram bem-sucedidos demais. Para os judeus (e muitos outros imigrantes), o Brasil era o “país do futuro”; mas para muitos brasileiros influentes, os judeus eram imaginados como sendo o menos desejável de todos os grupos imigrantes.²²

A partir de 1930, diferentemente das décadas anteriores, o país voltava-se para o desenvolvimento industrial e urbano, redefinindo, portanto, o papel que caberia ao imigrante:

Confiava-se, como no passado, que esses novos imigrantes ajudariam a transformar a cultura brasileira. Porém não eram os aspectos étnicos e raciais da cultura brasileira que as elites basicamente esperavam mudar agora. Ao contrário, o papel cultural dos imigrantes tinha pouco a ver com o branqueamento da sociedade rural de raça negra e mestiça, mas, sobretudo, com a introdução de um espírito industrial nos centros urbanos.²³

²⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*, op. cit., p.19.

²¹ Cf. LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica*, op. cit., p. 37.

²² Loc. cit.

²³ Ibidem, p. 32. Para Lesser, havia a desilusão entre várias elites com o fato de programas de incentivo à imigração européia no século XIX não terem possibilitado uma “*belle époque tropical*”, fazendo com que grupos de interesses distintos defendessem restrições imigratórias; além disso, existia ainda o medo nas classes média e operária, que viam no imigrante, com as várias crises econômicas pós-Primeira Guerra Mundial, um concorrente em suas disputas sociais. Cf. op. cit., p. 29.

Naquele período, a questão judaica começava a ser formulada. Vários seriam os motivos para isso e, entre eles, na visão de Jeffrey Lesser, estariam: o aumento do número de judeus que imigravam; uma situação de crise econômica crescente decorrente da Grande Depressão e, conseqüentemente, o fortalecimento de movimentos nativistas; a ascensão do nazi-fascismo, que elevou o número de refugiados judeus, além de apresentar um modelo para o anti-semitismo. A partir de 1935, os judeus passaram a ter seus vistos negados pelo Brasil.²⁴ Foi justamente nesse momento que as associações entre os judeus e o comunismo ganharam força, devido ao crescimento do movimento comunista no país. Tal associação era feita por políticos e intelectuais que dedicavam atenção especial ao assunto e transformar-se-ia, por fim, na elaboração de uma política antijudaica a partir de 1937, quando seriam, então, elaboradas circulares secretas na tentativa de proibir a entrada dos judeus, muitos dos quais fugiam, naquele momento, do nazismo. Sobre a relação entre os judeus e o comunismo, afirma Lesser:

À medida que o movimento comunista brasileiro atingia seu auge em meados da década de 30, políticos e intelectuais ressaltavam os supostos laços entre judeus e comunismo, e notícias na imprensa das capitais estaduais sobre as prisões dos militantes do Partido, Olga Benário e Arthur Ewert (Harry Berger), chamavam a atenção para a origem judaica dos dois. As críticas aos judeus e à imigração judaica na imprensa respeitável refletiam um desejo crescente de limitar ou encerrar as entradas.²⁵

Além disso, segundo o autor, a partir de 1930, o debate sobre a imigração foi cada vez mais associado pelo governo e seus partidários a questões nacionalistas, onde posições racistas estiveram presentes e serviram para motivar as idéias acerca da limitação da imigração.²⁶ Com o Estado Novo, a exacerbação do nacionalismo em oposição aos regimes liberais entraria em confronto com uma política imigratória aberta, uma vez que era prioridade para o governo “homogeneizar” a população.²⁷

Durante as décadas de 1930 e 1940, obras contra os judeus circulavam no país, como ocorreu com *Os protocolos dos sábios de Sião*, em que eles eram responsabilizados pela elaboração de um plano de domínio mundial. A obra é composta de vinte e quatro palestras (protocolos), onde os “judeus explicam” de que forma dominarão o mundo:

²⁴ Cf. LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica*, op. cit., p. 46-47.

²⁵ Ibidem, p. 159.

²⁶ Cf. ibidem, p. 98.

²⁷ Cf. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas*, op. cit., p. 124. Nesse sentido, o projeto educacional bem como a questão da imigração estiveram relacionados ao “abrasileiramento dos núcleos de colonização”, como explica a autora. É interessante observar que tais núcleos foram anteriormente incentivados pelo Estado e por particulares, tanto no Império como na República, e a preocupação girava em torno da ocupação das terras. Cf. PETRONE, Maria Tereza Schorer. *Imigração*, op. cit., p. 121.

Nosso fim é possuir a força. A palavra “direito” significa simplesmente isto: “Dai-me o que eu quero, a fim de que eu possa provar que sou mais forte do que vós”. Onde começa o direito, onde acaba?

Num Estado em que o poder está mal organizado, em que as leis e o governo se tornam impessoais, por causa dos inúmeros direitos que o liberalismo criou, veio um novo direito, o de lançar, de acordo com a lei do mais forte, contra todas as regras e ordens estabelecidas, derrubando-as; o de pôr a mão nas leis remodelando as instituições e tornando-me senhor daqueles que abandonaram os direitos que lhes dava [sic] a sua força, renunciando a eles voluntariamente, liberalmente...

Em virtude da atual fragilidade de todos os poderes, nosso poder será mais duradouro do que qualquer outro porque será invencível até o momento em que estiver tão enraizado que nenhuma astúcia o poderá destruir.²⁸

Os protocolos surgiram na Europa Ocidental pela primeira vez em 1920 e na Alemanha nazista foram largamente disseminados.²⁹ Neles, como afirma Marcos Maio, em estudo sobre o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso:

[...] os judeus transformaram-se em senhores absolutos do mal, organizados em sociedades secretas e articuladas internacionalmente, presentes nas primeiras mudanças ocorridas no mundo moderno. Assim, a eles foi atribuída a criação do iluminismo, do individualismo, do capitalismo, do materialismo, da competição, dos conflitos, do Estado dentro do Estado, da manipulação dos governantes e das massas, do socialismo e, finalmente, do comunismo.³⁰

Crente dos planos contidos em *Os protocolos*, o integralista Gustavo Barroso traduziu a obra para o português, em setembro de 1936. Ao publicar o livro, em cuja capa destacavam-se os principais pontos abordados — “O Imperialismo de Israel. O Plano dos Judeus para a conquista do mundo. O código do Anti-Cristo. Provas de autenticidade, documentos, notas e comentários.” — a editora divulgou em suas páginas iniciais os motivos que teriam levado à escolha do tradutor:

²⁸ OS PROTOCOLOS dos sábios de Sião. Tradução e comentários de Gustavo Barroso. 2. ed. São Paulo: Agência Minerva, 1936. p. 88-89.

²⁹ Cf. COHN, Norman. *A conspiração mundial dos judeus: mito ou realidade?* Análise dos protocolos e outros documentos. São Paulo: Ibrasa, 1967. p. 9 e 78. A respeito do assunto, afirma Tucci Carneiro: “Este panfleto é hoje considerado como um dos maiores blefes da História, tendo sido escrito por Sérgio Nilus, funcionário do Sínodo, entidade paraestatal russa. Nilus baseou sua obra numa sátira escrita em 1864 por Maurice Joly contra Napoleão III, imperador da França. [...] Foi publicado pela primeira vez na Rússia (1905), sendo composto por 24 conferências de pretensos judeus ‘antigos’. [...] Tal obra veio a público em 1917, quando os arquivos czaristas foram abertos. [...] Entretanto, os Protocolos foram desmascarados em 1921, por um correspondente do Times, de Londres, apesar de os anti-semitas tentarem de todas as formas comprovarem a sua autenticidade.” CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas*, op. cit., p. 60-61.

³⁰ MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 65-66. O autor explica que, assim, “[...] o anti-semitismo moderno, ao evocar a responsabilidade judaica pela destruição do mundo, indica como única solução para este problema o trinômio suspeita, vigilância e eliminação”. Op. cit. p. 66.

Encarregou-se da tradução, dos comentários, das apostilas e glosas o escritor Gustavo Barroso, da Academia Brasileira de Letras. Essa escolha foi determinada pelo profundo conhecimento que o mesmo adquiriu em matéria de judaísmo, possuindo uma biblioteca especializada no assunto. Autor do famoso livro “Brasil – Colônia de Banqueiros”, em que pôs a nu a nefasta ação do judaísmo financeiro no nosso país, levantou no Brasil a campanha anti-judaica, não com violência ou calúnia, mas com a lógica e as provas documentais. É um técnico no importante assunto, segundo o consenso dos entendidos dentro e fora da pátria.³¹

As imagens disseminadas a partir de tais visões suscitavam debates nos órgãos de comunicação, sendo o âmbito da imigração um local privilegiado de visibilidade daquela situação. Um outro exemplo encontramos na afirmação do pintor pernambucano Vicente do Rego Monteiro, que em agosto de 1938 pintava o seguinte retrato sobre os judeus:

A colonização judaica do Recife deve ser atualmente na proporção de 1 por 50 habitantes indígenas. A maioria desses judeus possuidores de fortuna quatro a cinco vezes superiores aos seus competidores nativos, estão aos poucos invadindo as profissões liberais. Proprietários do comércio médio do Recife: Preços-únicos, movelarias, joalherias, fornecedores de material para as Usinas, prestamistas, traficando em todos os ramos de atividade comercial, vão aos poucos drenando toda a pequena economia local. Proprietários de bom número de prédios no centro urbano do Recife, em breve senhores absolutos do comércio recifense, nada impedirá a ascensão de Israel às classes sociais e à magistratura.³²

Ao referir-se à imigração judaica, Jeffrey Lesser aponta várias peculiaridades que envolviam a questão, inclusive quando comparada à de outros grupos de imigrantes. Despertando a atenção de intelectuais e políticos brasileiros a partir da década de 1920, os judeus, tidos como inassimiláveis ao lado dos japoneses, não eram identificáveis fisicamente como estes últimos, o que os tornava mais perigosos e, ao contrário dos negros — que também eram considerados indesejáveis —, não faziam parte da formação do povo brasileiro.³³ Nesse caso, já que havia o entendimento da existência de uma “sociedade afro-brasileira”, a proibição da imigração africana só podia incidir sobre a não-elevação do número de negros e a sua miscigenação; diferentemente dos judeus, que antes de 1920 encontravam-se em número reduzido, o que tornava a questão imigratória mais absoluta, uma vez que “o grupo podia ser banido ou incentivado a entrar no país.”³⁴ De qualquer forma, somente na década seguinte é que a

³¹ OS PROTOCOLOS dos sábios de Sião, op. cit., p. VIII-IX.

³² MONTEIRO, Vicente do Rego. Invasão judaica de Pernambuco. *Fronteiras*, Recife, ago. 1938, p. 4.

³³ Cf. LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica*, op. cit., p. 30.

³⁴ LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica*, op. cit., p. 26.

questão judaica começou a ser elaborada pelos que discutiam o assunto, pois apenas nesse período houve a percepção de que os judeus imigravam no país em número elevado.³⁵

Durante o Estado Novo, os imigrantes deveriam servir “como um fator de progresso e não de desagregação social e desordem política”, além de ajudar a ocupar áreas no interior do país.³⁶ Muitos estrangeiros não seriam considerados adequados para tais papéis. Entre eles estavam, por exemplo, aqueles apontados como “fisicamente incapazes”, “socialmente inadaptáveis” e que deveriam ser banidos do Estado Nacional. A respeito do assunto, afirmava na década de 1930 Agamenon Magalhães, então interventor de Pernambuco:

A imigração continuou, por muito tempo, sem o controle da autoridade nacional que vivia na ignorância do seu número de estrangeiros **fisicamente incapazes, socialmente inadaptáveis e indesejáveis** de toda ordem. Graças a uma compreensão mais exata dos problemas nacionais, foi regularizada a imigração, corrigindo-se, em grande parte, os males de livre aceitação alienígena. Com o advento do Estado Novo, o problema ficou definitivamente regulado [grifo nosso].³⁷

Tendo “como um dos objetivos principais a concretização do progresso dentro da ordem” e, para tanto, adotando medidas com o objetivo de “promover o desenvolvimento econômico e outras tantas para estabelecer o controle social em novas bases”,³⁸ o governo de Vargas percebia na imigração um dos fatores necessários para o êxito de tal empreendimento, que contava com a transformação não apenas econômica, mas social, da população do país, que através da miscigenação deixaria de apresentar-se como atrasado. Excluir, assim, as categorias de imigrantes considerados inadequados para tal tarefa era um dos objetivos propostos pelo regime varguista. Mas, quando o interventor de Pernambuco afirmava que o Estado Novo finalmente havia disciplinado a questão da imigração, excluindo os “estrangeiros

³⁵ “Enquanto os judeus passaram a imigrar para o Brasil em grande escala em meados da década de 1920, os líderes políticos e intelectuais começaram a formular a Questão Judaica apenas na década de 30. Uma das razões para esse intervalo foi a lenta percepção de que os judeus estavam entrando no Brasil em grande número, em parte porque as estatísticas de imigração categorizavam apenas católicos e não-católicos.” Ibidem, p. 31-32.

³⁶ Como explica Angela Gomes, as intervenções políticas no âmbito da imigração já haviam iniciado antes do Estado Novo. Assim é que em 1930, por exemplo, o Departamento Nacional de Povoamento era criado, estabelecendo medidas que limitavam a imigração e, com a Constituição de 1934, era instituído um regime de quotas imigratórias. Mas no Estado Novo “[...] a matéria ganhava novo impulso, na medida em que se associava ao grande movimento de ocupação de nosso território, lançado pelo Presidente Vargas”. GOMES, Angela Maria de Castro. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 161-162.

³⁷ Agamenon Magalhães, interventor federal. Relatório apresentado ao exmo. snr. presidente da república, 1938-1939 – estado de Pernambuco presidente da república. APEJE (Anexo 1). p. 168.

³⁸ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo*, op. cit., p. 117.

fisicamente incapazes, socialmente inadaptáveis e indesejáveis”, não significava que eles seriam sempre os mesmos nem que haveria consenso por parte dos grupos que mais freqüentemente abordavam a questão — intelectuais e políticos. Nem tampouco que, uma vez traçadas políticas imigratórias de restrição, não houvesse, necessariamente, espaços de negociações entre as várias partes envolvidas.³⁹ Também os discursos e as práticas políticas transformavam-se em decorrência de inúmeros fatores e, muitas vezes, mudavam de alvo ou eram reavaliados em seus conteúdos, freqüentemente heterogêneos: “[...] o toma-lá-dá-cá mostra que os discursos de elite sobre raça e etnicidade eram surpreendentemente flexíveis sob condições específicas”.⁴⁰

Quando da elaboração da Constituição de 1934, os debates já haviam sido feitos sob a influência de idéias eugênicas, havendo o consenso por parte de deputados de diversas tendências políticas e sociais de que a solução do problema deveria relacionar-se à formação da identidade nacional uniforme.⁴¹ O período ditatorial, porém, deu ensejo a novas leis disciplinando “a entrada de estrangeiros” e impossibilitando que “eles se congregassem em comunidades residenciais”, uma campanha de brasilidade que teve profundas repercussões principalmente sobre os japoneses.⁴² No caso dos judeus, a partir 1937 fariam parte das letras de circulares secretas emitidas pelo Ministério das Relações Exteriores — o Itamaraty —, órgão que passara a responder pelo *problema* da imigração. As circulares foram produzidas em um momento em que idéias nazi-fascistas passavam a ser admiradas e adotadas em diversos países. No Brasil, teriam influência sobre o movimento da Ação Integralista Brasileira, que atrairia a simpatia e o apoio de políticos, intelectuais e vários membros das

³⁹ Lesser aborda este aspecto ao discutir, principalmente, vários grupos imigratórios considerados “não-brancos” e “não-negros” (asiáticos, árabes e judeus) e suas relações com a questão da identidade nacional brasileira. Apesar das restrições impostas e dos ataques de grupos nativistas, o autor analisa como as imagens negativas relacionadas a tais imigrantes eram fluidas, possibilitando, muitas vezes, a sua utilização estratégica, por parte dos estrangeiros, nas construções de suas etnicidades. Cf. LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

⁴⁰ Ibidem, p. 153-162. Os fatores são inúmeros e variam de acordo com diversas circunstâncias. Observar, a título de exemplo, como a necessidade de mão-de-obra despolitizada mudava o olhar dos fazendeiros acerca dos italianos; ou como o Japão e suas relações comerciais amenizavam políticas oficiais de exclusão.

⁴¹ Cf. ibidem, p. 212.

⁴² Lesser mostra como pressões de vários setores da sociedade acerca da imigração japonesa fizeram Getúlio Vargas “dar partida à sua ampla campanha de brasilidade”. Nesse sentido, com as novas leis, “muitos chegaram a pensar em retornar ao Japão, e um estudo realizado em 1939, na região de Bauru, verificou que quase 90% eram favoráveis à repatriação, em parte por razões nacionalistas, e em parte porque o movimento anti-japonês os deixara com a impressão de que eles jamais viriam a ser plenamente aceitos como membros da sociedade no país hospedeiro”. Ibidem, p. 230.

hostes governamentais.⁴³ O país se inventava e se reconstruía, inspirado em muitos aspectos do nazismo, em decorrência da admiração por regimes como o hitlerista.⁴⁴

1.3 Desencantos liberais

O golpe que instalaria a ditadura estado-novista no Brasil não era exceção naqueles tempos. Nos anos 1920 e 1930, período entre-guerras, as democracias liberais iam ficando para trás, questionadas e desacreditadas por movimentos autoritários e totalitários que defendiam um intervencionismo cada vez maior do Estado em toda a sociedade, contrapondo-se à *inoperância* do capitalismo liberal e à *ameaça* do comunismo. Mussolini na Itália, Salazar em Portugal, Hitler na Alemanha, Franco na Espanha: “[...] tomando-se o mundo como um todo, havia talvez 35 ou mais governos constitucionais e eleitos em 1920 (dependendo de onde situamos algumas repúblicas latino-americanas). Até 1938, havia talvez dezessete desses Estados, em 1944 talvez doze, de um total global de 65. A tendência mundial parecia clara”, avalia Eric Hobsbawm.⁴⁵ Como explica o autor, ao referir-se à queda dos regimes liberais:

De todos os fatos da Era da Catástrofe, os sobreviventes do século XIX ficaram talvez mais chocados com o colapso dos valores e instituições da civilização liberal cujo progresso seu século tivera como certo, pelo menos nas partes “avançadas” e “em avanço” do mundo. Esses valores eram a desconfiança da ditadura e do governo absoluto; o compromisso com um governo constitucional com ou sob governos e assembléias representativas livremente eleitos, que garantissem o domínio da lei; e um conjunto aceito de direitos e liberdades dos cidadãos, incluindo a liberdade de expressão, publicação e reunião. O Estado e a sociedade deviam ser informados pelos valores da razão, do debate público, da educação, da ciência e da capacidade de melhoria (embora não necessariamente de perfeição) da condição humana.⁴⁶

⁴³ A Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada oficialmente como partido em outubro de 1932 e atuando legalmente até final de 1938, fazia parte, “em sua ideologia, organização e ação política”, da “constelação ideológica dos movimentos e partidos fascistas europeus que surgiram entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a ascensão do nazismo na Alemanha, em 1933”. CYTRYNOWICZ, Roney; MAIO, Marcos Chor. Ação integralista brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo*, op. cit., p. 42.

⁴⁴ Um dos campos que serviu de inspiração para o governo Vargas em relação ao regime nazista foi o que se referia à propaganda política, transformada em um de seus eixos principais. Cf. CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? Op.cit., p. 122-123.

⁴⁵ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 115.

⁴⁶ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*, op. cit., p. 113. Para Hobsbawm, a “Era da Catástrofe” compreende o período da história que se inicia em 1914 com a Primeira Guerra Mundial e se estende até depois da Segunda

A partir do século XX, onde os regimes que despontavam não se enquadravam mais nas denominações até então adotadas — despotismo ou tirania —, são criados os conceitos de totalitarismo e autoritarismo. No primeiro estão os “regimes que visam a sujeitar a sociedade nos moldes de um Partido-Estado, cujo chefe é fundamental, seja no sentido da referida constituição do Partido-Estado, seja no estabelecimento de laços emotivos com as massas, a partir de uma figura carismática”; e, no segundo, aqueles que se caracterizam, “negativamente, por menor investimento em todas as esferas da vida social; pela inexistência de uma simbiose entre Partido e Estado, sendo o primeiro, quando existente, dependente do último; pelas restrições à mobilização das massas”. A distinção entre os dois tipos de regimes não é fácil, existindo, em relação ao totalitarismo, “apenas uma unanimidade”: a do nazismo.⁴⁷ Para Hannah Arendt, a nova forma de domínio político, o totalitarismo, não “[...] se limita a destruir as capacidades políticas do homem, isolando-o em relação à vida pública, como faziam as velhas tiranias e os velhos despotismos, mas tende a destruir os próprios grupos e instituições que formam o tecido das relações privadas do homem, tornando-o estranho assim ao mundo e privando-o até de seu próprio eu”.⁴⁸ Sua finalidade estaria em transformar a natureza humana, o que ocorreria através da ideologia e do terror.⁴⁹ Nesse sentido, os campos de concentração nazistas deveriam servir como laboratórios onde se pretendia eliminar o caráter espontâneo do homem; seriam, assim, “[...] espaços sociais de experimentação de um modelo perfeito para um regime de domínio total a ser aplicado em larga escala”.⁵⁰

O *Grande Irmão* de George Orwell personaliza a nova forma de poder. Através da literatura, o inglês desiludido com o comunismo, particularmente com o período stalinista, aborda aspectos do que considerava um poder diferenciado das tiranias existentes até então. “Comparadas com as que existem hoje, todas as tiranias do passado foram frouxas e ineficientes”, afirma Orwell em 1984.⁵¹ O olhar totalitário que está em toda parte, a manipulação do passado e o aniquilamento do presente, o terror como política cotidiana do

Guerra Mundial. Segundo o autor, a partir de 1914 houve uma regressão do progresso “material, intelectual e moral” que ocorrera no século anterior e nos anos iniciais do século XX. Cf. op. cit., p. 15 e 22.

⁴⁷ Cf. FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 7-8. Lembremos, por exemplo, que Hannah Arendt considera como tal, além da Alemanha de Hitler, a Rússia de Stálin. Cf. ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo: imperialismo, a expansão do poder*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Documentário, 1976.

⁴⁸ Apud BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Trad. Carmen Varriale et al. 12. ed. Brasília: Editora da UnB, 2002. p. 1248.

⁴⁹ Cf. loc. cit.

⁵⁰ LENHARO, Alcir. *Nazismo: o triunfo da vontade*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 78.

⁵¹ ORWELL, George. 1984. Tradução de Wilson Velloso. 24. ed. São Paulo: Nacional, 2000. p. 192. George Orwell, pseudônimo de Eric Arthur Blair, nasceu em 1903 nas Índias britânicas e escreveu 1984 no ano de 1949. Anos antes, já havia feito outro livro em que denunciava o comunismo stalinista, *A revolução dos bichos* (1945).

Estado revelam a face do novo poder. A luta do personagem Winston contra o totalitarismo mostra-se dramática; afinal, esta nova forma de poder, onde todo o universo humano devia estar sob o domínio do Estado, acarreta a despersonalização do indivíduo. Assim, “[...] nada pertencia ao indivíduo, com exceção de alguns centímetros cúbicos dentro do crânio”.⁵² Nesse sentido, ao analisar o novo tipo de poder, também considerou Hannah Arendt que “os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados. Distinguem-se dos outros partidos e movimentos pela exigência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual.”⁵³

O nazismo, baseado em pressupostos que consideravam a raça como ponto de partida, oferecia uma explicação que envolvia certezas incontestes e totais para explicar a história. A filosofia da história apresentada pelos nazistas estabelecia como lei fundamental “[...] a desigualdade das raças e a disputa pelo espaço vital”.⁵⁴ *Raça* superior, à ariana estaria reservado um destino trágico caso as *raças* consideradas inferiores não fossem eliminadas. O *Lebensraum* (espaço vital) deveria ser a conquista dos mais fortes, e investir no aprimoramento da *raça* era o que Hitler propunha como função do Estado:

O que não tem sido feito em outros setores deve ser empreendido pelo Estado. A raça deve ser vista como ponto central da atuação do Estado na vida geral da nação. Deve ser conservada pura. A infância deve ser vista como a mais preciosa propriedade da Pátria. Deve-se providenciar para que só pais sadios possam ter filhos. Só há uma coisa vergonhosa: é que pessoas doentes ou com certos defeitos possam procriar, e deve ser considerada uma grande honra impedir que isso aconteça. Por outro lado, deve ser condenado o privar a nação de filhos sadios. O Estado deve pôr todos os recursos *médicos* a serviço dessa concepção. Deve proclamar como incapaz de procriar quem quer que seja doente ou tenha certas taras hereditárias e levar esse propósito ao terreno prático.⁵⁵

O nacional-socialismo alemão conseguiu fazer do fascismo, iniciado na Itália na década de 1920, “um movimento geral”: “[...] sem o triunfo de Hitler na Alemanha, a idéia do fascismo como um movimento *universal*, como uma espécie de equivalente direitista do comunismo

⁵² ORWELL, George. 1984, op. cit., p. 29.

⁵³ ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*, op. cit., p. 373. Assim, “[...] o totalitarismo que se preza deve chegar ao ponto em que tem de acabar com a existência autônoma de qualquer atividade que seja, mesmo que se trate de xadrez”. Ibidem, p. 372.

⁵⁴ Assim, “enquanto os instintos vitais de conservação e de reprodução são ilimitados, diz Hitler em *Mein Kampf*, o espaço é limitado, e a guerra se torna inevitável”. LENHARO, Alcir, *Nazismo: o triunfo da vontade*, op. cit., p. 73.

⁵⁵ HITLER, Adolf. *Minha luta* (Mein Kampf). São Paulo: Editora Moraes, 1983. p. 253, grifo do autor.

internacional tendo Berlim como sua Moscou, não teria se desenvolvido”.⁵⁶ No entanto, o racismo que o nazismo apregoava e que influenciou, inclusive, a Itália de Mussolini, posteriormente, não era uma invenção alemã. O que houve de novo foi ter sido a base que impulsionou as ações do Estado e para o qual esteve voltada a Alemanha do período nazista. Nesse sentido é que Arendt diz:

Afirmou-se várias vezes que a ideologia racial foi uma invenção alemã. Se assim fosse, então o “modo de pensar alemão” teria influenciado uma grande parte do mundo intelectual muito antes que os nazistas se engajassem na malograda tentativa de conquistar o mundo. Pois se o hitlerismo exerceu tão forte atração internacional e intereuropéia durante os anos 30, é porque o racismo, embora promovido a doutrina estatal só na Alemanha, refletia a opinião pública de todos os países. [...] O racismo não era arma nova nem secreta, embora nunca antes houvesse sido usada com tão meticulosa coerência.⁵⁷

No entanto, mesmo sem o ter inventado, a forte influência internacional que exerceu se fez sentir em inúmeros países. Idéias que excluía o outro, que condenavam de forma absoluta seres apontados como inferiores (como ciganos, judeus, doentes mentais, etc.), instituíam outras formas de poder e de saberes sociais. Os discursos que disseminavam tais modelos e fortaleciam suas práticas chegavam ao Brasil e encontravam, muitas vezes, situações propícias para seu fortalecimento. A *problemática* de um povo miscigenado se imporia mais uma vez. Porém, o que a Alemanha nazista proclamava em relação à raça ariana não poderia servir de modelo às tentativas de formação (transformação) da identidade brasileira empreendidas por políticos, intelectuais, cientistas. A purificação racial que o líder austríaco elegera como programa político que nortearia as demais decisões do Estado, e que seria exaustivamente exposta por ele anos antes de ascender ao poder na Alemanha, não se apresentava de fácil defesa em um país composto por negros, brancos e índios. Para Hitler:

A raposa é sempre raposa, o ganso, ganso, o tigre, tigre etc. A diferença só poderá residir na medida variável de força, robustez, agilidade, resistência etc., verificada em cada um individualmente. Nunca se achará, porém, uma raposa

⁵⁶ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*, op. cit., p. 120, grifo do autor. Além disso, Hobsbawm avalia que a importância do fascismo para o mundo provavelmente não existiria sem a Grande Depressão. Em relação aos movimentos que ameaçavam o liberalismo, ele explica que pertenciam à direita, mas nem todos eram fascistas. No entanto, “[...] o fascismo, primeiro em sua forma original italiana, depois na forma alemã do nacional-socialismo, inspirou outras forças antiliberais, apoiou-as e deu à direita internacional um senso de confiança histórica: na década de 1930, parecia a onda do futuro”. A grande diferença, para o autor, entre as duas direitas, a fascista e a não fascista, é que a primeira “existia mobilizando as massas de baixo para cima”. Cf. op. cit., p. 116, 121 e 132.

⁵⁷ ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*, op. cit., p. 188. Continua Arendt: “A verdade histórica de tudo isso é que a ideologia racista, com raízes profundas no século XVIII, emergiu simultaneamente em todos os países ocidentais durante o século XIX. Desde o início do século XX, o racismo reforçou a ideologia da política imperialista.”

manifestando a um ganso sentimentos humanitários da mesma maneira que não há um gato com inclinação favorável a um rato.⁵⁸

Seriam as leis da natureza agindo para evitar a “[...] associação individual dos mais fracos com os mais fortes, ainda menos a fusão de uma raça superior com uma inferior. Isso se traduzira em um golpe quase mortal dirigido contra todo o seu trabalho ulterior de aperfeiçoamento executado talvez através de centenas de milênios”.⁵⁹ Porém, se o modelo racial da Alemanha nazista dificultava as construções de identidade empreendidas no país baseadas na miscigenação,⁶⁰ oferecia, por outro lado, um anti-semitismo que podia mais facilmente ser assimilado por muitos que pensavam sobre os destinos políticos do Brasil. Assim é que o integralista Tenório de Albuquerque, ao ressaltar sua admiração pelo nazismo, reconhecia a “inaplicabilidade” do seu modelo racial para o país, mas não deixava de exaltar os seus aspectos anti-semitas, alertando para o “problema judaico” brasileiro.⁶¹

Michel Foucault considera as relações de poder constituídas através do “enfrentamento belicoso das forças”, ao invés de baseadas em termos apenas repressivos.⁶² O autor estabelece tal concepção distanciando-se da visão contratualista de poder. Não mais o poder baseado no “esquema contrato-opressão”, mas no “esquema guerra-repressão”, onde ocorreriam tais enfrentamentos.⁶³ Para ele, “[...] é preciso desvencilhar-se do modelo Leviatã, desse modelo de um homem artificial, a um só tempo autômato, fabricado e unitário igualmente que envolveria todos os indivíduos reais, e cujo corpo seriam os cidadãos, mas cuja alma seria a

⁵⁸ HITLER, Adolf. *Minha luta*, op. cit., p. 186.

⁵⁹ Idem, ibidem.

⁶⁰ Para Hitler, “o resultado do cruzamento das raças” resultaria, inevitavelmente, em um “rebaixamento do nível da raça mais forte” e no “regresso físico e intelectual e, com isso, o começo de uma enfermidade, que progride devagar, mas seguramente. Provocar semelhante coisa não passa então de um atentado à vontade do Criador.” Ibidem, p. 186-187.

⁶¹ Inicialmente, Tenório de Albuquerque expõe a impossibilidade do modelo nazista para o Brasil apontando o que seriam características de dissonância cultural: “O Nazismo merece-nos admiração, mas reconhecemos a inaplicabilidade do seu programa no Brasil. O seu rigorismo contrasta com o nosso espírito de rebeldia. Somos escandalosamente um povo de indisciplinados.” Mais adiante, ao comparar o nazismo ao integralismo, considera os aspectos divergentes relacionados à formação racial de cada país: “ainda não temos o nosso tipo étnico definitivo, que será o amálgama de vários tipos assaz diversos, com a intercorrência de um fator quicá preponderante: o ambiente. O tipo alemão, sujeito, é claro, a cambiantes mesológicos, já está formado, as suas tendências já estão caracterizadas”. Exalta também o anti-semitismo alemão, alertando para “o problema judaico” no Brasil: “provada não só a interferência como a chefia dos judeus nos movimentos comunistas que convulsionaram a Alemanha, ficou evidenciada a sua perniciosidade aos destinos do país, como conseqüência, impôs-se a adoção de medidas repressoras anti-judaicas. [...] Aqui no Brasil, [...] eles apenas sub-repticiamente exercem influência na administração do país, no mais das vezes indiretamente. Se não há razões que, no momento, forcem a expulsão dos judeus aqui domiciliados, é indiscutível a precisão de providências coercitivas, que impeçam a implantação no Brasil, dos processos judaicos de mercantilagem.” ALBUQUERQUE, Tenório de. *Integralismo, nazismo e fascismo*. Rio de Janeiro: Minerva, 1937. p. 80, 85-87.

⁶² Cf. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 24.

⁶³ Cf. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*, op. cit., p. 24.

soberania”.⁶⁴ É nesse sentido que podemos entender a constituição de idéias que passariam a adquirir força em momentos onde o liberalismo, as democracias eram questionadas. Em períodos como aqueles, fortaleciam-se grupos que defendiam posições de intolerância, de xenofobia, de preconceitos. Havia enfrentamentos entre os que lutavam para minar tais posições e os que as defendiam com vigor. Mas pensamentos como os que Tenório de Albuquerque tornava públicos eram adotados por vários intelectuais e políticos brasileiros nas décadas de 1930 e 1940, e encontrariam respaldo em um regime ditatorial que se opunha ao liberalismo e se identificava, em muitos aspectos, com o nazi-fascismo.

Foi o que ocorreu, também, com o integralista Gustavo Barroso, que se dedicou a explorar o anti-semitismo com suas obras publicadas nas décadas de 1930 e 1940. Como afirmou Tucci Carneiro, o discurso contrário aos judeus estava presente em todas as obras do autor, que não deixou de se posicionar publicamente a respeito do assunto, como fazia nas reuniões da Academia Brasileira de Letras. “Suas obras tinham público e admiradores, sendo que suas teses anti-semitas foram fortalecidas por outras publicações do mesmo gênero”.⁶⁵ *Brasil, colônia de banqueiros*, editado pela Civilização Brasileira, foi considerado, em novembro de 1934, “o livro do dia” pelo Diário da Tarde, de Recife.⁶⁶ Na cidade, podia ser encontrado na Rua Duque de Caxias, nº 228, onde se situava a Livraria Moderna. Segundo o vespertino, ser alçado à condição de livro do dia justificava-se “[...] porque ele é um libelo, uma lição e uma advertência das mais oportunas para os brasileiros que ainda se interessam pelos destinos de sua terra”.⁶⁷ No “libelo” em questão, os judeus são responsabilizados pelo domínio econômico do Brasil em mais uma referência à acusação de conspiração mundial a eles atribuída.⁶⁸

Livres de Portugal em 1822, não nos libertamos da metrópole comercial inglesa senão lá para 1834, pois até essa data duraram os efeitos do tratado preferencial. E passamos a um jugo pior: fomos transformados em colônia da casa bancária judaica Rotschild, em colônia do super-capitalismo [sic]

⁶⁴ Ibidem, p. 40.

⁶⁵ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas*, op. cit., p. 373. Algumas obras anti-semitas de Barroso: *Brasil, colônia de banqueiros* (1934); *Sinagoga paulista* (1937); *Judaísmo, comunismo e maçonaria* (1937); *Roosevelt é judeu* (1938) e *História secreta do Brasil* (1939).

⁶⁶ Cf. O livro do dia. *Diário da Tarde*, Recife, 07 nov. 1934, p. 1.

⁶⁷ Brasil – Colônia de Banqueiros. *Diário da Tarde*, Recife, 07 nov. 1934, p. 2.

⁶⁸ Na obra, Barroso retoma a questão dos *Protocolos dos Sábios de Sião* e reitera o que seria o domínio mundial judaico e os males por ele ocasionado a diversos países. Cf. BARROSO, Gustavo. *Brasil: colônia de banqueiros*. 2. ed. Porto Alegre: Revisão, 1989. p. 24. O livro foi reeditado em comemoração ao centenário do nascimento do autor pela editora anti-semita Revisão, que publicava obras como as de S. E. Castan (tais como: *Holocausto judeu ou alemão?* e *Acabou o gás!...O fim de um mito*).

internacional, que não tem pátria e como que obedece a leis secretas de aniquilamento de todos os povos.⁶⁹

Entre as obras com temática semelhante publicadas na década de 1930, podemos citar a do Padre J. Cabral, *A questão judaica*. O livro, exaltado em seu prefácio por Gustavo Barroso — que o considerou uma obra “irrespondível”, “um estudo sério e desapaixonado” e que “fará muito maior mal aos judeus do que um *program*” —, retoma inúmeros estereótipos e reitera a defesa do anti-semitismo.⁷⁰ Cabral justifica suas posições contrárias aos judeus utilizando-se de elementos religiosos, provavelmente sem deixar de perceber que a sua condição de padre podia servir para legitimar seus discursos. Considerando duas formas de anti-semitismo, o autor explica ao seu leitor aquela a ser rejeitada: a que dissemina o ódio e a violência contra os judeus, uma vez que o país é constituído por cristãos e brasileiros. E expõe a outra forma a ser adotada, “a outra espécie de antissemitismo [sic]”: “[...] isto é a defesa de nosso patrimônio de costumes e crenças, legado precioso de nossos antepassados. Não podemos nem devemos permitir que elementos estranhos venham exercer um predomínio injustificável sobre nós, com detrimento do que temos de mais sagrado e de mais augusto: pátria, família e religião.”⁷¹

Muitas das idéias difundidas à época por autores como Albuquerque, Barroso e Cabral mostravam os judeus como perigosos bolchevistas, capitalistas que queriam dominar o mundo, resistentes à assimilação, enfim, opostos ao que se desejava para compor o contingente imigratório brasileiro. Posições anti-semitas também eram expressas por vários políticos, por membros do governo. Em outubro de 1938, Oswaldo Aranha enviava ofício para o interventor de São Paulo, onde afirmava que “o israelita, por tendência milenar, é radicalmente avesso à agricultura e não se identifica com outras raças e outros credos. Isolado, há ainda a possibilidade de vir a ser assimilado pelo meio que o recebe, tal como aconteceu, em geral, no Brasil, até a presente época. Em massa, constituiria, porém, iniludível perigo para a

⁶⁹ BARROSO, Gustavo. *Brasil: colônia de banqueiros*, op. cit., p. 23.

⁷⁰ Eis alguns destes estereótipos contidos em seu discurso: “Não alimentamos preconceitos raciais ou religiosos, pois felizmente, tais preconceitos não medram na imensa pátria brasileira. Afirmamos, porém, que o imigrante judeu é indesejável porque é infenso aos trabalhos do campo, não gosta da agricultura; são urbanistas por excelência, que virão agravar as dificuldades que, afanosamente, pretendemos resolver”. Além disso, “a introdução do elemento judaico não convém ao povo brasileiro, pois os israelitas, onde se fixam, procuram logo dominar. Tratam, quanto antes, de assenhorear-se da política, da administração, das finanças e da técnica, a-fim-de submeterem a população local ao jugo do messianismo da raça de Judá”. CABRAL, J. *A questão judaica*. Porto Alegre: Globo, 1937. p. 212.

⁷¹ *Ibidem*, p. 46.

homogeneidade futura do Brasil”.⁷² Opinião não muito diferente era expressa por Afonso Arinos de Melo Franco, que acreditava que o dinheiro, assim como a classe, não tem pátria:

Portanto, o judeu argentário estará a serviço da alta finança internacional, e o judeu messiânico aderirá, irresistivelmente, à mística da salvação do mundo pela internacional do proletariado. A mesma inclinação psicológica, a mesma atividade natural do instinto, levam os judeus a duas direções, que são dois contrastes: o banco e a célula revolucionária, e ele serve ao internacionalismo capitalista, sendo banqueiro, e serve ao internacionalismo proletário sendo agitador comunista. Esta contradição inverossímil encerra, afinal, impulsos de uma unidade psicológica absoluta.⁷³

No período em que tais discursos ganhavam força no país,⁷⁴ o regime nazista vigorava na Alemanha e disseminava o anti-semitismo moderno que passara a ser constituído através das teorias racialistas do século XIX. Estas teorias tinham em comum a crença no determinismo inexorável da raça. Nelas, afirma Todorov: “[...] o indivíduo é impotente face à raça, seu destino é decidido por seus ancestrais e os esforços dos educadores são em vão. A partir dessa certeza ‘científica’ o racialista chega a um conjunto de preceitos referentes à vida prática, pois a moral deve se submeter à ciência — a menos que esta produza uma moralidade superior. E esses preceitos serão finalmente reverenciados à maneira dos dogmas religiosos.”⁷⁵ O autor explica que a leitura que realizamos atualmente sobre o racialismo está orientada, principalmente, pela influência que ele exerceu sobre o nazismo, “que conduziu ao extermínio de muitos milhões de seres humanos — um dos maiores crimes raciais da história da humanidade”.⁷⁶

Os séculos XIX e XX mudariam o anti-semitismo, que antes ocorria através da oposição religiosa entre catolicismo e judaísmo e que, a partir de então, se justificaria tendo por base critérios científicos racialistas: “o anti-semitismo, de modo geral, pode se distinguir por suas várias formas de expressão: religioso (o mais antigo), xenófobo cultural, racial e político. Entretanto, a principal diferença encontra-se na fundamentação empregada para justificar essa desigualdade:

⁷² Ofício de Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, para Adhemar de Barros, interventor federal no estado de São Paulo. Rio de Janeiro, 20.10.1938. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas*, op. cit., anexo 8, p. 522.

⁷³ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Preparação ao nacionalismo. In: CABRAL, J. *A questão judaica*, op. cit., p. 74.

⁷⁴ Tucci Carneiro avalia a questão da disseminação do anti-semitismo na era Vargas e conclui que o mesmo não se restringiu ao círculo do poder e ao núcleo integralista. Isto porque na década de 1940 circularam panfletos anti-semitas em São Paulo e no Rio de Janeiro com caráter doutrinário. Em Pernambuco, a causa antijudaica esteve presente em órgãos da imprensa como o jornal *Folha da Manhã* e a revista *Fronteiras*. Cf. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas*, op. cit., p. 381-382.

⁷⁵ TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros*, op. cit., p. 169-170.

⁷⁶ “O autor de *Mein Kampf*”, continua Todorov, “professava, com efeito, doutrinas que não se distinguiam sensivelmente das de nossos racialistas do século XIX, que, aliás, sabe-se que leu.”. *Ibidem*, p. 172.

uma *teológica* (da Antigüidade até o século XIX) e a outra *científica* (séculos XIX e XX).⁷⁷ É verdade que a exclusão apregoada e executada pelo nazismo não atingia apenas os judeus, como ressalta Roney Cytrynowicz:

Para os nazistas, matar judeus, ciganos ou doentes incuráveis, era como extirpar um câncer de um corpo são. Para o nazismo, a medicina deveria se ocupar da higiene racial, da pureza étnica, e não dos indivíduos. Esta idéia deriva da visão de que a história era movida por uma permanente luta entre as raças, luta na qual os arianos seriam os vencedores. Os nazistas se viam, portanto, como agentes biológicos que intervinham em um processo histórico-natural para abreviar um fim que se imporia pela lógica da história, que daria vitória aos arianos.⁷⁸

A guerra daria a oportunidade de execução de um programa de assassinatos que incluía vários grupos.⁷⁹ “O decreto decisivo que originou todos os assassinios em massa subsequentes foi assinado por Hitler a 1 de setembro de 1939 — no dia em que foi declarada a guerra à Polônia — e se refere não aos loucos apenas (como se supõe erradamente muitas vezes) mas a todos os que eram ‘doentes incuráveis’, Os loucos foram apenas os primeiros a morrer.”⁸⁰ No documentário *Arquitetura da Destruição*, de Peter Cohen (1994), podemos ver como a estética e a política nazista eram indissociáveis; como a raça e sua pretensa superioridade se inseriam naquela associação; e, conseqüentemente, como o conceito de eutanásia foi deturpado, deixando de ser a morte para aliviar o sofrimento de pacientes terminais, ao servir para eliminar doentes, loucos, aleijados, etc. Era a estetização da política através de critérios raciais, onde a eliminação deveria ser a viga mestra para o triunfo ariano.

Em 1925, o primeiro volume de *Mein Kampf* chegava às mãos dos alemães.⁸¹ Sem ultrapassar a vendagem dos dez mil exemplares no primeiro ano de sua publicação, o livro expunha abertamente o que mais tarde seria executado naquele regime: “o instinto de conservação da espécie é sempre a causa da formação das sociedades humanas. Por isso, o Estado é um organismo racial e não uma organização econômica, diferença essa que,

⁷⁷ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, op. cit., p. 41.

⁷⁸ CYTRYNOWICZ, Roney. Loucura coletiva ou desvio da história: as dificuldades de interpretar o nazismo. In: *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. Organização de Osvaldo Coggiola. São Paulo: Xamã; Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1995. (Série eventos). p. 217.

⁷⁹ Para Arendt, a guerra não foi a responsável pela falta de ética de Hitler, ou seja, o líder da Alemanha não foi obrigado a atos que não desejava. Antes, “considerava a carnificina da guerra uma excelente oportunidade de assassinatos que, como todos os outros pontos do seu programa, se media em termos de milênios”. ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*, op. cit., p. 397.

⁸⁰ Ibidem, nota de rodapé nº 18.

⁸¹ Cf. FEST, Joachim. *Hitler*, op. cit., p. 286.

sobretudo hoje em dia, passa despercebida aos chamados ‘estadistas’.”⁸² Anos depois, o futuro *Führer* afirmaria que “um ser bebe o sangue do outro. Enquanto um morre, o outro se alimenta. É preciso não ficar por aí dizendo tolices, falando de humanidade”.⁸³ Tempos de intolerância se anunciavam, tempos de exclusão do outro; tempos, enfim, de extermínio de milhões de pessoas, executadas em nome da superioridade racial.

1.4 O Estado Novo e o *novo*

A década de 1930 se opôs ao período anterior, negando “os princípios políticos do liberalismo clássico” e adotando “novas formas de controle social, agora dirigidas de maneira cada vez mais centralizada à sociedade como um todo”.⁸⁴ “A população era mantida em um estado de excitação contínuo através de discursos, de medidas saneadoras constantemente anunciadas e da incessante ação policial. Tudo disseminava a idéia de que, efetivamente, articulava-se a transformação da sociedade.”⁸⁵ Nesse sentido, o aparato policial foi de fundamental importância para fazer valer o projeto político do Estado Novo, que intensificava o controle social em um regime nacionalista. Como analisou Elizabeth Cancelli, a partir daquela década a “vigilância constante sob a qual fora colocada toda a sociedade e a importância cada vez maior que adquiriu o aparato policial evidenciavam a disponibilidade da polícia em responder a um projeto político que não se absteve de aprisionar ou liquidar certas categorias da população”.⁸⁶ Entre as estratégias de controle policial estavam a repressão, o terror e a vigilância.⁸⁷ As funções atribuídas à polícia nos anos posteriores a 1930 geraram a centralização do órgão, sua independência e importância em relação a outras instituições, bem como novas técnicas de poder. O terror, os novos métodos de tortura, a delação faziam parte do período, fornecendo suportes para a legitimação do regime.

No sistema penitenciário iam sendo colocadas parcelas da população indesejada e desrespeitados os “aspectos legais que giravam em torno das normas penitenciárias, ou dos direitos

⁸² HITLER, Adolf. *Minha luta*, op. cit., p. 103.

⁸³ Discurso em Hersbruck (30.11.1930). In: *Ibidem*, p. 256.

⁸⁴ CANCELLI, Elisabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: UnB, 1993. p. 25.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 76.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 26.

⁸⁷ “Utilizando-se da polícia, foram montadas as estratégias de dominação com a utilização do terror. Tratou-se de liquidar as resistências dos antagonistas do governo, seus inimigos objetivos, e fazer crer a toda a população que cada pessoa fazia parte do serviço de vigilância do regime. Este serviço, cuja tarefa era delegada diretamente como deferência a Vargas, era executado pelo seu mais temível braço executivo: a polícia”. *Ibidem*, p. 36-37.

humanos”.⁸⁸ Ao tentar entender as especificidades dos regimes populistas de Vargas e Perón em relação à propaganda política, Maria Helena Capelato acredita que tanto o governo brasileiro quanto o argentino empreenderam ações para construir uma identidade nacional coletiva que se opusesse à identidade nacional liberal, individualista.⁸⁹ A construção da identidade nacional coletiva, por sua vez, ocorria através da oposição ao *outro*, apontado como adversário da unidade social. Assim:

As noções de cidadania e participação política foram redimensionadas dando ênfase à unidade e à ordem em lugar da pluralidade e liberdade. As imagens de unidade caracterizavam as representações da identidade coletiva nos dois regimes, apareciam associadas à idéia/imagem das massas guiada pelo líder, seu condutor. Tanto a propaganda varguista como a peronista insistiam na afirmação do *nós* coletivo em detrimento do *eu* individual, que implicava na exclusão do *outro*, indicado como inimigo: os opositores de diferentes tipos eram apontados como ameaças à unidade e harmonia do todo social, ou do coletivo, representado pela nação.⁹⁰

Mas se a repressão constituía um dos grandes alicerces da ditadura, não era o único. Nesse sentido, podemos considerar a pergunta feita por Foucault: “Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido?”⁹¹ Para o autor, o poder, visto somente em sua concepção jurídica, seria apenas interdição, proibição. Para que seja aceito e sobreviva, no entanto, é necessário que traga consigo, também, uma produtividade, uma força que produza verdades:

O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma de saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.⁹²

O poder, assim, que só existe com o saber, divulga verdades, formas de como devemos viver, pensar, atuar. A crise do liberalismo e os regimes ditatoriais que despontavam em várias partes do mundo nos anos 1920 e 1930 não deixariam de influenciar o Brasil.⁹³ As verdades

⁸⁸ CANCELLI, Elisabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*, op. cit., p. 180.

⁸⁹ Cf. CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política no varguismo e peronismo: caminhos metodológicos. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al. (orgs.). *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 68.

⁹⁰ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política no varguismo e peronismo, op. cit., p. 68, grifo da autora.

⁹¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 8.

⁹² Loc. cit.

⁹³ Como explica Maria Helena Capelato, o Estado Novo se constituiu em decorrência de uma política de massas que começara a partir de 1930, com a subida de Vargas ao poder. Esse tipo de política “[...] desenvolveu-se no período entre as guerras a partir das críticas ao sistema liberal, considerado incapaz de solucionar os problemas sociais. Nesses anos manifestou-se na Europa, e em outras partes do mundo, uma crise do liberalismo: os impactos da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa provocaram, segundo inúmeros autores, uma crise

que se construía em torno de novos poderes como os nazi-fascistas, os discursos que apresentavam os regimes liberais como modelos ultrapassados, inviáveis, influenciavam e serviam para que a ditadura fosse instalada no país. “Apesar de apresentar características próprias, o Estado Novo teve inegável inspiração européia. Um traço comum foi a crítica à liberal democracia e a proposta de organização de um Estado forte e autoritário, encarregado de gerar as mudanças consideradas necessárias para promover o progresso dentro da ordem”.⁹⁴ A própria Constituição de 1937 era inspirada na Carta del Lavoro da Itália fascista.

A contraposição ao liberalismo estaria presente na afirmação dos ideais do regime estado-novista, que se apresentaria como portador de valores e práticas novos. O *novo* era constantemente ressaltado e servia como elemento legitimador para a ditadura. Esta diretriz tinha o intuito de estabelecer o presente como instituidor de novas práticas políticas, de realidades diferenciadas, em oposição a um passado apresentado como negativo e, portanto, condenado ao fim. “O contraste entre o antes e depois era marcante: o antes era representado pela negatividade total e o depois (Estado Novo) era a expressão do bem e do bom. Havia promessas de um futuro glorioso.”⁹⁵ Mesmo não “sendo visualizado como o ponto zero” — já que o golpe de 1937 aparecia como o redentor do que era apresentado como desvios da Revolução de 1930 —, o Estado Novo constituiu-se através da representação do novo, como sendo o seu portador diante de uma sociedade que necessitaria de mudanças.⁹⁶ Nesse sentido, afirmava que libertaria o homem de seus antigos domínios em que havia a “predominância de interesses particulares” e que iniciava o que seria a era do “primado do bem público”, ou seja, os direitos individuais estariam, a partir de então, limitados pelo interesse coletivo da população.⁹⁷

de consciência generalizada que, por sua vez, resultou em críticas à democracia representativa parlamentar de cunho individualista.” CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* Op.cit., p. 109.

⁹⁴ Ibidem, p. 109-110.

⁹⁵ CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* Op.cit., p. 123. Nesta afirmação, a autora aborda de que forma os discursos estado-novistas eram difundidos nas escolas: “as crianças aprendiam o que significava o novo através de publicações de textos em forma de diálogo: as perguntas e respostas ensinavam didaticamente o sentido das mudanças”.

⁹⁶ Como analisa Ângela Gomes, 1937 não é “visualizado como o ponto zero”: “São nítidos os laços que se constroem entre os acontecimentos e a proposta de 1937 e a Revolução de 1930. Esses dois fatos surgem, na verdade, como dois momentos, como duas etapas de um mesmo processo revolucionário”. Neste caso, proclamavam-se os desvios posteriores à Revolução de 30 (período 1932 e 1934) e seus objetivos iniciais que, finalmente, eram retomados e postos em prática a partir de 1937. O golpe apareceria, então, como o redentor de 30, e o que seria mais um caminho, o do liberalismo constitucional, era excluído do campo das possibilidades políticas e apresentado como um “desvio revolucionário”. Cf. GOMES, Ângela Maria de Castro. *O redescobrimto do Brasil*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*, op. cit., p. 112 e 118.

⁹⁷ Cf. MAGALHÃES, Agamenon. *O primado do bem público* (12.04.1938). In: _____. *Idéias e lutas*. Introd. Nilo Pereira; apres. Roberto Magalhães. Recife: Editora Raiz; Fundarpe, 1985. p. 160-161.

O regime do Estado Novo apresentava-se em contraposição aos regimes liberais, que teriam falhado em questões primeiras como a do bem-estar do homem na sociedade. Colocava-se em oposição às antigas democracias e suas formas de representação eleitoral ou igualdade política, *oferecendo*, em contrapartida, um regime sob a égide de um Estado forte, responsável pela realização dos direitos sociais do homem. Seria a instituição da democracia social.⁹⁸ O Brasil do regime liberal, com seu desprezo pelo homem, ficava para trás e surgia, em seu lugar, uma política responsável pela inserção de um novo homem, integrado e socialmente protegido.⁹⁹ Em Pernambuco, o interventor Agamenon Magalhães, em defesa do Estado Novo, construiu um discurso sobre o período que antecederia o golpe no país. O passado liberal foi apresentado como parte de um tempo em que existia apenas a ilusão eleitoral, uma vez que não havia um compromisso entre Estado e sociedade depois do voto. Em contraposição, o Estado Novo passava a atuar como uma força “viva, atuante, decidida”, resolvendo os males de ausências passadas no que se referia à intervenção e interação com a sociedade:

Antes de 10 de Novembro havia a ficção do voto. O cidadão comparecia em dia e hora marcada à seção eleitoral e escolhia o governador, o deputado ou o Presidente da República. Depois disto, lavava as mãos como Pilatos. Não tinha mais encargos, nem deveres. O eleito que se agüentasse. Essa forma de participação individual do cidadão no governo era evidentemente ilusória. Nem o eleito, nem o povo tinham responsabilidades. Eram soberanos. O regime de 10 de Novembro acabou com essa comédia. O governo hoje é a nação viva, atuante, decidida.¹⁰⁰

A centralização por que passava o país resultava na construção de novas tramas que envolveriam o cenário nacional, a exemplo do controle das informações nos meios de comunicação e da propaganda política, que já aconteciam desde o início da década de 1930, mas que seriam consolidados com o apoio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em dezembro de 1939.¹⁰¹ “É durante o Estado Novo que se elabora a montagem de

⁹⁸ “A democracia do Estado Novo não era política, mas *social*, porque contrapunha-se à liberal-democracia, que não se voltava para o problema do bem-estar comum. Exatamente por essa razão, podia ser qualificada como uma ‘democracia autoritária’, mas não podia ser identificada a um regime tirano.” GOMES, Ângela Maria de Castro. Op. cit., p. 132.

⁹⁹ Cf. VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*, op. cit., p. 90-91.

¹⁰⁰ MAGALHÃES, Agamenon. O encargo de governar (24.07.1941). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 30.

¹⁰¹ Cf. BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 203. Eis alguns dados reveladores do controle que o DIP estabeleceu nos meios de comunicação: “imprensa e rádio foram os veículos privilegiados para a transmissão das mensagens de propaganda. As empresas jornalísticas só podiam se estabelecer se obtivessem registro no DIP, e as atividades profissionais também ficaram sob seu controle; a partir de 1940, 420 jornais e 346 revistas não conseguiram registro no departamento. Os que insistiram em

uma propaganda sistemática do governo. E o que é mais inédito é que existe todo um discurso que legitima a necessidade de se propagandear o governo.”¹⁰² No período ditatorial, o governo passou a investir na propaganda política de massas através do rádio, do jornal, do teatro, da música... Como afirma Zélia Gominho, “a *Revolução de Trinta* e o *Golpe de 1937* assumem o desejo de romper com o passado; anseio assegurado pela repetida expressão de implantar o *novo* e o *moderno*, percebidos pela necessidade de instituir e propagar a imagem do Estado, da Nação e do Povo Brasileiro que daquele momento em diante deveria vigorar, através de *novos* conceitos”.¹⁰³ Nesse sentido, enfatiza a autora, os veículos de comunicação, através do controle do Departamento de Imprensa e Propaganda, seriam importantes para sustentar o regime estado-novista.¹⁰⁴

No rádio e na imprensa, o governo voltaria com mais força sua atenção para executar a propaganda política, controlando rigorosamente as informações que deviam fortalecer o modelo do *novo* Estado. Modelo este que não resultaria em um discurso oficial único, mas que, apesar das diferentes concepções expostas, apresentava elementos partilhados, como aponta Lúcia Lippi, pela maior parte de sua elite intelectual e política. Entre eles, estariam “a defesa de um projeto centralizador para a política brasileira” e “a defesa do papel predominante, prioritário e exclusivo das elites no processo de mudança social”.¹⁰⁵ Sobre a força dos meios de comunicação para difundir os ideários estado-novistas, principalmente através da imprensa escrita e do rádio, diria Agamenon Magalhães:

A imprensa e o rádio são hoje os poderosos motores da opinião. Em um segundo a opinião pode ser esclarecida, modificando o seu julgamento sobre um determinado fato, como em igual tempo, pode ser exaltada, assumindo atitudes de revolta e condenação injusta. O bem e o mal estão destarte polarizados entre a rotativa e o rádio. Uma palavra se imprime e irradia hoje com a velocidade da luz. Por isto a propaganda deve ser função do Estado porque, sem ela, não há visibilidade, nem orientação.¹⁰⁶

No período que antecedeu o Estado Novo, inúmeras propostas políticas despontaram no país: tenentistas, integralistas, liberais, democratas, comunistas... Durante a década de 1930, vários eram os grupos e as proposições dos rumos que deveriam decidir o modelo a ser escolhido

manter sua independência tiveram sua licença cassada”. CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Op. cit., p. 204.

¹⁰² VELLOSO, Mônica Pimenta. Op. cit., p. 72.

¹⁰³ GOMINHO, Zélia de Oliveira. *Veneza americana x mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife* (décadas de 30 e 40). Recife: CEPE, 1998. p. 74. Grifo da autora.

¹⁰⁴ Cf. ibidem, p. 75.

¹⁰⁵ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Tradição e política: o pensamento de Almir de Andrade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*, op. cit., p. 32.

¹⁰⁶ MAGALHÃES, Agamenon. A imprensa no Estado Novo (25.02.1938). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 247-248.

para o Brasil. A própria Aliança Liberal, que lançara a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República em 1929, encontrava-se dividida acerca de questões relacionadas ao poder e seus desdobramentos. Formada por grupos diversos, divergiam acerca dos modelos políticos a serem adotados pelo país.¹⁰⁷ O levante comunista em 1935 concorreu para fortalecer o discurso, por parte do governo Vargas, da ameaça bolchevique no país e do medo de um novo ataque comunista, contribuindo para instituir o Estado Novo, também conhecido por Estado Nacional. A partir de então, o país viveria “um dos momentos mais repressivos e eficientes de sua história”.¹⁰⁸ Produz-se um discurso oficial em que o povo é representado como fundamental para construir o cenário político,¹⁰⁹ mas ao mesmo tempo necessitando ser conduzido pelo Estado, já que se afirma que é ingênuo e incapaz de decidir seus destinos. Deveria, portanto, estar sob sua tutela e orientação.¹¹⁰ Também já não atuavam, ao menos livremente, os grupos oposicionistas — com suas propostas que geraram embates a partir de 1930 —, a exemplo dos comunistas e integralistas, colocados na ilegalidade, assim como todos os partidos políticos e, “na prática”, o regime estado-novista “não institui nenhum tipo de Parlamento, conforme prevê a Constituição de 1937”.¹¹¹

O Estado Novo desenvolveu uma série de ações para disciplinar as relações sociais. Muitas delas tiveram início antes mesmo de sua instituição, mas com um Estado ditatorial estariam submetidas mais fortemente a suas práticas de poder. As ações intervencionistas e disciplinadoras ocorriam em áreas diversas e visavam à integração da sociedade feita a partir de um Estado corporativo que se auto-atribuíu o papel de geri-la. Uma destas áreas atingidas pela política estado-novista diz respeito ao trabalho. A partir de 1930 passou a existir uma

¹⁰⁷ Cf. PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo*, op.cit., p. 16. Formada por vários grupos, entre eles nomes significativos do tenentismo, a Aliança Liberal, como explica a autora, estaria dividida em torno do destino político do país, tanto em relação ao tempo de duração que deveria ter o Governo Provisório (enquanto uns defendiam a democratização imediata do país, outros acreditavam ser necessário mais tempo a fim de promover reformas sociais) quanto ao modelo de Estado a ser adotado (centralizado, autoritário, liberal). Cf. *ibidem*, p. 16-17.

¹⁰⁸ PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime, op. cit., p. 15.

¹⁰⁹ Como assinala Lúcia Oliveira, a sociedade moderna se identifica com a sociedade de massas, uma vez que foi no século XX que estas se fizeram presentes, tornando-se eleitoras e consumidoras, vindo a ter visibilidade e passando a fazer “parte da sociedade e a contar.” OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Sinais da modernidade na era Vargas*, op. cit., p. 325.

¹¹⁰ Ao mesmo tempo em que era considerado pelos intelectuais do período como “puro, espontâneo, autêntico”, o povo era, por outro lado, tido como “analfabeto, imaturo, inconsciente” e, portanto, apenas o Estado poderia salvá-lo. Nesse sentido é que os intelectuais do Estado Novo o colocaram como tutor do povo, “como pai ante uma sociedade imatura, que necessitava ser orientada”. Cf. *ibidem*, p. 329-330.

¹¹¹ Ao falar do Parlamento, Ângela Gomes se refere ao poder personificado de Getúlio Vargas no regime, que será “centro político simbólico” do Estado Novo, tanto nos artigos que abordam as questões referentes à política no período em questão, como “na própria jurisprudência do Estado Novo, que fortalece o Executivo, abole os partidos políticos e que, na prática, não institui nenhum tipo de Parlamento, conforme prevê a Constituição de 1937.” GOMES, Ângela Maria de Castro. *O redescobrimento do Brasil*, op. cit., p. 147.

preocupação científica com o trabalho, que adquiria uma amplitude diversa, não sendo visto apenas como um meio de sobrevivência, mas como uma forma de servir à pátria, um dever e não apenas um direito.¹¹² Muitas das ações do regime estavam associadas à questão do trabalho e a sua transformação e promoção social, contemplando as áreas da saúde, da habitação, da família, da educação, da arte, etc. Entre essas, incluir-se-ia ainda a política no âmbito imigratório, que estaria também intimamente ligada à questão do trabalho: “[...] de uma forma geral, nosso passado liberal conduziu ao exercício de uma política de estímulo à entrada de imigrantes no país. Esta era a regra, embora em alguns períodos — como aconteceu em início dos 20 — ocorressem certas restrições, tanto no sentido de proibir a vinda de mais estrangeiros quanto no de estabelecer os casos em que poderiam ser expulsos”.¹¹³ Mas foi a partir da década de 1930 que este assunto passou a ser considerado de fundamental importância, sendo estabelecidas várias medidas para regular a imigração, o que ocorreria também com o Estado Novo, onde “a matéria ganha novo impulso”.¹¹⁴

Em relação especificamente à imigração, a Constituição decretada no mesmo ano, fortemente centralizadora, manteve o controle, já estabelecido na Constituição anterior, que adotara medidas visando à defesa do trabalhador nacional, instituindo o sistema de cotas sobre os estrangeiros e proibindo a sua concentração. Além de reservar ao governo federal o direito de limitar ou suspender a entrada de novos imigrantes, a nova Carta proibia a formação de núcleos e o ensino em língua estrangeira a menores, bem como a publicação de jornais e revistas em idioma estrangeiro, a não ser com autorização do Ministério da Justiça.¹¹⁵

¹¹² Tais mudanças estavam relacionadas a novos olhares que incidiam sobre a pobreza. Antes tida como “[...] um fato inevitável e até útil, uma vez que consistia em verdadeiro estímulo ao trabalho”, passara a ser enxergada como perigosa com o desenvolvimento das relações capitalistas, “[...] fundamentalmente identificadas ao mercado de compra e venda da força de trabalho”. No Brasil, este processo tomara impulso principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial e se colocava a questão de o Estado intervir no mercado de trabalho: “[...] a grande questão era, portanto, não só organizar o mercado de trabalho, livrando-o de distúrbios, como fundamentalmente combater a pobreza, que sintetizava — como numa síndrome — todos os problemas nacionais”. Só a partir de 1930, porém, o Estado empreenderia políticas visando regular as relações de trabalho e estabeleceria “[...] toda uma estratégia político-ideológica de combate à pobreza, que estaria centrada justamente na promoção do valor do trabalho”. Cf. GOMES. Ângela Maria de Castro. A construção do homem novo, op. cit. p. 151-152.

¹¹³ *Ibidem*, p. 161.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 161-162.

¹¹⁵ Cf. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*, op. cit., p. 20. A Constituição de 1934, esclarece Oliveira, “estabelece um sistema de cotas de 2% sobre o total dos respectivos estrangeiros fixados no Brasil durante os últimos 50 anos, além de proibir sua concentração. Há inúmeras dificuldades para a implementação dessa política de cotas, entre elas a falta de informação estatística que a suporte”.

1.5 Os judeus e a elaboração das circulares secretas

Preocupado em ocupar as terras do interior do país, na tentativa de corrigir o “desequilíbrio entre o ruralismo e o urbanismo”, o Estado interessava-se pelo estrangeiro que se fixasse no campo.¹¹⁶ Por outro lado, empreendia uma política de nacionalização e abasileiramento visando impedir a formação de núcleos estrangeiros que atingiria grupos que preservavam suas culturas e línguas, como os alemães e os japoneses. A assimilação deveria ocorrer e os núcleos, ou *quistos raciais*, como eram referidas as colônias de estrangeiros que preservavam seus hábitos culturais, eram considerados perigosos. A não-integração cultural constituía, no período, “uma ameaça à nossa soberania nacional”, por propiciar, como se acreditava na época, a formação de tais *quistos*.¹¹⁷ Mas é importante não perder de vista que os estrangeiros considerados inassimiláveis ou de difícil integração à cultura local, deixando de contribuir para a execução do projeto nacionalista estado-novista, não eram vistos da mesma forma em suas características étnicas.

Diferentemente do alemão — onde o abasileiramento o transformava em elemento desejável —, outros grupos eram considerados perigosos devido às características negativas que lhes eram atribuídas. O debate em torno da questão produzia opiniões como a do ministro da Justiça Francisco Campos, que considerava ser “[...] a imigração japonesa a pior possível”, porque:

Nem cinco, nem dez, nem vinte, nem cinquenta anos serão suficientes para uma verdadeira assimilação dos japoneses, que praticamente devem considerar-se inassimiláveis. Eles pertencem a uma raça e uma religião absolutamente diversas; falam uma língua irredutível aos idiomas ocidentais; possuem uma cultura de baixo nível, que não incorporou, da cultura ocidental, senão os conhecimentos indispensáveis à realização de seus intuits militaristas e materialistas; seu padrão de vida desprezível representa uma concorrência brutal com o trabalhador do país; seu egoísmo, sua má-fé, seu caráter refratário fazem dele um enorme quisto étnico, econômico e cultural [...]. Ninguém logrará mudar a cor e a face do japonês, nem sua concepção de vida, nem o seu materialismo. Uma larga mestiçagem, se de um lado repugnaria ao sentimento do povo brasileiro e viria repetir o fenômeno que, com relação à raça negra, nos foi imposto pela colonização

¹¹⁶ Cf. GOMES, Ângela Maria de Castro. Op. cit., p. 162-163.

¹¹⁷ “Entre os grandes serviços que o Brasil deve ao senhor Getúlio Vargas está o da reação contra os quistos coloniais estrangeiros, transformados em ameaças permanentes à tranqüilidade e à segurança da nossa terra [...]. Completando uma série de leis contra a imigração indesejável ou que pudesse, de futuro constituir uma ameaça à nossa soberania, o chefe de governo acaba de assinar um novo decreto estabelecendo medidas destinadas à assimilação dos núcleos raciais alienígenas”. COMBATENDO os quistos raciais. *Folha da Manhã*, Recife, 16 dez. 1938. Editorial, p. 3. O jornal *Folha da Manhã* era de propriedade do interventor Agamenon Magalhães.

primitiva, de outra parte encontraria, entre os colonos japoneses e as autoridades japonesas a que eles obedecem, uma resistência ilimitada.¹¹⁸

A assimilação que pautava a imigração na tentativa de construção da nacionalidade do país deveria obedecer, na visão de vários nacionalistas, a exemplo de Francisco Campos, a critérios rigorosos e que tinham por base a exclusão de grupos tidos como etnicamente inferiores. Considerado não-branco, o japonês, era, portanto, muitas vezes alvo de ataques similares aos perpetrados por Campos. Assim, as discussões acerca da imigração estariam envoltas, muitas vezes, em estereótipos sobre os estrangeiros e sua cultura e ensejariam políticas estimuladas por visões de tal ordem. Foi o que ocorreu, também, com os judeus, considerados por muitos como sendo pertencentes a uma raça, independentemente dos seus locais de origem ou de suas culturas: “O judaísmo, afirmavam diversos intelectuais e políticos brasileiros, constituía uma categoria racial que trazia consigo uma série de características biológicas”.¹¹⁹

Muitas das características atribuídas aos judeus por políticos e intelectuais não lhes conferiam atributos positivos para que aumentasse a possibilidade de serem considerados membros de grupos migratórios desejáveis, que deveriam contribuir com a política de assimilação do país. Mesmo não sendo aceitas de forma generalizada pelos diversos segmentos sociais, as imagens construídas acerca dos judeus foram muitas vezes exploradas de forma negativa, como ocorreu com inúmeros membros da diplomacia do país no momento em que o nazi-fascismo vigorava na Europa, acarretando o aumento do número de refugiados judeus que tentavam embarcar para o Brasil. Inúmeras foram as manifestações de membros do Estado, muitos dos quais tinham em suas mãos o poder de influenciar ou intervir diretamente nas deliberações que atingiam tais refugiados.

Em abril de 1938, Mário Moreira da Silva, então cônsul geral do Brasil em Budapeste, ao abordar com o ministro das Relações Exteriores a questão do acolhimento aos refugiados políticos da Áustria, opina sobre o assunto, evocando para si o “perfeito conhecimento de causa”, como consequência de ter morado três anos naquele país. Concluindo que 95% dos

¹¹⁸ Arquivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ano I, outubro de 1943, n. 3. In: CANCELLI, Elisabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*, op. cit., p. 156. Em relação a tal questão, observa Lúcia Oliveira, um dos mais importantes ideólogos do Estado Novo, Oliveira Viana, acreditava que o abasileiramento deveria se constituir em política governamental e considerava que “[...] se deve atentar para a ‘dosagem de elementos exóticos’, e para isso há que se levar em conta as diferenças entre as etnias latinas e não-latinas, aqui incluídas as germânicas, as eslavas e, principalmente, as asiáticas (japonesas). Para ele, os espanhóis e portugueses ‘não apresentam problema sério do ponto de vista da assimilação, sabendo que seus descendentes se mostram tão integrados na nossa comunidade nacional quanto os brasileiros de velha estirpe’”. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*, op. cit., p. 20-21.

¹¹⁹ LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica*, op. cit., p. 264.

refugiados da Áustria são judeus, posiciona-se desfavoravelmente a sua entrada no país, argumentado, entre outros pontos, que:

Está provado que os judeus — embora possuam, isoladamente, elementos bons — , são, em comunidade, assaz perniciosos e, por tal forma agem, que são tratados, nas suas próprias pátrias de nascimento, como indivíduos nocivos, indesejáveis mesmo, contra os quais se decretam toda a sorte de restrições, com um único objetivo: vê-los partir.¹²⁰

Silva considerava ainda as proibições existentes na maioria dos países da Europa, perguntando, em seguida: “porque, então, nós, por uma questão de simples compaixão, vamos abrir as portas a uma imigração de tal natureza?”¹²¹ Opinião semelhante possuía Cyro de Freitas Valle, primo do ministro Oswaldo Aranha e embaixador em Berlim. A imigração semita constituía uma de suas principais preocupações. “Não sou, nem nunca fui, contra os judeus”, afirmava o embaixador em ofício confidencial a Aranha, mas considerava ser impossível não denunciar a entrada de “judeus de má qualidade”, bem como a existência de consórcios formados para permitir a entrada de israelitas no país, mediante pagamento.¹²²

A questão da imigração judaica fora, desde sua chegada em Berlim, insistentemente abordada pelo embaixador brasileiro, que se dirigira não apenas ao Itamaraty, mas ao próprio presidente Vargas, na tentativa de *solucioná-la*, criticando, por fim, o órgão presidido por Oswaldo Aranha, a quem acusava de “indiferente, senão faltoso”, segundo as palavras do próprio Aranha:

Queixas-te de que judeus de má qualidade continuam a entrar no Brasil em número crescente, a despeito das normas severas estabelecidas pelo Itamaraty; que os funcionários consulares se sentem inibidos, não sabendo como agir em face dos despachos do Itamaraty autorizando a vinda de judeus que não oferecem condições de idoneidade; que existem escritórios na Europa que anunciam a obtenção de visto brasileiro mediante o pagamento de 440 dólares. Aludes também que a liberalidade atual contrasta com o rigor anterior.¹²³

¹²⁰ Ofício de Mário Moreira da Silva, do Consulado do Brasil em Budapeste, para Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores. Budapeste, 4.4.1938. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas*, op. cit., anexo 6, p. 519.

¹²¹ Ofício de Mário Moreira da Silva, do Consulado do Brasil em Budapeste, para Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores. Budapeste, 4.4.1938. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas*, op. cit., anexo 6, p. 518-519.

¹²² Cf. Ofício de Cyro de Freitas Valle, da Embaixada Brasileira em Berlim, para Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores. Berlim, 2.11.1939. In: *Ibidem*, anexo 16, p. 533.

¹²³ Carta de Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, para Cyro de Freitas Valle, embaixador do Brasil em Berlim, Rio de Janeiro, 05.05.1940. In: GV 40.01.05/1, CPDOC-RJ, p. 2.

Diante das acusações, Oswaldo Aranha procurava *informar* o embaixador quanto às orientações políticas relativas à imigração semita para o Brasil. Segundo o ministro, o momento de perseguição aos judeus na Europa ocasionara “[...] um problema grave de ordem internacional. Daí a pressão exercida sobre os países, entre os quais o Brasil, por tais indivíduos, cujo número sobe na Europa a 500.000, e que precisam a todo o custo encontrar refúgio fora da Europa”.¹²⁴ Tentando tornar infundadas as queixas de Freitas Valle, Oswaldo Aranha relatava uma série de medidas tomadas diante do *problema* da imigração judaica, enumerando, inclusive, as ações deliberadas a partir de quando assumira o Ministério das Relações Exteriores, em 15 de março de 1938. Entre elas, estavam normas disciplinares do Conselho de Imigração e Colonização e circulares secretas, que procuravam demonstrar ao embaixador em Berlim o seu equívoco diante das reclamações apresentadas¹²⁵ — reclamações essas feitas sobre imigrantes judeus que, nas palavras de Aranha, sofriam uma “situação intolerável”.¹²⁶

A primeira circular secreta foi elaborada em 1937 e, segundo o discurso oficial do período, surgiu em decorrência do elevado contingente imigratório composto de judeus que fugiam do nazismo. “No Brasil, só nos apercebemos do problema quando a corrente de emigração semita para o nosso país já se tinha avolumado, tendo entrado de 1934 a 1937, de acordo com os cálculos do Departamento de Imigração, 58.000 indivíduos de origem semita”, explicava Oswaldo Aranha ao receoso Freitas Valle, informando, em seguida, a medida adotada pelo Itamaraty diante do “problema”: a circular secreta nº 1.127, de 7 de junho de 1937.¹²⁷ A referida circular estipulava que, a partir de então:

¹²⁴ Ibidem, p. 3. “Acossados pela necessidade”, prosseguia Oswaldo Aranha, “é fácil imaginar os ardis de que passaram a lançar mão os judeus para subtrair-se à sua situação intolerável. Proliferaram imediatamente em toda parte comitês e escritórios destinados a facilitar a emigração semita”. Loc. cit.

¹²⁵ “Assim, fica bem claro que não tens razão quando afirma que os judeus continuam a entrar em número crescente no Brasil e que o Itamaraty tem agido nesta questão com displicência”. Carta de Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, para Cyro de Freitas Valle, embaixador do Brasil em Berlim, Rio de Janeiro, 05.05.1940. In GV 40.01.05/1, CPDOC-RJ, p. 10.

¹²⁶ Ibidem, p. 3.

¹²⁷ Cf. Ibidem, p. 3-4. Em 1934, como explica Maria Luiza Tucci Carneiro, o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio criara uma comissão com o intuito de reformar a legislação que dizia respeito aos estrangeiros. De seus estudos originaram-se dois decretos, entre eles o de nº 24.258, que instituía as “[...] *cartas de chamada* requeridas por um parente, fazendeiro ou firma que aqui o contratasse”. A exigência de tais cartas gerou, segundo a autora, um “comércio de falsas cartas”, que terminou por dar ensejo à circular nº 1.127. Assim, mesmo antes do advento do Estado Novo, os judeus que tentavam emigrar para o Brasil encontravam impedimentos, como aconteceu, também, com o sistema de cotas da Constituição de 1934: “[...] limitou-se, indiretamente, a entrada de judeus alemães que naquele momento destacavam-se como um dos grupos que procuravam o Brasil como país receptor. Por outro lado, tentava-se também impedir a entrada de japoneses e negros”. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas*, op. cit., p. 159-166.

Fica recusado visto no passaporte a toda pessoa de que se saiba, ou por declaração própria (folha de identidade), ou qualquer outro meio de informação seguro, que é de *origem étnica semítica*. No caso de haver apenas “*suspeitas*”, recomenda-se às autoridades “retardar a concessão do visto”, até que, pelos meios de investigação eficientes [...] consigam esclarecer a dúvida e chegar a uma decisão final [...].¹²⁸

A proibição da emissão de vistos pelos consulados em passaportes de “indivíduos de origem semita” fez com que, segundo Oswaldo Aranha, o Itamaraty começasse “a ser assediado por grande número de judeus, que solicitavam, por vezes, de modo patético, a entrada de parentes e amigos”.¹²⁹ “Frequentemente, o apelo era tão dramático ou os pedidos que apresentavam eram de tal ordem que o Itamaraty se via obrigado a abrir exceções”, afirmou ainda o ministro.¹³⁰ A situação “tumultuosa” descrita por ele, decorrente da circular 1.127, teria finalizado com a sua própria nomeação, em março de 1938, quando então substituiu “o arbítrio por normas que disciplinassem, mesmo temporariamente, a entrada dos semitas”.¹³¹ Nesse mesmo ano, Getúlio Vargas estabeleceu uma comissão para “regular a entrada, fixação, naturalização e expulsão de estrangeiros”,¹³² a qual elaborou, entre outros decretos-leis, o de nº 406 (de 4 de maio de 1938), regulamentado pelo Decreto nº 3.010 (de 20 de agosto de 1938) e que:

[...] dentro de um critério de seleção, procurava uma “orientação nitidamente favorável à intensificação das *boas correntes imigratórias*”. A partir do conceito de *bom* (o normal) e de *mau* (o anormal), desfilam no primeiro artigo todos os ‘desacreditados’ pelo regime. Cada qual carregava um atributo profundamente depreciativo e que, no cotidiano do Estado Novo, era empregado de forma discriminatória, afastando qualquer chance melhor de vida.¹³³

Deformações físicas, culpas de caráter individual, raça, nação e religião foram critérios definidores dos estrangeiros considerados *indesejáveis*. Assim, aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, indigentes, vagabundos, ciganos, doentes de moléstias infecto-contagiosas graves, doentes com lesões orgânicas, estrangeiros de conduta *nociva* à vida pública, à segurança

¹²⁸ Circular secreta nº 1.127 apud CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, op. cit., p. 168, grifo da autora.

¹²⁹ Carta de Oswaldo Aranha, doc. cit., p. 3-4.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 4. “O regime de proibição radical a que se tinha querido chegar não podia ser mantido, como não foi desde o começo, pois, em muitos casos, a recusa importaria em desumanidade ou não consultaria, em outros, a própria conveniência do país. Dei ordens, pois, para que se limitassem as concessões de visto aos casos estritamente justos ou que se apresentavam sob a forma de solicitações vindas da Presidência da República, dos outros Ministérios e dos Governos dos Estados.” Carta de Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, para Cyro de Freitas Valle, embaixador do Brasil em Berlim, Rio de Janeiro, 05.05.1940. In GV 40.01.05/1, CPDOC-RJ, p. 3-4.

¹³¹ *Ibidem*, p. 4.

¹³² Decreto nº 2.265, de 25.1.1938, apud CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas*, op. cit., p. 179.

¹³³ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, loc. cit., grifo da autora.

nacional ou à estrutura das instituições, etc., foram considerados *indesejáveis*. Os judeus, assim como os negros e os japoneses, também foram desta maneira classificados.¹³⁴

Com a função de “orientar e superintender os serviços de colonização, fixação e distribuição do estrangeiro”, bem como de “resolver casos omissos dos regulamentos das referidas leis, tendo sempre em vista *preservar a constituição étnica do Brasil*, suas formas políticas e seus interesses econômicos e culturais”,¹³⁵ foi criado o Conselho de Imigração e Colonização (CIC), pelo Decreto-Lei nº. 406. Este decreto “[...] delegava e concentrava nas mãos do novo Conselho a faculdade de examinar a situação dos judeus que, a partir de 1938, passou a ser vista como uma questão de segurança nacional: um problema político”.¹³⁶ O assunto da imigração judaica teria tanta atenção por parte do Ministério das Relações Exteriores que, não por acaso, foi a primeira questão a ser abordada e disciplinada pelo Conselho de Imigração e Colonização. Sua missão inicial, a pedido do próprio ministro, foi a de estabelecer normas relativas à entrada dos imigrantes de origem semita. E assim surgiu, em 26 de setembro de 1938, a circular secreta nº 1.249, aprovada por Getúlio Vargas, que estabelecia os casos em que os consulados estariam autorizados a conceder visto em passaportes:

Turistas e representantes do comércio, desde que o país de origem garantisse o seu regresso; cônjuges ou parentes consanguíneos, em linha direta até o segundo grau, de estrangeiros com residência legal em território nacional; cientistas e artistas, a critério da autoridade consular; técnicos requisitados pelos Governos dos Estados; capitalistas ou industriais que provassem a transferência e a aplicação no Brasil de um capital mínimo de 500,000\$000.¹³⁷

As regras estabelecidas na circular nº 1.249, que vigorou até 31 de dezembro de 1938, foram aplicadas pelos consulados, seguindo o que determinava a nova legislação imigratória, que os tornava responsáveis pela seleção dos imigrantes.¹³⁸ Segundo Oswaldo Aranha, “ao expedir a circular em questão, o Itamaraty pretendia fazer uma experiência cujos resultados lhe

¹³⁴ Cf. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas*, op. cit., p. 179-180.

¹³⁵ Ofício de Carlos Alves de Souza, do Ministério das Relações Exteriores, para o chefe dos Serviços Políticos. Rio de Janeiro, 20.8.1938. Apud CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, op. cit., p. 184-185, grifo da autora.

¹³⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Op. cit., p. 185. Assim, informa Carneiro que, “a partir de 1938, todo o poder de decisão, sobre assuntos referentes à ‘questão semita’, encontrava-se concentrado nas mãos do Ministério das Relações Exteriores e do Conselho de Imigração e Colonização, representados pelas figuras de suas respectivas autoridades; aliás muito pouco favoráveis à entrada de judeus no Brasil;” e que “paralelamente a estes Decretos-Lei foram promulgados uma série de novos adendos à Constituição de 37, mascarados pelo espírito nacionalista e autoritário que caracterizou o Estado Novo, criando condições de controle sobre os judeus residentes no país”. Ibidem, p. 183.

¹³⁷ Carta de Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, para Cyro de Freitas Valle, embaixador do Brasil em Berlim, Rio de Janeiro, 05.05.1940. In GV 40.01.05/1, CPDOC-RJ, p. 5-6.

¹³⁸ Cf. Carta de Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, para Cyro de Freitas Valle, embaixador do Brasil em Berlim, Rio de Janeiro, 05.05.1940. In GV 40.01.05/1, CPDOC-RJ, p. 6.

permitissem posteriormente uma melhor solução do problema premente dos refugiados semitas. Assunto muito complexo, com aspectos políticos, econômicos e sociais, só experiências sucessivas poderiam ditar as normas destinadas a discipliná-lo”.¹³⁹ É importante observar, a partir desta afirmação, que a exclusão de grupos considerados indesejáveis por parte de autoridades governamentais brasileiras não seria absoluta. Determinadas categorias que englobavam judeus faziam com que o discurso de exclusão fosse redirecionado: “da mesma forma que as categorias de ‘negros’ e ‘brancos’ fizeram com que muitos estudiosos ignorassem a Questão Judaica no Brasil, a suposição de que os anti-semitas desprezavam todos os judeus o tempo todo distorceu a análise dos poucos estudiosos que lidaram com o assunto.”¹⁴⁰ Os resultados obtidos com a aplicação da circular teriam sido, na análise de Aranha, “bastante satisfatórios” pois, além de solucionar “os casos mais urgentes e mais dramáticos”, diminuía consideravelmente o número de judeus que entraram no país em relação ao ano anterior de 1937.¹⁴¹ Ao lado disso, a observação de seus efeitos pelo Itamaraty possibilitou o “reexame da questão”, que, após análise do Conselho de Imigração e Colonização, geraria novas diretrizes, colocadas em prática durante a segunda metade do ano de 1939, como em relação ao visto:

[...] só concedido aos turistas do norte e do ocidente da Europa e dos Estados Unidos, aos técnicos de comprovada reputação profissional e aos capitalistas que transferissem para o Brasil o capital mínimo de 250:000\$000, sem prejuízo de uma certa latitude deixada ao Itamaraty na aplicação desse princípio aos casos concretos.¹⁴²

As novas regras foram cumpridas mesmo com a emissão de vistos em casos que não se enquadravam nas categorias descritas, mas que faziam parte de uma certa “elasticidade

¹³⁹ Loc. cit.

¹⁴⁰ LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica*, op. cit., p. 27. O autor afirma ainda: “essa concepção errônea manifestou-se comumente em uma presunção de que as políticas de imigração antijudaicas do Brasil no século vinte podiam ser relacionadas ideologicamente à Inquisição portuguesa e que a existência de um número significativo de judeus e cristãos-novos no Brasil colonial constitui indício de uma linha ininterrupta entre aquela comunidade e a moderna”.

¹⁴¹ Cf. Carta de Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, para Cyro de Freitas Valle, embaixador do Brasil em Berlim, Rio de Janeiro, 05.05.1940. In GV 40.01.05/1, CPDOC-RJ, p. 7. Os casos mais urgentes a que se referia o ministro eram os das “famílias cujos membros se achavam separados”.

¹⁴² Ibidem, p. 8. As conclusões a que chegara o Itamaraty foram assim relatadas: “Verificou-se, por exemplo, a conveniência de restringir os vistos de turistas aos países do norte e do ocidente europeu além dos Estados Unidos, para evitar o falso turista, vindo principalmente dos países da Europa central e oriental. O Itamaraty chegou também à conclusão de que a concessão do visto a todos os semitas devia depender de uma autorização prévia dada pela Divisão de Passaportes, que examinaria os casos concretos. Desta forma se obteria uma maior centralização, evitando denúncias contra os Consulados, que fatalmente haviam de surgir, como surgiram, em vista do ambiente em que se desenrola essa imigração.” Carta de Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, para Cyro de Freitas Valle, embaixador do Brasil em Berlim, Rio de Janeiro, 05.05.1940. In GV 40.01.05/1, CPDOC-RJ, p. 7-8.

recomendada pelo conselho” — ou seja, “sem prejuízo de uma certa latitude deixada ao Itamaraty”.¹⁴³ Apesar de tais *casos de exceção*, os resultados teriam sido positivos, uma vez que “[...] o número de indivíduos de origem semita entrados no Brasil em 1939 foi de 2.289, o que representa uma diminuição considerável em relação aos números anteriores, 4.900 em 1938, 9.263 em 1937.”¹⁴⁴ Ao lado do decréscimo imigratório, havia a divulgação do “valor das transferências de fundos feitas por semitas” ao banco do Brasil, que atingira 35.000:000\$000.¹⁴⁵

Todas essas normas e circulares constituíam, assim, “[...] as diferentes fases por que passou a questão da imigração semita”, expostas para demonstrar o erro avaliativo de Cyro de Freitas Valle: “como vês, os fatos narrados mostram um esforço contínuo do Itamaraty no sentido de disciplinar essa corrente imigratória, procurando deduzir da experiência normas flexíveis que se coadunassem com a realidade”.¹⁴⁶ Finalmente, para não deixar dúvidas, o ministro das Relações Exteriores informava que a última fase porque passava a regulamentação da questão representaria “já um alto grau de eficiência”.¹⁴⁷ O ano era o de 1940 e a carta seguia com todas as explicações que significavam bem mais do que simples tentativas que visavam disciplinar uma corrente imigratória e que resultara no decréscimo da imigração judaica.

¹⁴³ Os “diversos casos” em questão — que não faziam parte do universo restrito de imigrantes apontados pela circular — se referiam, segundo o ministro das Relações Exteriores, aos idosos que ficaram separados dos filhos residentes no Brasil em decorrência do conflito mundial. Cf. *ibidem*, p. 8-9.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 9. Depois dos números que mostravam a diminuição da “imigração semita”, Oswaldo Aranha explicava a Freitas Valle que o número alto de vistos concedidos em Berlim (629) era decorrente da grande procura pelos mesmos que ocorria na capital alemã.

¹⁴⁵ Cf. *ibidem*, p. 9.

¹⁴⁶ *Loc. cit.* Como informa Tucci Carneiro, as repartições consulares receberam as seguintes circulares: 1.323, “que proibia a concessão de visto temporário a estrangeiro de origem ‘semítica’”; 1.328, “que mandava excetuar dessa medida os semitas franceses, ingleses, canadenses e americanos. A estes, ‘sem receio’, se poderia dar o visto temporário conforme a letra b da Circular nº 2.149”; 1.498, que suspendia a “concessão de vistos temporários e permanentes a israelitas e seus descendentes”. Cf. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas*, op. cit., p. 208.

¹⁴⁷ Carta de Oswaldo Aranha, doc. cit., p. 9. “O controle está centralizado no Itamaraty, que autoriza por telegrama a concessão do visto. Essa autorização, entretanto, nos próprios termos em que é dada, não exime os Consulados de aplicação integral da legislação imigratória e do dever de informar o Itamaraty, todas as vezes que uma autorização é concedida a indivíduos que não oferecem idoneidade física ou moral.” *Ibidem*, p. 9-10.

1.6 Possíveis leituras da carta a Freitas Valle

No ano em que Oswaldo Aranha se dirigia a Cyro de Freitas Valle, a busca de vistos imigratórios de entrada no Brasil não representava, para os judeus na Europa, tentativas de usufruir as variadas possibilidades que um novo local poderia oferecer para os que deixavam seus países de origem. Ou seja, os judeus que fugiam do nazismo eram refugiados. A situação relatada pelo embaixador brasileiro tampouco era isolada, uma vez que ultrapassava os limites de disciplinamento ou execução de um *problema* circunstancial: a carta era emblemática de um universo maior e que dizia respeito a imigração, crises mundiais, preconceitos, interesses políticos e econômicos, racismo, jogos diplomáticos... elementos que resultaram em uma questão judaica na década anterior e que reforçariam decisões e práticas anti-semitas. Os saberes constituídos em torno do *problema dos semitas* e que caracterizavam negativamente os judeus foram, entretanto, no campo das relações de força em que ocorrem as diversas formas de poder, utilizados de maneiras distintas durante as décadas de 1930 e 1940.

Mesmo acreditando, como Oswaldo Aranha e tantos outros políticos e diplomatas, que isoladamente o judeu poderia até vir a integrar-se à sociedade, assimilar-se, mas, “[...] em massa, constituiria, porém, iniludível perigo para a homogeneidade futura do Brasil”,¹⁴⁸ havia motivos mais prementes que levavam as autoridades brasileiras a não tornar absolutas as restrições imigratórias judaicas, como mostram os números dos imigrantes judeus que continuaram, durante todo o período, a entrar no país, segundo o relato do próprio ministro.

Maria Luiza Tucci Carneiro e Jeffrey Lesser trouxeram à tona e aprofundaram a questão da diplomacia e do preconceito que resultaram em políticas imigratórias contra os judeus. A análise da imigração judaica, então, revelou inúmeros elementos que estiveram ligados a momentos anteriores à ascensão do nazismo na Alemanha, mas que, com ela, terminou por dar ensejo a uma política nitidamente anti-semita visando impedir a entrada dos judeus que fugiam da Europa. Mas, como enfatizou Lesser em seu trabalho, havia em relação aos judeus políticas ambíguas, que faziam com que não houvesse um consenso em sua execução. Desta forma é que as leituras mais radicais das circulares deixavam de ser feitas ou existiam

¹⁴⁸ Ofício de Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, para Adhemar de Barros, interventor federal no estado de São Paulo. Rio de Janeiro, 20.10.1938. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas*, op. cit., anexo 8, p. 522.

exceções diante das proibições em torno dos judeus, como ocorria com aqueles que possuíssem determinado capital.

Podemos considerar que a preocupação de Freitas Valle com a entrada dos judeus ou o que julgava ser uma liberalidade em relação ao assunto, mesmo quando já existiam regras versando sobre a questão, como no caso da Circular nº 1.127, inseria-se nesse contexto. Inúmeros motivos contribuía para esta situação. Entre eles estavam os próprios estereótipos relacionados aos judeus, que puderam em determinados momentos ser utilizados a favor dos mesmos,¹⁴⁹ bem como a imagem que o Brasil se preocupava em exibir, principalmente em relação aos Estados Unidos, país que procurou dividir o contingente de refugiados judeus.¹⁵⁰ Como expôs Aranha a Valle, a proibição absoluta que havia sido desejada pelos órgãos que cuidavam do assunto não ocorreu também em decorrência do que seria apropriado aos interesses do país.¹⁵¹

Conforme reconheceu ainda o ministro das Relações Exteriores, o assunto dos “refugiados semitas” era “muito complexo”, uma vez que envolvia “aspectos políticos, econômicos e sociais”.¹⁵² Nesse sentido, os refugiados judeus estiveram no centro de disputas diplomáticas e as políticas a eles relacionadas podiam ser utilizadas de acordo com interesses diversos. Assim, tornar abertas ou absolutas as resoluções antijudaicas significava ir de encontro, por exemplo, às pressões norte-americanas. O caráter sigiloso das circulares permitia o jogo diplomático que era utilizado em decorrência dos interesses em questão. Por vezes, o Brasil cedia, de certa forma, às pressões internacionais e, por outras, manipulava os resultados de suas ações a fim de se beneficiar da situação.¹⁵³ É nesse sentido que afirma Jeffrey Lesser:

¹⁴⁹ Em seu estudo, Lesser defende que os estereótipos acerca dos judeus não foram sempre utilizados de forma negativa no que se refere à imigração judaica. Foi o que ocorreu com a imagem preconceituosa que relacionava o judeu e o dinheiro: “Através da manipulação ativa da intolerância e da elaboração de uma imagem que tirava proveito do preconceito, os líderes judaicos convenceram os dirigentes políticos brasileiros de que a imigração judaica possuía valor econômico e político”. Segundo o autor, este seria um dos motivos que explicaria, também, a quantidade de refugiados judeus que entraram no país entre os anos de 1933 e 1942 (aproximadamente 25.000), a despeito das posições anti-semitas da maior parte dos membros do governo Vargas. Cf. LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica*, op. cit., p. 41.

¹⁵⁰ Como havia, também, motivos que faziam com que as circulares fossem objeto de segredo, um assunto de interdição para além das esferas governamentais. A pressão de países como os Estados Unidos, que pretendiam dividir o contingente de refugiados, era um dos pontos que tornavam o tema delicado e, mais do que isso, constituía um assunto que, uma vez tratado com cuidado no jogo diplomático, dada a sua importância, poderia trazer vantagens para o país. Este jogo foi realizado em inúmeras ocasiões. Nesse sentido, era interessante manter o sigilo das circulares.

¹⁵¹ Cf. Carta de Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, para Cyro de Freitas Valle, embaixador do Brasil em Berlim, doc. cit., p. 4.

¹⁵² *Ibidem*, p. 6.

¹⁵³ Os exemplos são inúmeros e foram tratados tanto por Lesser (*O Brasil e a questão judaica*, op. cit.) quanto por Carneiro (*O anti-semitismo na era Vargas*, op. cit.).

As restrições à imigração judaica, mesmo sendo politicamente convenientes em âmbito interno, colocavam o Brasil em uma posição frágil no exterior. Após Oswaldo Aranha tornar-se ministro do exterior em 1938, ficou especialmente evidente que os judeus poderiam ajudar o Brasil a solidificar sua aliança com os Estados Unidos. Apenas um ano após a criação de uma política imigratória que reduzira a imigração judaica para seu menor nível em mais de uma década, um novo relacionamento com os Estados Unidos e mudanças nos estereótipos sobre os judeus ajudaram a derrubar as portas do Brasil. Os refugiados judeus não eram vistos simples e exclusivamente de forma negativa; eles se tornaram instrumentos em um jogo de política internacional e nacional.¹⁵⁴

Os próprios números divulgados por Oswaldo Aranha a Cyro de Freitas Valle não eram corretos. “Em primeiro lugar, eles sugerem de forma incorreta que quase cinco mil judeus entraram no país no período em que a circular secreta proibindo a entrada de todos os judeus estava em vigor. Em segundo lugar, os números mostram a quantidade de judeus que chegavam ao Brasil diminuindo entre 1937 e 1939, quando ela na realidade cresceu”, afirma Lesser.¹⁵⁵ Segundo o autor, os aparentes aumentos no número de judeus que ingressavam no país legitimavam as novas leis restritivas, ao passo que as supostas diminuições eram utilizadas para mostrar a eficiência do regime em proteger os interesses nacionais.¹⁵⁶

A ambigüidade envolvendo a política direcionada aos refugiados judeus, bem como o sigilo em torno do assunto, possibilitaram, ainda, a construção de discursos que apresentavam o país como um local isento de orientações políticas antijudaicas. Onze meses depois da publicação da primeira circular, Assis Chateaubriand, dono dos *Diários Associados*, abordava o que julgava ser um empenho de Oswaldo Aranha “[...] em demonstrar ao mundo que este trecho de terra americana ainda é um dos melhores refúgios dos perseguidos pela exacerbação do frenesi político na Europa”,¹⁵⁷ e justificava sua afirmação através do cristianismo aqui lançado por Portugal, “sinônimo de amor e bondade”.¹⁵⁸ A evocação religiosa de Chateaubriand terminava por qualificar o país como um lugar de justiça e livre de preconceitos raciais,¹⁵⁹ contrapondo-se à Europa da época, sendo indesejável apenas o imigrante que não possuísse “a

¹⁵⁴ LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica*, op. cit., p. 161.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 237-238.

¹⁵⁶ Cf. loc. cit.

¹⁵⁷ CHATEAUBRIAND, Assis. *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 abr. 1938.

¹⁵⁸ “Cristianismo é sinônimo de amor e bondade. Em todos os momentos, aos escorraçados das tormentas religiosas ou temporais, se abriam nossas fronteiras. Na religião de Cristo, só uma vida conta, que é a vida do espírito. É pois em nome dos laços permanentes de uma fé herdada do berço que o Brasil se recusa fechar as portas a indivíduos aos quais nos ligam vínculos de uma mesma concepção religiosa. Pois em que os valores de índole espiritual do judaísmo se diferenciam do protestantismo evangélico e do catolicismo romano?”. CHATEAUBRIAND, Assis. *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 abr. 1938..

¹⁵⁹ Pergunta Chateaubriand: “Se construirmos o Brasil que aí está, não eliminando o negro nem o índio, antes caldeando-nos com ambos, revelando-nos a mais poderosa das comunidades, por que não oferecer resistência á idéia de importação, a formas de preconceitos alheios, que jamais fizeram parte do nosso complexo político ou moral?”. *Ibidem*.

tendência de ser ‘um’ conosco, o que quiser ficar ímpar, no isolamento das minorias étnicas dentro do continente moral e espiritual do brasileiro.”¹⁶⁰ O que, afirmava o jornalista, não abranjeria o judeu. Segundo ele:

Nunca fez parte da política brasileira o ódio fundado em razões étnicas. Da primeira linha da defesa nacional terá sido a repulsa ao imigrante que se não assimila conosco, que não deseja fundir-se com o nativo, que não se vem implantar aqui com o propósito de ser um membro da comunidade pátria. Todo aquele que não quiser converter-se dentro de um país de imigração, às leis, à educação, à disciplina e à idéia nacional da nova pátria será um inadaptado, um indesejável. Perde o valor o alienígena que não tem tendências de se transformar em elemento útil e valioso para a coletividade onde se transportou. Em tal hipótese não está o judeu.¹⁶¹

Dentro de um contexto de conflito mundial liderado por dois blocos a partir da segunda metade da década de 1930, se encontrava a América Latina, e conseqüentemente o Brasil, alvo de disputa entre a Alemanha e os Estados Unidos. Mesmo com o poder maior dos Estados Unidos sobre a América Latina, a Alemanha empreenderia grandes esforços na tentativa de ampliar sua influência e fazer frente ao poderio norte-americano. Suas ações para reverter aquele contexto estariam centradas tanto na área comercial como na propaganda política.¹⁶² O Brasil, que a partir de 1930 engendrara um novo modelo baseado na industrialização, buscava estabelecer, entre os dois países, uma política externa mais independente que as disputas “interimperialistas” propiciavam. O que ficou conhecido como o *duplo jogo* de Vargas teve sua margem restringida a partir de 1939, quando do desencadeamento da Segunda Guerra Mundial, que exigiria do país um posicionamento mais definido em relação aos dois blocos.

Mas as manobras políticas continuariam. Em 1940, por exemplo, o embaixador alemão no Brasil enviava para o seu país, no espaço um pouco maior do que três meses, relatórios que apontavam para a incerteza das decisões governamentais. Em um deles, no início de julho daquele ano, informava sobre os discursos de Vargas pronunciados em 11 e 28 do mês anterior, os quais, em sua opinião, indicavam, de forma clara, o distanciamento do Brasil em relação à política norte-americana.¹⁶³ Já em 17 de outubro do mesmo ano, o embaixador

¹⁶⁰ Ibidem.

¹⁶¹ Ibidem.

¹⁶² No entanto, a Alemanha imprimiu uma agressiva política comercial e de propaganda ideológica na região, que chegou a ameaçar a posição dos EUA e sobrepujou, em vários países, a posição comercial da Grã-Bretanha. Cf. CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 51.

¹⁶³ Cf. Telegrama do embaixador alemão no Brasil, Prüfer, para o Ministério do Exterior na Alemanha. Rio de Janeiro, 03.07.1940. In: *O III Reich e o Brasil*. Rio de Janeiro: Laudes, 1968. v. 2, p. 55. “O primeiro

alemão não demonstrava mais otimismo e relatava o que parecia um prenúncio dos novos tempos. Segundo suas observações no país:

As próximas eleições presidenciais nos Estados Unidos estão causando aqui seus efeitos, notando-se um crescente nervosismo nos círculos governamentais que são amistosos para conosco, o Presidente, os militares e a polícia. Espera-se que a provável reeleição de Roosevelt traga uma intensificação na política extorsiva contra o Presidente Vargas que seria especificamente forçado a demitir os seus seguidores pró-germânicos. O Chefe de Polícia Filinto Müller disse ontem em conversa que o Ministro da Guerra, o Chefe do Estado Maior, e ele, só poderiam ser salvos por uma vitória fulminante da Alemanha sobre a Inglaterra e um conseqüente fracasso nas perspectivas de Roosevelt.¹⁶⁴

Os dois relatórios do embaixador Prüfer indicam, além das questões de poder relacionadas às disputas advindas do conflito, a divisão que ocorria dentro do próprio governo. Por um lado, um Oswaldo Aranha conciliador e favorável à aproximação norte-americana e, por outro, o chefe de polícia Filinto Müller e os ministros Eurico Gaspar Dutra, Góes Monteiro e Francisco Campos, simpatizantes do nazismo alemão. Ainda que considerando, a exemplo destes outros, a imigração judaica perniciososa ao país, Aranha não descuidou da imagem do Brasil internacionalmente.¹⁶⁵ Era um território de disputas que não ocorriam apenas entre os países em conflito, mas que estariam, também internamente, dividindo opiniões acerca das decisões políticas. Mesmo depois do rompimento com o Eixo em 28 de janeiro de 1942, as divergências entre os membros do governo acerca dos dois blocos em guerra ainda se fazia

discurso que já deu uma clara indicação de afastamento da política norte-americana e ocasionou fortes críticas na América do Norte, foi sujeito a tentativas de reinterpretção, encorajadas pelo Ministro OSWALDO ARANHA. Entretanto, foi confirmado em todos os pontos pelo discurso mais recente”. Prüfer afirmava ser a posição política de Vargas de manutenção da neutralidade, manutenção da política pan-americana, mas com independência da política interna, externa e econômica do Brasil, bem como “fidelidade à Doutrina Monroe, mas só na medida em que ela deva ser usada contra ataques externos, e sem que haja intervenção nos problemas de outros continentes; rejeição de emigrantes judeus, altos financistas, e de outros grupos provocadores de guerras; [...]”. Loc. cit.

¹⁶⁴ Telegrama do embaixador alemão no Brasil, Prüfer, para o Ministério do Exterior na Alemanha. Rio de Janeiro, 17.10.1940. In: *O III Reich e o Brasil*, op. cit., v. 2, p. 83. Naquele momento, os vínculos entre o Brasil e os Estados Unidos se aprofundavam, apesar das investidas alemãs para que fossem realizadas parcerias econômicas com o Brasil. Segundo Ricardo Seitenfus, “durante o segundo semestre de 1940 e ao longo do ano de 1941, os Estados Unidos e o Brasil fortalecem seus vínculos, como jamais o haviam feito. O bom termo das negociações econômicas, estratégicas, militares, bem como as vantagens políticas obtidas por Washington durante esse período, encontram-se na origem de uma mudança decisiva da posição brasileira em face da guerra européia e, mais particularmente, da Alemanha”. SEITENFUS, Ricardo Antônio da Silva. *O Brasil e a formação dos blocos (1930-1942): o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 337.

¹⁶⁵ Em relação aos judeus, afirmava Aranha: “Necessitamos, entretanto, de corrente imigratórias que venham lavar o solo, ao mesmo tempo que se identifiquem com o ambiente brasileiro, não constituindo, jamais, elementos subversivos ou dissolventes e com tendências a gerar quistos raciais, verdadeiros corpos estranhos no organismo nacional, tal como acontece com os israelitas e japoneses.” Ofício de Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, para Adhemar de Barros, interventor federal no estado de São Paulo, Rio de Janeiro, 20.10.1938. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas*, op. cit., anexo 8, p. 522.

sentir. De Recife, o cônsul americano Walter Linthicum analisava as interventorias de alguns estados nordestinos e enviava para Washington suas impressões. Na Paraíba o interventor seria “pró-democrático”, em Alagoas havia a desconfiança de ser simpatizante dos alemães e, em Pernambuco, a posição de Agamenon Magalhães estaria subordinada a interesses econômicos, já que “[...] ele acredita que a amizade entre as nações só pode ser mantida pela troca, e por troca com os Estados Unidos ele quer dizer créditos americanos”.¹⁶⁶ Havia mesmo muitos interesses em jogo e os “créditos americanos” seriam de importância fundamental para o afastamento definitivo do país das potências do Eixo.¹⁶⁷

Mas, assim como existia a divisão por parte dos integrantes do governo em relação à defesa dos países em guerra, havia, também, vozes dissonantes por parte dos que expunham idéias e defendiam ações contrárias aos judeus. Da mesma forma, o anti-semitismo defendido por vários políticos, intelectuais e membros do governo Vargas — e que resultou em uma política imigratória antijudaica — não significou a mobilização dos diversos segmentos da sociedade. Uma vez no país, muitos judeus conseguiram se inserir politicamente, culturalmente, economicamente, não encontrando resistências suficientes para que fosse inviabilizada a sua integração na sociedade, apesar da insegurança que os cercava com os acontecimentos políticos na Europa. A ditadura estado-novista e a aproximação que a mesma estabeleceu com os regimes nazi-fascistas não foram suficientes para tornar inviável a inserção dos que se encontravam no Brasil, apesar de ter impossibilitado tragicamente a entrada de muitos refugiados judeus. O próprio governo Vargas estabeleceu manobras políticas que possibilitaram práticas anti-semitas, ao mesmo tempo em que constituíram ações favoráveis aos judeus, impensáveis, por exemplo, em uma Alemanha nazista.¹⁶⁸

¹⁶⁶ Correspondência de Walter Linthicum, cônsul americano no Recife, para o Secretário de Estado em Washington, Atividades políticas do Nordeste do Brasil, Recife, 13 de fevereiro de 1942. FGV – Coleção do Departamento de Estado – Arquivo Nacional dos Estados Unidos. Tradução: Aguida Maria de Souza e Susan Lewis.

¹⁶⁷ “As questões brasileiro-americanas que são objeto de acordos durante o período de julho de 1940 a dezembro de 1941, são em número de cinco: o fornecimento pelos Estados Unidos de um complexo industrial siderúrgico, o pagamento das dívidas comerciais brasileiras, a regulamentação do mercado interamericano do café, o fornecimento de material estratégico e, por fim, acordos visando a uma melhor repartição dos mercados algodoeiros.” Mas, como ressalta Seitenfus, dos pontos acima, o complexo siderúrgico era a questão prioritária. SEITENFUS, Ricardo Antônio da Silva. *O Brasil e a formação dos blocos*, op. cit., p. 338.

¹⁶⁸ Como afirmou Hannah Arendt, “[...] os nazistas deram à questão judaica a posição central na sua propaganda, no sentido de que o anti-semitismo já não era uma questão de opinião acerca de um povo diferente da maioria, nem uma questão da política nacional, mas sim a preocupação íntima de todo indivíduo na sua existência pessoal; ninguém podia pertencer ao partido se a sua ‘árvore genealógica’ não estivesse em ordem, e quanto mais alto o posto na hierarquia nazista, mais longe no passado se vasculhava essa árvore genealógica”. ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*, op. cit., p. 405.

O jornalista Alberto Dines, na biografia que fez do escritor judeu Stefan Zweig, aborda a questão. Zweig, austríaco exilado em Londres e que abraçou a causa dos refugiados judeus, quando de sua primeira viagem ao país em agosto de 1936, foi recebido por autoridades do Estado, inclusive pelo próprio Vargas no Palácio do Catete. Enquanto deixava-se fotografar ao lado do literato, Getúlio entregava à Gestapo judeus comunistas e alemães, a exemplo de Olga Benário, grávida de Luis Carlos Prestes e Elisa Berger e seu marido, Harry Berger.¹⁶⁹ Contradições como estas, ou antes, interesses políticos do governo brasileiro, levam Dines a afirmar que “as razões de Vargas para prestigiar Zweig constituem uma de suas hábeis manobras para se compor com todos até que se configure um vencedor”.¹⁷⁰

Sucesso mundial, o escritor Stefan Zweig veio ao Brasil pela primeira vez a convite do próprio ministro das Relações Exteriores à época, José Carlos de Macedo Soares.¹⁷¹ Encantado com o país, Zweig afirma em carta à ex-esposa: “Nunca vi paraíso igual... único lugar onde não existe a questão racial — negros, brancos, índios, três quartos, oitavos, magníficas mulatas e crioulas, judeus e cristãos, todos vivem juntos, em paz, indescritível. Os imigrantes judeus estão felizes, podem chegar a qualquer posição, sentem-se bem”.¹⁷² A posição de Zweig é refutada pelo próprio biógrafo, que ressalta a situação de discriminação e insegurança dos imigrantes judeus no país. Para Dines, uma das questões que demonstravam o “clima francamente antijudaico” que ocorria no Brasil dizia respeito à publicação das primeiras edições de *Os protocolos dos sábios de Sião*, bem como à necessidade que alguns autores encontraram em elaborar outras obras para defender os judeus.¹⁷³ Como explica ainda o autor, em relação aos *Protocolos*, foram publicados como resposta, nos anos de 1936 e 1937, quatro livros “simpáticos aos judeus”. Entre eles, estava o do jornalista Samuel Wainer que, junto com Inácio de Azevedo Amaral, organizou o livro *Almanack israelita: Israel no passado e no presente*.¹⁷⁴

¹⁶⁹ Cf. DINES, Alberto. *Morte no paraíso*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004. p. 33-34, 53-54.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 52.

¹⁷¹ Posteriormente, Zweig instalou-se no Brasil e, no ano de 1942, cometeu suicídio. Para conseguir um visto de residência, escreveu o livro *Brasil, país do futuro*: “[...] sabia que o acusavam de ter sido comprado pela máquina de propaganda Vargas, mas não sabiam os acusadores que o preço fora um visto de residência numa época em que os campos de concentração europeus se enchiam com aqueles que não conseguiam passaportes e salvo-condutos para países neutros.” Ibidem, p. 19.

¹⁷² Apud DINES, Alberto. *Morte no paraíso*, op. cit., p. 56.

¹⁷³ Cf. DINES, Alberto. *Morte no paraíso*, op. cit., p. 56.

¹⁷⁴ Cf. loc. cit. (nota de rodapé nº 81). Os outros livros eram: *Israel no Brasil* (do advogado Fernando Levitsky); *Os judeus na história do Brasil* (organizado pelo livreiro Uri Zwerling) e *Em legítima defesa* (de Bernardo Schulman, patriarca da comunidade judaica de Curitiba).

Mas, se a situação de incerteza diante da posição do Brasil em relação aos regimes liberais e nazi-fascistas e as práticas políticas que atingiam os imigrantes geraram o medo entre os judeus que se encontravam no país, a própria publicação de tais obras também revela possibilidades de reação diante do “clima antijudaico”.¹⁷⁵ Se muitos temiam pelos seus destinos, outros enfrentaram o clima de insegurança e, com a censura do Estado Novo, se posicionaram e lutaram em prol dos refugiados. Foi o que aconteceu com o jornalista Samuel Wainer, que, além de lançar o *Almanack israelita*, passou a publicar, a partir de maio de 1938, a revista *Diretrizes*. Segundo ele, o objetivo principal da revista era o de realizar o registro da vida política nacional daquele período. Esta idéia, como analisou, “[...] parecia absurda. Afinal, não havia Congresso, nem partidos, a censura afiava suas garras. Mas o mundo estava às vésperas da guerra, o Brasil estivera em franco processo de politização nos anos anteriores e havia leitores à espera de quem estivesse disposto a dizer, ou pelo menos tentar dizer, a verdade”.¹⁷⁶ Uma destas verdades era o combate às forças fascistas que se encontravam no país e que continuavam a ter, entre os membros do governo, vários aliados.

Assim, se a política imigratória antijudaica predominou durante o Estado Novo, o mesmo não se pode afirmar em relação aos judeus que se encontravam no país. Internamente, mesmo com inúmeras manifestações anti-semitas por parte de políticos, intelectuais e jornais, os judeus conseguiam se inserir na sociedade e, a despeito das dificuldades que um local diferente onde vigorava uma ditadura podia ocasionar, muitos adotaram o Brasil como sua segunda pátria. O rompimento do país com as potências do Eixo, em janeiro de 1942, mudaria a situação dos refugiados judeus: “isso deu aos judeus uma oportunidade de serem ‘bons’ cidadãos e residentes do Brasil, mostrarem solidariedade com a situação da comunidade judaica européia e lutarem contra o anti-semitismo, tudo ao mesmo tempo”.¹⁷⁷ E foi o que muitos fizeram.

¹⁷⁵ Dines relata o encontro que Zweig teve com a comunidade judaica no Rio de Janeiro, quando de sua primeira viagem ao país, onde tentou angariar fundos para os que fugiam do nazismo. O verdadeiro objetivo não foi divulgado, uma vez que, acredita o jornalista, “[...] o ambiente não favorece reuniões públicas da comunidade judaica — ainda mais para coletar fundos destinados às vítimas das perseguições da Europa”. No entanto, como ele próprio informa, compareceram à reunião com o literato 1.200 pessoas, o que revela, por sua vez, a mobilização da comunidade judaica, que encontrou espaços para tais eventos. Cf. DINES, Alberto. Op. cit., p. 55.

¹⁷⁶ WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989. p. 49.

¹⁷⁷ LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica*, op. cit., p. 250.

Capítulo 2

Os judeus em Pernambuco

A massa é por excelência inconsciente. Não sabe nunca manifestar as suas aspirações, nem como exprimir os seus sofrimentos. É o que favorece o aparecimento dos chefes, líderes, dos condutores da humanidade, espécie de tutores que tanto podem conduzi-la às mais elevadas culminâncias da glória como sepultá-la no mais repugnante charco de desonra. Os de última espécie são em percentagem bem pronunciada. E no desempenho de semelhante missão ninguém o faz melhor que o judeu. Porque ninguém o supera na arte de mistificar. Só ele sabe apresentar uma fachada bonita para entreter o povo enquanto age sub-repticiamente na destruição dos alicerces sociais. O seu terrível exército de solapamento social está organizado sob todos os moldes para melhor combater em todos os ciclos da vida humana.

Gérson Romário. O judeu contra a criança.
Fronteiras, Recife, mar. 1939.

2.1 Entre a modernização e os valores tradicionais: eis o novo interventor de Pernambuco

Foi em três de dezembro de 1937 que o homem que nascera no sertão pernambucano e conseguira projeção nacional assumiu a interventoria de Pernambuco. Naquele momento, Agamenon Magalhães consolidava uma carreira política que havia iniciado anos antes, quando ingressara no Partido Republicano Democrata, sendo eleito, em 1918, deputado estadual. Bacharel em Direito, ele deixara para trás a antiga tentativa de exercer o sacerdócio, e talvez no momento de sua indicação, ou mesmo no dia de sua posse, estivesse entre os seus pensamentos a desistência da vida religiosa e os outros caminhos que decidira trilhar. No dia de sua nomeação à interventoria, pronunciou, na sacada do Palácio do Governo em que ficaria durante sete anos e dois meses, a frase que se tornaria famosa por se transformar em uma

marca, um símbolo de seu governo: “vim para criar a emoção do Estado Novo”.¹ Como político, Magalhães esteve ao lado de Getúlio Vargas desde o início de seu governo, tendo defendido e participado, inclusive, da Aliança Liberal e das lutas que depuseram o presidente Washington Luís em outubro de 1930.² Em julho de 1934, Agamenon tornou-se Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e, em janeiro de 1937, assumiu interinamente o Ministério da Justiça, passando a ocupar, assim, dois cargos estratégicos no governo do presidente Vargas.³ Na posição de interventor não descuidaria de criar as emoções que deveriam ajudar a fortalecer o regime estado-novista. “Particularmente em Pernambuco, o esquema de propaganda e divulgação das obras e realizações do Estado Novo estava muito bem articulado”.⁴

Afirma Foucault: “Não há exercício de poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos pelo poder à produção de verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade”.⁵ Era justamente este tipo de poder, que cria e institui as verdades, que seria concretizado através da palavra escrita e falada de que fez uso Magalhães, o político que se auto-representava como *doutrinador, propagandeador*.⁶ “Converso todos os dias pela manhã e à tarde com os meus governados, com o povo, dizendo o que penso, o que sinto, comunicando e recebendo inspiração para as boas ações e para a verdade”.⁷ Em seus textos para o jornal e o rádio, onde estavam presentes os assuntos mais variados — economia, política, agricultura, cangaço, cultura, educação, filosofia, família, imprensa, siderurgia, saúde, etc. —, apresentava soluções para os problemas focalizados e exaltava de forma constante as ações de governo e os ideários estado-novistas. Foi com esse objetivo e essa preocupação que fundara a *Folha da Manhã*,

¹ Apud BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; FGV, 1984. v. 3, p. 2015.

² Já defensor da Aliança Liberal quando parlamentar — pronunciando discurso na Câmara a seu favor quando deputado federal em agosto de 1929 e publicando artigos na imprensa em oposição aos governos estadual, de Estácio Coimbra, e federal, de Washington Luís —, Agamenon participou ativamente do levante aliancista em Recife. Cf. *ibidem*, p. 2014.

³ Cf. PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Recife: Massangana, 1984. p. 27 e 29.

⁴ *Ibidem*, p. 52. A afirmação de Dulce Pandolfi está relacionada ao “papel doutrinador ideológico” do Estado Novo, que em Pernambuco era particularmente bem articulado.

⁵ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*, op. cit., p. 28-29.

⁶ “Um governo que não escreve, não fala, não ouve, nem age, é um governo que não se fará entender. É um surdo-mudo. [...] Quando assumimos o governo de Pernambuco, em dezembro de 1937, trazíamos um programa — a recuperação econômica e social do meu Estado, em crise. Não poderíamos realizar esse programa sem uma doutrina e sem um órgão de propaganda. Fundamos, por isso, a *Folha da Manhã* que tem sido a nossa tribuna”. MAGALHÃES, Agamenon. Três anos de peleja (23.02.1941). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 29-30.

⁷ *Ibidem*, p. 30.

jornal que considerava a sua “tribuna”.⁸ Agamenon produzia um discurso político e moralizante em que os exemplos individuais, histórias cotidianas do homem simples tornaram-se uma estratégia recorrente que procurava, entre outros efeitos, demonstrar ser o interventor um político em contato direto com a população, que como um pai apontava saída para suas dificuldades:

Recebi impressionante carta de um guarda livros de uma empresa industrial. Diz ele que foi contratado há cinco anos com ordenado de 700\$000 mensais. Era solteiro. Casou-se logo depois. Tem quatro filhos. O seu ordenado, entretanto, é o mesmo. Aumentaram os seus serviços, cresceram as suas responsabilidades de família, a vida encareceu, a indústria prosperou, só o seu salário não se modificou. Pede-me que escreva sobre isso e lembre uma solução.⁹

E logo estaria a resposta ao pedido do guardador de livros publicada na *Folha da Manhã*, em artigo intitulado... ‘A solução’:

Tenho estudado e escrito muito sobre o salário no Brasil. Depois de muita observação e confronto da nossa formação industrial com a dos outros países, cheguei à conclusão de que devemos adotar uma solução econômica. Não podemos pensar em salários altos porque as nossas indústrias são incipientes e dependem, em grande parte, da importação de material estrangeiro. Falta-lhes estabilidade. Todas elas têm altos e baixos. Fases de depressão e de prosperidade. [...] As empresas, por isso, deviam adotar forma mista de salário. Uma parte fixa e outra variável de acordo com seus lucros.¹⁰

Agamenon falava, também, do contato direto com o povo nos passeios que realizava nas ruas do Recife, “às manhãs ou às tardes dos dias santos e feriados, visitando inesperadamente os sítios, onde vivem os ricos e os humildes”.¹¹ Seus contatos, suas observações do cotidiano, do homem humilde que se deparava com o interventor em *carne e osso*, sua presença, enfim, contraposta ao que seria um vazio anterior do liberalismo, eram descritos na *Folha*. Nestas ocasiões, ressaltava ainda, por vezes, programas, realizações de seu governo através da fala dos populares:

Saí domingo pela estrada de Caxangá, parando aqui e ali, indagando da vida de quem encontrava. Dei numa horta, onde um plantador refazia os canteiros que a cheia levou. O homem trabalhava com vontade de recuperar num dia o que perdera num mês. Há três semanas que não vendia um pé de coentro, quando fornecia duzentos mil réis de hortaliças à Cooperativa. Estava, entretanto, pagando o aluguel da terra. Se não fosse a Cooperativa, que

⁸ MAGALHÃES, Agamenon. Três anos de peleja (23.02.1941). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 29-30.

⁹ Idem. A solução (20.08.1941). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 31.

¹⁰ Loc. cit.

¹¹ Idem. Outro Recife (04.07.1940). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 257-258.

antecipou a distribuição do retorno e das sementes, ele tinha de mudar de vida. [...] Continuei a jornada. Entrei num estábulo que fica à margem da estrada. Bonitas vacas holandesas. Bezerros pulando. Dois vaqueiros no meio deles. Puxei conversa. Quantas vacas têm? Como vivem? Quanto vendem de leite por dia? — Uma meia dúzia. Todas com saúde e dando muito leite. E temos aqui três famílias. Apuramos uns 150 a 200 mil réis por dia. A Cooperativa foi a melhor coisa que esse governo fez. A melhor coisa desse governo, disse a mulher que estava ao meu lado, foi essa estrada.¹²

Homem de confiança do presidente Vargas, o novo interventor se propusera propagandear e legitimar os ideários do Estado Novo.¹³ Considerado um dos políticos mais fiéis a tais ideários, esta era uma peculiaridade bastante significativa, que fazia de Pernambuco uma espécie de estado-modelo para outras unidades da federação no que dizia respeito às relações estabelecidas entre interventoria e Estado Novo (discurso e prática). Agamenon redigia diariamente artigos no jornal que fundara em 15 de dezembro de 1937, tendo expressado na ocasião:

À **Folha da Manhã**, que surge sob o signo do Estado Novo brasileiro, envio saudações augurando-lhe relevante função histórica na orientação dos valores nacionais e na disciplina dos espíritos, condições de ordem necessárias à consolidação do regime instaurado pelo Presidente Getúlio Vargas sob os aplausos de toda a Nação.¹⁴

Em suas páginas, encontrava-se um conjunto de princípios do que deveria ser o Estado Novo na visão de Agamenon Magalhães. O seu público leitor seria informado, por exemplo, que a partir de 10 de novembro de 1937 a descentralização ou autonomia dos estados daria lugar à centralização federativa; que o Estado passava do primado individual para o social; que o liberalismo, com a imposição econômica do indivíduo e sua indiferença pelo social ficara para trás; que o trabalhador de antes, entregue à própria sorte, seria amparado pelo Estado; que o novo regime, ao considerar o trabalho como dever social e moral julgava, conseqüentemente, a ociosidade como uma subversão; que os problemas regionais transformavam-se em nacionais com a centralização do pós-1937.¹⁵ Através de seus discursos legitimava, portanto, o Estado Nacional, abordando: a centralização do poder federal e sua oposição aos regimes liberais; uma proposta de concepção de cidadania e de trabalho; a negação dos conflitos de

¹² MAGALHÃES, Agamenon. Horas de recreio (06.7.1940). In *Idéias e lutas*, op. cit., p. 258.

¹³ Dulce Pandolfi afirma que “além de Vargas, a condução do novo regime estava nas mãos de Góis Monteiro, Eurico Dutra, Agamenon Magalhães, Benedito Valadares, Negrão de Lima, Francisco Campos e Filinto Muller”. Cf. PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime, op.cit., p. 35.

¹⁴ Telegrama de Agamenon Magalhães enviado à *Folha da Manhã* no momento de sua fundação. In: PEREIRA, Nilo. *Agamenon Magalhães: uma evocação pessoal*. Recife: Taperoá, 1973. p. 70.

¹⁵ Ver os seguintes artigos: O regime federativo (04.03.1938), O primado do bem público (12.04.1938), O Brasil e a verdade (06.04.1938), Política social (20.04.1938), Renovação social (03.05.1938) e Transformação dos interesses locais em interesses nacionais (23.03.1939). In: MAGALHÃES, Agamenon. *Idéias e lutas*, op. cit., p. 159-171.

classes através do corporativismo; um regime autoritário apresentado como uma democracia social, etc. Eram artigos que justificavam o golpe e o pós-1937 ao ressaltar o Estado Novo, cuja teoria o interventor de Pernambuco definiu nos seguintes termos:

É uma democracia autoritária corporativa. O indivíduo atua no Estado Brasileiro, colaborando com o governo, como cidadão, na Câmara Política, e como produtor, no Conselho de Economia Nacional. O governo central é forte, dentro da Federação, perdendo os Estados em autonomia os poderes e franquias, que forem necessários para fortalecer a Nação.¹⁶

Agamenon seguia o seu governo escrevendo diariamente. Parecia que nada escapava à sua pena, que era, afinal, utilizada para despertar paixões, mobilizar a população. Enaltecia a Constituição de 10 de novembro de 1937: “É um instrumento de vida e adaptação. Dentro dela, o Brasil pode crescer, sem perturbações, nem abalos profundos, porque um grande princípio vital domina toda a sua construção”.¹⁷ Opinava também sobre a moral e os costumes, defendendo valores e leis conservadores e religiosos:

A Constituição de 10 de Novembro procurou restabelecer os valores morais de nossa formação cristã. [...] A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. É a norma salutar e imperativa do art. 124. Salutar sim, porque o Brasil não é o divórcio, nem as mulheres de pernas cruzadas, fumando nos cassinos. O Brasil não é o paganismo das praias. O Brasil é a família, o amor paterno, os filhos crescendo nos braços das mães, embalados nos cânticos da religião e da pátria.¹⁸

Expunha, ainda, para seus leitores, ações de seu governo que julgava modernizadoras:

Estamos fazendo, no Recife, construções em série e em massa. Estamos construindo casas populares e grandes edifícios. A arquitetura define bem as épocas e as suas condições econômicas e sociais. O meu governo é um governo de ação social e de recuperação econômica. É um governo de renovação e trabalho. Começamos a reformar o homem pela habitação, pondo abaixo o mocambo, sacudindo a população pobre e acabando com o conformismo de uma vida sem esperanças. Foram surgindo as primeiras vilas populares e a reforma foi atingindo todas as camadas sociais, foi subindo das massas para as elites. Os velhos edifícios começaram, então, a cair. [...] O arranha-céu é o novo estilo arquitetônico.¹⁹

Agamenon falava, assim, de valores, ideais, reafirmando posições na tentativa de que servissem de base para comportamentos a serem seguidos pela sociedade. Estes deveriam estar de acordo com o regime ditatorial. Nesse sentido, reafirmava a moral cristã, a tradição,

¹⁶ MAGALHÃES, Agamenon. A teoria do Estado Novo (01.06.1938). In: *Idéias e lutas*, op.cit., p. 168.

¹⁷ Idem. O primado do bem público (12.04.1938). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 160.

¹⁸ Idem. A família e o Estado Novo (12.03.1938). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 175.

¹⁹ Idem. Grandes edifícios (13.02.1942). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 267-268.

ao mesmo tempo em que proclamava funções novas para o Estado, na tentativa de apresentá-lo como ruptura, como instituidor de um novo tempo e de ações diferentes.

As cidades de seu período eram alvos da modernização, tendência que já acontecia desde o início do século XX. O Rio de Janeiro, capital da República na época, tinha o papel de “metrópole-modelo”, irradiando para outras localidades o que de mais *avançado* havia, inclusive no que se referia à área comportamental.²⁰ No caso do Recife, a sua transformação era tarefa que outros governos já haviam empreendido antes mesmo da década de 1930, seguindo uma tendência internacional.²¹ No entanto, com Agamenon o projeto modernizador da cidade estaria atrelado às mudanças pós-1937, servindo de modelo legitimador da “emoção” que pretendia trazer.²² Colocar abaixo os mocambos, por exemplo, substituindo-os por vilas populares — uma das prioridades dos programas de seu governo —, além da questão urbana era uma questão social. Segundo Zélia Gominho:

O projeto revolucionário de *restaurar* a nação se dimensionava na perspectiva de um organismo doente. Sendo as principais cidades do país, em especial as capitais, os espaços a sofrerem intervenções cirúrgicas, a fim de sanar os males decorrentes da concentração popular no centro urbano. [...] A *questão social* se confunde com a *questão urbana*, embora a nível de discurso a questão social se sobreponha.²³

Mas toda a estratégia de modernização do governo não estava dissociada de seu oposto, ou seja, de manter, ao mesmo tempo, a tradição. O mesmo homem que geria um governo disposto a (re)construir uma cidade, um estado, em nome de novos tempos, clamava também pelas suas raízes e uma moral religiosa que se chocava, diversas vezes, com os elementos advindos da modernidade, mas que estava inteiramente em consonância com os valores cristãos atribuídos como necessários para concretizar o projeto estado-novista. As resistências que advinham das mudanças faziam parte, assim, não apenas de pessoas ou setores da população, mas também de elementos do próprio governo que as estava colocando em prática. Falando da década de 1920 e de suas transformações, Antônio Paulo Rezende chama a atenção para reações variadas das pessoas, que muitas vezes terminavam por queixar-se do novo, uma vez que a sua “convivência com a tradição não era pacífica, causava impactos,

²⁰ Cf. SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil 3: República – da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 522.

²¹ “A renovação do Recife já vinha sendo empreendida desde antes de trinta, acompanhava uma tendência internacional de criação e recriação de cidades inspiradas numa nova ciência que se institucionalizava: o Urbanismo”. GOMINHO, Zélia. *Veneza americana x mucambópolis*, op. cit., p. 85.

²² Cf. *ibidem*, p. 90.

²³ *Ibidem*, p. 83, grifo da autora.

admiração, receios”.²⁴ Assim se encontrava Magalhães, ou seja, dividido entre os ritmos das mudanças e o apego aos elementos tradicionais, decorrentes de seus valores pessoais e/ou da política do Estado Novo, os quais estavam vinculados à Igreja Católica e se expressavam não apenas através da escolha da maior parte de seu secretariado e da aliança política com aquela instituição religiosa, como também no conteúdo de seus escritos na imprensa.²⁵ Nessas oportunidades, apresentava-se como defensor do ideário católico, ameaçado pela modernização, como no caso da defesa da família ou da oposição ao divórcio.

O Recife crescia, modernizava-se, o progresso era defendido e elogiado, mas valores tradicionais, sobreposições do universo sacro a temas cotidianos eram defendidos: “a tradição é um valor cultural que fixa, que retifica, a cada passo, a evolução social, evitando que se percam de vista o passado, as origens espirituais, os pontos de partida mais distantes. A estrada dos séculos é cheia de marcos”, dizia Agamenon, que acreditava ser o Brasil um país tradicional que “volta sempre às fontes de sua formação portuguesa e cristã”.²⁶ As derrubadas dos mocambos, os aterros de áreas dos mangues que cediam lugar para vilas populares, a substituição de antigos prédios por arranha-céus considerados o “novo estilo arquitetônico”, as medidas higienistas e disciplinadoras sobre a população e diversas outras políticas concretizadas ou aprofundadas no governo de Magalhães faziam parte de um cenário decorrente da expansão e aprofundamento do capitalismo. No entanto, essa modernização acontecia em um país que havia se separado da Igreja Católica com a proclamação da República, mas que continuava a estabelecer relações estreitas com a mesma, que por sua vez lutava para ampliar seus espaços de atuação.²⁷ Política e religião estariam associadas, principalmente depois de 1937, quando “a Igreja Católica, em quase toda sua totalidade, aceita a imposição do novo regime” e “vai integrar-se perfeitamente, ao trabalho social do Estado populista.”²⁸

²⁴ REZENDE, Antônio Paulo. *O Recife: histórias de uma cidade*. Org. Magdalena Almeida. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002. p. 102.

²⁵ Alcir Lenharo mostra como a Igreja atuou junto ao Estado na década de 1930. Através de apoio político “dos movimentos religiosos de rua do início da década, passando pela atuação da Liga Eleitoral Católica, até 1937, a Igreja cerrou fileiras junto ao poder [...]” Ressalta o autor que por meio da função que denomina *domesticação de consciência* “tão ou mais decisivo foi o apoio intelectual prestado pela Igreja, cujo estoque de imagem e símbolos foi utilizado estrategicamente pelos ideólogos do poder”. LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986. p. 190.

²⁶ MAGALHÃES, Agamenon. Tradição (21.12.1939). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 424. É importante não perder de vista que a moral cristã esteve presente no projeto do novo Estado nacional.

²⁷ Em relação ao período que se inicia com a subida de Vargas ao poder em 1930, Carlos Miranda afirma: “a Igreja esperava tudo da nova ordem estabelecida, porque contava com o levantamento das restrições à sua liberdade, sobretudo no exercício de sua missão no campo educacional e assistencial”. MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *Igreja Católica do Brasil: uma trajetória reformista (1872-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998. p. 71.

²⁸ *Ibidem*, p. 85.

2.2 Estado, Igreja e as idéias a combater

As “bênçãos da Igreja”²⁹ em apoio ao universo secular da política eram utilizadas estrategicamente com o intuito de ampliar a eficácia de saberes e ações do que se desejava reforçar ou minimizar no campo de forças das relações sociais. Escrevia na imprensa Agamenon:

Dom Miguel, arcebispo de Olinda e Recife, varão austero e abrasado no zelo do sacerdócio, acaba de assegurar à Cruzada Social Contra o Mocambo o apoio moral do Clero e as bênçãos da Igreja, que não pode ser indiferente “à boa constituição da família, impossível sem um lar”. Lar, que não é um pardieiro deprimente, que se chama – mocambo, diz o grande prelado brasileiro, em sua carta admirável pela verdade de conceitos e apuro de estilo.³⁰

Eram as “bênçãos da Igreja” sobre um dos projetos mais propagados de sua interventoria, a Cruzada Social Contra o Mocambo, que, aliás, trazia em sua própria denominação uma associação ao passado católico das Cruzadas.³¹ Em nome de Deus eram condenados o liberalismo e o comunismo com o reforço do discurso religioso que, de forma maniqueísta, apresentava o que pretendia excluir como sendo pertencente a um universo caracterizado como demoníaco:

Se quiséramos sumular, numa só denominação, a avalanche de todos os erros que vem escachoando, de eras as mais remotas, em surtos bárbaros de maré montante, na Renascença da cultura pagã, na Reforma, na Revolução, no Enciclopedismo, no Racionalismo e nessa coisa diabolicamente amorfa, indefinida, sutil, porém satanicamente devassadora e perversamente destruidora de todos os grandes valores da vida, o Liberalismo; se quiséramos sumular toda essa nefasta congérie, numa só denominação, diríamos: – o Comunismo.³²

Em nome de Deus é que se proclamava a participação política da Igreja através da disseminação de suas idéias:

Só agora, a justiça social começa a penetrar a economia, que não pode encontrar a ordem fora da moral cristã. Da moral cristã, que procura elevar a dignidade humana, defender a família, a casa, o salário justo. Da moral cristã, que é uma só para a vida privada e para a vida pública, para o indivíduo e para a sociedade.

²⁹ Título de artigo do interventor pernambucano. AGAMENON, Magalhães. As bênçãos da Igreja (18.08.1939). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 354-355.

³⁰ Loc. cit.

³¹ O fim da cruzada de Agamenon em Pernambuco era criar um sentimento de vergonha do mocambo, fortalecendo o projeto de sua extinção: “o fim moral da Cruzada foi precisamente esse. Criar o pudor do mocambo, destruindo o mocambo e fazendo casas.” MAGALHÃES, Agamenon. O pudor do mocambo (04.10.1939). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 203.

³² Trecho da primeira Carta Pastoral de Dom Mário Vilas Boas, que assumia a Diocese de Garanhuns, transcrito em artigo de Agamenon Magalhães. MAGALHÃES, Agamenon. Ação Católica (26.11.1938). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 352.

Da moral cristã, que condena o ódio e exalta o amor. O amor do próximo, como solução para todos os conflitos e asperezas das desigualdades. A única filosofia que pode evitar o predomínio de uma das tendências — a da luta de classes e a da autocracia do Estado, a violência, como técnica de governo e de solução dos problemas sociais. A única filosofia que pode restaurar a autoridade na família, nas fábricas e na sociedade política.³³

A moral cristã, com seus símbolos religiosos, seus discursos sobre os costumes, deveria, portanto, ter a função de evitar conflitos, oposições, questionamentos na sociedade. Em torno dela, ou a partir dela, havia a condenação e o reforço dogmático do que não deveria ser aceito como prática cotidiana no regime estado-novista. Apesar de a Constituição de novembro de 1937 apresentar o laicismo do Estado, na prática o Governo deixava clara a intenção de aproximação com a Igreja.³⁴ Segundo Vargas:

Apesar de separados os campos de atuação do poder político e do poder espiritual, nunca entre eles houve choques de maior importância; respeitaram-se, auxiliaram-se. O Estado deixando à Igreja ampla liberdade de pregação, assegura-lhe ambiente propício a expandir-se e a ampliar o seu domínio sobre as almas; os sacerdotes e missionários colaboram com o Estado, timbrando em ser bons cidadãos, obedientes à Lei civil, compreendendo que sem ela — sem ordem e sem disciplina portanto — os costumes se corrompem, o sentido da dignidade humana se apaga e toda a vida espiritual se estanca. Tão estreita cooperação jamais se interrompeu; afirma-se, de modo auspicioso, nos dias presentes e há de intensificar-se certamente no futuro, mantendo a admirável continuidade de nossa história.³⁵

O período do Estado Novo era, portanto, de aprofundamento das relações entre a Igreja e o regime político. “É importante ressaltar que não houve ruptura de continuidade nas relações Igreja-Estado com a proclamação do Estado Novo. Pelo contrário, houve por parte de muitos clérigos a adesão total e plena ao regime ditatorial”.³⁶ O governo intervinha para ampliar os espaços da Igreja e neles mostrava para a população a aliança política com aquela instituição. Assim é que, em setembro de 1939, o Parque 13 de maio era construído em Recife, especialmente para a realização do III Congresso Eucarístico Nacional, que mobilizou,

³³ MAGALHÃES, Agamenon. As bênçãos da Igreja (10.08.1939). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 355.

³⁴ É nesse sentido que José Beozzo afirma: “as suas relações podem ser lidas em dois planos: no constitucional e no prático. No plano constitucional, com a nova Carta, [...] todo o poder se concentrou, de modo arbitrário, nas mãos do Chefe do Executivo. A Carta de 10 de novembro elimina todas as chamadas emendas católicas da Constituição de 1934, exceto a que se refere ao ensino religioso, que é mantida, mas diminuída de alcance”. Entretanto, como explica o autor, na prática o Governo expressava que as relações entre Igreja e Estado não seriam alteradas. BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 3, v. 4). p. 324.

³⁵ VARGAS, Getúlio. Discurso em homenagem ao Episcopado Nacional, reunido no 1 Concílio Plenário. (*Ação Católica*, ano II, n. 10, out. 1939, p. 289,290). In: BEOZZO, José Oscar, op. cit., p. 324-325.

³⁶ MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *Igreja Católica do Brasil*, op. cit., p. 90.

“diante da Cruz, 250 mil brasileiros, vindos de todas as regiões”.³⁷ O apoio da Igreja à política estado-novista durante os preparativos e a realização do Congresso era evidenciado pelos prelados,³⁸ assim como eram ressaltadas, pelo interventor, a importância da religião sobre a população e a união entre os dois setores.³⁹

Igreja e Estado também teriam, em Pernambuco, seus laços fortalecidos através da escolha do grupo designado para assumir os cargos de secretariado do governo, composto em sua maioria de nomes saídos da Congregação Mariana, grupo religioso local criado sob a influência do Centro D. Vital, do Rio de Janeiro, presidido por Jackson de Figueiredo.⁴⁰ A Congregação Mariana de sua “equipe de pensadores católicos” tinha, entre os seus objetivos, o combate às idéias consideradas pagãs.⁴¹ Seria o que Agamenon denominava de “luta contra as trevas”, que significava combater o que a Igreja Católica considerava como universo a ser subjugado. “As doutrinas de esquerda, bem como o Espiritismo, o Protestantismo e as Religiões de origem afro-brasileira, são encaradas como uma séria ameaça ao Catolicismo”, afirma Zuleica Dantas, que analisou os discursos e práticas repressivas às religiões afro-umbandistas entre 1930 e 1940.⁴²

Essas visões, apoiadas por parte do laicato católico que governaria Pernambuco, exerceram influência sobre os critérios de escolha e conduções políticas dos mais variados matizes, tornando-se um importante elemento de consolidação do estado e de grupos ligados a ele, bem como de legitimação do *novo* momento que despontava e se firmava. Crítico de Magalhães, Andrade Lima Filho relata um episódio que envolveu o psiquiatra Ulisses Pernambucano, o qual, “tirado novamente do seu lar, foi levado à famigerada delegacia política para responder a uma pergunta assaz curiosa: — ‘Por que o senhor não

³⁷ MAGALHÃES, Agamenon. Unidade espiritual (06.09.1939). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 357.

³⁸ Ver os discursos do arcebispo de Olinda e Recife, D. Miguel Valverde e, também, a fala do padre Emmanuel Monteiro. MIRANDA, Carlos Alberto. *Igreja Católica do Brasil*, op. cit., p. 109-110.

³⁹ “O caráter nacionalista do Congresso Eucarístico tem alta significação na hora em que o Estado Novo faz apelo às forças históricas e conservadoras da nossa formação, para a luta sem tréguas contra os extremismos exóticos. O cristianismo, não obstante o seu sentido universalista, tem sido um formador de pátrias”. MAGALHÃES, Agamenon. Congresso eucarístico nacional (08.05.1938). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 351.

⁴⁰ Fundado em 1922, o Centro D. Vital tinha como objetivo, inicialmente, “ajudar o Episcopado Brasileiro na obra de recatolização dos seus ideais na prática social”. MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *Igreja Católica do Brasil*, op. cit., p. 53.

⁴¹ Cf. *ibidem*, p. 61.

⁴² Dantas analisa, em seu trabalho, discursos e práticas produzidos acerca das religiões afro-umbandistas por parte de diversos segmentos sociais no estado de Pernambuco, tais como Igreja Católica, intelectuais, órgão de repressão policial. Cf. CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. *O combate ao catimbó: práticas repressivas às religiões afro-umbandistas nos anos trinta e quarenta*. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001. p. 207.

vai à missa?”⁴³ A importância de ser católico era bastante ressaltada em termos políticos e o que ocorria em âmbito federal, ou seja, a aproximação política entre Estado e Igreja Católica, fazia parte do projeto da interventoria de Pernambuco.

Ao ocupar o cargo de interventor, Agamenon Magalhães defendia, sistematicamente, as idéias e ações que ocorriam no âmbito federal no pós-1937.⁴⁴ O anticomunismo, por exemplo, que se evidenciava no governo Vargas, estava presente em seus discursos e atos. Magalhães apontava como um dos principais motivos de sua vinda para Pernambuco as conseqüências advindas do movimento comunista de 1935, que teriam, segundo ele, tornado o estado um local suspeito, chegando mesmo a ocasionar a fuga de capitais para outras unidades do país.⁴⁵ Em novembro de 1938, quem ligasse o rádio ou abrisse os jornais seria informado de que o local onde vivia “[...] sempre foi tido e o é, na realidade, um dos Estados do Brasil mais visados pelo Komintern”.⁴⁶ Essa *realidade*, no entanto, estaria relegada ao passado com a chegada do novo interventor. Os discursos produzidos por Agamenon e apresentados à população eram utilizados, também, para compor relatórios enviados ao Presidente Vargas, que apresentavam as realizações políticas do governo em Pernambuco. Em um deles, por exemplo, enfatizava-se o que seria a neutralização da esquerda (“inteiramente”) no estado pela polícia.⁴⁷ Dizia o secretário de Segurança Pública, Etelvino Lins:

O grande problema das autoridades policiais, entre nós, como nos demais pontos do território nacional, vem sendo, nesses últimos anos, a ação perniciosa das esquerdas. Entre nós, por excelência, porque ninguém o ignora, Pernambuco sempre foi e o é, na realidade, um dos Estados do Brasil mais visados pelo Komintern. Por justa razão, portanto, fizemos combate às esquerdas, em todas as suas manifestações, o ponto principal das nossas atividades em defesa do Estado. O comunismo de tudo se aproveita e tudo explora. Urge combatê-lo com decisão, onde quer que ele esteja e seja qual for o disfarce com que se apresente.⁴⁸

O anticomunismo era defendido por Agamenon Magalhães desde períodos anteriores. Como afirma Dulce Pandolfi, sua gestão como ministro da Justiça e do Trabalho fora “marcada por uma postura nitidamente centralizadora e anticomunista”.⁴⁹

⁴³ LIMA FILHO, Andrade. *China gordo: Agamenon e sua época*. 2. ed. Recife: Universitária, 1976. p. 102.

⁴⁴ “Com efeito, a divulgação das obras e realizações do Estado Novo em Pernambuco foi considerada pelo governo federal um exemplo para os demais estados”. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*, op. cit., v. 3, p. 2015.

⁴⁵ Cf. MAGALHAES, Agamenon. Renovação social (03.05.1938). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 164.

⁴⁶ Agamenon Magalhães, interventor federal. Relatório apresentado ao exmo. snr. Presidente da República, 1938-1939 – estado de Pernambuco presidente da República, p. 143 – APEJE – (Anexo 1).

⁴⁷ *Ibidem*, p. 146.

⁴⁸ Apud *ibidem*, p. 147.

⁴⁹ PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*, op. cit., p. 27.

Em 5 de novembro, dias antes do golpe de Estado, Agamenon teve uma reunião com todos os gerentes de fábrica do Rio de Janeiro para transmitir instruções do governo sobre a propaganda contra o comunismo a ser desenvolvida de forma sistemática junto à classe operária. Ficou então acertado que os trabalhadores seriam obrigados a ouvir diariamente, em todas as empresas, antes de entrar no serviço, uma exposição de cinco a dez minutos sobre os perigos do comunismo.⁵⁰

Ao assumir a direção do estado, no entanto, o assunto tinha um significado imediato junto ao governo federal, que passava a ceder recursos para o novo interventor em apoio a ações repressivas contra as esquerdas.⁵¹ Os discursos e práticas anti-esquerdistas continuariam em sua apregoada tarefa de combate aos inimigos do Estado Nacional. Isto aconteceria mesmo anos depois, quando inclusive lembraria o episódio de novembro de 1935, construindo ou reproduzindo os significados daquele momento que serviu para reforçar o golpe de 1937:

Estávamos dormindo, sonhando com liberdades, comícios eleitorais, voto secreto, quando despertamos sob o fogo e o sangue da tragédia comunista. Daí em diante é que ficamos em vigília até novembro de 1937, quando tomamos uma decisão heróica. O Estado assumiu, então, o comando das forças nacionais, integrando-as dentro dos novos conceitos da autoridade, da disciplina, do trabalho e da ordem. Podemos, pois, os homens do Estado Novo, cobrir de flores os túmulos dos que morreram para nos advertir dos graves perigos que ameaçavam o Brasil.⁵²

Em momentos como esse, o interventor reforçava o que já havia dito que faria acerca da relação que viria a estabelecer com o regime que despontava, ou seja, ajudar na sua conservação e reforçar o seu estabelecimento. Assim, episódios variados, assuntos os mais abrangentes eram utilizados em seus discursos e direcionados de tal forma que os objetivos propostos fossem alcançados. Falar do episódio de 1935, então, não significava apenas uma tentativa de entendimento do que acontecera naquela data.

Em seu governo, além da condenação do comunismo ocorreria, também, a associação entre este e o judaísmo, assim como se observava no âmbito federal. Antes, porém, acusações e prisões de comunistas ou pretensos comunistas ocorriam em Pernambuco e nomes de judeus apareciam em denúncias anônimas que levavam à prisão dos mesmos. Em carta ao interventor

⁵⁰ *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*, op. cit., v. 3, p. 2015.

⁵¹ “Embora afirmasse que a situação do estado era tranqüila, pouco depois de sua posse Agamenon telegrafou sigilosamente a Vargas para informar a existência de 269 presos políticos considerados comunistas. Recebeu em seguida 40% dos cinco mil contos de linha especial de crédito aberta pelo governo federal para a repressão ao comunismo em todos os estados, deflagrando um cerrado combate à oposição, inclusive às antigas forças situacionistas, que foram completamente marginalizadas de todos os centros de poder”. Loc. cit.

⁵² MAGALHÃES, Agamenon. Os que morreram em novembro de 1935 (27.11.1941). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 171-172.

Carlos de Lima Cavalcanti, assinada por “um anônimo que muito aprecia a vitória do governo”, afirmava-se que “esta tem por fim avisar que se acham tramando um levante comunista, no qual se acham envolvidos diversos russos”. O autor da missiva listava onze nomes (todos com sobrenomes judaicos) e afirmava ser um deles “um propagandista forte, a ponto de esperar os pobres trabalhadores de Usinas e de outros lugares semelhantes, para os catequizar com as vantagens que oferece o comunismo, segundo eles descrevem; e o que vai fazendo adeptos à causa, o que já contam com grande número.”⁵³ Àquela época, os judeus já eram alvo de investidas anti-semitas, bem como de associação com o comunismo, e isto podia ser visto em notícias como esta:

À meia-noite do dia doze do corrente a polícia daquele Estado [São Paulo] deu cerco a uma célula, chefiada pelo casal Goffman, de origem judaica. Tinha traçado um programa de agitação para o dia 1 de maio: 12 comícios, cindo conferências, farta distribuição de bandeiras com dísticos violentos, pintura nas paredes da cidade toda, com dizeres insultuosos. O casal de judeus tem um filhinho. Pobre menino cujos pais o exploram no serviço que contrataram com o governo da pátria proletária.⁵⁴

Agamenon continuaria com tal associação e com a disseminação do anti-semitismo, seja através do jornal de sua propriedade — o qual abordava constantemente matérias contra os judeus —, seja através da ligação com a Igreja Católica, assim como de membros de seu secretariado advindos da Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica (CMMA).⁵⁵ Segundo Sílvia Cortez, a CMMA do Colégio Nóbrega era, entre as várias Congregações Marianas que existiam no Recife, a que mais se destacava no âmbito político de Pernambuco.⁵⁶ O seu sucesso estava ligado diretamente à atuação do Padre Antônio Fernandes, “seu diretor espiritual”.⁵⁷ Para a autora, as Congregações Marianas possuíam traços fascistas. Em sua análise da CCMA afirma que esta:

⁵³ Carta anônima enviada ao interventor de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, acusando pessoas de envolvimento comunista. Recife, 10.02.1933. Prontuário Individual 2778, DOPS – APEJE. Dos nomes citados na carta, conseguimos verificar sete prontuários individuais e todos estes, sem exceção, foram presos em decorrência da denúncia. Os prontuários individuais são os seguintes: 1912, 3592, 9192, 9193, 9200, 9212, 9238. DOPS – APEJE.

⁵⁴ COMENTÁRIOS. *Diário da Tarde*, Recife, 26 abr. 1932. p. 2.

⁵⁵ Em relação à Igreja, Agamenon, ainda ministro do Trabalho, apoiava a formação dos Círculos Operários Católicos no início da década de 1930, que além de prestar assistência material ao operariado visavam “[...] colaborar com o Ministério do Trabalho nos pontos em que a Legislação Trabalhista era deficiente e pôr um dique à influência e infiltração das idéias marxistas”. Em Pernambuco, durante sua interventoria, continuou dando apoio aos Círculos Operários, contribuindo inclusive com doações mensais, que eram realizadas também pela Prefeitura do Recife, e permitindo que o jornal do movimento (*Guararapes*), quando em dificuldades financeiras, fosse impresso nas oficinas da Imprensa Oficial. Cf. MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *Igreja Católica do Brasil*, op. cit., p. 99, 100, 105-106.

⁵⁶ Cf. SILVA, Sílvia Cortez. *Tempos de casa-grande (1930-1940)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. p. 111.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 112.

[...] internamente, possuía nítidos componentes fascistóides: seu diretor espiritual era declaradamente salazarista; o acervo de sua Biblioteca, que servia de base ao ideário intelectual da formação dos congregados, era composto por livros racistas e expressivos do pensamento de extrema direita e seus membros mais representativos participaram de uma interventoria demarcada por contornos nazi-fascistas. E não seria necessário aprofundar seu *décor*, ar marcial, uniformes, tochas ardentes, armas e rufar de tambores para completar sua performance fascista.⁵⁸

2.3 Sem fronteiras para atacar

Em Pernambuco, ainda na década de 1920, mais precisamente em agosto de 1924, poucos meses depois da fundação da Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica, surgiu o Círculo da Mocidade Acadêmica. Resultante das reuniões dos congregados, constituía um espaço voltado para a discussão de “temas religiosos, filosóficos e científicos” e a partir dele havia sido criada a revista *Fronteiras*, no ano de 1931, sob a direção de Manuel Lubambo, que viria a ser o secretário da Fazenda do governo Agamenon Magalhães.⁵⁹ A criação de *Fronteiras* e uma análise de seu conteúdo são bastante reveladoras de visões e valores que envolviam pessoas que, mais adiante, estariam ao lado do interventor em sua tarefa de governar e *criar emoções*. Editada em Recife, a revista circularia entre maio de 1932 e março de 1933 e, posteriormente, entre dezembro de 1935 e junho de 1940.⁶⁰ “Seu aparecimento junto à imprensa pernambucana deve ser inserido no esforço, a nível nacional, da Igreja Católica em reforçar seus mecanismos de dominação político-espiritual. A nível local, foi coadjuvante de outros órgãos da imprensa católica de paróquias e associações como **A Tribuna, Maria, Gazeta**, entre outros”, avalia Sílvia Cortez.⁶¹ Em sua opinião, a importância da revista decorre não apenas do fato de apresentar o quadro ideológico de um grupo católico, mas também de possuir entre seus colaboradores membros do “*staff* de Agamenon Magalhães

⁵⁸ SILVA, Sílvia Cortez. *Tempos de casa-grande*, op. cit., p. 118.

⁵⁹ Ainda em 1931, após conflito entre marianos e maçons, os congregados criaram a União Nacional Católica por Deus e pela Pátria (UNCPD), tropa de choque que defendeu ampliação do poder católico na Constituinte de 1934: “É dos quadros da UNCDP que saem os principais elementos que vão compor a ‘intelligentzia’ totalitária de Agamenon Magalhães, dentre os quais destacamos: Etelvino Lins, na Secretaria de Segurança; Manuel Lubambo, na Secretaria da Fazenda; Arnóbio Tenório, na Secretaria da Justiça; Apolônio Sales, na Secretaria da Agricultura; e Nilo Pereira, no setor de Imprensa e Educação.” MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. Igreja Católica do Brasil, op. cit., p. 61-65. Ligada à Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica, a UNCDP, com “[...] seus discursos inflamados e numerosos comícios”, atuava não só em Recife e Olinda, mas também nas cidades do interior do Estado, como afirma Sílvia Cortez (cf. op. cit., p. 115).

⁶⁰ Cf. SILVA, Sílvia Cortez, op. cit., p. 144.

⁶¹ Loc. cit.

contribuindo de forma conclusiva para fortalecer o ideário estado-novista em Pernambuco”.⁶² Em relação aos judeus, o assunto ocuparia boa parte de suas páginas, revelando preocupações motivadas por imagens que também circulavam em âmbito nacional.

Afirmando ser apenas um “veículo das idéias de direita”,⁶³ a revista demonstrava seus vínculos com valores religiosos e conclamava a defesa do país contra elementos que julgava perigosos, como no caso do comunismo e do liberalismo.⁶⁴ Nesta oposição estava o Estado de Vargas, o governo de Agamenon, a Igreja e, por extensão, a própria *Fronteiras*, que em seu discurso anti-semita identificava, ainda, no judeu, o elemento criador/responsável por vários desses *males*. Eram, então, acusados de serem os responsáveis pelo comunismo, pela maçonaria, de não se assimilar, de tentar dominar o mundo, de procurar minar as bases do cristianismo, de perverter a criança, de se apossar dos meios de comunicação, etc. *Fronteiras* realizava uma verdadeira campanha anti-semita, onde o judeu era transfigurado na encarnação do mal. As culpas a eles imputadas terminavam por indicar que as *desgraças* históricas ou contemporâneas eram, necessariamente, advindas de suas ações. Desta forma, recorrendo ao passado, no período colonial, por exemplo, eram apresentados como traidores que receberam os *invasores* holandeses e os ajudaram em suas conquistas no Brasil. Mário Campos, em artigo “especial” para a revista em dezembro de 1939, argumentava que “o Judaísmo nos oferece um impressionante caráter de permanência nos seus propósitos terríveis de domínio universal dos povos cristãos” e que “todos os seus atos têm um profundo significado racista,

⁶² SILVA, Sílvia Cortez. *Tempos de casa-grande*, op. cit., p. 144. Ao elogiar Jackson de Figueiredo, fundador do Centro D. Vital e da revista *A Ordem*, Agamenon Magalhães falava do seu secretariado e da influência das idéias católicas: “Depois de Jackson de Figueiredo o católico começou a ver o Brasil fora das sacristias e dos conventos. Começou a ver o Brasil social, sem paisagens nem contornos, nos chãos das forças mais contraditórias. [...] Ao exemplo de Jackson de Figueiredo devemos, em Pernambuco, a formação de uma equipe de pensadores católicos. Manoel Lubambo, em ‘Fronteiras’, realiza a luta contra as trevas, quebrando arestas, agredindo, convencendo, sem transigências nem receios. Arnóbio Tenório, na Congregação Mariana, é o pensador jovem e profundo, sem impaciências, seguro da sua convicção e do seu espírito. Jackson de Figueiredo não pregou no deserto, porque a nova geração de pensadores católicos brasileiros é digna dele.” MAGALHÃES, Agamenon. Jackson de Figueiredo (01.11.1938). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 180.

⁶³ Manuel Lubambo em entrevista cedida ao jornal *Diário de Pernambuco* acerca do ressurgimento de *Fronteiras*, reproduzida na revista. *Fronteiras*, Recife, jan. 1936, p. 10

⁶⁴ É importante lembrar que o Estado Novo justificaria a sua criação, bem como o que traria de novo, a partir da oposição ao comunismo e ao liberalismo. Sobre este último afirma Mônica Velloso: “a doutrina do Estado Novo procura realizar um corte histórico no tempo, mostrando que o presente veio expurgar os erros do passado. As expressões ‘Estado Novo’, ‘Brasil Novo’, ‘nova ordem’ etc. denotaram essa tentativa de marcar o regime como uma fase de redenção, de ‘encontro do Brasil consigo mesmo’. Essa redenção só pode adquirir sentido quando contraposta a um período de caos, desordem, desajuste. O liberalismo aparece, então, como a corporificação desse mal, como um verdadeiro desastre para a nacionalidade brasileira, porque seria uma ideologia importada. É, portanto, a partir da prática liberal que os doutrinadores do regime explicam todos os males que se abateram sobre o país.” VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do nacional-estatismo*, op. cit., p. 154.

visam sempre a destruição da civilização cristã, sobre cujos escombros pretendem levantar o Estado de Israel”.⁶⁵ Segundo o autor:

Os israelitas estabelecidos na Bahia e em Pernambuco, de acordo com as instruções recebidas do Consistório Central de Amsterdã, facilitaram pelos meios mais diversos, a invasão dos holandeses no Brasil. [...] Durante a insurreição de 1645, o exército nativo viu-se ameaçado nas suas manobras por um inimigo terrível: a espionagem judaica. Para exterminá-la infligia castigos severos e fuzilamentos sumários aos judeus que lhes caíam nas mãos. Embora essas medidas restringissem a ação dos delatores, eles não esmoreciam; eram hábeis, sabiam dissimular e sobretudo contavam com a ajuda decidida dos cristãos-novos senhores de engenho, ostensivamente contrários aos holandeses, porém de fato seus mais preciosos colaboradores. A conspiração de Fernandes Vieira e as revoltas do Maranhão e do Rio Grande do Norte foram várias vezes adiadas devido às denúncias dos espões judaicos.⁶⁶

Em março do mesmo ano, o estudante Gerson Romario escrevia acerca da influência dos judeus sobre a formação infantil, sob o título “O judeu contra a criança”.⁶⁷ No artigo, o autor definia a massa como “inconsciente” e incapaz de “manifestar as suas aspirações”, bem como de “exprimir seus sofrimentos”. Tal situação favoreceria o aparecimento de líderes que tanto poderiam conduzi-la “[...] às mais elevadas culminâncias da glória como sepultá-la no mais repugnante charco da desonra”. Neste último aspecto, ninguém seria melhor que o judeu, uma vez que “[...] só ele sabe apresentar uma fachada bonita para entreter o povo enquanto age sub-repticiamente na destruição dos alicerces sociais. O seu terrível exército de solapamento social está organizado sob todos os moldes para melhor combater em todos os ciclos da vida humana”. Contra a infância, afirmava Romario, é que o judeu “[...] executava o plano mais odioso e também de maneira mais sutil” e esta realidade é que fazia com que o “quadro da vida infantil” daquele período fosse “desolador”. E como isso ocorria? Através das “[...] terríveis histórias dos aventureiros, piratas, malfetores, para criação da imaginação doentia e nociva de Israel”, que despertam a curiosidade das crianças e

Uma vez na sua posse começa o judeu por intermédio dos seus bonecos a despir-lhe de todas as virtudes para revestir-lhe de toda a espécie de vícios e maus sentimentos. São as fugas do lar, o rapto, o assassinio, o rompimento

⁶⁵ CAMPOS, Mário Pinto de. Notas sobre os judeus no Brasil-Holandês. *Fronteiras*, Recife, dez. 1939, p. 4. “Para cumprir fielmente a missão extraordinária a que se julgam eleitos”, continuava em seu raciocínio, “os judeus evitaram sempre a contaminação de seu sangue por outras raças, praticando um severo cruzamento intersemítico — a endogamia. Por isso, não obstante sua grande dispersão, conseguiram manter até nossos dias uma unidade e pureza raciais bem notáveis. No entanto, dos sefardins (de Sefarad nome bíblico da Espanha), provieram em grande parte os ‘marranos’, judeus que aparentemente abjuraram sua religião, batizando-se afim de se introduzir na sociedade cristã com maior segurança. Mas nesse caso, a continuidade da raça ainda estava assegurada pela predominância do sangue judaico.”

⁶⁶ Loc. cit.

⁶⁷ Cf. ROMARIO, Gerson. O judeu contra a criança. *Fronteiras*, Recife, mar. 1939, p. 10-11.

com a família, o desdém ao Criador, o instinto de vingança, o ódio, os fins justificando os meios, muito embora sejam os mais hediondos e perigosos, como o suborno, o seqüestro, a traição, tudo isso orientando o espírito infantil para o rebaixamento moral.⁶⁸

O artigo terminou por resultar, na edição seguinte, em uma nova coluna na revista, *Fronteiras Ginásial*, inaugurada com um texto do próprio Romário.⁶⁹ No novo artigo, a preocupação voltava-se para a imigração judaica. Mais uma vez o perigo do contato com os judeus era ressaltado pelo autor:

Não é o motivo de admiração para ninguém que a invasão judaica no Brasil caminha a passos gigantes. Não demorará muito que tenhamos perigosos quistos no seio da nação brasileira. Esses agrupamentos nos acarretarão grandes perigos, pois que somos uma nacionalidade em consolidação, nova, por conseguinte, sem unidade étnica. Os povos os mais diversos entraram em composição do futuro tipo racial brasileiro. Só nos interessa, portanto, uma imigração de povos facilmente assimiláveis. Formados que fomos á sombra da Cruz, não nos sentiremos bem em dar guarida a povos que não se orientem moralmente pelos santos princípios do Evangelho.⁷⁰

Romário reafirmava a questão da não-assimilação judaica e apresentava números, mostrando o perigo do crescimento do contingente imigratório de judeus no país.⁷¹ A *invasão* permaneceria e era necessário, para ele, “[...] extinguir o sentimentalismo idiota, inútil de concebermos a onda de antijudaísmo desencadeada no mundo inteiro como consequência duma reação injusta e fora de propósitos”. O artigo seguia, com oposições religiosas e raciais, apontando o perigo da entrada dos judeus, para quem “[...] só existe o interesse próprio, ou o do seu povo. Fomentam a desordem entre os cristãos donde tiram grandes proveitos. Armados com o comunismo à sombra da maçonaria, organizam a destruição da civilização cristã”. O autor propunha, então, uma reação que deveria passar pela própria revista:

⁶⁸ ROMÁRIO, Gerson. O judeu contra a criança, op. cit., p. 10. Romário enxergava, no entanto, o cinema como o veículo responsável pela maior destruição da “pureza e ingenuidade infantis”. Segundo ele, “para melhor avaliarmos a obra destruidora, imoral e anti-social do cinema judaico americano, basta olharmos de relance para os coeficientes dos assuntos, que serviram de tema para os filmes americanos distribuídos em 1936, tirados de uma estatística organizada pelo sr. Dorgerg e publicada em ‘Fronteiras’ em julho de 1936”. São eles: 310 assassinatos, 104 roubos a mão armada, 74 delitos de chantagem, 43 incêndios voluntários, 14 delitos por trapaças, 642 casos de furtos, 182 casos de falsos testemunhos, 54 desvios de menores, 192 casos de adultério feminino e 213 casos de adultério masculino.

⁶⁹ O primeiro artigo de Gerson Romário, “O judeu contra a criança”, veio numa seção intitulada *Fronteiras Ginásial*, a qual permaneceria nos números seguintes da revista, publicada como uma “seção em caráter permanente, que ficará a cargo dos estudantes do curso complementar do Ginásio”. *Fronteiras*, Recife, abr. 1939, p. 13.

⁷⁰ ROMÁRIO, Gerson. O sentido da nossa reação. *Fronteiras*. Recife, abr. 1939, p. 13.

⁷¹ Segundo ele, os números que apresentava baseavam-se na “estatística do insuspeitíssimo Artur Rappin, professor de sociologia da Universidade de Jerusalém” e informavam que em 1900 a população judaica no país era de 3.000; em 1910, de 5.000; em 1920, de 7.000; em 1930, de 40.000 e em 1933, de 45.000. Loc. cit.

A nossa reação deve começar por um estudo profundo de ação judaica. A ação intelectual deve começar primeiro. Esse é o dever de cada um. Cercar-se de esclarecimentos. Estudar. Ficar de posse de todos os mistérios das sinagogas. Falar aos amigos. Convencê-los de que combater o judaísmo é a defesa dos seus próprios interesses. E nada de violências. Em nada adianta a ação desordenada de valores dispersos. A ação eficiente só coordena. Nada de precipitação. O ideal é a ação em conjunto. Que todos se congreguem em torno de FRONTEIRAS.⁷²

No mês seguinte à divulgação do segundo artigo de Romário, o estudante Raul Teixeira explicava quais os “Três motivos da condenação judaica”.⁷³ Argumentava que “não é sem razão que se combate o judaísmo. Motivos há, e inúmeros, para assim procederem os que, conhecedores dos planos diabólicos de Israel, procuram mostrar ao povo, esclarecerem [sic], abrir-lhe os olhos ao perigo tremendo da invasão judaica em todos os setores da atividade humana [...]” Segundo ele, dentre os vários motivos que justificariam tal atitude, três podiam ser apontados como os mais fortes:

1º - Os judeus são messiânicos. Querem realizar o domínio do universo. Como, porém, são em número pequeno, relativamente à população total do globo, têm de servir-se de táticas que produzam, intensivamente, o desejado. E, dentre estas, a mais eficiente é o controle das finanças internacionais. Ninguém porá em dúvida que o ouro das nações dirigentes do mundo, monetariamente, se encontra em mãos de judeus. A bolsa das grandes capitais são manobradas pelos judeus, os grandes bancos, idem. Senhores das grandes organizações bancárias, os judeus tornam-se facilmente senhores de todas as nações. [...]

2º - Conhecedores do valor da imprensa e das agências telegráficas, armas mais perigosas talvez, do que os torpedos e os aviões de bombardeio, os judeus lançaram mão igualmente destes dois veículos de informação internacional. [...]

3º - Os judeus conhecem o empecilho que o Catolicismo constitui aos seus planos. Doutrina de moral e de justiça, de paz e de amor, será sempre um obstáculo formidável ao sonho messiânico de Israel. Destruir o Catolicismo, eis o trabalho. Para isso lançam mão de instituições imorais como o divórcio, o ensino laico, as moedas, o cinema, a literatura didática e científica, etc, etc. Corromper, materializar, destruir o sentido espiritual da vida, provocar e explorar o sensacionalismo entre os jovens, eis o que fazem os judeus. Sobre isto não perdurarão dúvidas. As empresas cinematográficas, os ditadores das moedas escandalosas, os escritores materialistas, são quase todos judeus. Aliás essa tática é a que se encontra nos autenticísimos “Protocolos dos Sábios de Sião”. E tem sido cumprida à risca. Basta comparar o texto do referido documento com o que vem acontecendo por todo o universo. E assim vai Israel solapando o edifício cristão e caminhando a passos largos para o seu objetivo: o domínio do mundo.⁷⁴

⁷² ROMARIO, Gerson. O sentido da nossa reação, op. cit., p. 15. “A ação ideal”, continuava, “será a de esclarecimento da consciência brasileira. Mostrando o perigo que habita à sombra das sinagogas. Dará muito mais resultado que um *mata galego*. Assim criaremos um ambiente tão adverso à ação israelita que o judeu será o primeiro a fugir dele. Esse é o sentido da nossa reação.”

⁷³ TEIXEIRA, Raul. Três motivos da condenação judaica. *Fronteiras*, Recife, maio 1939, p. 7.

⁷⁴ Loc. cit.

A revista explorava, também, o que seria a relação entre os judeus, a maçonaria e o comunismo. Citando, por exemplo, um semanário parisiense (*Gringoire*) que, segundo *Fronteiras*, publicara declarações de vários jornais maçons que prestavam solidariedade aos comunistas espanhóis, a revista concluía que tal divulgação era de “importância considerável, ficando desse modo a seita judaica desmascarada, que para muitos não passam de inocente ‘filantropia’, mas cuja finalidade como está provado é destruir a civilização cristã.”⁷⁵ Na mesma seção em que foi publicado este artigo (Revista das revistas), havia outra nota sobre a questão da maçonaria, que reproduzia notícia de um veículo de informação da Alemanha (Serviço Mundial ou *Weltdinst-Erfurt*), sobre a venda de esqueletos para lojas maçônicas da América do Norte:

No ano de 1936 foram exportados da Rússia Soviética para a América do Norte, mais de seis mil esqueletos humanos, provenientes das prisões e dos campos de concentração na Sibéria que foram vendidos a razão de 100 dólares cada um. Como se sabe, as lojas maçônicas têm grande necessidade de esqueletos afim de realizar as suas ridículas cerimônias de iniciação e outras cenas de baixa comédia grotesca. Recentemente numa loja maçônica, fechada pela polícia alemã, foram encontrados inúmeros ossos humanos, caveiras, tíbias, etc. que eram utilizados para a prática de atos de feitiçaria maçônica e judaica.⁷⁶

No que se referia ao golpe do Estado Novo, apoiava-o, citando um artigo da revista francesa *Frontières*, segundo a qual:

Para os banqueiros judaico-americanos, a transformação que vem se operar no Brasil é um golpe duríssimo também. Este país novo, de imensos recursos inexplorados, era um admirável domínio oferecido às suas iniciativas e aos seus apetites. Que irão ser eles agora se não podem mais agir sobre o Estado por intermédio de parlamentares sensíveis a certos argumentos? Se as suas operações são vigiadas por um Governo forte e autoritário animado de espírito nacionalista?⁷⁷

Fronteiras contava também com a participação do pintor Vicente do Rego Monteiro — que, assim como Manuel Lubambo, fez parte do governo Agamenon —, o qual imprimia em suas páginas retratos nada favoráveis aos judeus.⁷⁸ Segundo ele, os judeus no Recife, que se

⁷⁵ A MAÇONARIA aliada ao comunismo. *Fronteiras*, Recife, jun. 1937, p. 13.

⁷⁶ SEIS mil esqueletos para as lojas maçônicas. *Weltdinst-Erfurt* apud *Fronteiras*, Recife, jun. 1937, p. 13

⁷⁷ O ESTADO Novo no estrangeiro. *Frontières* apud *Fronteiras*. Recife, jan./fev. 1938, p. 17.

⁷⁸ Sílvia Cortez explica que Agamenon, “[...] para outras funções de menor representatividade, recrutou também católicos, como foi o caso de Vicente do Rego Monteiro, delegado do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e membro da Seção de Ensino Técnico Profissional e Educação Cívica.” Ao analisar a revista *Fronteiras*, a autora revela interesse particular por Manuel Lubambo, “alma de **Fronteiras**” e por Vicente Monteiro, renomado pintor pernambucano de formação parisiense — que teve obras expostas em museus “como o de Grenoble ao lado de De Chirico, Picasso, Leger, Braque, etc.” —, redator da revista entre

encontravam na proporção de 1 por 50 habitantes nativos e possuíam, em sua maioria, fortunas quatro a cinco vezes maiores, estavam aos poucos invadindo as profissões liberais, além de serem proprietários de boa parte dos prédios e do comércio local. Monteiro queixava-se, ainda, do funcionamento de instituições judaicas como os clubes israelitas e enxergava no banco israelita da cidade um obstáculo para que os judeus emprestassem “[...] o seu ouro aos Bancos regionais: um Banco israelita no Recife garante aos iniciados o segredo dos bons negócios”. Concluía, assim, que “a *invasão dos judeus* no comércio do Recife não é uma lenda para o uso dos anti-semitas, a invasão judaica em Pernambuco é uma triste realidade”.⁷⁹

O artigo de Vicente do Rego Monteiro, assim como tantos outros impressos nas páginas de *Fronteiras*, nos mostra as amplas possibilidades de utilização do *elemento* em questão, ou seja, a figura do judeu servia como um instrumento multifacetado de imagens variadas para o discurso político. A força desses discursos, por sua vez, ganhava uma outra dimensão, pois no Brasil, país de maioria católica, até algum tempo atrás eram oficialmente proibidos os cultos ou outras manifestações religiosas.⁸⁰ Em relação ao período de Agamenon Magalhães como interventor, “a polícia”, nos dirá Sílvia Cortez, “influenciada por congregados e seu mentor, se arvorava no direito de investigar quaisquer atividades religiosas — protestantes, maçônicas, espíritas, afros — tratando-as com o mesmo parâmetro que os contestadores da ditadura: como excomungados da Igreja”.⁸¹ Os tempos podiam ser outros, o do Estado laico e o da liberdade religiosa proclamada constitucionalmente, entretanto, na prática, vários grupos ainda lutavam para a confirmação do que afirmavam as letras da lei.⁸²

dezembro de 1935 e agosto de 1938. “O pintor, monarquista e anti-semita convicto, foi crítico mordaz de Gilberto Freyre. Ilustrou com variada temática, vários números de **Fronteiras**. Com arte, retratou para a revista os colaboradores ilustres, assim como personalidades políticas e religiosas”. Cf. SILVA, Sílvia Cortez. *Tempos de casa-grande*, op. cit., p. 123-126, grifo da autora. Como a sua temática versa sobre Gilberto Freyre, Sílvia Cortez analisa em seu trabalho a forma como *Fronteiras* atacou o autor pernambucano e suas obras: “a **voz reprovadora** (como denominamos **Fronteiras**), além de divulgar idéias fascistas, anti-semitas, racistas e conservadoras, a partir de 1935, mesmo sem enunciá-lo, demonstrou ter mais um objetivo: denegrir a figura de Gilberto Freyre e sua obra maior, tal a frequência, virulência e veemência com que desferiu seus ataques”. Ibidem, p. 192, grifo da autora.

⁷⁹ MONTEIRO, Vicente do Rego. *Invasão judaica de Pernambuco*. *Fronteiras*, Recife, ago. 1938, p. 4, grifo do autor.

⁸⁰ Apenas em 1891, com a primeira Constituição do período republicano, é que foi estabelecida oficialmente a liberdade religiosa.

⁸¹ SILVA, Sílvia Cortez. Op. cit., p. 120. Especificamente sobre as religiões afro-umbandistas no mesmo período, Zuleica Dantas mostra as repressões policiais sobre elas, bem como as formas de resistência de seus membros. Ver: CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. *O combate ao catimbó*, op. cit.

⁸² É importante ressaltar, ainda, que mesmo após a laicização do Estado a Igreja conseguiu que a Constituição de 1934 aprovasse o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e, mais adiante, apoiou o golpe de 1937, estando junto ao Estado em diversos momentos.

2.4 Os judeus na *Folha da Manhã*

Em 26 de novembro de 1937, com a circular secreta nº 1.127 já vigorando,⁸³ um jornalista em São Paulo dirigia-se a um dos membros da polícia do Distrito Federal, Dulcídio Gonçalves, e questionava-o sobre o número de falsos turistas que seriam expulsos do país. Queria saber do seu interlocutor se a quantidade dos que teriam que abandonar o Brasil era “considerável”. A resposta foi a seguinte: “Maior do que poderá parecer ao leigo. Avalio sem exagero que São Paulo e Rio de Janeiro expulsarão até 31 de dezembro 2000 falsos turistas, isto é estrangeiros, na sua maioria israelitas, vindos da Alemanha, que aqui chegaram e sem respeito à lei que regula a estada de turistas no país, fixaram-se entre nós, exagerando o comércio, e não poucas vezes atividades criminosas”.⁸⁴ No dia posterior à publicação da notícia, a *Folha da Manhã*, na seção ‘Comentários’, abordava o assunto, fazendo referências que delineavam as imagens e idéias acerca dos judeus que posteriormente tornar-se-iam recorrentes no veículo. A nota retomava a afirmação de Gonçalves acerca da expulsão dos estrangeiros e concluía que:

Na sua quase totalidade, esses indivíduos são judeus vindos da Alemanha e que entraram em nosso território burlando, quase sempre pelo suborno, a lei que regula a entrada e a permanência de turistas em nosso território. Aquela autoridade declara, ainda, que falsos turistas, uma vez entre nós, perturbam o comércio honesto dos brasileiros e exercitam não poucas atividades criminosas. Não é de hoje que se exerce o comércio odioso da instalação de elementos estrangeiros indesejáveis no território nacional, agravando consideravelmente as nossas condições econômicas e sociais, estas últimas pela presença, entre esses indivíduos, de perigosos bolchevistas, além de criminosos comuns — traficantes de mulheres brancas, negociantes de tóxicos, devoradores das últimas preciosidades do escasso patrimônio artístico da Nação.⁸⁵

Da mesma forma que o embaixador em Berlim Cyro de Freitas condenava a venda de vistos para judeus no país, sem considerar a situação de desespero dos refugiados, apresentava-se a declaração de Dulcídio Gonçalves, bem como as considerações na seção da *Folha da Manhã*. E do mesmo modo que abordavam a desobediência à lei do país por parte de tais refugiados, deixavam aparecer a preocupação que dava ensejo a discussão. Ou seja, as características negativas que atribuíam aos judeus. As idéias que compunham os argumentos na ocasião não constituíram um caso isolado na *Folha da Manhã*. Durante muito tempo esta seria a diretriz do jornal.

⁸³ A circular nº 1.127 foi emitida em junho de 1937 pelo Itamaraty e proibia que fossem concedidos vistos para pessoas de origem semita. Ver p. 47-48 deste trabalho.

⁸⁴ Apud VÃO ser expulsos do Rio e São Paulo 2.000 falsos turistas. *Folha da Manhã*, Recife, 26 nov. 1937, p. 1.

⁸⁵ OS INDESEJÁVEIS. *Folha da Manhã*, Recife, 27 nov. 1937. Comentários, p. 3.

Até a declaração de guerra ao Eixo, o anti-semitismo foi uma constante naquele veículo de comunicação. As relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha eram ressaltadas positivamente,⁸⁶ as resoluções decorrentes da política racial alemã eram noticiadas sem críticas que combatessem as perseguições aos judeus ou comentadas de modo favorável. O jornal não esboçava em editoriais ou em suas variadas seções (inclusive de opinião), argumentos de oposição à política racial que era ensejada na Europa, descrevendo, ao contrário, os judeus de forma caricatural, com imagens que os desumanizavam, ao mesmo tempo em que eram acusados de práticas destruidoras. Assim, enquanto era noticiado que a Turquia, a exemplo da Iugoslávia, Bulgária, Hungria e Áustria proibiria a entrada de judeus romenos, em decorrência de acontecimentos políticos em Bucareste⁸⁷, o redator chefe da *Folha*, José Campello, afirmava dois dias depois que:

O judeu, a força de explorar há milênios, as misérias da humanidade e a economia e as finanças das nações, tomou a feição de uma ave de rapina, tão vivamente marcada, que a gente fica em dúvida se ele pode ser considerado como racional ou se é um exemplo à parte na classificação da espécie.⁸⁸

Escrevendo diariamente no jornal, José Campello tornava públicas suas posições referentes aos judeus e dedicava vários de seus escritos no veículo à questão judaica. Para ele, a exemplo do que defendia *Fronteiras*, órgão para o qual colaborou, os judeus eram inassimiláveis, contrários ao catolicismo, comunistas, maçons, capitalistas gananciosos, usurários, dominadores de veículos como as agências internacionais de informações telegráficas e o cinema, que utilizavam para a “[...] degradação pela ganância do lucro e propaganda da doutrina”, etc.⁸⁹ Sempre que possível, Campello utilizava-se de assuntos variados para fazer

⁸⁶ Ver: RELAÇÕES comerciais com a Alemanha. *Folha da Manhã*, Recife, 10 dez. 1937, p. 7.

⁸⁷ Em relação a esta notícia, a *Folha da Manhã* apresenta o seguinte título, que demonstra a sua posição em relação aos judeus: A TURQUIA também se defende dos judeus. *Folha da Manhã*. Recife, 04 jan. de 1938, p. 2.

⁸⁸ CAMPELLO, José. Todos judeus. *Folha da Manhã*, Recife, 06 jan. 1938, p. 3.

⁸⁹ Idem. Coisas de cinema. *Folha da Manhã*, Recife, 25 dez. 1937, p. 3. José Campello acusava-os, ainda, de “desfeminização” e “degradação” da mulher através do esporte feminino, um “trabalho judeu-comunista”. Ver: Diferenciação e valorização dos sexos. *Folha da Manhã*, Recife, 28 dez. 1937, p. 3. Sobre as várias formas de Campello citar os judeus e atacá-los na *Folha da Manhã*, ver os seguintes artigos, publicados na p. 3 do jornal: O zelo dos cristãos-novos (14 set. 1938); Censura indispensável (23 nov. 1938); A oração de Jorge VI (06 nov. 1938); Hóspedes perigosos (07 dez. 1938); A pastoral do cardeal Verdier sobre o cinema e o rádio (10 mar. 1939); Os discípulos liberais de Diógenes (17 mar. 1939); Acreditando na mentira e desacreditando na verdade (07 abr. 1939); Cristianismo, judaísmo, comunismo (19 abr. 1939); Uma igreja não é um túmulo nem um museu (23 abr. 1939); Os Fonda (16 maio 1939); O retrato dos grupos (26 maio 1939); Exemplo decisivo (08 jun. 1939); A “sagrada união” (13 jun. 1939); Bem esclarecida e bem avisada (14 jun. 1939); Mentiras convencionais (27 jun. 1939); Defesa de irmãos (28 jun. 1939); O problema da imigração (04 jul. 1939); A heroína do internacionalismo (07 set. 1939); O que não se pode perdoar (09 set. 1939); Inquietação para todo mundo (22 set. 1939); Camaradas (04 out. 1939); Disraeli anti-judaico (10 out. 1939); Elemento de coesão por excelência (24 out. 1939), Roma (31 dez. 1939).

suas prédicas antijudaicas. Um exemplo deste tipo de atitude pode ser visto quando da visita do ator americano Henry Fonda, que esteve de passagem pela capital pernambucana e defendeu as instituições democráticas. Em suas palavras:

Passou pelo Recife, viajando no “cliper” de carreira, o judeu Henry Fonda, artista de cinema, conhecido “vinagre” e comunista público e notório, que figura entre os mais dedicados servidores dos Soviets nos Estados Unidos. O senhor Fonda faz cinema e faz usura. Perdeu alguns cobres com o anti-semitismo. Ferido, assim, na parte mais vulnerável do seu modo de ser, ele não perde oportunidade de injuriar a quantos países tenham fechado os respectivos parlamentos e licenciados os respectivos eleitores. Ao passar pelo Recife, o sr. Fonda, sujo e mal vestido, usando chapéu de pano, que é fácil de lavar e passar a ferro (judeu vinagreiro) recebeu (de que forma?) estupidamente a reportagem e, entre os companheiros de viagem, desancou os povos que não “sabem zelar pela liberdade” (o judeu itinerante deve escrever “liberdade” com maiúscula), o livre exercício das eleições e o livre comércio dos eleitores... Não houve, porém, uma palavra de protesto à catilinária do judeu comunista do Cinema e da Usura. E ele ainda deitou gosmado sobre a democracia, registrando um repórter da cidade esta frase perfeitamente imbecil, que faz parte da literatura anemática-judaizante do sr. Henry Fonda: — “E sou cem por cento democrata”. O repórter, se bem conhecesse a biografia do sr. Fonda, teria completado o pensamento do entrevistado, acrescentando: “E cento por cento judeu e cento por cento comunista.”⁹⁰

José Campello também opinava sobre os refugiados do nazismo na Europa, em sua grande maioria “de origem judaica” e que “acabam sempre na cidade praticando o comércio e a usura, com evidente prejuízo para a economia nacional”.⁹¹ Sobre o assunto afirmava, ainda, que “pagam os inocentes pelos culpados... No caso das restrições universais que se fazem aos judeus, é certo que os inocentes pagam pelos culpados, mas são em tão pequeno número os inocentes, e andam uns e outros de tal modo confundidos, que se torna quase impossível saber onde se esconde a inocência e onde se ostenta o pecado.”⁹² Apoiava, pois, o impedimento de

⁹⁰ CAMPELLO, José. Os Fonda. *Folha da Manhã*, Recife, 16 maio 1939, p. 3. “Já era sem tempo”, continuava Campello, “de acabarmos com essa maneira ridícula de receber ‘astros’ de cinema, ‘vinagres’ e ‘passionários’ que passam pelo Brasil em demanda de Buenos Aires. Trata-se de gente quase sempre suspeita, mal educada, esnobe que nos olha do alto dos seus tamancos com uma empáfia pitoresca, mas que não deixa de ser irritante. Ponha-se a reportagem de sobreaviso, procure conhecer os antecedentes dos Fondas, e limite-se, quando muito, a registrar-lhes a passagem pelo aeroporto ou pelo porto da cidade.” E concluía: “quem diz Fonda, diz comunismo, judaísmo, usura e pouco apreço pelo Brasil, às suas instituições e ao seu povo”. Loc. cit.

⁹¹ Idem. O problema da imigração. *Folha da Manhã*. Recife, 04 jul. 1939, p. 7.

⁹² Idem. Hóspedes perigosos. *Folha da Manhã*, Recife, 07 dez. 1938, p. 3. Segundo o autor, ainda, “podemos lamentar ou condenar o excesso de perseguições truculentas, perdoar e até mesmo socorrer os que sofrem. Mas, nunca as restrições que se opõem hoje em dia, na maior parte dos países europeus, ao judaísmo internacional que explora a usura e espalha a corrupção e organiza e mantém o comunismo internacional. Negar a tarefa sinistra de vingança e ódio; desmentir os processos de desagregação política e social dos judeus, é ato de ignorância, de suborno ou de compadrio nas ‘lojas’ secretas, à sombra caricata do ‘Bode Preto’”. Para ele, são os próprios judeus que se isolam, hostilmente, dentro da comunidade onde vivem: “isolam-se como indivíduos e assinalam inconfundivelmente a sua permanência, sempre nos centros urbanos,

países, e especificamente do Brasil, para a entrada dos refugiados judeus.⁹³ Como Campello, artigos, editoriais, matérias da *Folha da Manhã* iam apresentando aos leitores o *perigo* judaico, as desvantagens de o país abrir suas portas à imigração de tal grupo...

Todos os males da América do Norte são originários do judeu. A finança, a imprensa, o cinema, o comércio americano são presas de Israel. E, através da História, o judeu, como voraz cupim, sempre devorou o organismo que o acolhe. Trezentos mil judeus se infiltraram no Brasil, nos últimos tempos, e os efeitos nefastos da raça destruidora da humanidade já se fazem sentir entre nós...⁹⁴

O jornal encontrava-se em consonância com muitos dos discursos de políticos que atuavam em cargos de importância estratégica no governo Vargas. A imigração era tema recorrente entre tais autoridades e a preocupação diante do assunto revelava, inúmeras vezes, visões acerca do que caracterizaria os judeus e que os tornaria indesejáveis ao país. Em 1936, por exemplo, o encarregado de Negócios do Brasil em Varsóvia, na Polônia, Jorge Latour, em estudo sobre “a nocividade da emigração judaica para o Brasil”, afirmava que “todos os problemas universais, bem ou mal, mais cedo ou mais tarde, encontram uma solução — só a questão judaica é insolúvel. É o quisto irredutível no seio dos povos em evolução”.⁹⁵ E apresentava argumentos contra a entrada de judeus no Brasil:

Embora possa parecer prurido literário, não me furtarei a alguns flagrantes do povo hebraico na história e na sociedade em geral, antes de abordar o tema que me preocupa: demonstrar a nocividade da emigração judaica para o Brasil, a qual se faz, presentemente, em massa. Importa, pois, a preliminar de algumas referências, que, encerrando na aparência, uma intenção literária, outra coisa não visam do que ilustrar a tese a concatenar argumentos contrários ao recebimento do adventício israelita em solo brasileiro, problema que os poderes públicos não estão pesando com o rigor que, dia a dia, mais urgentemente se impõe.⁹⁶

através de processos odiosos, imutáveis no espaço e no tempo [...]”. Além disso, “o judeu não agradece nem respeita o sentimento de hospitalidade” e “trama, na sombra, a desgraça do país hospitaleiro”. Loc. cit.

⁹³ Em ‘Defesa de irmãos’, por exemplo, o jornalista citava uma crônica do *Diário Carioca*, onde era descrita a atuação dos imigrantes portugueses nos Estados Unidos. Campello elogiava a imigração portuguesa, afirmando que “[...] é de notar que a maior parte da colônia se entrega aos trabalhos de campo e à pesca, fornecendo o leite, o peixe e os legumes que a cidade consome”, ao passo que criticava a imigração dos judeus, que dizia ocorrer exclusivamente nas cidades, “para explorar todas as formas conhecidas e por conhecer da usura”. Afirmava, ainda, que “todos os países da América fecham suas portas à invasão judaica. A começar por Cuba, espécie de protetorado ‘yankee’, que acaba de impedir o desembarque de judeus alemães, trazidos da Europa”. E criticava os Estados Unidos por querer “[...] lançar ao Brasil a carga indesejável que todos repelem, inclusive a sua própria pátria”. CAMPELLO, José. Defesa de irmãos. *Folha da Manhã*, Recife, 28 jun. 1939, p. 3.

⁹⁴ ROCHA, Geraldo. Israel em ação. *Folha da Manhã*, Recife, 05 dez. 1937, p. 3.

⁹⁵ Jorge Latour, 1936 apud CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O anti-semitismo na era Vargas, op. cit., anexo 2, p. 509.

⁹⁶ Idem apud loc. cit.

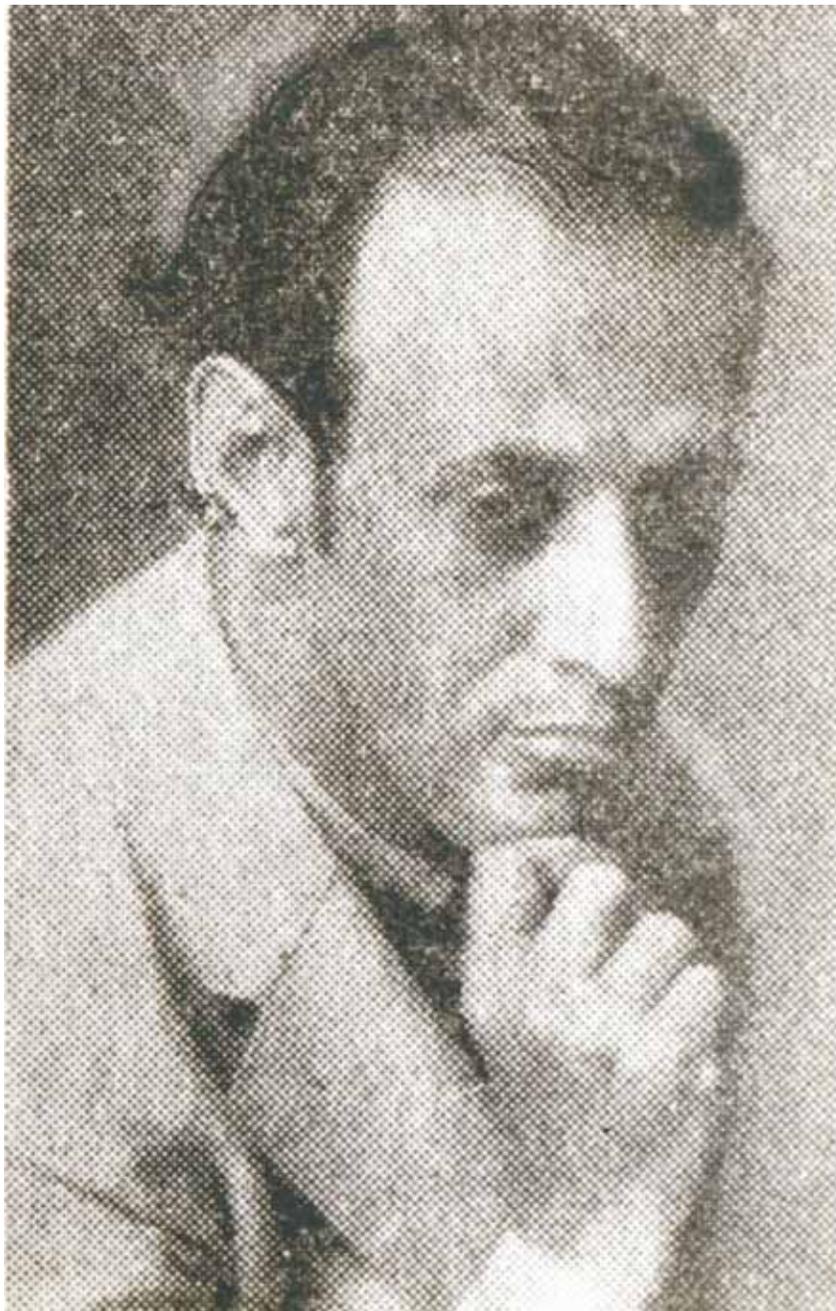


Fig. 1 - Jornalista José Campello

Fonte: Diário da Tarde, 02 ago. 1934 – DOPS – APEJE

Assim como a revista *Fronteiras* possui um significado particular por contar com a participação de membros do secretariado de Agamenon, a *Folha da Manhã* tem sua importância ampliada por se tratar de um veículo de comunicação fundado pelo interventor do estado para doutrinar a população acerca dos ideais estado-novistas. Sobre o jornal que fundara, afirmava Agamenon: “A FOLHA DA MANHÃ nasceu sob o signo do Estado Brasileiro. É ela no Nordeste o órgão de propaganda, de entusiasmo e doutrina, trazendo acesa nas suas colunas editoriais a flama dos princípios que orientam a ação renovadora do Estado.”⁹⁷ Com este intuito, e procurando atingir o maior número de leitores, a *Folha*, inicialmente de edição matutina, passou a ter, a partir de fevereiro de 1938, uma segunda edição, a vespertina, com preço mais acessível.⁹⁸ A “folhinha”, ou “loré”,⁹⁹ como ficou conhecida, além de custar bem menos (100 réis), era concisa em número de páginas e “expedita em informações e notas vivas de doutrina.”¹⁰⁰ A sua circulação deveria ocorrer “em todos os recantos da cidade, a começar pelos subúrbios”,¹⁰¹ levando para a grande massa — e não apenas para as classes alta e média — as *verdades* do poder:

[...] a ‘folhinha’, conquanto informativa, é, por excelência, um pregão de doutrina. Doutrina do Estado Novo, que é uma atitude diante do conflito das culturas. O operário, o soldado, o homem de negócio, o estudante, as moças e senhoras da alta e da média sociedade, as massas, enfim, e as elites, precisam, nessa hora de curiosidade e inquietação, de alguém que lhes diga onde está a verdade.¹⁰²

Mas, quais seriam então as *verdades* que a *Folha da Manhã* trazia para seus leitores em relação aos judeus e às perseguições anti-semitas que ocorriam na Europa nas décadas de 1930 e 1940? Em editorial de dezembro de 1937, a *Folha da Manhã* afirmava: “Já dissemos (e nem é outra a opinião dos brasileiros esclarecidos) que a imigração nos é necessária e proveitosa, mas quando ela se compõe do trabalhador honesto, do industrial diligente, do técnico indispensável a certos ramos da economia nacional em desenvolvimento. Será útil o imigrante italiano, o português, o alemão, o austríaco...”.¹⁰³ Em seguida, reforçava a posição com a comparação a “todas as nações bem organizadas do mundo”, as quais, diante dos

⁹⁷ MAGALHÃES, Agamenon. A imprensa no Estado Novo (25.02.1938). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 247.

⁹⁸ Idem. O meu jornal (25.02.1939). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 250. Segundo Agamenon Magalhães, o preço dos matutinos, de trezentos réis, era inacessível para boa parte da população de baixa renda.

⁹⁹ O “loré” era o bonde de 2ª classe, “[...] onde se viaja de pés descalços ou de sapatos, de mangas de camisa ou colarinho, como se queira”. MAGALHÃES, Agamenon. O meu jornal (25.02.1939). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 250.

¹⁰⁰ Idem. A imprensa no Estado Novo (25.02.1938). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 248.

¹⁰¹ Idem. O meu jornal (25.02.1939). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 249.

¹⁰² Ibidem, p. 250.

¹⁰³ OS POLVOS. *Folha da Manhã*, Recife, 29 dez. 1937. Editorial, p. 3.

“estrangeiros que fogem à lógica dessa interpretação racional do problema imigratório”, estabelecem “um conjunto de leis que não abrem brechas às transigências desmoralizadoras e aos favores escandalosamente incompreensíveis”.¹⁰⁴ O jornal fazia referências, ainda, a políticas imigratórias de outros países para justificar, por exemplo, as ações governamentais que excluía os japoneses (“a perigosa imigração japonesa é repelida ou duramente restringida em toda parte”), e para mostrar que o Estado Nacional passara a disciplinar a entrada de estrangeiros de acordo com os interesses do país, transformando a situação anterior ao golpe de 10 de novembro, quando então, “desgraçadamente”, fora permitida:

[...] burlando-se a lei, fugindo-se ao imperativo da defesa nacional, atraído-se vilmente a Pátria comum, a entrada de correntes imigratórias as mais indesejáveis, entre as quais somos forçados a integrar, para sermos sinceros, a do judaísmo internacional despido de escrúpulos — devoradores de nações, que sugam até suas últimas resistências econômicas com a força imprevisível dos polvos tentaculares.¹⁰⁵

No ano seguinte, mais uma vez, as comparações externas serviam para firmar as posições brasileiras contrárias à imigração judaica, como aconteceu durante a Conferência Internacional de Refugiados Políticos, promovida pelos Estados Unidos na cidade suíça de Evian. Em 10 de julho, era publicada na *Folha* a seguinte notícia:

Dez representantes dos governos representados na conferência dos emigrados políticos que aqui se realiza, atualmente, em declarações feitas, hoje, perante o comitê inter-governamental encarregado da questão dos fugitivos políticos, na sessão pública realizada esta manhã, se referiram aos pontos de vista dos seus respectivos países a respeito das possibilidades da imigração dos judeus. Os delegados da Nova Zelândia, da Colômbia, do Chile, do Equador, do México, do Uruguai, da Dinamarca, da Venezuela, do Peru e de São Domingos declararam que não vêem possibilidades para uma maior imigração de elementos judeus para os seus respectivos países. Todos os oradores indicaram como causa desse pensamento a crise econômica mundial e as especiais circunstâncias econômicas e financeiras por que atravessam os seus países. Todos os representantes e, especialmente, os dos países de além-mar fizeram ver que na sua terra se necessita, unicamente, de emigrantes que desejem trabalhar e principalmente de pequenos agricultores.¹⁰⁶

“O que não serve para os outros” não podia servir para o Brasil, sob o argumento de que o país necessitava de imigrantes para as atividades “de ordem industrial e, principalmente, agrícola”, enquanto o “emigrado político judeu só conhece as atividades da usura e do comércio desleal, do ‘truste’ e da competição desonesta com os comerciantes dos países que

¹⁰⁴ OS POLVOS. *Folha da Manhã*, Recife, 29 dez. 1937. Editorial, p. 3.

¹⁰⁵ Loc. cit. O editorial seguia com exemplos dos males que os “trustes” judaicos faziam no país em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

¹⁰⁶ INDESEJÁVEL a imigração judia. *Folha da Manhã*, Recife, 10 jul. 1938, p. 5.

têm a desgraça de recebê-los”.¹⁰⁷ Os judeus que se concentravam nas grandes cidades brasileiras passaram a ser vistos como concorrentes de atividades comerciais, o que a retórica anti-semita reforçava através de suas acusações.¹⁰⁸

Em agosto de 1938, quando Getúlio Vargas instituiu uma comissão encarregada de controlar a permanência de estrangeiros no país, o Conselho de Imigração e Colonização (CIC) — que teria, segundo o Ministro da Justiça Francisco Campos, “[...] função julgadora, não estando adstrita às velhas fórmulas procrastinadoras do anterior regime das fórmulas bizantinas e desmoralizadoras” —, a *Folha da Manhã* explicava que a referida comissão não fora motivada pelos estrangeiros em geral, mas sim pelos judeus.¹⁰⁹ Isto teria ocorrido porque eles constituíam a maior parte dos estrangeiros que se encontravam de forma irregular no Brasil e que não se enquadravam nas funções de interesse do Estado, sendo vistos como “[...] elementos incapazes de exercer atividades *honestas* nos campos e nas indústrias”.¹¹⁰ Mais uma vez, as referências anti-semitas impulsionavam as ações governamentais, pois o olhar sobre tais estrangeiros não considerava a situação dos refugiados políticos. E o jornal do interventor de Pernambuco apoiava e divulgava as ações, condenando os judeus sob o argumento de serem urbanos e de exercerem “[...] o comércio da usura, explorando impiedosamente as populações nativas”.¹¹¹ Antigas imagens eram retomadas para qualificar o *concorrente urbano*, como a do usurário do período medieval.

Na *Folha da Manhã*, as imagens relacionadas aos judeus eram utilizadas, também, para reforçar os projetos políticos que o Governo engendrava durante o Estado Novo. Assim é que, ao serem acusados de explorar impiedosamente a população nas cidades com suas atividades ilícitas, os judeus não atenderiam ao projeto de imigração do Estado Novo (como em ‘Os indesejáveis’);¹¹² preocupados unicamente com seus próprios interesses, reforçavam a imagem em torno do período que despontava e se legitimava através da oposição aos ideais

¹⁰⁷ O QUE não serve para os outros. *Folha da Manhã*, Recife, 12 jul. 1938. Tópicos, p. 3. O artigo baseava-se na matéria publicada sobre a Conferência de Evian.

¹⁰⁸ “O judeu que se dirigia para o Brasil nos anos 30 era expressivamente urbano, diferenciando-se dos grupos que, em fases anteriores, migraram para a região Sul do país. O fato de este judeu concentrar-se nos grandes centros urbanos transformou-o em um ‘provável concorrente comercial’, oferecendo instigadores argumentos para o florescimento de uma corrente anti-semita junto aos órgãos oficiais. Estes argumentos baseavam-se na constatação de que tais judeus imigrantes não eram agricultores.” CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas*, op.cit., p. 156-157.

¹⁰⁹ Cf. EXPURGANDO o Brasil dos elementos estrangeiros indesejáveis. *Folha da Manhã*, Recife, 03 ago. 1938. Editorial, p. 3. PERMANÊNCIA de estrangeiros no território nacional. *Folha da Manhã*, Recife, 12 ago. 1938. Editorial, p. 12.

¹¹⁰ PERMANÊNCIA de estrangeiros no território nacional, op. cit., p. 12.

¹¹¹ Loc. cit.

¹¹² OS INDESEJÁVEIS. *Folha da Manhã*, Recife, 27 nov. 1937. Comentários, p. 3.

liberais (como em ‘Exemplo decisivo’);¹¹³ e podiam, por que não, ser responsabilizados pelo agravamento de dificuldades econômicas do país (como em ‘Trustes judaicas’).¹¹⁴

Os Indesejáveis

Na sua quase totalidade, esses indivíduos são judeus vindos da Alemanha e que entraram em nosso território burlando, quase sempre pelo suborno, a lei que regula a entrada e permanência de turistas em nosso território.

[...] Urge não confundir imigração laboriosa e útil à prosperidade do país com a invasão dos prestamistas e usurários que arrancam ao nacional as últimas reservas da sua economia e das suas finanças. [...].

“Trustes” Judaicas

Pernambuco, por muitos motivos, tem que exercer, no Nordeste, o papel que São Paulo desempenha no Sul. [...] Tanto a concorrência aniquiladora que move a concorrência estrangeira, quanto a que lhe oferece a indústria mantida por estrangeiros em outras regiões do país, merecem de nossa parte a maior reação. Os “trustes” judaicos de relações internacionais, estabelecidos em tempos de menores responsabilidades, no território nacional, devem ser repelidos com rigor, se não querem ver fracassadas as mais honestas e esforçadas iniciativas dos nossos políticos. [...]

Exemplo Decisivo

Quem queira visivelmente de boa-fé, porque há muita gente que nega essas vantagens preconcebidamente, porque vê no cooperativismo uma perigosa concorrência ao capitalismo e a usura. E receia que ele venha um dia a acabar com os bancos, os empréstimos a 50% e mais instituições parasitárias... É certo que os argumentos de determinados

adversários do cooperativismo podem parecer às inteligências menos vivas alguma coisa de sério e de procedente. Mas eles não resistem ao mais leve esmiuçar da verdade e da lógica. Desfazem-se com um sopro... É que a prática fala mais alto que a casuística dos interessados na conservação dos bancos, dos juros altos e mais processos judaicos de deixar o próximo em camisa ou de tanga...

As acusações eram as mais variadas possíveis e aumentavam quando o *inimigo* era considerado uma ameaça maior. Poucos dias depois de haver discorrido acerca da expulsão, *expurgo*, dos “elementos estrangeiros indesejáveis”, a *Folha da Manhã* trazia em outro editorial as dissoluções feitas, a mando de Francisco Campos, de organizações judaicas, consideradas uma ameaça ao projeto nacionalista do Estado Novo:

As sociedades sionistas existentes em nosso território, conforme as próprias informações do Ministério da Justiça, têm FINALIDADES DE ORDEM EXTERNA ou seja de ordem política, escancaradamente política. É, pois o governo da República que reconhece o perigo das sociedades judaicas em nosso território, determinando a sua dissolução, que deve ser até efetivada pela polícia.¹¹⁵

¹¹³ CAMPELLO, José. Exemplo decisivo. *Folha da Manhã*, Recife, 08 jun. 1939, p. 3.

¹¹⁴ “TRUSTES” judaicas. *Folha da Manhã*, Recife, 16 jun. 1939. Tópicos, p. 3.

¹¹⁵ DISSOLVENDO as organizações sionistas. *Folha da Manhã*, Recife, 06 ago. 1938. Editorial, p. 3.

A *Folha* iniciara mesmo uma “campanha” *higienista* contra os refugiados, para livrar o país do perigo dos “detritos raciais”.¹¹⁶ O que a própria Europa não queria — o imigrante judeu — estava tentando entrar no Brasil, e a comissão designada pelo ministro da Justiça para “expurgar” tais “elementos” do país considerava que eles “freqüentemente contribuem para o aumento da desordem econômica e da insegurança social”.¹¹⁷ Assim, dizia o jornal:

Não foram outros os argumentos da FOLHA DA MANHÃ na campanha em que nos empenhamos pelo saneamento do Brasil desses detritos raciais varridos dos países europeus aqui fixados por processos desonestos. A desordem econômica que eles estavam acarretando à economia nacional, já se fazia sentir de uma maneira iniludível e cada vez mais perigosa. Fatos concretos, cifras insofismáveis estavam no conhecimento da opinião pública brasileira. E só os negociistas cobertos com a capa esmulambada de liberal-democracia, do **clubismo** internacional e dos ritos escoceses procuravam justificar a entrada desses elementos indesejáveis e os perigos de que eles nos ameaçavam, pretextando o amor ao próximo e às liberdades do homem.¹¹⁸

Em relação à “legalização da **entrada** no território nacional por via aérea, marítima ou terrestre”, as determinações deliberadas pela comissão exigiam dos estrangeiros uma documentação completa que a justificasse, sem a qual não poderiam obter registro de identidade brasileira nem tampouco exercer qualquer atividade no país.¹¹⁹ No entanto, para os estrangeiros em situação regular, outras regras deveriam ser cumpridas para que permanecessem no país: “quanto à legalidade da sua permanência no País, se esta não fica cabalmente demonstrada (e sempre que as nossas autoridades entendam de exigir os comprovantes legais dessa permanência), a pena a ser aplicada é a da expulsão processada por meios simples e rápidos”.¹²⁰ Além disso, os que haviam entrado como agricultores ou técnicos de indústrias rurais só poderiam trabalhar nas áreas urbanas após ter finalizado o prazo de quatro anos de

¹¹⁶ EXPURGANDO o Brasil dos elementos estrangeiros indesejáveis. *Folha da Manhã*. Recife, 03 ago.1938. Editorial, p. 3.

¹¹⁷ Dulphe Pinheiro Machado, membro da comissão e chefe do Departamento Nacional de Povoamento, apud EXPURGANDO o Brasil dos elementos estrangeiros indesejáveis. *Folha da Manhã*. Recife, 03 ago.1938. Editorial, p. 3.

¹¹⁸ EXPURGANDO o Brasil dos elementos estrangeiros indesejáveis, op. cit., p. 3, grifo do autor.

¹¹⁹ “Sob designação de – Comissão de Permanência de Estrangeiros – o departamento exigirá de todos os imigrantes irregularmente situados, uma documentação completa que os justifique e na ausência da qual eles não poderão: requerer carteira de identidade brasileira; exercer qualquer atividade no País, ficando os empregadores responsáveis pela sua admissão; requerer licenças comerciais, alvarás, carteiras profissionais, [...]; exercer a profissão de negociantes ambulantes, agentes de vendas ou intermediários comerciais; requerer matrículas, inscrição de firma individual ou arquivamento de contratos e quaisquer outros documentos no Registro de Comércio, na Metrópole e nos Estados; figurar como sócios, solidários ou comandatários, cotistas, gerentes e administradores, representantes responsáveis pela direção de estabelecimento e sociedades comerciais, prepostos de firmas ou empresas.” PERMANÊNCIA de estrangeiros no território nacional. *Folha da Manhã*, Recife, 12 ago. 1938, p. 12.

¹²⁰ Loc. cit.

permanência no país.¹²¹ Mas as novas regras, segundo o que afirmava a *Folha da Manhã*, deveriam incidir principalmente sobre os judeus, uma vez que:

Os estrangeiros que se acham irregularmente no território nacional, na sua quase totalidade judeus, exercem o comércio de usura, explorando impiedosamente as populações nativas. Proibindo-lhes a continuação dessas atividades, desde que eles não possam demonstrar a legalidade da sua entrada no País, o decreto vibra um golpe fulminante e benemérito na massa dos priosos invasores clandestinos. Vai arrancá-los da toca ou do seu meio usual de vida e de processos escusos.¹²²

Ao abordar, portanto, as ações do governo federal relacionadas a políticas antijudaicas, a *Folha da Manhã* colocava-se em posição de concordância e defesa, com alegações bastante similares, quando não idênticas, às de teóricos ou políticos brasileiros que lidaram com a questão através de argumentos anti-semitas. As queixas do embaixador em Berlim para Oswaldo Aranha, por exemplo, eram semelhantes às apresentadas na *Folha*: no caso da imigração judaica, Freitas Valle acreditava que “judeus de má qualidade” continuavam a entrar no país,¹²³ enquanto a *Folha* dizia que os judeus faziam parte da “massa de indesejáveis tangida dos países zelosos do seu presente e do seu futuro” que desaguava “como uma maré imunda, nas cidades brasileiras”¹²⁴; no que dizia respeito à forma irregular como parte dos judeus conseguiam os vistos de entrada, Valle revelava preocupação com a venda de vistos brasileiros na Europa¹²⁵, enquanto a *Folha* criticava os funcionários no Brasil que permitiam a entrada ilegal dos judeus¹²⁶.

No entanto, apesar de leis, discursos e práticas anti-semitas, os judeus que aqui se encontravam puderam se inserir na sociedade e conservar sua religião. Nos casos em que ocorreu, por exemplo, a dissolução dos centros sionistas, a repressão fazia parte do decreto nº 383, de 1938, que regulamentava a situação das sociedades estrangeiras e que tinha como objetivo a proibição de atividades políticas por parte de seus membros.¹²⁷ Outras instituições judaicas continuavam funcionando, possibilitando a integração cultural e religiosa dos grupos

¹²¹ “Verifica-se, pela primeira leitura destes dispositivos, que o governo quis evitar a continuação da burla dos elementos incapazes de exercer atividades honestas nos campos e nas indústrias, para se manterem apenas nas cidades, exercitando atividades bem diversas, quase todas adstritas ao comércio que chamaremos de – “usura” – e cuja modalidade mais conhecida é a venda por meio de prestações aumentadas de cinquenta e até de cento por cento...”. PERMANÊNCIA de estrangeiros no território nacional. *Folha da Manhã*, Recife, 12 ago. 1938, p. 12.

¹²² Loc. cit.

¹²³ Carta de Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, para Cyro de Freitas Valle, embaixador do Brasil em Berlim. Rio de Janeiro, 05.05.1940. Doc. cit., p. 2.

¹²⁴ EXPURGANDO o Brasil dos elementos estrangeiros indesejáveis. *Folha da Manhã*, Recife, 03 ago. 1938, p. 3.

¹²⁵ Carta de Oswaldo Aranha, doc. cit., p. 2.

¹²⁶ PERMANÊNCIA de estrangeiros no território nacional, op. cit., p.12.

¹²⁷ CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado Novo e Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, 2002, p. 404.

judaicos. E quanto aos imigrantes que já estavam vivendo no país, não há registros de expulsão, como afirmava que faria a polícia do Distrito Federal, nem de proibição de trabalharem em áreas urbanas. Uma vez no Brasil, a ascensão social não lhes era negada. A política antijudaica atingiu muitos dos que tentaram imigrar e as imagens que faziam do judeu um *elemento indesejável* contribuía, inclusive, para as recusas governamentais diante dos pedidos de grupos de refugiados que conseguiam chegar aos portos brasileiros, mas que seriam impedidos de desembarcar. Internamente, os discursos anti-semitas pareciam servir mais como tentativas de legitimação dos ideais estado-novistas através da mobilização da opinião pública.

2.5 Anti-semitismo cotidiano *versus* anti-semitismo oficial

Muitos judeus, apesar de relatarem situações por eles vivenciadas no Brasil que envolviam algum tipo de manifestação anti-semita, evidenciam, por outro lado, a integração social que estabeleceram no país em que imigraram. Falam do Brasil, portanto, como um lugar onde não lhes foi negada a inserção social, cultural, econômica, política. Vários relembram a situação em que viviam no país em oposição ao que eles ou seus parentes vivenciaram antes da imigração. Anita Levy, nascida no Brasil em maio de 1921, fala das razões de saída dos pais da Rússia na década de 1920 — “situação de anti-semitismo. Não podiam fazer nada, não podiam trabalhar, então conseguiu um visto não sei como e vieram pra cá” —, e relata como Moisés Buchovsky, seu pai, *ganhava* a vida: “Papai começou como Klientelische (prestamista), trabalhando para o meu tio e depois sozinho, indo, indo, indo. Até que um belo dia ele conheceu o Sr. Miguel Ketzman, e aí eles fizeram uma sociedade, mas era dessa forma: três dias na loja e três dias na freguesia, que era justamente lá em Casa Amarela, aqueles morros todinhos.”¹²⁸ Além de oportunidades econômicas, é possível perceber em suas memórias a liberdade que os judeus tinham de praticar a religião. As políticas antijudaicas ensejadas no Estado Novo restringiam a imigração judaica mas não se voltaram contra os que se encontravam no país. Como afirma Roney Cytrynowicz:

Enquanto grupo, os judeus não sofreram nenhuma perseguição específica, sendo submetidos aos mesmos constrangimentos e proibições que outros grupos imigrantes, de falar, ensinar ou editar jornais em línguas consideradas “estrangeiras”. Tampouco foram excetuados, no caso dos judeus-alemães,

¹²⁸ Entrevista de Anita Levy para Susan Lewis. Recife, 03.09.1997.

quando o governo brasileiro impôs restrições aos nacionais alemães no Brasil como inimigos do Eixo.¹²⁹

Assim, o autor chama a atenção para o anti-semitismo que, “[...] presente em esferas do governo, do Itamaraty, do corpo diplomático, da ação da polícia política, no Integralismo e em círculos intelectuais não se transformou em ações concretas dentro do Brasil ou em violência aberta.”¹³⁰ Uma das explicações para esta situação é a de que, como imigrantes, os judeus eram considerados não-europeus e, portanto, indesejáveis;¹³¹ ao passo que, uma vez no país, eles seriam tidos como “[...] brancos (não-negros), portanto aceitáveis no contraste com uma sociedade cujo ideal de branqueamento era (é) central”.¹³²

Nesse sentido, ocorriam as manifestações anti-semitas de líderes políticos e intelectuais que defendiam a proibição da imigração judaica, ao mesmo tempo em que não eram instituídas práticas anti-semitas que impossibilitassem a integração social, cultural, econômica, religiosa dos que haviam imigrado. Um exemplo desta questão ocorreu em Recife em 1941, quando Agamenon Magalhães recebeu, no Palácio do Governo, uma comissão da comunidade judaica que doou, na ocasião, um avião ao AeroClube de Pernambuco e um cheque no valor de cinquenta contos de réis. O seguinte ofício foi dirigido ao interventor naquele momento: “Como já é do conhecimento de v.excia, os israelitas do Brasil doaram recentemente à Campanha de Aviação Nacional, cinco aviões, no dia do aniversário de s.excia. dr. Getúlio Vargas, como uma homenagem sincera ao grande presidente e como demonstração de terem compreendido a ação altamente patriótica daqueles que, na hora presente, participam na criação de um corpo aéreo digno da grandeza do Brasil.”¹³³ Assim, “os israelitas de Pernambuco, tendo colaborado naquela homenagem com sua parcela, acharam, todavia, que coroariam os seus esforços se fosse oferecido ao estado de Pernambuco, representado na pessoa de v.excia., um avião para o AeroClube do Recife.”¹³⁴ O médico José Bancovsky proferiu, ainda, um discurso em que afirmava:

¹²⁹ CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia, op. cit., p. 396. Cytrynowicz ressalta a diferença do que ocorreu internamente com outros grupos: “no caso dos imigrantes japoneses, a partir de 1937 a repressão foi mais dirigida e intensa e culminou, na cidade de São Paulo, com a expulsão de centenas de pessoas de suas casas na região da cidade; igualmente distinto é o caso dos imigrantes alemães no sul do País.” Ibidem, p. 395.

¹³⁰ Ibidem, p. 396-397. O estudo do autor baseia-se em suas análises sobre as comunidades judaicas de São Paulo e do Rio de Janeiro entre 1937 e 1945: ambas “viveram uma intensa e pública vida institucional, social, cultural e econômica” no período. Ibidem, p. 394.

¹³¹ É importante ressaltar que no século XX a utilização da palavra “europeu” por políticos e intelectuais não tinha o significado de “adjetivo descritivo relacionado com a região de nascimento, mas como um sinônimo racial para ‘branco’”. LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica*, op. cit., p. 26.

¹³² CYTRYNOWICZ, Roney. Op. cit., p. 397. O autor baseia-se na interpretação de Lesser.

¹³³ *Diário de Pernambuco*. Recife, s.d.

¹³⁴ Ibidem.

Os israelitas do Recife delegaram-me poderes para, em seu nome, trazer colaboração ao movimento nacional de aviação, doando ao AeroClube desta cidade um avião, para que a nossa mocidade tivesse mais um aparelho destinado ao treinamento de novas equipes de aviadores. Tal gesto, numa hora em que o mundo se agita numa atmosfera de ódios, perseguições e conquistas de povos inermes, é uma demonstração evidente de quanto a comunidade israelita do Recife sabe também compreender o perigo que paira sobre a nossa pátria, diante daqueles que pretendem dominar e garrotear os povos pacíficos, amantes da paz e do progresso, escravizando-os em nome do imperialismo nefasto.¹³⁵

As ações políticas antijudaicas na Europa eram de conhecimento do Brasil e o noticiário dos assuntos internacionais não deixava dúvida sobre o que acontecia no outro continente. Muitos dos líderes políticos, intelectuais ou jornais que trataram do assunto não se manifestaram contrários às perseguições que atingiam os judeus. Antes, tornavam mais fortes as cores utilizadas para compor quadros de preconceitos. Retomando as leituras da *Folha da Manhã*, artigos e editoriais anti-semitas eram constantemente apresentados e entremeavam-se às notícias que relatavam as perseguições que se alastravam por vários países europeus. As notícias informavam, por exemplo, sobre a situação dos judeus romenos, impossibilitados de viver em seu país e proibidos de imigrar em vários locais;¹³⁶ sobre a aprovação, na Hungria, de “uma nova lei contra os israelitas”, que estabelecia “[...] para todos os ramos da economia e também para as profissões liberais uma participação máxima de vinte por cento dos judeus”;¹³⁷ sobre o decreto alemão que estendia para a Áustria as leis de Nuremberg;¹³⁸ sobre a oposição inglesa à imigração ilimitada de médicos austríacos que se dirigiam para a Grã-Bretanha;¹³⁹ sobre a tentativa do cônsul norte-americano, depois da Conferência de Evian, de retirar “[...] milhares de judeus que se encontram nos campos de concentração na Alemanha”;¹⁴⁰ sobre os comerciantes de Bruxelas que, ao acusar os judeus de concorrência desleal, “[...] reclamavam uma severa regulamentação de atividade dos israelitas” (situação similar à que ocorria em várias outras cidades belgas);¹⁴¹ sobre a expulsão dos judeus de Dantzig¹⁴² no ano de 1939, onde todos

¹³⁵ *Diário de Pernambuco*. Recife, s.d..

¹³⁶ Cf. A TURQUIA também se defende dos judeus. *Folha da Manhã*, Recife, 04 jan. 1938, p. 2. A matéria que abordava a proibição imigratória dos judeus romenos — alvo de uma legislação antijudaica em seu próprio país — apresentava um título bastante tendencioso e informava que, assim como a Iugoslávia, a Bulgária, a Hungria e a Áustria, a Turquia também proibiria a entrada daqueles judeus.

¹³⁷ APROVADA uma nova lei sobre as atividades judias. *Folha da Manhã*, Recife, 14 maio 1938, p. 5.

¹³⁸ Cf. EXTENSIVA à Áustria as leis de Nuremberg. *Folha da Manhã*, Recife, 25 maio 1938, p. 5.

¹³⁹ OPOSIÇÃO à imigração ilimitada de médicos judeus. Vitoriosos os clínicos ingleses. *Folha da Manhã*, Recife, 16 jul. 1938, p. 5.

¹⁴⁰ RETIRADA dos judeus dos campos de concentração. *Folha da Manhã*, Recife, 30 jul. 1938, p. 5.

¹⁴¹ Cf. CONCORRÊNCIA desleal dos judeus. *Folha da Manhã*, Recife, 07 dez. 1938, p. 11. O título da matéria também é bastante tendencioso.

¹⁴² Antigo nome da cidade polonesa de Gdansk, à época incorporada ao Reich alemão.



Fig. 2 - Agamenon Magalhães recebendo doações de judeus, s. d.

Fonte: Arquivo Histórico Judaico



Fig. 3 - Sede do Clube Israelita – década de 1940
Rua da Glória, 215, Boa Vista

Fonte: Arquivo Histórico Judaico

eles “[...] foram convidados a deixar a cidade antes de 31 de dezembro” e “o gabinete de distribuição anunciou que os judeus não receberão cartões com direito à distribuição de roupas, solas para sapatos e linha para costura”;¹⁴³ e sobre várias outras situações.¹⁴⁴

Mas o Brasil não havia feito do racismo sua política de Estado como ocorrera na Alemanha — apesar de suas leis conterem vários elementos voltados para a discriminação *racial* de diversos grupos —, nem tampouco os líderes do Estado Novo conseguiam, de uma forma geral, com suas retóricas de exclusão, arregimentar a população diante do modelo imposto. As restrições sofridas na Europa, que impossibilitavam gradativamente a sobrevivência dos judeus, não ocorriam no Brasil, e foi mesmo nas décadas de 1930 e 1940 que as instituições judaicas se sedimentaram.¹⁴⁵ Situação muito distante da que ocorreria nos países que aderiram ao nazi-fascismo.

Era em uma Itália fascista que o ditador Benito Mussolini recebia, em maio de 1938, com toda reverência, o líder Adolf Hitler. A população italiana vibrava com o evento — que já era percebido no presente como um acontecimento histórico — e, no dia seguinte a sua chegada, preparava-se para ir ao desfile nas ruas da capital italiana para reverenciar os dois ditadores, num momento considerado muito especial. Em um prédio da capital italiana, enquanto inúmeras pessoas se aprontavam logo cedo para participar do grande acontecimento, duas histórias estariam prestes a ter um ponto de interseção, fazendo com que o que poderia ser apenas um encontro do acaso se transformasse em um divisor profundo de suas vidas. Aquele seria um dia muito especial também para elas que, ao contrário da maioria, haviam ficado em suas casas. O encontro da dona de casa vivida por Sophia Loren e do homossexual interpretado por Marcello Mastroianni revela um olhar sobre o fascismo através das marcas que aquele regime, com suas práticas, imprimia no cotidiano de pessoas comuns. A partir de duas histórias, de um encontro aparentemente insignificante diante do encontro maior dos dois grandes líderes, o diretor Ettore Scola trouxe para as telas do cinema, em 1980, um universo particular, mas que ultrapassa, e muito, as paredes de um edifício e dos seus dois personagens principais.¹⁴⁶

A dimensão do drama humano que o olhar do diretor italiano consegue transpor com sutileza para as telas do cinema nos leva a pensar em tantas outras histórias e vidas que foram, de

¹⁴³ CONVIDADOS os judeus a abandonar Dantzig. *Folha da Manhã*, Recife, 10 dez. 1939, p. 16.

¹⁴⁴ Ver, por exemplo, as seguintes notícias: TRANSPORTE dos judeus para a ‘zona judia’ da Polônia (15 nov. 1939, p. 5); AFUNDOU com 1800 emigrantes judeus a bordo (26 nov. 1940, p. 8); VARRENDO de Vichi os indesejáveis (13 jun. 1941, p. 3); SITUAÇÃO dos judeus poloneses (12 out. 1941, p. 3). *Folha da manhã*, Recife.

¹⁴⁵ CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia, op. cit., p. 395.

¹⁴⁶ Em *Um dia muito especial*, Ettore Scola parte do acontecimento histórico para, através do encontro dos protagonistas ficcionais, mergulhar na questão das relações humanas, tendo o fascismo como pano de fundo.

forma trágica, envolvidas pelo nazi-fascismo. No início de 1939, aportava no Recife um navio com refugiados do nazismo. O fato e a recusa do governo brasileiro em aceitar que se estabelecessem no país foram noticiados pela *Folha da Manhã*:

Transitou recentemente no Recife, um grupo de judeus que andava batendo às portas dos países sul-americanos, sem poder desembarcar em nenhum dos portos do continente. Vinham da Europa e na Europa acontecera-lhes a mesma coisa: fecharam-lhes as portas a França, a Suíça, Portugal e a liberal Inglaterra. Passaram pelos Estados Unidos e a grande democracia norte-americana não os deixou, também, pôr o pé em terra... O Judeu Errante não é uma lenda, é uma realidade.¹⁴⁷

Essas pessoas, como tantas outras, tiveram seus destinos mudados de maneira irreversível sem ter a chance de atuar para reverter os caminhos que lhes foram impostos. Difícil dimensionar a angústia, o pavor, a incerteza diante da luta pela vida dos que não tiveram nenhuma chance de refazer suas histórias, marcadas de forma indelével pelo nazi-fascismo. Fossem eles judeus, ciganos, homossexuais, deficientes físicos, perseguidos políticos...

O anti-semitismo de líderes políticos nos tempos do Estado Novo, a política imigratória secreta, as atitudes de membros do corpo do Itamaraty — a exemplo de Cyro de Freitas Valle — atingiam indubitavelmente grupos como o dos judeus que tentaram entrar no porto do Recife no início de 1939. No entanto, olhar para os judeus no país durante as décadas de 1930 e 1940 considerando apenas o prisma do Estado e suas ações anti-semitas não revela a forma de inserção dos que aqui viviam ou obtiveram de maneiras diversas visto de entrada. Como consequência,

pode-se dizer que existe atualmente uma barreira ideológica na historiografia brasileira e na historiografia sobre imigração, e igualmente na memória oficial das instituições judaicas no Brasil: a formulação genérica e indiscriminada de que os imigrantes judeus, que estavam dentro do Brasil, viveram acudados e foram perseguidos enquanto grupo entre 1937 e 1945.¹⁴⁸

As memórias dos imigrantes ou de seus filhos trazem elementos esclarecedores das relações vivenciadas na sociedade:

Eu sei que era muito difícil, durante uma grande fase de tempo, porque havia protocolos confidenciais, então não se dizia que havia nenhum obstáculo, mas se sabia que havia. Se sentia porque a pessoa tinha muita dificuldade em mandar buscar algum parente. Justamente era a época em que era mais necessário trazer, porque estava havendo todo o processo dos campos de concentração e o Brasil não dava vistos. Uma hora alegava que é por que não eram agricultores, eram intelectuais, estava sobrando intelectual no Brasil. Outra hora alegavam

¹⁴⁷ PORTAS fechadas. *Folha da Manhã*, Recife, 25 mar. 1939. Editorial, p. 3.

¹⁴⁸ CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia, op. cit., p. 394.

que eles não trariam progresso ao país. Então nunca se dizia “judeu não entra”, mas se apertava muito. [...] Isso era sabido, não comprovado.¹⁴⁹

A memória reconstruída por I. S. pode ser colocada ao lado de outros depoimentos que trazem lembranças sobre a inserção dos judeus residentes. Ao lembrar histórias tristes do nazismo, após concluir que todo judeu tem “alguma lembrança ruim dessa guerra”, Anússia Gourvitz, filha de pais imigrantes que vieram da România depois da Primeira Guerra Mundial, recorda as palavras de sua mãe, que lhe dizia ser “o Brasil a segunda pátria dela. Ela se naturalizou brasileira. [...] Mamãe dizia que ela é nascida na Europa mas que o coração dela é brasileiro”.¹⁵⁰ Assim como, ao relatar uma experiência com uma professora quando ainda criança, Matilde Steimberg afirma, logo de início, que não sentia naquela cidade “muita coisa de anti-semitismo não”.¹⁵¹ Os saberes anti-semitas, as idéias, imagens que circulavam na sociedade acerca dos judeus não os impediam de se inserir socialmente, culturalmente, economicamente, politicamente.¹⁵²

Os judeus que viviam no país puderam atuar na sociedade e encontraram mecanismos para se opor às dificuldades. Estas eram sentidas e muitas vezes tornavam-se intransponíveis, como no caso em que as tentativas de trazer parentes não resultavam em sucesso, mas não aconteciam sem reações, que revertiam muitas das determinações contrárias ao grupo, havendo, inclusive, depois de 1932, um aumento do contingente imigratório judaico no país. Os números registrados suscitaram a indagação de Jeffrey Lesser, que procurou entender como as restrições impostas não impediram o aumento da entrada de judeus no Brasil. A sua resposta abrange, justamente, a questão da resistência dos indivíduos ou grupos judaicos, apontando para a não-passividade diante das limitações impostas:

¹⁴⁹ Entrevista de I. S. para Susan Lewis. Recife, 19.09.1997.

¹⁵⁰ Entrevista de Anússia Gouvitz para Susan Lewis. Recife, 01.09.1997.

¹⁵¹ “Lá em Campina Grande eu nunca senti muita coisa de anti-semitismo não. Mas teve um fato que me marcou muito na escola. Eu estava no ginásio e tinha uma professora de História Geral e, naquela época, se estudava História desde a Antigüidade e se chegou na época da Palestina, da Judéia, da época de Cristo, a crucificação e toda aquela perseguição. Se dizia que os judeus é que crucificaram Cristo. E o pessoal sabia que eu era judia, naturalmente, e a professora me fez sentir muito mal porque ela me crucificou ali sentada na minha cadeira pela forma como ela olhou para mim. Ela me apontou e eu me senti como se eu própria tivesse colocado um prego na mão de Cristo, como se eu tivesse sido uma das crucificadoras. Aquilo me incomodou a vida inteira. Hoje em dia não mais. Mas me marcou muito e eu nunca esqueci.” Entrevista de Matilde Steimberg para o Arquivo Histórico Judaico de Recife.

¹⁵² Segundo Lesser, “a existência de uma Questão Judaica no Brasil não deve levar os leitores a concluir que sua formulação ou aplicação era semelhante à ocorrida na Argentina ou na Europa, onde o anti-semitismo popular e oficial corriam à solta. Nesses casos, o anti-semitismo estava baseado em imagens distorcidas de judeus verdadeiros com os quais a população não-judaica mantinha contato regular. No Brasil, contudo, indivíduos influentes atacavam imagens de judeus imaginários que se supunha ser simultaneamente comunistas e capitalistas gananciosos, e cujos estilos de vida considerados degenerados haviam sido formados em enclaves étnicos europeus pútridos e indigentes. Os julgamentos severos e fantasiosos eram enquadrados em uma leitura não-sofisticada do ódio aos judeus e do anti-semitismo europeus, aplicada a uma imagem incorreta da vida judaica fora do Brasil.” LESSER, Jeffrey. O Brasil e a questão judaica, op. cit., p. 23.

A razão mais importante era que as novas restrições não desencorajaram judeus desesperados de virem para o Brasil, mas, ao contrário, obrigaram-nos a encontrar meios eficientes de atuar dentro do sistema. As agências judaicas de ajuda redobram seus esforços para ensinar os residentes a “chamar” seus parentes legalmente e a ICA funcionava cada vez mais como despachante para ajudar os imigrantes residentes a desembaraçar o novelo burocrático. Além disso, os líderes judeus estavam conseguindo se opor às atitudes contrárias aos imigrantes, vigentes entre políticos influentes.¹⁵³

Tabela 1
Imigração judaica e geral para o Brasil, 1929-1945

Ano	Imigração Judaica	Var. Anual %	Imigração Geral	Var. Anual %	Judaica/Geral %
1929	4.874	-	96.186	-	5,1
1930	3.558	- 27,0	62.610	- 34,9	5,7
1931	1.985	- 44,2	27.465	- 56,1	7,2
1932	2.049	3,2	31.494	14,7	6,5
1933	3.317	61,9	46.081	46,3	7,2
1934	3.794	14,4	46.027	- 0,1	8,2
1935	1.758	- 53,7	29.585	- 35,7	5,9
1936	3.418	94,4	12.773	- 56,8	26,8
1937	2.003	- 41,4	34.677	171,5	5,8
1938	530	- 73,5	19.388	- 44,1	2,7
1939	4.601	768,1	22.668	16,9	20,3
1940	2.416	- 47,5	18.449	- 18,6	13,1
1941	1.500	- 37,9	9.938	- 46,1	15,1
1942	108	- 92,8	2.425	- 75,6	4,5
1943	11	- 89,8	1.308	- 46,1	0,8
1944	6	- 45,4	1.593	21,8	0,4
1945	120	1.900,0	3.168	98,9	3,8

Fonte: LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica*, op. cit., p. 104, tabela 2.1.¹⁵⁴

Em Pernambuco, os judeus não ficavam passivos, e movimentavam-se para se opor ao anti-semitismo europeu que era apropriado pelo Brasil. Reuniam-se para protestar contra o que

¹⁵³ LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica*, op. cit., p. 104-105. A ICA ou Jewish Colonization Association (Yidishe Kolonizatsye Gezelshaft, em ídiche) foi fundada em 1891 por um filantropo judeu, e tinha como objetivo a criação de colônias agrícolas judaicas nas Américas para as comunidades pobres da Europa oriental e dos Balcãs. *Ibidem*, p. 39-40.

¹⁵⁴ Fontes utilizadas pelo autor: ‘Discriminação por nacionalidade dos imigrantes entrando no Brasil no período 1924-1933 e 1934-1939’, RIC, 1:3 (julho de 1940), 633-38, SCA 1926-1935, JCA-L. Rapport d’activité perdant la période 1933-1943. HIAS-Brazil, folder I, YIVO-NY. Mach Wischnitev, *To dwell in safety: the story of jewish migrations since 1800* (Philadelphia: The Jewish Publication Society of América, 1948), p. 293, table 6.

ocorria no outro continente,¹⁵⁵ realizavam palestras, conferências, debates acerca da situação, e continuavam mantendo as instituições em torno das quais girava a vida judaica de seus membros, promovendo atividades esportivas, comemorativas e culturais. Receberam inclusive, no *Diário de Pernambuco*, apoio público a manifestações que realizaram na cidade contra o nazismo e as perseguições que este regime perpetrava contra os judeus. Em janeiro de 1943, por exemplo, José Florio escrevia sobre o assunto:

A comunidade israelita de Pernambuco realizou ante-ontem uma manifestação de protesto às perseguições e aos morticínios friamente perpetrados pelas autoridades nazistas, não somente na Alemanha, mas em todos os países por eles ocupados. Podemos dizer que esse protesto não é somente dos judeus, espalhados pelo mundo, mas é de todas as consciências cristãs e de todos os corações bem formados. O que nos separa profundamente do nazismo é, entre outras coisas, o seu exclusivismo étnico, que se choca violentamente com o pensamento cristão. Partindo do princípio de que todos os homens são iguais perante Deus, e somente Deus pode julgar os bons e os maus, ninguém tem o direito de perseguir e muito menos matar quem quer que seja, por motivo de ordem racial ou religiosa.¹⁵⁶

Florio afirmava no mesmo artigo que, “perseguindo os judeus, assassinando-os, isolando-os nos campos de concentração, queimando os seus livros, destruindo a sua cultura, o nazismo põe-se fora da lei e merece o castigo imposto pelos códigos aos réus de crimes nefandos”.¹⁵⁷ Alguns meses depois, José Morais abordava o mesmo tema e chamava a atenção para o extermínio de judeus na Europa e para o silêncio em torno do assunto que se fazia na época, afirmando que:

Nesta hora de tragédia universal um povo, melhor que todos personifica a humanidade sofredora — o povo israelita. Sua contribuição em sangue derramado, na luta pela liberdade, é imensa. Antes da guerra existiam no mundo inteiro 16 milhões de judeus. O nazismo já deu cabo de mais de 4 milhões, ou seja, já exterminou mais de um quarto deste povo. E para realizar este extermínio sistemático, claro está, não escolheu os meios mais suaves... Mulheres, crianças, velhos, todos indistintamente sofreram martírio

¹⁵⁵ Uma reunião, que teria se realizado à noite na sede do Centro Cultural Israelita (“o anunciado comício de protesto”), foi registrada em uma nota de jornal presente entre os documentos do DOPS sob o título ‘Os Israelitas na Alemanha’. O nome do jornal e a data da publicação não constam no documento, no entanto, o endereço da sede em que ocorreu o evento (rua conde da Boa Vista, nº 532) refere-se a um período anterior a 1937. Neste ano, o Centro Cultural Israelita passou a funcionar na Rua da Glória, nº 215. A matéria fala também acerca da deliberação dos presentes que, por unanimidade, decidiram enviar telegrama para o rabino no Rio de Janeiro, Isaias Rafolovich, ressaltando o protesto em Pernambuco — “em nome da liberdade e das leis da civilização, contra a campanha desumana de perseguições, levada a efeito, na Alemanha, pelos hitlerianos, contra os israelitas residentes naquele país” — e conclamando o governo e os brasileiros a apoiarem os “oprimidos, dando-se lhes o seu valioso apoio”. Cf. Centro Cultural Israelita de Pernambuco, Prontuário Funcional 413 – DOPS – APEJE.

¹⁵⁶ FLORIO, José. Apoio aos judeus. *Diário de Pernambuco*, Recife, 06 jan. 1943, p. 4.

¹⁵⁷ Loc. cit.

e morte, muitas vezes em condições que repugnam a um coração de homem imaginar.¹⁵⁸

Várias foram as formas de inserção dos judeus no estado de Pernambuco, que ocorria sem grandes obstáculos. Mesmo em momentos críticos, como aconteceu depois do fracasso do levante comunista de 1935, quando os comunistas passaram a ser considerados pelo Estado inimigos públicos número um. Apesar do acordo secreto firmado pela polícia brasileira com a Gestapo depois do referido levante, “[...] para combater o bolchevismo e outros dogmas considerados perigosos para ambos os regimes;”¹⁵⁹ apesar das repressões, torturas e mortes que se seguiram ao período posterior ao movimento atingirem o Recife, uma das cidades que dele participou;¹⁶⁰ e, sobretudo, apesar das associações entre o bolchevismo e o judaísmo terem sido ressaltadas por órgãos de imprensa no país;¹⁶¹ não há relatos que apontem para uma perseguição às instituições judaicas em Pernambuco, a não ser uma vigilância mais cuidadosa da movimentação de seus membros, como sugere o exemplo a seguir.

Em 26 de abril de 1936, um investigador do DOPS impossibilitou a realização de uma conferência no Centro Israelita de Pernambuco. Às 20 horas estava no local para garantir que a palestra fosse realizada em português e não em hebraico, o que teria sido recusado pelo conferencista, o qual “alegou que a conferência não interessava aos presentes sendo feita em português, porque havia sido reservada à Mocidade Estudantina Israelita e que ele, conferencista, tinha dificuldade em expressar-se, por ser pouco conhecedor da língua portuguesa. Assim, não querendo ir de encontro às ordens da polícia, deixava de realizar a conferência”.¹⁶² A vigilância restringia, mas não impossibilitava que os judeus se reunissem, nem tampouco interditava suas instituições. A partir de 1937, como se verificou em outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro, eles continuaram atuando em instituições judaicas que, a despeito das observações oficiais — também realizadas em outras entidades estrangeiras —, permaneceram funcionando.

¹⁵⁸ MORAIS, José. Nossos irmãos, os judeus. *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 jul. 1943, p. 5. Sobre o silêncio em torno do extermínio de judeus afirmou Moraes: “o mundo se habituou a encarar o judeu como um homem hábil, uma espécie de artista de circo, dotado de mil recursos e artimanhas, capaz de se sair bem, e com lucros, de qualquer situação embaraçosa. Talvez por isso o mundo tenha se esquecido de ter compaixão do povo israelita. Em torno de sua tragédia se fez um silêncio, que lhe deve ser quase tão doloroso quanto o próprio martírio físico.” Loc. cit.

¹⁵⁹ ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil (1930-1954)*. Trad. Ana de Olga Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 95.

¹⁶⁰ Cf. *ibidem*, p. 87, 113 e 114.

¹⁶¹ Cf. *ibidem*, p. 98-99.

¹⁶² Centro Cultural Israelita de Pernambuco, Prontuário Funcional 413, doc. 6 – DOPS – APEJE.

Os judeus vieram em momentos distintos para o Brasil, formando a primeira comunidade ainda no período colonial e a segunda nos séculos XIX e XX. Em relação a este último século, relata Tânia Kaufman:

A congregação que formou a segunda comunidade judaica do Recife instalou as primeiras instituições típicas da cultura judaica na década de 1910. Os primeiros grupos de judeus que aqui aportaram neste período migratório viviam anteriormente nos shtetlech, espalhados pela Polônia, Lituânia, Ucrânia, Galícia e Bessarábia. Em número menor, os que chegaram durante a Segunda Guerra Mundial vieram da Alemanha, Áustria e Hungria. Estes últimos, porém, não constituíram formações significativas no Recife. Ficaram sediados em São Paulo, onde atualmente formam comunidades específicas.¹⁶³

A transmissão dos valores judaicos passaria, com o tempo, a ocorrer em instituições voltadas para a comunidade, deixando de estar restrita ao âmbito da casa, como verificou Tânia Kaufman.¹⁶⁴ Ao lado das atividades relacionadas especificamente ao grupo, os judeus iam se inserindo socialmente, economicamente, e nas décadas de 1930 e 1940 já contavam com vários espaços que possibilitavam a integração dos imigrantes e o acompanhamento dos acontecimentos ligados ao nazi-fascismo. As práticas judaicas eram efetivadas por meio de espaços variados como os clubes, sinagogas, grupos de teatro e, durante a guerra, membros da comunidade se mobilizaram para “organizar e auxiliar nos trabalhos dos sub-Comitês destinados a angariar donativos para vítimas de guerra Israelitas, a serem fundados em todos os Estados brasileiros”.¹⁶⁵ Em reuniões, descreviam “os horrores da guerra atual” e falavam acerca da “necessidade de amparo às suas vitimas, sem distinção e da situação de desespero em que se encontravam os milhares de Judeus, espalhados pelos países já ocupados”.¹⁶⁶

Bem, aí nós fomos para Nazaré, uma cidade pequena, atrasada, uma cidade exclusivamente canavieira, vivia da cana. E eu me adaptei, estudei no Grupo Escolar Maciel Pinheiro, eu e meu irmão, minhas irmãs eram pequenas, depois estudei na Escola Batista de Nazaré [...], e na Escola Batista, como não tinha ginásio lá [...], nós viemos internos para o Colégio Americano Batista. Minha mãe ficou doente, só vivia doente lá, não se adaptou e os médicos [...] mandaram que ela viesse para Recife se tratar. Aqui ela se adaptou e ficou em Recife. [...] Em 38, meu pai alugou uma casa na Rua Velha, 298.¹⁶⁷

¹⁶³ KAUFMAN, Tânia Neumann. *Passos perdidos – história recuperada*: a presença judaica em Pernambuco. Recife: Edição do autor, 2000. p. 100.

¹⁶⁴ Cf. *ibidem*, p. 115. “A escola, o clube e os movimentos juvenis assumiram a maior parte dessas responsabilidades. O fato dessas instituições estarem localizadas próximo à moradia e aos negócios, num mesmo bairro, assegurava aos judeus, até os anos 50, fácil acesso aos serviços da comunidade”.

¹⁶⁵ Centro Cultural Israelita de Pernambuco, Prontuário Funcional 413 – DOPS – APEJE.

¹⁶⁶ *Ibidem*.

¹⁶⁷ Entrevista de David Becker para Susan Lewis. Recife, 14.09.1997.

Este relato de David Becker mostra uma inserção que não se faz presente quando a sua narração incorpora a história familiar no período anterior à imigração. Enquanto no Recife o pai, inicialmente prestamista, se estabelecia como comerciante e os filhos tinham acesso à educação escolar normalmente, na Romênia o isolamento abrangia as relações sociais dos judeus nos níveis mais variados:

Eu perguntei:

— Pai, o senhor não tinha parente formado?

Ele disse:

— Não, não podia estudar.

Eu digo:

— E o senhor não aprendeu a ler e a escrever?

— O rabino ensinava. Tinha escola israelita no bairro da gente, não podia sair nem para outro bairro. Não podia se formar, não podia ter propriedade, não podia ter nada.¹⁶⁸

A comparação e/ou distinção entre as relações que os imigrantes estabeleciam no país e os impedimentos que ocorriam em seus locais de origem indicam que o anti-semitismo presente nos órgãos de imprensa, defendido por políticos e intelectuais e motivador de leis imigratórias, não mobilizou a sociedade a ponto de impossibilitar a integração dos judeus. A circularidade de saberes anti-semitas (antigos ou modernos) podia ser percebida e era sentida pelos judeus em episódios variados, em Pernambuco, mas esteve longe de impedir a sua inserção cultural, social e econômica, tornando possível para os que aqui estavam “ser, ao mesmo tempo, judeu e cidadão brasileiro”.¹⁶⁹ As restrições que sofriam decorrentes da vigilância policial pareciam estar mais ligadas às sociedades estrangeiras de uma forma geral, e fazer parte das tentativas nacionalistas de formação identitária e homogeneização da sociedade empreendidas pelo Estado. Quando, então, Agamenon Magalhães se dirigia aos pernambucanos, em agosto de 1940, abordando um assunto sobre o qual até então se abstivera de opinar publicamente, pelo menos vindo diretamente de sua pena, validava a política federal e reforçava os ideários estado-novistas:

Quem fala em produção, deve considerar os seus dois fatores — o capital e o trabalho. O capital por si só nada produz. Os juros, como as rendas do capital, imobilizado, nas caixas dos bancos, em prédios, em terras, em títulos, representam um interesse do capital, que se exprime pelo trabalho. Só pelo trabalho é que o capital pode produzir. Pensar que o capital se multiplica, como no milagre dos pães, sem esforço, sem o trabalho, o suor

¹⁶⁸ Entrevista de David Becker para Susan Lewis. Recife, 14.09.1997..

¹⁶⁹ KAUFMAN, Tânia. *Passos perdidos – história recuperada*, op. cit, p. 150. Referindo-se aos relatos dos filhos dos imigrantes, a autora observa que quase todos confirmam atos discriminatórios e anti-semitas, mas constata, por outro lado, que não houve relatos que informassem sobre a não integração dos mesmos na sociedade. Cf. *ibidem*, p. 133, 134.

emprestador ou de quem o toma emprestado, é sandice. Capital e trabalho são termos de uma mesma equação. São elementos de um fato econômico. Da produção. Quem negar o capital ou o trabalho, nega a produção. Os marxistas negam o capital e por isso nada construíram, fracassando como economistas e reformadores do mundo. Os judeus de todas as cores, louros ou mulatos, brancos ou mestiços, negando o trabalho e exaltando o bezerro de ouro, fakirizados pelo dinheiro, loucos pela pecúnia, geram a hipertrofia do sistema capitalista, os “trustes”, os “cartéis”, a anarquia dos mercados e das moedas. Quem salvou o Brasil do marxismo e do judaísmo? É essa a pergunta que eu quero fazer aos brasileiros de verdade. Aos brasileiros que têm a consciência dos seus deveres e a noção dos problemas mais vitais de uma nacionalidade. Estou certo de que todos só terão uma resposta. Quem salvou o Brasil do marxismo como do judaísmo, foi o presidente Getulio Vargas.¹⁷⁰

O interventor — que ao deixar de se posicionar de forma direta sobre tal questão agia como o presidente Getúlio Vargas, que “[...] raramente chegou a expressar a sua opinião a respeito dos judeus”¹⁷¹ — fazia jus à função que atribuía a si próprio e ao veículo de imprensa por ele criado, ou seja, de trazer para Pernambuco a emoção do Estado Novo. As suas raras palavras sobre os judeus estavam em consonância com discursos enunciados por políticos, intelectuais, veículos de informação, que mostravam os judeus de forma estigmatizada, responsabilizando-os por atos perigosos para o país, a exemplo do que ocorreu, durante vários anos, na *Folha da Manhã*. No entanto, tais ações não mobilizaram a população nem impediram que os judeus se inserissem na sociedade, a ponto de vários deles considerarem o país a sua segunda pátria ou o seu coração brasileiro, como afirmou Sonia para a filha Anússia Gouvirtz.¹⁷²

¹⁷⁰ MAGALHÃES, Agamenon. Produção. *Folha da Manhã*, Recife, 29 ago. 1940, p. 3.

¹⁷¹ “Entretanto, nunca questionou a política restritiva aos não-arianos e nunca impediu que circulares secretas fossem expedidas. E quando pôde, manteve relações cordiais com a Alemanha nazista, polarizando forças e jogando com os EUA e os países do Eixo.” CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas*, op. cit., p. 255.

¹⁷² Entrevista de Anússia Gouvirtz para Susan Lewis. Recife, 01.09.1997.

PARTE II

ESTADO NOVO, GUERRA E OS *INIMIGOS* DO EIXO

Capítulo 3

O Brasil e a Segunda Guerra Mundial

Quero dizer aos meus concidadãos que o momento que estamos vivendo é o mais grave e que, por isso, devemos elevar os nossos sentimentos e a nossa conduta de brasileiros, colocando os problemas da defesa nacional e da ordem civil acima de tudo. [...] Dentro dos nossos corações só deve haver hoje um anseio, um alvoroço, um entusiasmo. Só deve haver uma exaltação pura e sagrada. A exaltação pelo Brasil e pelos brasileiros. A mística da pátria é a nossa mística. [...] A guerra é uma mobilização espiritual para os grandes feitos. O que é inferior ou medíocre deve ser afastado. No momento, só deve haver lugar para os homens de boa vontade e para as boas ações. Todas as horas, minutos e segundos não nos pertencem mais. São da Pátria que exige, no momento, de todos os seus filhos, decisão e grandeza.

Agamenon Magalhães. O momento.
Folha da Manhã, Recife, set. 1942.

3.1 Entre o Eixo e os Aliados

A partir de meados da década de 1930 o governo Vargas iniciou mudanças nos rumos da política externa brasileira, com o “amadurecimento da idéia da necessidade de o Brasil desenvolver suas indústrias”.¹ Mas foi apenas em 1937 que o Estado empreendeu um projeto claro de desenvolvimento nacional.² A crise capitalista da década de 1920, as mudanças geradas por ela no âmbito internacional trouxeram “a percepção pelos governos e setores sociais da possibilidade de romper com a economia agrário-exportadora”.³ Para tornar

¹ CORSI, Luiz Francisco. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 2000. p. 49.

² Cf. *ibidem*, p. 49.

³ *Ibidem*, p. 36.

possível o projeto desenvolvimentista, Getúlio Vargas empreendia ações políticas possibilitadas por um contexto de grandes disputas realizadas nos países da América Latina por dois blocos antagônicos: “[...] de um lado, os EUA, uma democracia liberal com grande peso econômico; de outro, a Alemanha, com seu regime totalitário que tanto fascinava as sempre renovadas ditaduras da região. Assim EUA e Alemanha travaram uma luta para definir áreas de influência e acesso a mercados.”⁴

Como analisou Luiz Corsi, o governo Vargas, ao mesmo tempo em que pretendia fazer valer o projeto nacional de desenvolvimento calcado na industrialização, aproveitava os espaços surgidos com as disputas entre os dois países para adotar uma independência maior no que dizia respeito à política externa.⁵ As ações para viabilizar tais propostas passaram a ser vistas, então, como o *duplo jogo de Vargas*. Nos novos delineamentos políticos e econômicos, a América Latina tornava-se alvo de investidas tanto dos Estados Unidos quanto da Alemanha. E, apesar da preponderância do poderio norte-americano, a Alemanha imprimiu “uma agressiva política comercial e de propaganda ideológica na região, que chegou a ameaçar a posição dos EUA e sobrepujou, em vários países, a posição comercial da Grã-Bretanha”.⁶ Além disso, a Alemanha intensificou, depois da subida de Hitler ao poder, as trocas comerciais com o Brasil⁷ e estreitou suas relações com o país, também, através da luta contra o comunismo a partir de 1935.⁸ Sobre o assunto trataria o embaixador Karl Ritter, que comunicava à Alemanha, em dezembro de 1937, o desejo de cooperação do Brasil “na luta contra o Comintern”:

O Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. FRANCISCO LUÍS DA SILVA CAMPOS, que também tem jurisdição sobre a polícia de todo o Brasil, enviou-me um intermediário, ALVARENGA para perguntar-me o que depois o próprio Ministro perguntaria: 1 – Se a Embaixada estava preparada para assisti-lo, não oficialmente e confidencialmente, na organização de uma exposição anti-Comintern no Brasil, em futuro muito próximo, nos moldes da exposição anti-Comintern na Alemanha. [...] 2 – Se as autoridades competentes estariam desejosas de receber no futuro próximo, em confiança, um ou dois funcionários policiais ou administrativos

⁴ CORSI, Luiz Francisco. *Estado Novo*, op. cit., p. 53.

⁵ Cf. *ibidem*, p. 58-59.

⁶ *Ibidem*, p. 33 e 52.

⁷ Cf. SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil e a formação dos blocos – 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 79 e 80.

⁸ Depois de novembro de 1935, a aproximação com a Alemanha hitlerista, “o regime que manifesta a mais profunda aversão pelo comunismo”, deu início a uma colaboração anticomunista entre ambos os países, como no caso da cooperação estabelecida entre a polícia brasileira e a Gestapo diante de expulsões de comunistas no Brasil. Assim é que Seitenfus afirma que “o dia 25 de novembro é importante para o futuro das relações germano-brasileiras”. *Ibidem*, p. 86 e 87.

brasileiros que obteriam informações referentes aos métodos usados no combate ao Comintern, e estabeleceriam contato permanente com o Bureau Anti-Comintern”.⁹

Mesmo os Estados Unidos tendo adotado a política da *boa vizinhança* no governo de Roosevelt, no lugar do *Big Stick*, as disputas se acirravam e as pressões norte-americanas aconteceriam, visando “barrar o expansionismo comercial da Alemanha enquadrando os países latino-americanos em sua política comercial”.¹⁰ A influência norte-americana dar-se-ia, também, por meio da disseminação do *modus vivendis* daquele país, que ocorria, entre outras formas, através do cinema e da veiculação de valores culturais que encantavam multidões ou pelas páginas de revistas que exaltavam o *viver* americano, caso de *Seleções*, versão brasileira da norte-americana *Reader's Digest*. Como explica Mary Junqueira, por meio de solicitação do empresário Nelson Rockefeller ao Departamento de Estado dos EUA, a revista *Seleções* chegou ao Brasil no ano de 1942, durante a Segunda Guerra. Com interesses comerciais na América Latina e especificamente no Brasil, “a solicitação devia-se ao fato da revista mostrar uma imagem positiva dos Estados Unidos, apresentados como o único país capaz de reverter o equilíbrio de forças da guerra, fazendo a balança pender de forma decisiva para o lado dos Aliados”.¹¹

Mas, se por um lado os governos dos Estados Unidos e da Alemanha empreendiam esforços para ampliar o grau de influência econômica, política e cultural sobre diversos países, por outro lado estes mesmos países também podiam atuar a fim de obter vantagens nas situações de competição que se estabeleciam. Foi o caso do governo Vargas, onde projetos considerados prioritários para o Brasil foram colocados no campo de negociações envolvendo Estados Unidos e Alemanha, com barganhas e ameaças. Veja-se o caso do “problema siderúrgico”: “Tivéssemos resolvido o problema siderúrgico, na hora oportuna, e a civilização já teria atingido todo o interior do Brasil, cortado de trilhos, do bom ferro nacional”, afirmava Magalhães em 1938. “Mas o Estado Novo”, continuava em seu raciocínio, “tem a coragem das soluções. Não deixa problema no caminho. O presidente Getúlio Vargas está resolvendo o aspecto fundamental da questão. Trazer o minério para os portos de exportação. Feito isto, não faltarão capitais para a grande siderurgia, que será instalada no centro de distribuição dos

⁹ Relatório do Embaixador Alemão no Brasil ao Ministério do Exterior sobre a cooperação teuto-brasileira na luta contra o Comintern. Rio de Janeiro, 23.12.1937. In: *O III Reich e o Brasil*. Rio de Janeiro: Laudes, 1968. v. 1, p. 11-12.

¹⁰ CORSI, Luiz Francisco. *Estado Novo*, op. cit., p. 52-53.

¹¹ JUNQUEIRA, Mary A. Representações políticas do território latino-americano na revista *Seleções*. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/ Humanitas, v. 21, n. 42, 2001, p. 321.

produtos fabricados.”¹² Hélio Silva, que fazia parte do governo à época, relata a luta por recursos para tal projeto e afirma que, diante da espera de financiamento para a construção de nosso parque siderúrgico pelos Estados Unidos, “os rumores de que os europeus se empenhavam em conseguir participar da criação de nossa siderurgia certamente influíam na aceleração das providências americanas”.¹³

O objetivo do desenvolvimento industrial, entre outros, foi vinculado, pelo governo Vargas, à tentativa de uma maior independência brasileira no âmbito da política externa, admitindo recursos estrangeiros, mas com limites, ou seja, “o capital estrangeiro seria bem-vindo desde que se submetesse às leis do país e contribuísse para o seu desenvolvimento, sendo investido de preferência em setores ligados à industrialização.”¹⁴ E, para tanto, as movimentações de aproximação com os dois países, a dubiedade nas relações comerciais, políticas, militares faziam com que as condições de negociação fossem ampliadas na tentativa de maximizar os ganhos das disputas empreendidas pelo Estado.

Em maio de 1940, por exemplo, o cônsul norte-americano Jeffrey Caferry tentava tranquilizar o governo de seu país no que dizia respeito às atividades de espionagem nazistas, informando ao secretário de Estado acerca de um diálogo estabelecido com o presidente Vargas, no qual este afirmara “estar completamente ciente da possibilidade de rebelião das atividades da quinta coluna aqui. Ele assegura que o Governo está tomando toda precaução e não pretende ser tomado de surpresa”.¹⁵ Caferry relatava, ainda, que Getúlio Vargas “continuou a falar sobre as relações cordiais do Brasil com os Estados Unidos e de quanto o Brasil confia na nossa amizade e boa vizinhança”.¹⁶ Poucas semanas depois, no entanto, o presidente proferiria, a bordo do encouraçado *Minas Gerais*, o hoje famoso discurso, que seria veiculado com entusiasmo pelos jornais dos países do Eixo, onde “as notícias eram acompanhadas por palavras elogiosas, de franco entusiasmo, por acharem que o Brasil, finalmente, se decidira em favor dos totalitários”.¹⁷ Assim, também, ocorreu com os alemães, em relação aos quais a repressão interna começara antes mesmo da guerra, mas externamente não diminuíram os contatos com a Alemanha. Sobre a repressão aos alemães, falava Karl Ritter:

¹² MAGALHÃES, Agamenon. Ferro (12.07.1938). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 376.

¹³ SILVA, Hélio. *1939: véspera de guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. (O ciclo de Vargas, v. 11). p. 361.

¹⁴ CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*, op. cit., p. 85.

¹⁵ Cônsul norte-americano (Jefferson Caffery) para secretário de Estado em Washington; “estritamente confidencial”. Rio de Janeiro, 21.05.1940. FGV – Coleção do Departamento de Estado (Arquivo Nacional dos Estados Unidos). Tradução: Águida Maria de Souza e Susan Lewis.

¹⁶ Loc. cit..

¹⁷ SILVA, Hélio. *1939: véspera de guerra*, op. cit., p. 215.

Certamente não é verdade que o Presidente tenha um antagonismo pessoal à Alemanha ou aos alemães. Pelo contrário, em todas as ocasiões, ele frisa a sua alta estima pelos alemães, o fato de que foi criado entre eles no Sul, de que tem amigos pessoais alemães, e de que os alemães executaram importantes serviços na administração, no exército e na vida comercial do país. Contudo, o Presidente está obcecado com a idéia de eliminar as diferenças étnicas existentes na população brasileira, e criar uma raça brasileira homogênea, com uma língua e uma cultura uniformes. Aí então, os Volksdeutsche, aproximadamente um milhão nos três estados do Sul, perturbam-no fortemente, porque mantiveram sua língua, sua cultura e sua consciência racial, mais do que os italianos, os holandeses, os polacos e outros. Mesmo que acreditasse, em nossas afirmativas de que a atividade do NSDAP é estritamente limitada aos nacionais alemães, eles temem que a sua forte organização e a recentemente despertada consciência nacional alemã exerçam uma influência espontânea e inevitável também sobre os cidadãos brasileiros de origem alemã; [...].¹⁸

Em 15 de janeiro de 1942, instalava-se no país a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Os Estados Unidos já estavam em guerra, depois do ataque a Pearl Harbor em dezembro de 1941, e participaram da reunião com o objetivo de obter das repúblicas americanas a ruptura com o Eixo. Segundo Hélio Silva, o subsecretário de Estado Sumner Welles veio ao Brasil “com um principal objetivo — obter a ruptura, unânime e imediata, de todas as relações comerciais, políticas, militares e diplomáticas entre as nações da União Pan-Americana e o Eixo. Viera disposto a pagar em auxílio econômico e proteção militar, naval e aérea, pela fidelidade aos princípios pan-americanos, que os Estados Unidos buscavam”.¹⁹

Getúlio Vargas registrou em seu diário a expectativa do Brasil em relação aos Estados Unidos. Nele, o presidente afirmou ter tido, em um encontro com Welles no Palácio da Guanabara, um “[...] longo e franco entendimento sobre a Conferência e a atitude do Brasil”. Segundo seu relato, não tivera interesse em utilizar-se das circunstâncias para pedir vantagens, mas... “[...] para pensar bem as minhas responsabilidades e não arriscar meu país, sem garantias de segurança. E a principal desta era a entrega de material bélico, que até agora o governo americano protelara.”²⁰

¹⁸ Do Embaixador alemão no Brasil para o Ministro do Exterior da Alemanha. (Confidencial), Relatório Político. Rio de Janeiro, 30.03.1938. In: *O III Reich e o Brasil*, op. cit., v. 1, p. 28. Mais adiante, o embaixador alemão falava, também, de um outro fator que estaria influenciando Vargas em sua “atitude hostil contra toda forma de ação unida e exclusiva dos elementos germânicos, sem consideração de estarem envolvidos nacionais alemães ou cidadãos brasileiros.” Este seria a dependência do Brasil em relação aos Estados Unidos, que temiam a ditadura estado-novista junto com a influência integralista: “temeram que um regime realmente autoritário pudesse ser criado no maior país da América do Sul, e que, em vista de possibilidades latentes semelhantes em vários outros países sul-americanos, isso pudesse ser contagioso em toda a América do Sul.”

¹⁹ SILVA, Hélio. *1942: guerra no continente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. p. 197.

²⁰ VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: diário*. Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição de Leda Soares. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. v. 2. p. 453-454.

No mesmo encontro, ainda segundo Vargas, Sumner Welles garantiria atender aos pedidos do Brasil,²¹ que, no dia do encerramento da conferência, tornava pública sua decisão através das seguintes palavras, pronunciadas por Oswaldo Aranha:

Hoje, às 18 horas, de ordem do Senhor Presidente da República, os Embaixadores do Brasil em Berlim e Tóquio e o Encarregado de Negócios do Brasil em Roma passaram nota aos governos junto aos quais estão acreditados, comunicando que, em virtude das recomendações da III Reunião de Consulta dos Ministros das Repúblicas Americanas, o Brasil rompia suas relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, a Itália e o Japão.²²

No mês seguinte à III Reunião dos Ministros, era torpedeado o primeiro navio brasileiro por submarino alemão, fato que se repetiria ainda muitas vezes. Os torpedeamentos de navios brasileiros pelo Eixo resultaram, em 11 de março de 1942, no decreto-lei nº 4.166, que dispunha “sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil”. O artigo 1º. do decreto estabelecia que:

Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que para os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, de atos de agressão praticados pela Alemanha.²³

O período posterior à Conferência dos Ministros no Rio de Janeiro seria um dos mais significativos na história de cooperação entre Rio de Janeiro e Washington e, a partir dele, o Brasil e os Estados Unidos estabeleceriam vínculos que duram até os dias atuais.²⁴ Em relação às atividades dos serviços secretos do Eixo, Rio de Janeiro e Washington dar-lhes-iam especial atenção, e a repressão que ocorria em decorrência da política interna brasileira transformar-se-ia “em uma luta contra os agentes do Eixo e, em especial, a espionagem alemã”.²⁵ Os ataques à marinha brasileira pelo Eixo permaneciam e, como afirma Seitenfus,

²¹ Sobre o assunto, afirmou: “Deu-me as mais completas garantias, falou-se num telegrama que passara ao presidente Roosevelt, cuja resposta aguardava. Entreguei-lhe, conforme pedira, a lista completa de nossos pedidos”. VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: diário*, op. cit., p. 454.

²² Discurso do ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, no encerramento da III Reunião de Consulta dos Ministros das Repúblicas Americanas. Rio de Janeiro, 28.01.1942 apud SILVA, Hélio. *1942: guerra no continente*, op. cit., p. 214-215.

²³ Decreto-lei nº 4.166 (11.03.1942) apud SILVA, Hélio. Op. cit., p. 398.

²⁴ Cf. SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil e a formação dos blocos*, op. cit., p. 392-393. Os acordos que se seguiram entre os dois países de fevereiro a agosto de 1942, mês em que o Brasil declarou guerra ao Eixo, se dividem em três grupos, conforme explica Seitenfus: os acordos estratégicos e militares bilaterais, os relacionados à luta contra o Eixo em escala continental e os econômicos bilaterais. *Ibidem*, p. 393.

²⁵ *Ibidem*, p. 394.

“pela primeira vez na história do país, o povo impulsionado pela juventude estudantil, começa a se impacientar e exprime, através de grandes manifestações e atos públicos, seu apoio à causa defendida pelos Aliados”.²⁶

A situação tornou-se insustentável e em 22 de agosto de 1942 Getúlio Vargas declarou guerra às potências do Eixo.²⁷ Apesar de distante, o país agora fazia parte do conflito bélico e o cotidiano das pessoas seria influenciado pela nova situação. Os racionamentos, os *black-outs*, a vinda dos americanos, o inglês substituindo o francês, o rádio com o Repórter Esso, a raiva dos alemães, italianos e japoneses... A guerra mobilizava a população e incentivava o patriotismo. As mobilizações internas que podiam ser geradas com ela não passaram despercebidas, fazendo com que, mesmo sem guerra no território brasileiro, fossem produzidos discursos e ações ligados à temática do conflito internacional: guerra sem guerra, como concebeu Roney Cytrynowicz.²⁸

3.2 O conflito gerando conflitos

Nem todas as novidades de uma cidade são agradáveis, embora necessárias e nobres. Não faz muito tempo, assistimos aos preparativos para a guerra. Países da Europa nos atacaram com os seus submarinos. Vapores brasileiros que nada tinham a ver com as lutas européias foram para o fundo com homens, mulheres e meninos. E não ficara nisso o perigo e a ofensa. Os nossos inimigos queriam, com seus aviões, bombardear as terras brasileiras, nelas desembarcando à força e conquistando-as para suas bandeiras. Iríamos ser escravos do estrangeiro depois de termos batalhado tanto pela nossa independência, conseguindo-a com destemor e até sangue. Se o inimigo vencesse veríamos a nossa linda e invicta bandeira rasgada e proibida; nossa língua condenada a silenciar, nossa fé religiosa perseguida; ficaríamos cativos e humilhados. Nunca!²⁹

As reflexões do cronista Mario Sette referentes à ameaça da guerra sobre o Brasil revelam muito do que boa parte da população experimentou na década de 1940: os sentimentos de revolta diante dos ataques aos navios brasileiros; as incertezas advindas de um conflito

²⁶ Cf. SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil e a formação dos blocos*, op. cit., p. 415-416.

²⁷ Entre 15 e 17 de agosto daquele ano, cinco navios mercantes brasileiros foram torpedeados, gerando forte impacto sobre a população: “o afundamento das embarcações, as perdas materiais, não revoltaram tanto quanto as notícias da morte e desaparecimento de cerca de 610 pessoas, principalmente mulheres e crianças”. SILVA, Hélio. *1942: guerra no continente*, op. cit., p. 373.

²⁸ Cytrynowicz, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial; Edusp, 2000.

²⁹ SETTE, MÁRIO. Tempo de guerra. In: *Terra pernambucana*. Prefácio de Leonardo Antônio Dantas Silva, Recife: Fundação da Cidade do Recife, 1981. p. 213.

internacional que passara a fazer parte do cenário nacional; a mobilização nacionalista em tempos de guerra que suscitava a produção de um orgulho de símbolos identitários do país. O Brasil declarou guerra ao Eixo em 22 de agosto de 1942 e uma série de mudanças acompanharia esta resolução. No Nordeste, considerado área de interesse estratégico para as potências envolvidas no conflito bélico, as influências da guerra eram sentidas por diversos grupos sociais e geravam reações muitas vezes curiosas, como nos casos em que jovens disputavam a atenção das brasileiras com os soldados americanos. Estudante secundarista à época, o historiador Fernando Gouvêa narra um desses momentos:

Da presença das forças americanas no Recife, em número enorme e sentida em todos os setores da sociedade, lembro um fato engraçado. No carnaval de 1944 ou 1945, um grupo considerável de jovens organizou um cordão, quase um clube de rua, e percorria as ruas Nova, Palma e outras, cantando uma marchinha que refletia a indignação dos rapazes com a barração que sofriam no USO (United Service Organization). Tratava-se de um clube para marinheiros e soldados americanos, instalado na Rua do Sol, onde apenas moças brasileiras podiam entrar. Brasileiros homem, não. A musiquinha era banalíssima e dizia:

Não somos do USO, mas gostamos das usadas
dessa mocinhas americanalhadas,
que vão toda noite pro USO, ai, ai, ai
E ficam até tarde no faz que vai, mas não vai
E nesse vai e vem
Sai um bebê também.³⁰

A manifestação dos jovens insatisfeitos com os americanos que *invadiam* seus territórios — ou com as “mocinhas” que os trocavam por eles — não ficou restrita a letras bem-humoradas de marchinhas carnavalescas ou a versos de poemas que expressavam o descontentamento masculino.³¹ O então estudante e boêmio José Figueiredo Matos relembra um episódio que teria sido iniciado por uma briga entre um brasileiro e um americano e que terminou com uma única palavra de ordem: “vamos meter o pau nos galegos”...³²

³⁰ Depoimento de Fernando da Cruz Gouvêa a Lêda Cerviños. In: RIOS, Lêda Maria Rivas Cerviños. *O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial: o conflito visto por jornal de província*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988. p. 612-613.

³¹ A situação em questão está presente nos versos do poema de Mauro Mota intitulado Boletim Sentimental da Guerra no Recife. Nele, com humor e bastante ironia, o autor fala sobre o fascínio que os estrangeiros exerciam sobre as “meninas” nativas e das tristes conseqüências dos romances finalizados com o fim da guerra. In: MOTA, Mauro. *Antologia em verso e prosa*. Organização de Ivan Cavalcanti Proença. Rio de Janeiro: J. Olympio; Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1982. p. 55-58.

³² Depoimento de José Figueiredo Matos a Lêda Cerviños. In: RIOS, Lêda Maria Rivas Cerviños. Op. cit., p. 646-647. O episódio que relata ocorreu, em sua concepção, como conseqüência da forma dominadora com que os americanos teriam se portado em território brasileiro: “desembarcaram não em um país aliado, mas em uma colônia”. Para ele, tal comportamento teria tido a contribuição dos “nativos”, principalmente das “moças”, que, “na sua grande maioria, só enxergavam os ‘galegos’.”

Bairro do Recife 1943 ou 1944. O movimento noturno superava em muito o movimento diurno, quando o comércio estava funcionando e os bancos operando. Nesta época as agências bancárias, a Caixa Econômica Federal e os Correios e Telégrafos, se encontravam lá. Não sabemos como começou. Acreditamos que ninguém sabe. Dizem que foi uma briga entre um brasileiro e um marinheiro americano, numa pensão da Rua Vigário Tenório. Talvez a 111 ou a 128. A briga generalizou-se. A palavra de ordem era uma só: vamos meter o pau nos galegos. Aí o bairro pegou fogo. Todos os brasileiros como um só homem passaram a agredir os americanos. Era de tapa, murro, de cacete, de pé, de cadeira, de garrafa etc. O ódio preso quebrava as cadeias do raciocínio. Brigava-se na Rua Vigário Tenório, na Avenida Marquês de Olinda, na Avenida Rio Branco, na Rua do Apolo, na Rua da Guia etc. Nas pensões (neste tempo não havia motel) a escrita era a mesma. Um marinheiro acuado numa destas pensões, depois de apanhar “como boi ladrão”, não tendo como escapar, desceu do segundo andar, por um cano externo que havia na parede do prédio. Foi recebido no solo por uma chuva de bofetadas e ponta-pés. Apavorados, os americanos corriam pelas ruas tentando fugir da multidão. Eram caçados e espancados. Outros, procuravam refúgio nos bares. Eram expulsos debaixo de pau. Feridos, ensangüentados, apavorados, os americanos corriam sem rumo, num salve-se quem puder geral.³³

Os conflitos que ocorriam entre a população local e os membros de um país com o qual o Brasil decidiu alinhar-se na guerra — e que partiam de disputas geradas no campo das relações sociais motivadas por variadas questões — atingiriam também os membros dos países do Eixo, à época chamados de “súditos do Eixo”³⁴. No Recife, em agosto de 1942, multidões saíam às ruas depredando estabelecimentos comerciais de alemães, japoneses e italianos como reação aos afundamentos de cinco navios brasileiros no dia 15 daquele mês. O incidente ficou conhecido como *o quebra-quebra*: “na Sorveteria Gemba, na Praça Joaquim Nabuco, soubéramos depois, lançara-se gás sulfídrico e depredara-se suas instalações, o que a obrigou a permanecer fechada por um longo período”, afirma Rostand Paraíso.³⁵

Assim como a Gemba, várias outras instalações foram depredadas, “saindo os invasores, segundo testemunhas oculares, com caixas de sapatos e com uma quantidade tal de canetas, relógios e armações de óculos que daria para abastecer várias casas a fio...”.³⁶ Com o Brasil em guerra, os membros dos países do Eixo que aqui se encontravam sofreriam com

³³ Depoimento de José Figueiredo Matos a Lêda Cerviños. In: RIOS, Lêda Maria Rivas Cerviños. *O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial*, op. cit., p. 648-649.

³⁴ Sobre a expressão em questão, ver nota nº 8 no capítulo 1 deste trabalho.

³⁵ PARAÍSO, Rostand. *O Recife e a 2ª Guerra Mundial*. Recife: Comunicarte, 1995. p.125. A sorveteria Gemba era de proprietário japonês. Testemunha ocular do episódio, Rostand Paraíso descreve o quebra-quebra e opina sobre o movimento, observando que alguns participavam “por puro vandalismo” e outros “por motivos apenas patrióticos”. Ibidem, p. 126.

³⁶ PARAÍSO, Rostand. Op. cit., p. 127.

deliberações do Estado: inúmeras proibições, acusações, prisões, etc. atingiriam muitos dos que viviam no país e que passavam a ser considerados ameaçadores da segurança nacional.

Durante o Estado Novo, o controle sobre a população fortalecera-se e ampliara-se, incidindo sobre as áreas mais diversas. No Recife, o lazer, as festas, a educação, a saúde, a questão habitacional, etc. sofriam intervenções do setor público, que disciplinava práticas e espaços em nome da modernização.³⁷ Na Rua da Aurora, desde 1924, funcionava a Rádio Clube,³⁸ onde diariamente o interventor Agamenon Magalhães lia seus artigos publicados na *Folha da Manhã* e que eram reproduzidos, também, em outros jornais da federação. Os ouvintes desta rádio podiam entrar em sintonia com a *pregação* do interventor, que não apenas escrevia para o grande público, mas lhes falava, tentando entrar, como se conversasse com eles, na intimidade de seus lares. Podiam, também, ouvir o hino nacional, que passava a ser veiculado, diariamente, no início das irradiações, “atirando ao ar, para ser ouvido em todas as cidades, vilas, distritos e fazendas dos sertões brasileiros, o canto da pátria, o nosso cântico dos cânticos”.³⁹ Era o estímulo ao nacionalismo patriótico. Os líderes do Estado Novo excluía a participação política através do regime ditatorial, mas não descuidavam de empreender a legitimação de seus ideais, que deveriam abarcar os diversos grupos sociais que compunham o país.

Veículos poderosos de divulgação da propaganda política, o jornal e o rádio difundiam os discursos oficiais. Podemos imaginar como tais informações nas décadas de 1930 e 1940 eram recebidas pelas pessoas: parte delas aderiu ao regime e, portanto, poderia recebê-las com menos critério; outras liam ou ouviam de forma mais resistente, seja através de acréscimos particulares aos sentidos de verdade, seja rejeitando o que era dito. E tantas outras não liam ou não ouviam, e podiam estabelecer outras formas de contato com os discursos políticos. Mas questionamentos não deixaram de existir, e muitos não aderiram completamente ao *novo* regime ou o rejeitaram de forma integral. Porém, se o Estado Novo, com todos os esforços realizados para legitimar e tornar inquestionáveis seus ideais e suas práticas, não atingia os diversos segmentos da população da mesma maneira, durante a guerra isto se tornaria ainda

³⁷ As cidades são os locais onde os projetos de modernização e suas ações, bem como os conflitos advindos com as mudanças, mais se desenvolvem: “a cidade é o cenário maior dessas lutas”, afirma Antônio Paulo Rezende, que aponta a administração do prefeito Novaes Filho, indicado pelo interventor Magalhães, como o período em que Recife sofreu forte intervenção do Estado (apesar de ressaltar que as décadas anteriores já teriam sido alvo de ações modernizadoras). Cf. REZENDE, Antônio Paulo. *O Recife: histórias de uma cidade*, op. cit., p. 95-96, 124-125.

³⁸ Cf. *Ibidem*, p. 100-101.

³⁹ MAGALHÃES, Agamenon. Cântico dos cânticos (22.02.1938). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 151.

mais claro, uma vez que não era possível eliminar as contradições de um país que entraria em um conflito bélico para combater os governos totalitários ao lado de regimes liberais e em nome de valores democráticos, mas que permanecia em seu regime ditatorial. A partir de então, falar de Estado Novo passaria a ser uma tarefa que estaria, muitas vezes, associada à guerra e que, portanto, levaria a outros tipos de justificativas do regime. Em artigo publicado na *Folha* em setembro de 1942, dizia Agamenon Magalhães:

Não se admite mais neutralidade, nem que os povos tomem internamente as atitudes resultantes dos seus compromissos, das suas tendências e da sua história. O que se pretende é a servidão de todas as raças e nações a um plano novo de colonização, em que o homem terá de subordinar-se totalmente ou desaparecer. Todas as nações e conceitos estão sendo subvertidos. Observe-se, por exemplo, o conceito de nacionalismo. A princípio era uma forma autárquica e heróica de organização interna. Todos os valores nacionais a serviço do Estado. Depois essa noção substituiu as cores nacionais pela cor das raças, transpondo as fronteiras, criando ódios e preconceitos e procurando infiltrar-se em todas as regiões do globo, com uma doutrina e métodos revolucionários. [...] Aqui mesmo, no Brasil, fascismo e comunismo geraram motins e conflitos nas ruas, obrigando o governo e as classes armadas a darem o golpe de Estado de 10 de Novembro de 1937.⁴⁰

Justificando e legitimando, pois, o Estado Novo, prosseguia Magalhães com sua associação à guerra afirmando, ainda, que “fomos previdentes e sábios, tomando uma atitude de autoridade e ordem que nos está assegurando agora essa frente espiritual de resistência e luta contra os planos de colonização racista”.⁴¹

O ano de 1942 representaria uma outra etapa no Estado Novo.⁴² Uma série de acontecimentos associados ao conflito internacional levaria ao enfraquecimento do regime, fazendo com que a ditadura estado-novista enfrentasse o dilema de “como lutar pela democracia externamente e manter o Estado autoritário internamente.”⁴³ O governo passou a enfrentar uma “resistência sistemática, que partiu de vários setores da sociedade”.⁴⁴ As contradições surgiam, portanto, e discursos e ações dos membros do Estado eram produzidos na tentativa de não permitir o enfraquecimento do regime ditatorial, utilizando-se, inclusive, de manifestações populares contrárias à guerra, como fez o interventor de Pernambuco durante *o quebra-quebra*. Da sacada do Palácio do Governo, Agamenon Magalhães afirmou, para os “populares exaltados”

⁴⁰ MAGALHÃES, Agamenon. O Brasil (17.09.42). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 392.

⁴¹ *Ibidem*, p. 392-393.

⁴² Cf. CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? Op. cit., p. 134.

⁴³ *Ibidem*, p. 136.

⁴⁴ *Loc. cit.*

que haviam depredado os estabelecimentos comerciais dos membros dos países do Eixo, que preferia “errar com o povo a acertar sem ele”.⁴⁵

Utilizando-se da mesma estratégia, o interventor opinou em artigo de sua autoria sobre a decisão do governo brasileiro de apreender os bens dos “súditos do Eixo” como reparação aos prejuízos causados pelos torpedeamentos dos navios brasileiros: “o que o povo queria é o que o governo fez. O que o povo queria fazer com as suas próprias mãos é o que o governo fez, sob forma jurídica, estabelecendo sanções legais, que incidem sobre os bens dos súditos dos países do Eixo, para reparação dos atentados contra os bens e a vida dos brasileiros”. E continuou a abordar o assunto de forma que não lhe escapasse a oportunidade de exaltar o Estado Novo, apresentado como portador de “[...] uma *estrutura adaptável* às necessidades da nossa defesa, armando os poderes públicos de normas que lhes permitam ação oportuna e eficaz” (grifo nosso).⁴⁶ Essa “estrutura adaptável” da ditadura que Magalhães creditava ao regime estado-novista servia para mostrar que ela não entrava em choque com os ideais da democracia.

O Estado Novo procurava, portanto, a partir de então, ser reconhecido pelas atitudes do país diante da guerra, que seriam contrárias às ações totalitárias do Eixo. Diferente do que ocorria anteriormente, quando, a exemplo da própria *Folha da Manhã*, países como Itália e Alemanha eram aceitos como modelos de civilização, e “o mito racista”⁴⁷ do nazismo ainda era apresentado como verdadeiro por inúmeros membros que influenciavam ou determinavam as diretrizes políticas brasileiras. A guerra, que se justificaria pela oposição ao princípio racista do determinismo biológico, é que levaria a mudanças nos discursos políticos de muitos que defendiam o regime ditatorial estado-novista. Afirmações de que “não há raças superiores”, uma vez que “a adaptação e a cultura são os fatores que tornam qualquer raça forte”, ou que “o índice de fortaleza das raças não é a cor”, mas sim a “educação”,⁴⁸ contrastavam com assertivas anteriores que se referiam aos japoneses como “os insaciáveis cupins da raça amarela”⁴⁹ ou que associavam os judeus à “condição dos protozoários, do cupim ou da minhoca”.⁵⁰

⁴⁵ Apud PARAÍSO, Rostand. *O Recife e a 2ª Guerra Mundial*, op. cit., p. 127.

⁴⁶ MAGALHÃES, Agamenon. O que o povo queria (15.03.1942). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 381. Afirmava, ainda, que “o regime de 10 de Novembro foi instaurado precisamente para isso. Para resistir e vencer todas as crises”.

⁴⁷ Título de artigo de Agamenon Magalhães publicado na *Folha da Manhã* (08.07.1944). In: *Ibidem*, p. 405.

⁴⁸ MAGALHÃES, Agamenon. O mito racista (08.07.1944). In: *Ibidem*, p. 405. No artigo, Agamenon considera as questões cultural e social como responsáveis pela formação dos povos, critica o nazismo e afirma que “o mito racista está perdendo o seu prestígio em todas as frentes de batalha. Os seus líderes já confessam a superioridade dos aliados, cujos exércitos se compõem de todas as raças e nacionalidades”.

⁴⁹ Os insaciáveis cupins da raça amarela. *Folha da Manhã*, Recife, 26 ago. 1938. Tópicos, p. 3.

⁵⁰ CAMPELLO, José. O que não se pode perdoar. *Folha da Manhã*, Recife, 09 set. 1939, p. 3.

Em Pernambuco, no final da década de 1930 e início da de 1940, o preconceito relacionado aos grupos considerados inferiores era a linha mestra de boa parte das matérias, artigos e editoriais publicados na *Folha da Manhã*. Vários deles tratavam da questão imigratória, dos *quistos raciais*, das leis brasileiras e das ações estrangeiras através do viés racista. O “mito racista” ainda não entrara em debate a ponto de poder enfraquecer ou inviabilizar tais discursos. Para muitos, os indivíduos poderiam ser classificados em tipos...

[...] uniformes, iguais, com as mesmas linhas e as mesmas cores. E cada grupo se sente fotografado, pintado, esculpido numa só fotografia, num só retrato, numa só escultura. Todos os traidores são iguais, todos os desleais são idênticos, todos os mentirosos são os mesmos. Quando a gente vê um determinado exemplo de suíno, pode ter a certeza de que “viu” os demais exemplos dessa mesma raça de porcos...⁵¹

Em agosto de 1940, Agamenon Magalhães perguntava aos seus leitores da *Folha da Manhã* de que forma Getúlio Vargas havia salvado o Brasil do judaísmo e do marxismo.⁵² Três anos mais tarde mudaria a diretriz de seu discurso, conclamando os nordestinos a aumentarem a desconfiança em torno dos “louros” e serem vigilantes com o perigo que estava em toda parte.⁵³ Os louros em questão eram os alemães e o perigo, a espionagem em tempos de guerra.

Mas, se antes de declarar guerra ao Eixo discursos anti-semitas ou racialistas, por parte de membros do Estado Novo ou veículos de comunicação como a *Folha da Manhã*, ocorriam com frequência, não significava que existisse unanimidade quando tais assuntos eram abordados. Em Pernambuco, por exemplo, o jornal de Assis Chateaubriand,⁵⁴ o *Diário de Pernambuco*, postara-se, desde o início da Segunda Guerra Mundial, ao lado dos Aliados, e o nazismo, bem como o seu anti-semitismo, era condenado.⁵⁵ No jornal, trabalhava como

⁵¹ CAMPELLO, José. O “retrato” dos grupos. *Folha da Manhã*, Recife, 26 maio 1939, p. 3. A afirmação de José Campello refere-se às pessoas que subordinam a amizade à “preocupação do peso e da medida”, ou seja, fazem da mesma uma questão de comércio. “E de comerciantes (e muitas vezes comerciantes judeus) está cheio o mundo nas relações aparentemente afetivas e respeitáveis”. O jornalista segue falando da questionável amizade desses judeus, “que dura o tempo de uma necessidade”.

⁵² Cf. MAGALHÃES, Agamenon. Produção. *Folha da Manhã*, Recife, 29 ago. 1940, p. 3.

⁵³ Cf. Idem. Vigilância. *Folha da Manhã*, Recife, 13 ago. 1943, p. 3.

⁵⁴ Dono dos Diários Associados, Assis Chateaubriand fazia oposição ao governo através de seus jornais, tendo-se colocado a favor da reconstitucionalização do país durante o governo provisório. Contrário à candidatura de Vargas em 1936, “apóia a candidatura de Armando Sales à presidência da República e deflagra uma investida contra o Estado Novo, quando este se estabelece, em 1937”. RIOS, Maria Lêda Rivas Cerviños. *O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial*, op. cit., p. 107 e 108.

⁵⁵ Além disso, os artigos sobre os judeus, mesmo antes da guerra, diferenciavam-se bastante dos que eram publicados na *Folha da Manhã*. Ver, por exemplo, o artigo a favor do sionismo e contra o anti-semitismo publicado no *Diário de Pernambuco* em 27.03.1938 (Letras estrangeiras); ou o ‘Apoio aos judeus’ veiculado em 06.01.1943. Ver, também, a opinião de Chateaubriand sobre a imigração judaica citada no capítulo I desta tese, à p. 55. O próprio Chateaubriand, poucos dias depois de o Brasil decretar guerra ao Eixo, afirmava sobre a Alemanha hitlerista: “não fomos desafiados por uma nação da qual sempre fomos amigos, mas por um grupo

redator-diretor-chefe o jornalista Aníbal Fernandes, que, na análise de Lêda Rivas, seria um dos principais responsáveis pela postura assumida pelo *Diário* em prol dos Aliados: “A eclosão do conflito mundial será por ele seguida, como se dele participasse em campo aberto. Nos primeiros momentos da guerra, manda instalar em frente ao prédio do jornal dois grandes placards, onde todas as tardes seriam colocadas as últimas notícias chegadas através das agências estrangeiras.”⁵⁶ Muitos dos que viveram durante o Estado Novo assim observaram a imprensa em Pernambuco:

Durante o conflito mundial que se prolongou de 39 a 45 a imprensa pernambucana possuía o Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, Jornal Pequeno, Folha da Manhã e o Diário da Manhã, já no seu ocaso. Só quem tinha posição definida e intransigentemente ao lado dos Aliados era o Diário de Pernambuco. Os outros eram ‘neutros’ e o Jornal do Commercio bem mais próximo do nazi-fascismo. Aníbal não aceitava a posição dos neutros. Nem admitia que em situações como aquelas um brasileiro tivesse o direito de ficar neutro.⁵⁷

Quanto à imprensa pernambucana, era pressentido o divisor ideológico: de um lado o Diário de Pernambuco, com o anglofilismo de Assis Chateaubriand e de outro a Folha da Manhã, suposto ninho de simpatizantes da Nova Era nacionalista ao modelo ítalo-germânico.⁵⁸

Destacava-se, sobretudo, neste período o Diário de Pernambuco que era dirigido pelo jornalista Aníbal Fernandes, homem de formação francesa e que desde o início da guerra tomou partido decisivo em favor dos aliados. A Folha da Manhã, o Jornal Pequeno e o mesmo Jornal do Commercio noticiavam os acontecimentos, demonstravam simpatias mas não se envolveram tanto nos debates suscitados pela guerra, como o Diário de Pernambuco.⁵⁹

A imprensa de Pernambuco informava bastante sobre a guerra. O Jornal do Commercio, no meu entender, apresentava maior cópia de telegramas fornecidos pela Associated Press e pela Transocean, esta uma agência alemã. Para quem, como eu, embora muito novo, gostava de ler o que diziam todos os beligerantes, o Jornal do Commercio atraía mais. Nunca encontrei ali propaganda nazista, sim a versão alemã dos fatos.⁶⁰

de desalmados que, antes de trucidar os outros, assassinam os próprios irmãos, a flor da sua cidadania e da sua cultura”. CHATEAUBRIAND, Assis. O Brasil e o nazismo. *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 ago. 1942, p.1.

⁵⁶ RIOS, Maria Lêda Rivas Cerviños. *O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial*, op. cit., p. 117, grifo da autora.

⁵⁷ Entrevista de Hélio José da Rola Pinto (antigo repórter do *Diário de Pernambuco*) a Lêda Rivas. In: *Ibidem*, p. 558.

⁵⁸ Entrevista de Waldemir Miranda (médico à época da guerra) a Lêda Rivas. In: *Ibidem*, p. 571.

⁵⁹ Entrevista de Manuel Correia de Andrade (estudante de Direito à época e participante dos movimentos favoráveis aos aliados na Faculdade de Direito do Recife durante a Segunda Guerra) a Lêda Rivas. In: *Ibidem*, p. 590.

⁶⁰ Entrevista de Fernando da Cruz Gouvêa (estudante secundarista à época) a Lêda Rivas. In: *Ibidem*, p. 611.

Alguns relatos enfatizam, também, a particularidade de Pernambuco em relação ao Estado Novo — no estado o regime ditatorial teve “a sua aplicação mais rígida, mais fiel, face ao fato de o interventor, Agamenon Magalhães, ser um homem muito autoritário, forte e de formação direitista”⁶¹ —, assim como as resistências ao governo que partiam, além de órgãos como o *Diário de Pernambuco*, da Faculdade de Direito do Recife. Para Pinto Ferreira, “duas grandes instituições culturais lutaram como irmãs gêmeas na história pernambucana, a Faculdade de Direito do Recife e o Diário de Pernambuco. Ambas possuem predominantemente uma linha ideológica liberalizante, que serviu à nação como uma força libertadora e redentora”.⁶² Estudante de Direito e delegado de Polícia no período, Osvaldo da Costa Lima Filho, por sua vez, afirma que, “como aluno da Faculdade de Direito do Recife, pude constatar que entre cerca de 300 estudantes não havia sequer uma dezena de simpatizantes das potências do eixo”.⁶³

O país entrava em um conflito internacional que traria o aumento de forças contrárias ao governo Vargas, suscitando ou ampliando resistências por parte daqueles que se opunham ao regime ditatorial e defendiam o liberalismo ou a volta das instituições democráticas. A vigilância policial, bem como o controle dos meios de comunicação, restringiram os discursos e práticas oposicionistas, mas não extinguiram movimentos contrários ao regime estadonovista, que chegaria ao seu ocaso em 1945. Mas, se a entrada do Brasil ao lado dos Aliados expunha de forma mais evidente as contradições do regime, suscitando resistências a elas relacionadas, o conflito bélico que tivera início em setembro de 1939 possibilitou, também, mobilizações ou tentativas de mobilizações da sociedade por parte do Estado Novo.

3.3 Mobilização e ordem

É nas crises que as nações afirmam o seu poder de resistência, de organização, disciplina e ordem. Na paz todas as casas estão arrumadas, todos os móveis estão no seu lugar, há repouso, vida tranqüila, tão tranqüila que não sentimos a hora que passa, nem pensamos no futuro. Diria melhor: a vida é tão banal que não sentimos a vida. As nações precisam, por isso, de

⁶¹ Entrevista de Manuel Correia de Andrade a Lêda Rivas. In: RIOS, Maria Lêda Rivas Cerviños. *O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial*, op. cit., p. 589.

⁶² Entrevista de Luiz Pinto Ferreira a Lêda Rivas. In: *Ibidem*, p. 587. Como informa a autora, Pinto Ferreira foi diretor da Faculdade de Direito do Recife e da Universidade Federal de Pernambuco.

⁶³ Entrevista de Osvaldo da Costa Lima Filho a Lêda Rivas. In: *Ibidem*, p. 593. “Entre os professores”, prossegue Osvaldo Filho, “só Gondim Neto, apoiado em sua sólida cultura jurídica e Mário Pessoa se arriscavam a defender a causa da Alemanha, sob protestos gerais de professores e estudantes”. *Loc. cit.*

grandes acontecimentos e de grandes sacrifícios para sacudir as energias, para acordar os homens, para despertar iniciativas, para que todos sintam, enfim, que a vida não é sempre a mesma. O conforto, a comodidade, a vida sem sobressaltos e sem perigo, o comum, o rotineiro, são uma espécie de morfina. Tiram a consciência da vida, porque a vida é movimento, é reação, é trabalho, é peleja, é coragem, é um bem que se tem de conquistar todos os dias. Há 70 anos que a vida no Brasil é uma vida tranqüila. Há 70 anos que estamos crescendo, sem ameaças, nem perigo para a segurança nacional [...]. Só agora, com a guerra que atingiu o continente americano, estamos em perigo. Podemos ser envolvidos no conflito a qualquer momento. Mas essa ameaça não é um mal. É uma advertência. É um convite para abandonarmos as comodidades, para renunciarmos às delícias da vida tranqüila e sentir os riscos, a incerteza e a coragem de viver.⁶⁴

A convocação feita por líderes políticos à população, conclamando-a a abandonar o estado de tranqüilidade em nome da guerra e assumir os riscos de viver, ocorria em um país que não tinha o conflito bélico diretamente em seu território, diferentemente da Europa, mas que possuía um regime que pretendia mobilizar internamente: “a ideologia do Estado Novo enfatizava ideais militares, povo em marcha, disciplina, bravura e lealdade, destreza e resistência muscular, desbravamento e coragem, organização e vigilância, sacrifício e união”. Assim é que para um regime que procurava se fortalecer, “[...] a guerra — que poderia mobilizar a população e uni-la em torno das Forças Armadas e de ideais cívicos nacionalistas — era o momento oportuno para tornar todos soldados a serviço da pátria, tendo como ideais escoteiros e enfermeiras”.⁶⁵ Partindo de tal estratégia, inúmeras atitudes do Estado podiam ser justificadas e utilizadas em prol de uma movimentação de grupos sociais, reforçando o caráter de ação do regime instituído em oposição ao que seria um estado de inércia de situações anteriores ao Estado Novo. Seja no jogo diplomático, nas relações externas ou diante de atitudes que afetassem diretamente a população ou setores dela, havia, muitas vezes, o alarde que transformava o povo em guerreiro, em servidor da pátria, em soldado nacional. Mas as mobilizações pretendidas não estiveram restritas ao período de guerra. O que ela ocasionava eram oportunidades de continuar ou fortalecer um movimento iniciado anteriormente.

Com o Brasil envolvido diretamente no conflito mundial, ocorria, também, o enfraquecimento de discursos que apoiavam suas ligações com países do Eixo. Em 24 de agosto de 1942, dois dias depois, portanto, da declaração de guerra do Brasil, Mário de Andrade, em conferência

⁶⁴ MAGALHÃES, Agamenon. Coragem de viver (10.05.1942). In: *Idéias e lutas*, op. cit. p. 383-384.

⁶⁵ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, op. cit., p. 19. Como o próprio título da obra sugere, o autor trata de diversas formas de mobilização no período da Segunda Guerra Mundial pelo Estado Novo. Sua análise é centrada na cidade de São Paulo. Para o autor, “a Segunda Guerra Mundial não teve a marca de uma experiência coletiva, seja das classes médias e altas, que jamais se apropriaram de sua memória, seja dos trabalhadores e imigrantes, que foram de fato mobilizados para uma guerra e tratados como soldados do *front* interno e, no caso dos imigrantes, como inimigos da pátria. Mas a mobilização que apenas visava a um violento enquadramento segundo os ideais de ordem do Estado Novo.” *Ibidem*, p. 35.

radiofônica, lamentava a atitude do país “com tristeza e dor” diante do que acreditava ser resultado da política imperialista norte-americana, apoiada pelo ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha.⁶⁶ Andrade afirmava que, com a atitude do governo brasileiro, o país perdia sua independência política e econômica e que violara e até destruía “[...] uma era edificada durante dezenas de anos, pela velha amizade, sincera e leal, com as potências do Eixo”.⁶⁷ Afirmações como a do escritor perdiam força no *clima* de guerra que se estabelecia, pelo menos para o Estado, que, como adversário das potências do Eixo, procurava, a partir de então, ressaltar os laços de *amizade* com os Estados Unidos. Assim, se o conflito bélico era apresentado como causador de dificuldades para o Brasil, “[...] país novo, em fase de crescimento e de organização”, oferecia, por outro lado, oportunidades benéficas para o seu futuro e, entre elas, “[...] convém destacar a de maior aproximação e conhecimento entre brasileiros e americanos”.⁶⁸ Por outro lado, os países do Eixo eram apontados como nações comandadas por tiranos⁶⁹, onde havia a pretensão de submeter as demais raças e nações a um plano de colonização racista.⁷⁰

O período em que o Brasil se envolveu diretamente na Segunda Guerra Mundial é visto, por Hélio Silva, como de muita tensão, uma vez que era a primeira vez que o país se engajava em um conflito de tal proporção. Como resultado, então, deveria ocorrer a participação de todos os brasileiros:

Além da convocação dos efetivos e dos reservistas das classes armadas, cabia também uma parcela à população civil. As mulheres se organizavam em enfermeiras de guerra, fazendo cursos em vários hospitais, ou nos grupos denominados Defesa Passiva. Nas escolas primárias, as unidades de trabalho tinham por tema a guerra, o soldado, a defesa da pátria, etc. Foram organizadas as *hortas da vitória*, inculcando no espírito dos jovens o desejo de participar, de alguma forma, ajudando o abastecimento do país.⁷¹

Diante do que afirma o autor, estava presente, também, a mobilização do Estado, empreendida em diversos segmentos da sociedade. Ninguém deveria estar de fora do que era por ele

⁶⁶ “A atitude do Brasil”. Conferência radiofônica de Mário de Andrade em 24.08.1942. In: Fundação Getúlio Vargas: Coleção do Departamento de Estado – Arquivo Nacional dos Estados Unidos. Tradução: Águeda Maria de Souza e Susan Lewis. Mário de Andrade responsabilizava Aranha pela condução de tal política. Nesse sentido, observava que “a subserviência do ato material cometido pelo governo brasileiro, conduzido pelo Ministro das Relações Exteriores, sr. Oswaldo Aranha, já há anos comprado pela América do Norte, o qual, em janeiro deste ano, do dia para a noite, entregou-se completamente, de pés e mãos amarrados, às garras de Roosevelt, resultou, neste momento, na chamada declaração de guerra às potências do Eixo”. Loc. cit.

⁶⁷ *Ibidem*. Em sua opinião, era inegável a “contribuição germano-italiana para o progresso do Brasil, no seu ciclo de trabalho. Uns e outros guardam, por certo, na memória, o quanto a economia brasileira deve ao seu espírito construtivo”.

⁶⁸ MAGALHÃES, Agamenon. A senhora Roosevelt (17.03.1944). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 342.

⁶⁹ Cf. *Idem*. O direito de viver (11.08.1943). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 400.

⁷⁰ Cf. *Idem*. O Brasil (17.09.1942). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 392-393.

⁷¹ SILVA, Hélio. 1942: guerra no continente, op. cit., p. 382.

solicitado. Todos, sem exceção, tinham que responder ao seu chamado... homens, mulheres, crianças. Assim como fazia antes da guerra, o governo empreendia ações visando ampliar o poder sobre os diversos grupos sociais. A partir dela, no entanto, teria um alibi para executar muitas de suas medidas.⁷²

A guerra estava presente nos discursos dirigidos aos cidadãos, ou *soldados* do país, e era associada aos ideais do Estado Novo. Em Pernambuco, por exemplo, foi estabelecida ligação entre latifúndio improdutivo e Segunda Guerra Mundial. Acreditando que a distribuição das terras correspondia à evolução social dos países, Agamenon combatia em seu governo o latifúndio improdutivo, que, em sua opinião, seria responsável, em Pernambuco, pelo pauperismo e miséria que assolavam o campo e pelo alto custo de vida nas cidades.⁷³ Em fevereiro de 1943, vinculava a campanha que realizava contra os latifúndios improdutivos à guerra, afirmando que assim agia “[...] para tornar a nossa colaboração com as Nações Unidas, no setor econômico, cada vez mais eficiente, assegurando o nosso abastecimento e o das forças em operações, no mar, no ar, e em terra.”⁷⁴ Conclamava, ainda, os brasileiros a plantar, como “soldados da produção”, mantendo suas mãos ocupadas com a enxada ou com o fuzil.⁷⁵

Em rede nacional, os “soldados da produção” também eram convocados pelo ministro do Trabalho, Marcondes Filho, a obedecerem às novas leis trabalhistas decretadas pelo “estado de guerra”.⁷⁶ Ser, então, “soldado da produção”, significava bem mais do que um esforço em tempos de guerra. Seria, antes, “[...] o conceito chave que definia o engajamento dos trabalhadores no Estado Novo, como se uma guerra permanente estivesse a exigir permanente mobilização”.⁷⁷

Comportamentos caros ao Estado Novo, como a ordem, a vigilância e o trabalho, eram, portanto, evocados em nome da guerra.⁷⁸ A obediência era tida como necessária, bem como a

⁷² Cf. CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, op. cit., p. 18-19.

⁷³ Cf. MAGALHÃES, Agamenon. A terra (19.05.1943). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 192; e O latifúndio improdutivo (12.10.1942). In: *Ibidem*, p. 188.

⁷⁴ Idem. Almirante Ingram (23.02.1943). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 338.

⁷⁵ “Plantando, ajudaremos a vitória, como bons soldados da produção. Produção para a guerra. Todas as mãos brasileiras devem estar ocupadas. Ocupadas com a enxada ou com o fuzil”. *Ibidem*, p. 339.

⁷⁶ GOMINHO, Zélia de Oliveira. *Veneza americana x mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife*, op. cit., p. 164. Mesmo com a guerra finalizada, como mostrou Cytrynowicz, o ministro do Trabalho, em maio de 1945, evocava o conflito bélico para criticar as greves dos trabalhadores que prejudicariam o restante da população, bem como o esforço de guerra. CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, op. cit., p. 216.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 217.

⁷⁸ Falando da guerra e das manifestações de populares no país contra os ataques do Eixo, afirmou Agamenon: “o governo que tem a confiança do povo, que está com o povo e que tudo espera da sua colaboração, pede ordem, vigilância e trabalho”. MAGALHÃES, Agamenon. Ao povo (20.08.1942). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 390.

aceitação do que era imposto e a realização de sacrifícios.⁷⁹ Tudo em nome da pátria. Desta forma, “todas as horas, minutos e segundos não nos pertencem mais. São da Pátria que exige, no momento, de todos os seus filhos, decisão e grandeza”.⁸⁰ No entanto, o povo, ao mesmo tempo em que era chamado à cena política, devia permanecer, como anteriormente, sem ações politizadas. Um exemplo foram as manifestações contrárias ao Eixo quando do torpedeamento dos navios brasileiros, que teria levado à decretação de guerra do país. Sobre as manifestações populares nas ruas, opinou Agamenon Magalhães, em apoio ao que solicitava Vargas:

O povo já demonstrou confiança no presidente Vargas e fez em todo o país o mais largo e veemente protesto contra os agravos que recebemos das nações do Eixo em guerra com a América do Norte e praticamente contra todo o continente americano. O que se pede agora ao povo é calma e trabalho. Cada um no setor da sua atividade, para melhor servir aos interesses nacionais. Essa foi a palavra de ordem do chefe da Nação, falando ao povo do Palácio Guanabara.⁸¹

No mesmo dia em que se dirigia aos seus leitores abordando as manifestações acerca dos navios, o interventor recebia do ministro interino da Justiça telegrama secreto e urgente, onde afirmava que, “após os justos protestos de indignação”, o país necessitava “retornar ao ritmo intenso de trabalho, para que novos deveres, resultantes dos acontecimentos, possam ser integralmente cumpridos”. A Agamenon era, então, solicitado que fizesse “cessar realização de novos comícios”, em nome da ordem e do provável desvirtuamento das manifestações por inimigos do país “interessados em dificultar a adoção de medidas providenciais do Estado”.⁸² Era o enquadramento aos ideais estado-novistas.

O clima de guerra se criava no Recife e no restante do país. Exercícios de blecaute eram realizados pelos Serviços de Defesa Passiva Antiaérea estabelecidos por decreto-lei em fevereiro de 1942.⁸³ Mário Sette, que enxergou os acontecimentos do período da guerra em

⁷⁹ “Estamos em guerra e guerra é organização, disciplina, balanço de todos os recursos, seriação dos problemas e das necessidades mais urgentes, vigilância, planos cuidadosamente elaborados, ação imediata, todos em seus postos, comando, obediência, confiança e decisão de servir”. MAGALHÃES, Agamenon. A mobilização (20.09.1942). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 393.

⁸⁰ Idem. O momento (03.09.1942). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 391.

⁸¹ Idem. Ao povo (20.08.1942). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 390.

⁸² Telegrama de Alexandre Marcondes Filho (Rio de Janeiro) para Agamenon Magalhães (Recife) sobre manifestações contrárias a atentados de navios brasileiros, 28 de agosto de 1942. Prontuário Funcional 29.444, envelope 3 – DOPS – APEJE.

⁸³ Os Serviços de Defesa Passiva Antiaérea foram definidos pelo decreto-lei nº 4.098, em 06 de fevereiro de 1942, o qual estabelecia, entre outras atribuições, que “todos os brasileiros ou estrangeiros residentes e maiores de 16 anos poderiam ser mobilizados a serviço da Pátria por um período de no máximo dez dias úteis por ano, para as tarefas de proteção contra gases, remoção de intoxicados, enfermagem, vigilância do ar, prevenção e extinção de incêndios, limpeza pública, desinfecção, policiamento e fiscalização da execução de ordens, construção de trincheiras e abrigos de emergência”. Em setembro de 1943, passaram a ser denominados de Serviços de Defesa Civil. Cf. CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e*

Pernambuco como um tempo em que todos estavam irmanados, orgulhosos de sua gente e certos da vitória final, relembra: “vimos, então, as novidades das ‘fortalezas-voadoras’, dos carros de assalto, dos canhões-gigantes, da artilharia antiaérea, dos holofotes colossos, do *blackout*. Casas, ruas, bondes em penumbra e, às vezes, em completa escuridão”.⁸⁴ O alerta, os sentimentos patrióticos, as mobilizações da guerra estão presentes em seu relato. “Pelas nossas praias”, continua descrevendo, “grupos do exército, fortificados, vigilantes a qualquer tentativa de desembarque. No porto os vasos de guerra nacionais estavam de atalaia e no mar outros iam mandando para o fundo das águas os submarinos que se atreviam a querer torpedear ainda os nossos vapores”.⁸⁵ Em relação aos exercícios de blecaute que presenciou quando menino, afirma o historiador Boris Fausto:

Apagavam-se as luzes da rua, apagávamos as luzes de casa e, grandes e pequenos, ficávamos sentados diante do velho Pilot para ouvir as notícias. Quando o locutor discursava, cantando loas às virtudes do povo paulista que respondera aos apelos e lançara a cidade na mais completa escuridão, nos enchíamos de orgulho. Éramos parte integrante do povo paulista e contribuintes, embora em mínima escala, para o esforço de guerra. Mas o blecaute era sobretudo uma liberação do controle dos adultos e um momento festivo. Os meninos passavam alguns minutos concentrados diante do rádio e logo corriam pelos corredores e pelo grande quintal da casa que, às escuras, ganhava maiores e misteriosas dimensões. Com revólveres prateados de brinquedo entre os dedos, carregados de espoleta, atirávamos uns nos outros. [...] De repente, as luzes voltavam e o encanto se quebrava.⁸⁶

Além de serem um exercício de enfrentamento de improváveis bombardeios, os blecautes continham, na opinião de Fausto, aspectos cívicos e lúdicos.⁸⁷ Nesse sentido, também podemos pensar a questão da mulher em uma guerra distante, mas que era utilizada para requerer seu empenho e reforçar o que se esperava da *moral* feminina. Apresentada, muitas vezes, como símbolo de abnegação, de sacrifício, renúncia, a ela caberia a personificação do ser que se entrega à pátria. A guerra servia para ressaltar as características que pertenceriam, em maior parte, ao universo feminino, mais especificamente ao *papel* de mãe, mas que eram apresentadas como dever para o restante da população. E era na enfermeira que a imagem da *pátria-mãe* era representada, servindo para a mobilização ensejada pelo Estado.⁸⁸ Não por

o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial, op. cit., p. 272-273. Sobre os Serviços de Defesa Passiva Antiaérea em Pernambuco ver: Prontuário Funcional 5.251 – DOPS – APEJE.

⁸⁴ SETTE, MÁRIO. Tempo de guerra. In: *Terra pernambucana*, op. cit., p. 214.

⁸⁵ Loc. cit.

⁸⁶ Boris Fausto apud CYTRYNOWICZ, Roney. Op. cit., p. 264-265.

⁸⁷ Idem apud CYTRYNOWICZ, Roney. Op. cit., p. 264.

⁸⁸ Como afirma Cytrynowicz, “a utilização pelo governo Getúlio Vargas da enfermagem e das enfermeiras [...] constituiu peça importante da mobilização das mulheres pelo Estado Novo e, já como enfermeiras da FEB e da FAB, representou uma persuasiva imagem de mobilização civil engendrada durante a Segunda Guerra Mundial no Brasil: a imagem da pátria-mãe, que estendia os cuidados (maternos) aos soldados no *front* de

acaso, o interventor de Pernambuco tornava público o término do curso de enfermagem de Maria Tereza e Maria Letícia, suas filhas, que, a exemplo de “centenas de senhoritas e damas da sociedade pernambucana já estão também diplomadas, aguardando a hora de servir”.⁸⁹ O “dever” de cuidar dos doentes e dos soldados feridos exigiria “técnica e virtudes” e a mulher, “que tem as virtudes inatas do amor e de todos os sacrifícios”, precisava estar preparada para cumpri-lo.⁹⁰ Mais uma vez, guerra e ideais estado-novistas estavam juntos. Então, “[...] ser enfermeira é realizar, na guerra, esse grande dever. Dever histórico. Dever sagrado. Dever de duas religiões — a do Cristo e a da pátria. Dever da mulher brasileira”.⁹¹

As tentativas de mobilização da sociedade por parte do Estado Novo durante a Segunda Guerra, portanto, eram inúmeras e foram constantemente utilizadas. E, como em todo conflito bélico, os inimigos se fizeram presentes e foram importantes para fortalecer tais estratégias. Em Pernambuco, todos os brasileiros favoráveis à pátria e apontados, portanto, como *homens de bem*, deviam estar atentos, vigilantes, para identificar os inimigos que passavam a ser os “súditos do Eixo”, ou seja, alemães, italianos e japoneses. Entretanto, mais uma vez, tais ações não estavam restritas ao conflito bélico: apontar inimigos, atividades subversivas, ampliar os perigos que colocariam em risco a *segurança nacional*, possibilitava justificativas para o regime de exceção.

3.4 Seguindo os passos do Eixo

As atividades de espionagem no Brasil foram organizadas por células variadas e coordenadas pelo Abwehr, o Departamento do Exterior do Alto Comando das Forças Armadas da Alemanha.⁹² O início da preocupação com tais atividades no país ocorreu a partir de 1938, como avalia Stanley Hilton,

[...] ano em que as relações diplomáticas entre o Rio de Janeiro e Berlim quase sofreram ruptura por causa de atritos que surgiram da campanha

guerra, aos filhos da pátria. Essa imagem, construída pelo Estado Novo, pretendia instituir a vivência da guerra, no *front* interno, como uma experiência que deveria unir todos os homens e mulheres, todos os brasileiros, sem quaisquer estratificações sociais, conjugando mobilização para a guerra e adesão política ao Estado Novo”. CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*, op. cit., p. 100.

⁸⁹ MAGALHÃES, Agamenon. *Enfermeiras (20.03.1942)*. In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 418.

⁹⁰ Loc. cit..

⁹¹ Loc. cit..

⁹² Cf. HILTON, Stanley E. *Suástica sobre o Brasil: a história da espionagem alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

proselitista de agentes nazistas dentro da comunidade alemã nos Estados Unidos. A partir daquele ano, as forças de segurança interna brasileira — o Exército e a polícia federal — dariam uma alta prioridade à vigilância sobre tais agentes e seus colaboradores, interessando-se, entretanto, muito mais pelo possível impacto subversivo das atividades de elementos alemães, do que pela ajuda que estariam dando à Alemanha na contenda internacional — contenda que não parecia envolver interesses imediatos do país.⁹³

Mais tarde, o cônsul norte-americano no Brasil, Jefferson Caffery, informaria a Washington acerca da questão alemã, enfatizando a preocupação das autoridades brasileiras com o assunto: “a propaganda alemã que sempre foi intensa aqui, tornou-se muito mais ativa desde a invasão da Holanda. No momento, parece que eles estão se concentrando nos oficiais mais jovens do exército brasileiro; e os Integralistas estão levantando suas cabeças de novo”.⁹⁴ Segundo ele, havia apreensão por parte das autoridades militares referente às atividades da 5ª coluna no país.⁹⁵ Caffery falaria, também, sobre o receio do governo brasileiro, que, após a tentativa frustrada do golpe de maio de 1938, empreendido pelos integralistas,⁹⁶ temia que os mesmos, “com a liderança alemã, possam renovar suas tentativas de assumir o controle do governo e com o apoio do comando alemão eles possam facilmente conseguir”.⁹⁷ Ainda segundo o cônsul norte-americano no Brasil, haveria “entre um milhão e meio e dois milhões de descendentes de alemães neste país e de quarenta a cinquenta mil Reichs Deutsche”.⁹⁸ E a polícia já iniciara “investigações em torno de elementos germanófilos que conspiram contra o regime nacional”.⁹⁹

Com o conflito mundial, problemas externos ou pressões sobre o país advindas das forças em guerra interagem, portanto, com as questões nacionais e com desejos, visões de mundo, estratégias políticas, etc., como no caso da repressão às práticas nazistas. As medidas contrárias às atividades e organizações nazistas que agiam no país desde o início da década de 1930 tiveram, como uma das motivações, conforme relatou Caffery, a vinculação de integralistas com alemães no golpe de 1938. Para Esther Cohen, este elemento, aliado à

⁹³ Ibidem, p. 235.

⁹⁴ Cônsul norte-americano (Jefferson Caffery) para o secretário de Estado em Washington. Rio de Janeiro, 16.05.1940. FGV – Coleção do Departamento de Estado (Arquivo Nacional dos Estados Unidos). Tradução: Ágida Maria de Souza e Susan Lewis.

⁹⁵ Cf. Ibidem

⁹⁶ Com o fim dos partidos políticos decretado em dezembro de 1937 por Vargas, os integralistas reagiram e tentaram, em 11 de maio de 1938, um golpe contra o governo, invadindo o Palácio Guanabara.

⁹⁷ Jefferson Caffery para o secretário de Estado em Washington sobre “Atividades da Quinta Coluna no Brasil”. Rio de Janeiro, 12.07.1940. FGV – Coleção do Departamento de Estado (Arquivo Nacional dos Estados Unidos). Tradução: Ágida Maria de Souza e Susan Lewis.

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ “Parte” de investigador nº 84 para encarregado do Serviço de Ordem Social. Recife, 08.11.1941. Prontuário Funcional 29.240 – DOPS – APEJE.

“intensificação da pressão norte-americana e a pressão interna, movida por grande parte da imprensa nacional, considerada pró-americana”, foram motivadores das atitudes de repressão aos agentes nazistas, bem como das medidas contrárias ao isolamento cultural da comunidade germânica no sul do país. Este último ponto confrontava com o projeto homogeneizador de abasileiramento empreendido durante o Estado Novo.¹⁰⁰ Assim, como afirma Priscila Perazzo:

O imigrante, identificado como elemento estrangeiro que não pretendia “abrasileirar-se”, acabava por significar uma peça de entrave nas engrenagens do projeto nacionalista do Estado. A comunidade alemã no Brasil, tanto urbana como rural, representava justamente tal entrave. Grupo numeroso e “enclausurado”, não só insistia em preservar seus hábitos e costumes tradicionais como também mantinham organizações políticas cuja ideologia seguia as orientações diretas do governo alemão.¹⁰¹

Em 1938, como explica ainda a autora, o governo Vargas empreenderia uma política nacionalizadora que incidiria sobre os estrangeiros, especificamente a comunidade germânica no país. Entre março e maio daquele ano, seriam instituídos decretos-leis a fim de regulamentar atividades comerciais, bem como práticas políticas dos estrangeiros.¹⁰² Os decretos-leis instituídos por Vargas em 1938 referentes à política de nacionalização dos estrangeiros serviram para as questões desencadeadas com o conflito mundial, principalmente a partir do momento em que o Brasil nele embarcava. A partir de então, “muitos alemães foram presos e processados por crimes contra a segurança nacional. Os membros do Partido Nazista e propagandistas do regime de Hitler foram condenados por infringirem o decreto nº 383, de 18.04.1938 (proibição de atividades políticas para estrangeiros) e o decreto-lei nº. 431, de 18.05.1938 (definição dos crimes contra a segurança nacional e a ordem social)”.¹⁰³

O embaixador alemão Karl Ritter queixava-se do tratamento dispensado aos alemães no Brasil. Segundo ele, “é difícil perceber-se que o Governo brasileiro tem levado a efeito nos últimos meses uma campanha contra todos os elementos alemães no Brasil — contra os nacionais alemães e suas organizações, assim como contra os alemães de cidadania brasileira”.¹⁰⁴ Ritter se referia, sobretudo,

¹⁰⁰ Cf. COHEN, Esther. *O Governo Federal e o Partido Nazista no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1988. p. 11, 74-75.

¹⁰¹ PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*, op. cit., p. 43.

¹⁰² Cf. Ibidem, p. 44. Sobre os decretos em questão, ver p. 44-46.

¹⁰³ PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*, op. cit., p. 47.

¹⁰⁴ Do Embaixador no Brasil para o Ministro do Exterior. (Confidencial), Relatório Político. Rio de Janeiro, 30.03.1938. In: *O III Reich e o Brasil*, op. cit., v. 1, p. 27-28.

[...] ao fato de que o próprio Governo Federal e vários governos estaduais, não só permitem que uma campanha seja feita contra a NSDAP, ou contra membros individuais do Partido, escolas alemãs, etc., mas até a aprovam. De minhas muitas conversações com o Presidente, com Ministros envolvidos no assunto, com militares e chefes de polícia, cheguei agora à conclusão de que essas coisas não estão acontecendo acidentalmente ou mais ou menos por causa da inépcia do Governo ou da Administração. Mais do que isso, a questão alemã é assunto de discussões constantes e exaustivas do Presidente com os seus Ministros entre si ou com os principais interventores, generais e secretários estaduais dos três Estados sulinos.¹⁰⁵

Em Recife, os alemães também sofreriam restrições quanto às suas atividades e estariam sob vigilância policial ainda na década de 1930, tendo que comunicar à DOPS ou receber autorização para qualquer tipo de evento que tencionassem promover.¹⁰⁶ Assim é que, em abril de 1939, o ministro da Justiça Francisco Campos avisava a Agamenon Magalhães que eles estariam autorizados a comemorar os dias 20 de abril (aniversário de Hitler) e 1º de maio, com prévia autorização policial.¹⁰⁷

Na cidade, a comunidade germânica se reunia no Clube Alemão, à rua Conde de Irajá, realizando atividades diversas. Uma programação em dias de festividades de datas nacionais, como em 1º de maio, podia ocorrer da seguinte forma:

- 16.00 horas - Início da festa
- 16.15 horas - Chá e divertimento para as crianças
- 19.00 horas - Jantar
- 20.15 horas - Retransmissão do discurso do Führer
- 21.00 horas - Danças.¹⁰⁸

Discursos de Hitler eram ouvidos em conjunto pela rádio no Clube Alemão¹⁰⁹ e comemorações do aniversário do Führer realizadas pela comunidade germânica local.¹¹⁰ Antes mesmo da

¹⁰⁵ Do Embaixador no Brasil para o Ministro do Exterior. (Confidencial), Relatório Político. Rio de Janeiro, 30.03.1938. In: *O III Reich e o Brasil*, op. cit., v. 1, p. 27-28. .

¹⁰⁶ Assim, por exemplo, é que o Clube Alemão comunicava a Fábio Correia acerca do intuito de festejar o aniversário do cônsul alemão do Recife, Carlos Von den Steinen. Secretário do Clube Alemão para delegado das DOPS (Fábio Correia). Recife, 04.10.1942.

¹⁰⁷ Cf. Telegrama do Ministro da Justiça Francisco Campos (Rio de Janeiro) para Interventor Federal Agamenon Magalhães (Recife). Rio de Janeiro, 10.04.1939. Fonte: Prontuário Funcional 29.444, envelope 5 – APEJE – PE. A autorização baseava-se no próprio decreto-lei nº 383, que em seu artigo 3º autorizava os alemães a comemorem datas nacionais.

¹⁰⁸ Um exemplo foi quando os alemães se reuniram para comemorar o oitavo aniversário do Governo de Hitler no Clube Alemão em janeiro de 1941. Entre os presentes estavam o cônsul alemão e seu filho. Relatório de 30.01.1941 no Clube Alemão. Fonte: Prontuário Funcional 29.094 – APEJE – PE.

¹⁰⁹ Cf. *Ibidem*.

¹¹⁰ Com o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os países do Eixo, o Clube Alemão de Pernambuco, bem como a Escola Alemã, a Sociedade Beneficente Alemã e a Casa de Itália seriam fechados em 30 de janeiro de 1942 por determinação da DOPS. Ofício nº. 855 enviado pelo delegado da DOPS (Fábio

guerra, a polícia já exercia uma vigilância sobre os alemães através de investigações que ocorriam, segundo afirmava, “sobre a ação de elementos estrangeiros aqui domiciliados, que há tempo vêm desenvolvendo franca atividade na propaganda do NAZISMO e FASCISMO neste Estado, mantendo de certo modo patrocínio especial ao ex-partido INTEGRALISMO DO BRASIL, tornando-se mesmo um grupo de perigosos espões em nosso meio”.¹¹¹ Nessas diligências, o investigador da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) informava, em maio de 1938, ao delegado do órgão, Edson Moury Fernandes, sobre o funcionamento do Partido Nazista em Recife há cerca de dois anos.¹¹² Recebendo “orientações mensais da Alemanha por intermédio do CÔNSUL ALEMÃO neste Estado”, o partido (“a filial”) já havia organizado “duas sub-filiais” e estas funcionariam no município pernambucano de Paulista e no município paraibano de Rio Tinto, os dois núcleos fabris pertencentes à Companhia de Tecidos Paulista (CTP), dos industriais da família Lundgren.¹¹³ Ainda segundo o investigador, em Recife, o alemão Erwin Kalk era o chefe principal do Partido Nazista, enquanto em Paulista o funcionário da CTP Arnold Smith era quem orientava a “sub-filial”.¹¹⁴ Alguns anos depois, era publicada a seguinte notícia sobre as atividades políticas, em Pernambuco, dos estrangeiros pertencentes aos países do Eixo:

As atividades dos alemães, italianos e japoneses em Pernambuco estão restritas à capital. Aqui é onde se acham os escritórios e casas comerciais para vendagem de maquinismos, pouco existindo de japoneses. Em Paulista, município situado há poucos quilômetros de Recife, há a maior concentração de alemães que se congregam na Fábrica de Tecidos Paulista. São 49 os

Correia) para gerente do Banco do Brasil. Recife, 03.11.1944. Prontuário Funcional 29.653, env. 8 – DOPS – APEJE.

¹¹¹ Relatório de Informações da DOPS, Recife, 30.05.1938. Prontuário Individual 11.368 – APEJE – PE.

¹¹² Cf. *ibidem*. Por informações divulgadas posteriormente na imprensa, o Partido Nazista fora fundado no estado há mais tempo, ou seja, desde 1933, tendo sido fechado em 1938 em decorrência da extinção dos partidos políticos pelo governo de Vargas. Além disso, a matéria afirma que a sede funcionava em Paulista. Cf. O nazismo em Pernambuco. *Vanguarda*. Recife, 24 mar. 1942. Prontuário Funcional 30.311, env. 4 – DOPS – APEJE.

¹¹³ Cf. Relatório de Informações da DOPS, Recife, 30.05.1938. Prontuário Individual 11.368 – APEJE – PE.

¹¹⁴ Cf. *ibidem*. As reuniões em Paulista ocorriam, segundo o investigador, no Clube Alemão daquele município ou no “GREMIO CONHECIDO POR CASA KAKI”. Porém, por ordens de Arthur Lundgren, tais reuniões haviam sido proibidas de se realizarem naqueles locais e passaram, então, a ser feitas na residência de Smith. Era ele que, depois das decisões tomadas em Paulista, seguia para Recife e comunicava “todo o resultado ao GERENTE DA FIRMA HERMAN STOLTZ, recebendo deste novas instruções. As informações citadas são encaminhadas então para o CONSULADO ALEMÃO e ali entregues ao CHEFE GERAL ERWING [sic] KALK.” Da organização, não apenas tinham conhecimento como participariam, pelos relatos do investigador, os irmãos Arthur e Frederico Lundgren, que “conhecem toda a sua ação e tem o seu compromisso financeiro com a mesma.” Assim como os irmãos Lundgren, vários trabalhadores alemães de suas fábricas ou que já haviam trabalhado nas mesmas estavam sob suspeita da polícia. O assunto referente aos Lundgren será tratado, especificamente, no capítulo 4 deste trabalho.

súditos alemães que ali trabalham para um grupo de operários brasileiros que soma quase dez mil.¹¹⁵

Vários fatores tornaram possível a disseminação dos ideais nacional-socialistas entre a comunidade germânica no Brasil, tais como “as fortes ligações emocionais, culturais, políticas e econômicas com a Alemanha”.¹¹⁶ Houve, no caso da propagação de tais ideais, uma utilização, inclusive, dos quadros diplomáticos alemães. Recife é um exemplo de como as atividades coordenadas pelo Reich se estabeleceram no país. Membros ligados à diplomacia alemã desta região participavam ativamente da propaganda e espionagem nazistas. Era o caso do filho do cônsul alemão em Recife, Karl-Heinz, segundo a polícia de Pernambuco, que mantinha constante vigilância sobre seus passos. A Delegacia de Ordem Política e Social também tinha conhecimento de que o Consulado Alemão realizava propaganda de guerra, distribuindo material para endereços localizados em vários municípios e cidades pernambucanas, como Aliança, Bom Conselho, Caruaru, Custódia, Floresta, Garanhuns..., além dos estados de Alagoas, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.¹¹⁷ Investigadores forneciam os relatórios e iam tentando desvendar os meandros das atividades nazistas em território brasileiro, a exemplo do que fazia um dos membros alemães:

O nosso imenso desejo de Alemães nos países estrangeiros é de ajudar a nossa Terra Mãe, na sua luta, com todos os nossos esforços possíveis. E é assim que concentramos as nossas atenções para o ponto mais importante do assunto: Influenciar a Imprensa e a Propaganda. O Consulado Alemão em Pernambuco está muito nos ajudando ao pessoal, naquele sentido. Está se ocupando em fazer forte propaganda, ajudada pela colônia alemã.¹¹⁸

Os investigadores policiais estabeleciam ligações com propagandistas e espões nazistas para desvendar suas atuações, ao mesmo tempo em que reprimiam suas atividades: ocultando sua função por vezes, muitos destes investigadores se faziam passar por homens *comuns*, a fim de obter informações que considerassem importantes. Os relatos que forneciam decorrentes de suas investigações podiam, inclusive, vir de locais ou de pessoas que não teriam, a princípio, qualquer vinculação com esse tipo de atividade. O suspeito estava em toda parte:

¹¹⁵ O nazismo em Pernambuco. *Vanguarda*. Recife, 24 mar. 1942. Prontuário Funcional 30.311, env. 4 – DOPS – APEJE. Pelos números divulgados na matéria, existiam, em Pernambuco, aproximadamente três milhões de habitantes e, destes, 571 eram alemães, 320 seriam italianos e apenas 13 eram japoneses.

¹¹⁶ COHEN, Esther. *O Governo Federal e o Partido Nazista no Brasil*, op. cit., p. 7.

¹¹⁷ “Endereços de Pessoas que o Consulado Alemão Envia Propaganda de Guerra.” Prontuário Funcional 27.707 – DOPS – APEJE.

¹¹⁸ “Carta nº 4. Ao Ministério da Propaganda de Berlim – Propaganda do Brasil, em Pernambuco”. Recife, 24.10.1940. Prontuário Funcional 29.094 – DOPS – APEJE.



Fig. 4 - Partido Nazista em Pernambuco

Fonte: Prontuário Funcional 29.238 – DOPS-APEJE



Fig. 5 - Partido Nazista em Pernambuco

Fonte: Prontuário Funcional 29.238 – DOPS-APEJE

No dia 21 do corrente (domingo) fui ao cinema a noite, tinha um cidadão perto de mim, a direita e outro da esquerda, o da direita falou da guerra e foi a favor da Inglaterra, e eu fui contra e a favor da Alemanha, bem quando terminou a minha palestra com o cidadão da direita, passando algum tempo o cidadão da esquerda (alto e magro) falou da grandeza da Alemanha, eu comecei [sic] a engrandecer a Alemanha e o dito cidadão disse-me que o Consulado Alemão tinha muitos livros interessantes sobre a Inglaterra, na 2 feira, às 9,30 minutos da manhã, fui ao Consulado e de fato o Cônsul me recebeu muito bem e entrei no assunto, terminou dando-me um livro intitulado Palestina e o problema Árabe e disse-me que quando eu quisesse algo fosse falar com ele.¹¹⁹

Os informes eram constantes, demonstrando a preocupação com o caráter subversivo à ordem pretendida pelo Estado Novo que grupos ligados ao Eixo podiam apresentar.¹²⁰ Em outubro de 1941, um dos investigadores encarregado de realizar observações em torno de “Nazi-Integralistas” no interior de Pernambuco, principalmente nas cidades de Caruaru e Bezerros, relatava ter sido procurado por um informante residente em Caruaru. Este lhe entregara uma página do jornal *Meio Dia*, do Rio de Janeiro, que trazia o discurso de Hitler intitulado ‘O histórico discurso de Adolf Hitler’ e, em seu verso, ‘As armas com que a Grande Alemanha está construindo a maior vitória de todos os tempos’. A página havia sido retirada de um pacote contendo aproximadamente cem folhas endereçado a um agente nazi-integralista que residia em Caruaru, Belizio Cordula, que recebia, semanalmente, “grande quantidade de material de propaganda”.¹²¹ A distribuição da propaganda ultrapassava os limites da cidade de Caruaru:

O Dr. Antonio Salles, residente em Bezerros, recebeu também um pacote contendo nada menos de (100) cem páginas do referido jornal, e com os mesmos dizeres, todo esse material é geralmente entregue pelo empregado da “Sopa” de propriedade do sr. Alfredo Verissimo da Silva, que possui três sopas que fazem a linha Recife à Caruaru; e cujo material é entregue nas sopas por um garoto que habitualmente viaja em bicicleta até o ponto dos mesmos, no Cais de Sta. Rita. Informo ainda com segurança, que esta semana seguia para as cidades de Nazaré, Rio Branco e Pesqueira, as mesmas quantidades de jornais, cujos recebedores não me foi possível identificá-los. Junto a esta página do jornal de que me refiro, para melhor esclarecimento de minhas informações.¹²²

¹¹⁹ Informante para Delegado de Ordem Política e Social. Recife, 24.04.1940. Prontuário Funcional 29.444, envelope 5 – DOPS – APEJE. Grifo do autor.

¹²⁰ Segundo investigador da DOPS, até final de 1940 apenas a espionagem alemã agia diretamente no estado, ficando as demais em caráter apenas de observação. No ano seguinte, entretanto, estariam os ingleses e norte-americanos “agindo no mesmo terreno como método de preparação e combate”. Relatório em caráter de “serviço reservado” de investigador para secretário de Segurança Pública de Pernambuco, Etelvino Lins. Recife, 13.06.1941, p. 1-3. Prontuário Funcional 27.524 – DOPS – APEJE.

¹²¹ Transcrição de “Parte” de investigador para a Delegacia de Ordem Política e Social. Recife, 23.10.1941. Prontuário Funcional 29.444, envelope 5 – DOPS – APEJE.

¹²² *Ibidem*.

Os atos de espionagem e propaganda a favor do Eixo iam sendo cada vez mais observados pela polícia em Pernambuco e os informes sobre o assunto apontavam para o perigo que a vitória alemã acarretaria para o Brasil.¹²³ Eram feitos prontuários policiais de inúmeros suspeitos e presos os acusados de estarem envolvidos nos serviços de propaganda política e espionagem no país. Em Pernambuco, a Secretaria de Segurança Pública pedia, no ano de 1940, orientações da capital federal para agir diante da propaganda que realizava o Consulado Alemão e na qual estariam “interessados grandemente integralistas”.¹²⁴ A resposta do Distrito Federal versava sobre a segurança nacional, informando ser permitida propaganda tanto alemã como inglesa, ou de qualquer outro país, conquanto não atentasse “contra nossas instituições ou integridade nacional”.¹²⁵ Seria esta a orientação do governo até aquele momento. No ano seguinte, em dezembro de 1941, o ministro da Justiça, Vasco Leitão da Cunha, em nome do governo federal, solicitava ao interventor em Pernambuco a observação de pessoas de nacionalidades em guerra com os Estados Unidos, como alemães, italianos e japoneses.¹²⁶

A polícia, assim, se mobilizava e seguia os passos de vários suspeitos de espionagem no estado. Vigia padres alemães, companhias aéreas — como as italianas Ala-Litoria e Lati (Linhas Aéreas Transcontinentais Italianas) —, consulados, populares nas ruas, funcionários de empresas, etc. Em julho de 1940, por exemplo, um informante esteve no Seminário Maior da Ordem da Sagrada Família, no Barro, que ordenava “padres para servirem no Brasil e em outros países americanos, na impossibilidade de tais padres virem da Europa, especialmente, devido a guerra atual”. Ele concluía que a organização não exercia “função política ou ideológica entre nós”.¹²⁷ Em maio de 1942, a DOPS mandava apurar o fato de que, diariamente, no Convento da Sagrada Família do Barro, aproximadamente às cinco horas da manhã,

¹²³ Ainda em 1941, um informante observava, em relação às atividades nazistas relacionadas à guerra, que “não é para se desprezar uma vigilância em torno dos seus componentes, especialmente no Consulado Alemão, tanto mais quanto existe entre os ‘totalitários’ nazismo, fascismo e integralismo um ‘consórcio’ visando uma forte organização contra o atual regime, e, ao que se pode presumir, entrará em atividade logo que possa admitir a vitória da Alemanha” “Parte nº 2” de informante para o delegado de Ordem Política e Social de Pernambuco. Recife, 02.10.1941. Prontuário Funcional 29.444, envelope 5 – DOPS – APEJE.

¹²⁴ Radiograma do secretário de Segurança Pública de Pernambuco, Etelvino Lins, para delegado Especial de Ordem Política e Social no Rio de Janeiro, capitão Batista Teixeira. Recife, 19.07.1940. Prontuário Funcional 29.653, envelope 6 – DOPS – APEJE.

¹²⁵ Radiograma do delegado Especial de Ordem Política e Social no Rio de Janeiro, capitão Batista Teixeira, para secretário de Segurança Pública de Pernambuco, Etelvino Lins. Rio de Janeiro, 20.07.1940. Prontuário Funcional 29.653, envelope 6 – DOPS – APEJE.

¹²⁶ Cf. Telegrama de Vasco Leitão da Cunha (Rio de Janeiro) para Agamenon Magalhães (Recife) sobre vigilância de alemães, japoneses e italianos. 12 de dezembro de 1941, AGM 41.12.12/1, CPDOC-RJ.

¹²⁷ “Parte nº 11” para delegado de Ordem Política e Social. Recife, 22 de julho de 1940. Prontuário Funcional 29.444, envelope 5 – DOPS – APEJE.



Fig. 6 - Jornal utilizado para propaganda nazista
Discurso de Hitler de 04 out. 1941

Fonte: Prontuário Funcional 29.444 (Mapoteca 1/gaveta B) – DOPS-APEJE

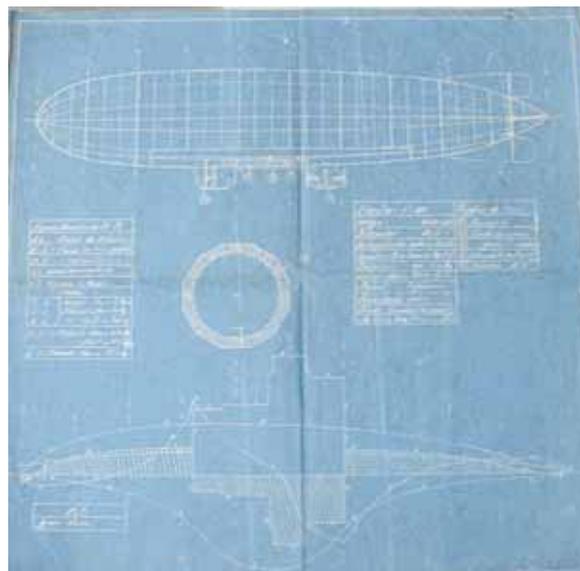


Fig. 7 - "Planta de Zepelin e submarino"

Fonte: Prontuário Funcional 8.959 (Mapoteca 1 – gaveta 8)
1932-1933 – DOPS-APEJE

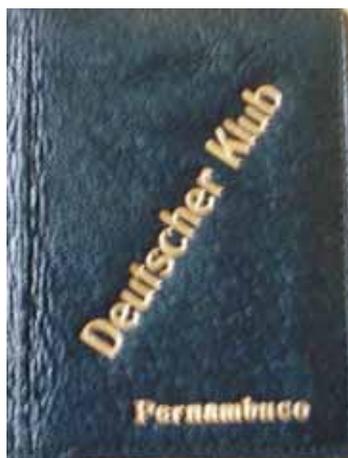


Fig. 8 - "Carteira do Club"

Fonte: Prontuário Funcional 29.094
DOPS-APEJE

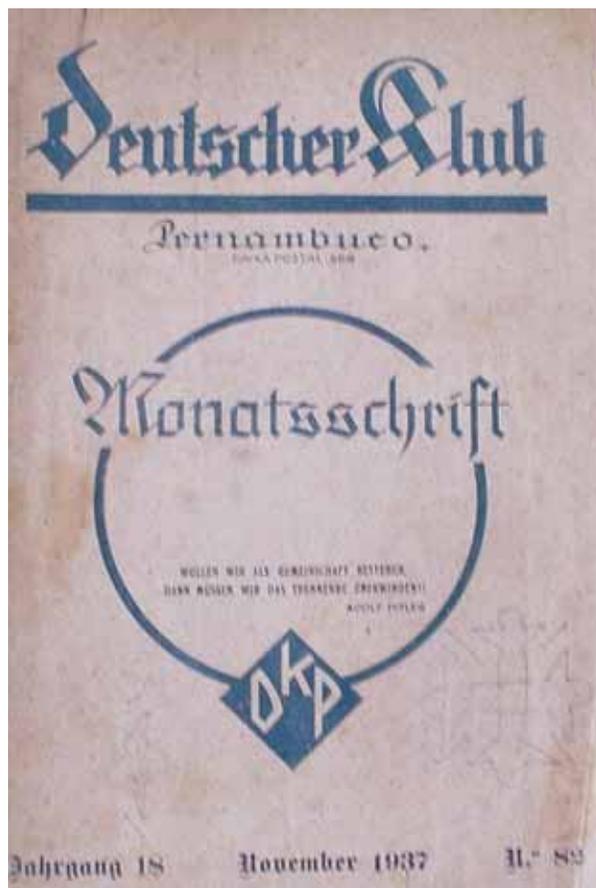


Fig. 9 - "Revista do Club Alemão"

Fonte: Prontuário Funcional 29.094 – DOPS-APEJE

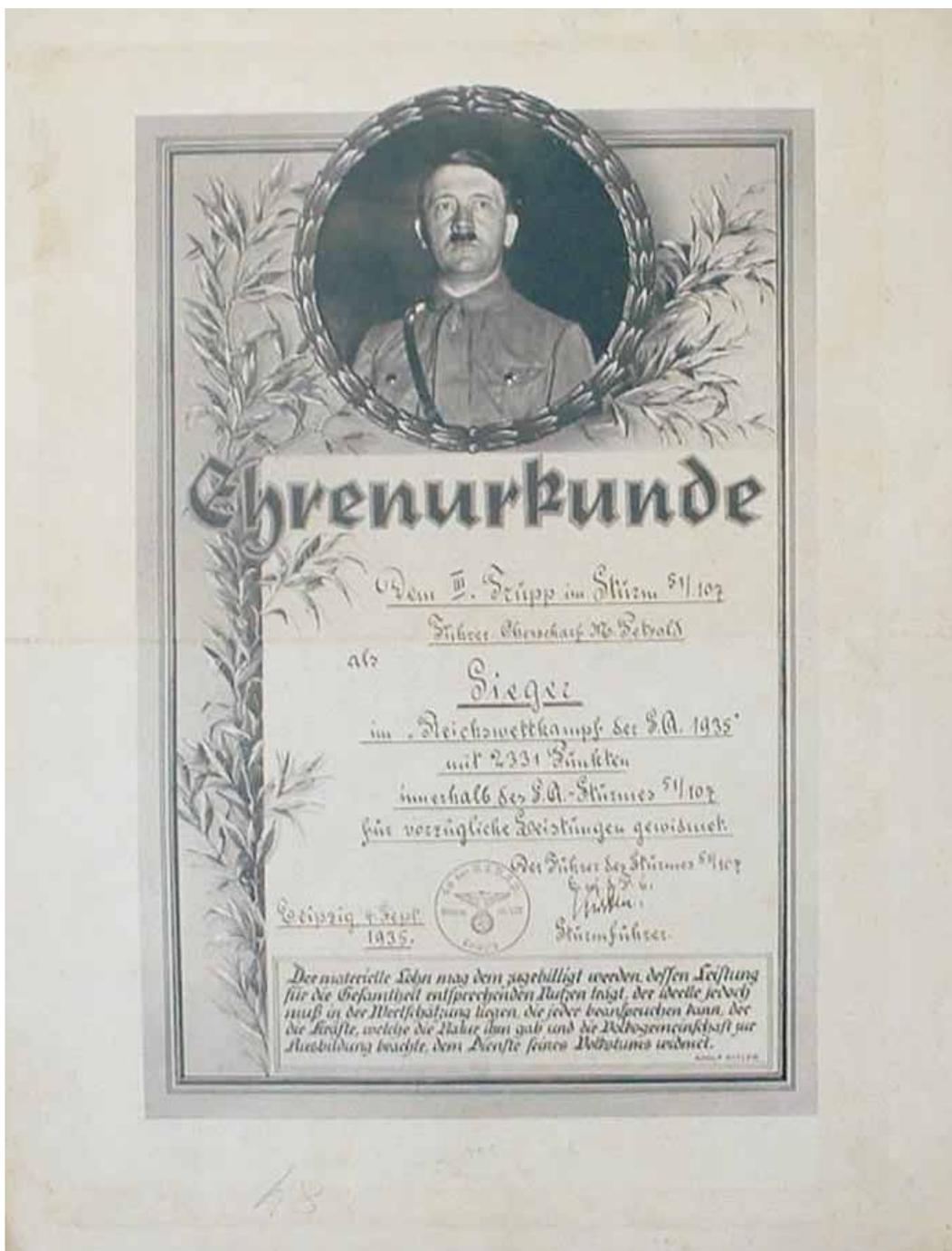


Fig. 10 - Documento de filiação do Partido Nacional Socialista

deixam o edifício principal do recolhimento e se dirigem até uma dependência situada ao lado esquerdo da capela, 10 a 12 pessoas vestidas com hábitos sacerdotais. Parecem pessoas dos dois sexos. Uma delas, geralmente parecendo uma freira, muito embora apresente tipo masculino, de andar firme e passos largos, carrega sempre u'a maleta que pode ser um rádio portátil. Alguém observa diariamente o fato, de uma habitação muito próxima.¹²⁸

Concorrendo para a espionagem do Eixo estariam, também, os aviões da Ala-Litoria — ajudando nas comunicações de espionagem entre o Brasil e a Europa (“correspondência secreta, transporte de propaganda especial, localização de vapores e outras informações, serviço que é feito por intermédio dos seus pilotos que são todos oficiais italianos”)¹²⁹ — e a Lati, que seria a responsável pela comunicação dos países totalitários com as repúblicas da América do sul.¹³⁰ Em Recife, tais atividades ocorriam no aeroporto do Ibura:

Foi preponderante a ação da LATI nas comunicações do EIXO com os agentes secretos espalhados por toda a América do Sul. À polícia de Pernambuco não passou, entretanto, despercebida, essa pernicioso atividade. Em contato diário com o aeroporto do Ibura, onde pousavam as aeronaves da empresa, que apenas tinha de comercial o título, mas que, na verdade, outra coisa não era senão uma companhia subvencionada pelos capitais do EIXO para a espionagem, pôde a vigilância policial pernambucana sentir a passagem de dezenas e dezenas de emissários secretos do EIXO, indo e voltando da Europa como elementos de ligação de uma rede ampla e bem organizada de agentes secretos a serviço dos totalitários.¹³¹

Uma série de situações relacionada aos tempos de guerra fazia a polícia de Pernambuco se movimentar e estabelecer ligações com diferentes instâncias governamentais, seja na capital ou em outras localidades, como no caso dos cigarros da marca “Nacionais”, confeccionados pela Fábrica Lafaiete. Os cigarros, “vendidos em todos os pontos da cidade”, estavam “despertando a curiosidade pública” uma vez que a junção de quatro de suas carteiras formava a cruz suástica,

¹²⁸ “Informações para a D.O.P.S. apurar”. Recife, 20.05.1942. Prontuário Funcional 29.444, envelope 5 – DOPS – APEJE. A partir de janeiro de 1941, o Brasil modificava as regras gerais referentes à neutralidade e restringia a atuação dos cidadãos pertencentes aos países em guerra. Foi-lhes proibido “[...] a instalação ou manutenção de estações radiotelegráficas e a exportação de todo material bélico de qualquer país”. SILVA, Hélio. *1942: guerra no continente*, op. cit., p. 120.

¹²⁹ Investigador para secretário de Segurança Pública de Pernambuco (“Serviço Reservado”). Recife, 18 de agosto de 1941. Prontuário Funcional 1.626 – DOPS – APEJE.

¹³⁰ “A Lati como grande elemento de ligação entre o Eixo e as repúblicas da América do Sul” (documento da Inspetoria de Polícia Marítima e Aérea de Pernambuco). Recife, 26.06.1942. Prontuário Funcional 1.626 – DOPS – APEJE. Ricardo Seitenfus explica que tanto a Itália quanto a Alemanha possuíam uma posição bastante singular nas comunicações da América do Sul. Ambos os países cobriam o seu conjunto de escalas através da Lufthansa (companhia alemã) e da Lati (italiana) e possuíam, além disso, filiais em diferentes países da região. Apenas em julho de 1940 é que as autoridades brasileiras dariam atenção às atividades de tais companhias, depois do alerta dado pelo Departamento de Estado norte-americano ao governo brasileiro. SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil e a formação dos blocos*, op. cit., p. 342 e 343.

¹³¹ “A Lati como grande elemento de ligação entre o Eixo e as repúblicas da América do Sul” (documento da Inspetoria de Polícia Marítima e Aérea de Pernambuco). Recife, 26.06.1942. Prontuário Funcional 1.626 – DOPS – APEJE.

símbolo do Partido Nazista, veiculada com as cores da bandeira do Brasil.¹³² A possibilidade do fato em questão poder caracterizar “sutil propaganda em favor de uma nação beligerante”,¹³³ resultou em deliberações visando à apreensão das carteiras de cigarros *nacionais*, bem como na realização de inquérito sobre o assunto. Em 22 de setembro de 1941, eram contabilizadas as apreensões feitas por diferentes distritos policiais, perfazendo um total de “648 carteiras e 55 cigarros, ou SEJA: 13.015 cigarros”.¹³⁴ Nomes de pessoas e estabelecimentos de venda, com seus respectivos endereços, foram informados pelos investigadores e os autos do inquérito trouxeram como culpado um funcionário da Fábrica Lafaiete, o alemão Evaldo Stalleiken.¹³⁵ A situação mobilizou, também, outras localidades, como no caso do município pernambucano de Bezerros e da capital do Rio Grande do Norte, Natal.¹³⁶ O delegado da Delegacia de Ordem Política e Social, Fábio Correia, remeteu o inquérito contra Stalleiken à Secretaria de Segurança Pública, recomendando que os seus autos fossem enviados ao Tribunal de Segurança Nacional.¹³⁷

Concomitantemente aos trabalhos de investigação e repressão em torno dos “súditos do Eixo”, os jornais divulgavam notícias sobre as atividades de espionagem no estado e no restante do país. As matérias se estenderiam até depois de terminada a guerra e as manchetes chamavam a atenção para informações que abordavam desde a ação dos espões e dos órgãos de repressão até aspectos amorosos dos agentes nazistas. Nos anos 1940, jornais na capital de Pernambuco informavam que a rede de espionagem havia sido descoberta no Brasil; que o nazismo atuava naquele estado e que a polícia desarticulava a rede de espionagem nele montada; que ocorrera a prisão do chefe do nazismo na Paraíba; que duzentos “súditos do Eixo” foram presos no carnaval; que espões eram julgados; que um deles estava apaixonado por uma brasileira; que havia, no país, cerca de dois mil nazistas...¹³⁸ O tema era abordado com detalhes em outros estados.

¹³² Cf. Portaria nº. 43 da Delegacia de Ordem Política e Social. Recife, 12.09.1941. Prontuário Funcional 5.585 – DOPS – APEJE.

¹³³ Ibidem.

¹³⁴ Relação dos Cigarros Nacionais encaminhados à Delegacia de Ordem Política e Social. Recife, 22.09.1941. Prontuário Funcional 5.585 – DOPS – APEJE.

¹³⁵ Cf. Delegado do DOPS para Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco sobre inquérito do alemão Evaldo Stalleiken e o caso dos Cigarros Nacionais. Recife, 12.11.1941. Prontuário Funcional 5.585 – DOPS – APEJE.

¹³⁶ Cf. Ofício nº 166 da Delegacia de Polícia do Município de Bezerros para Secretário de Segurança Pública. Bezerros, 16.09.1941; e Telegrama de Natal para Secretário de Segurança Pública. Natal, 18.09.1941. Prontuário Funcional 5.585 – DOPS – APEJE.

¹³⁷ Cf. Delegado do DOPS para secretário de Segurança Pública sobre envio de inquérito ao Tribunal de Segurança Nacional. Recife, 13.11.1941. Prontuário Funcional 5.585 – DOPS – APEJE.

¹³⁸ Sobre tais assuntos ver as seguintes matérias: Rede de espionagem descoberta no Brasil. *Folha da Manhã*, Recife, 07 fev. 1942; O nazismo em Pernambuco. *Vanguarda*, Recife, 24 mar. 1942; A prisão do chefe do nazismo na Paraíba. *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 mar. 1942; Desarticulação da espionagem nazista em Pernambuco. *Folha da Manhã*, Recife, 28 jun. 1942; Presos, durante o carnaval, 200 súditos do Eixo. *Folha da Manhã*, Recife, 12 mar. 1943; Julgamento de um processo de espionagem. *Jornal do Comércio*, Recife, 02 out. 1943; O espião estava apaixonado por uma brasileira. *Diário de Pernambuco*, Recife, 09 nov. 1943; 2 mil nazistas alemães no Brasil. *Diário de Pernambuco*, Recife, 30 ago. 1946. Estas e outras matérias abordando a mesma temática encontram-se no Prontuário Funcional 30.311 – DOPS – APEJE.

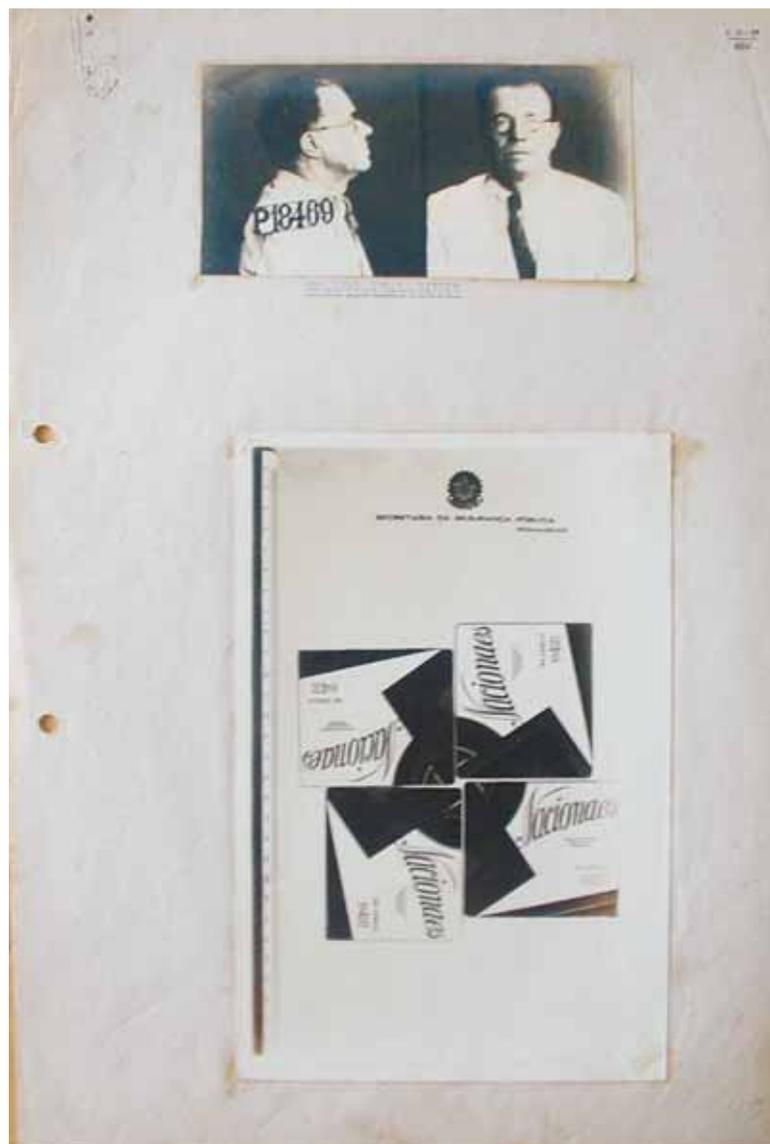


Fig. 11 - Alemão Evaldo Stalleiken, acusado de confeccionar suásticas nas carteiras dos Cigarros Nacionais

Fonte: Prontuário Funcional 29.653, envelope 2 – DOPS-APEJE



Fig. 12 - "Propaganda de Cigarros Nacionais"

Fonte: Prontuário Funcional 5.585 – DOPS-APEJE



Fig. 13 - Carteira dos Cigarros Nacionais

Fonte: Prontuário Funcional 5.585 – DOPS-APEJE



Fig. 14 - Suástica formada pelas 4 carteiras dos Cigarros Nacionais

Fonte: Prontuário Funcional 5.585 – DOPS-APEJE

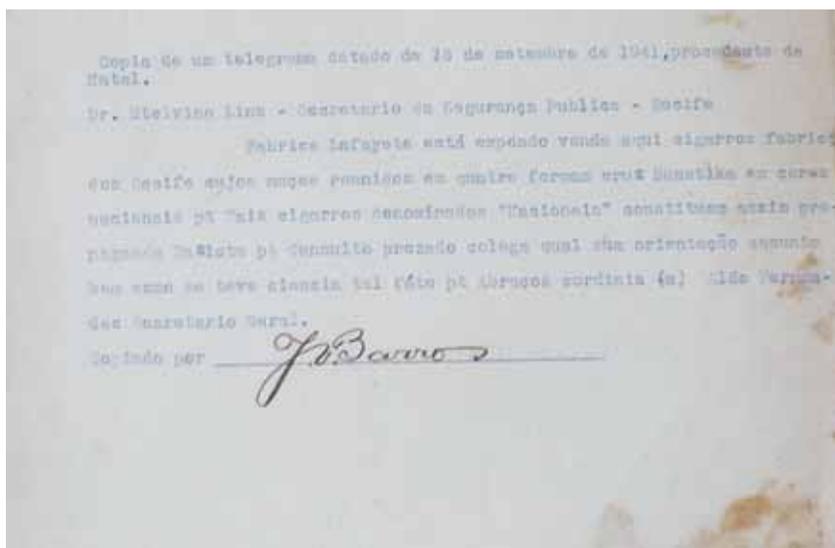


Fig. 14 - Telegrama (Natal) para secretário de Segurança Pública (Recife) sobre os Cigarros Nacionais, 18 set. 1941

Fonte: Prontuário Funcional 5.585 – DOPS-APEJE

Do Rio de Janeiro, eram divulgadas pela Agência Nacional, por exemplo, as seguintes notícias:

Os vespertinos publicaram, hoje, na última edição, os resultados das diligências efetuadas pela polícia carioca contra as atividades da quinta coluna. Foram apreendidas quatro poderosas estações transmissoras clandestinas, em torno das quais as autoridades vinham mantendo constante vigilância. Em 1939, a polícia começou a organizar um arquivo de fichas para futuras diligências contra a espionagem. As estações apreendidas transmitiam para a Alemanha notícias e informações em códigos. A primeira estação foi localizada em poder de Friederich Kempter, instalada, a princípio na ladeira da Glória e, posteriormente, transferida para a rua Candido Mendes, 272. Mantendo Kempter sob vigilância, a polícia, em colaboração com as autoridades paulistas, conseguiu prender Niels Cristien, um dos maiores técnicos de rádio, que agia audaciosamente no Brasil. [...].¹³⁹

Detidos os principais agentes alemães que se movimentavam nesta capital e apreendido todo material pelos mesmos utilizado, a polícia, ao tempo em que intensifica sua fiscalização em torno de estrangeiros nocivos, em liberdade, continua apurando, convenientemente, a amplitude e a importância da ação desenvolvida por aqueles elementos. [...] Frederico Kempter ao lado de Niels Cristiansen era, como já foi revelado um dos mais espertos e hábeis agentes secretos da Alemanha, mostrando-se incansável em sua tarefa de informar, diretamente, ao Estado-Maior das forças germânicas. Residindo no Rio de Janeiro ele procurava orientar, sem deslizes as autoridades militares facilitando assim a ação dos submarinos de sua pátria. Para executar bem esse serviço, Kempter possuía, como era necessário, numerosos auxiliares diretos, os quais trabalhavam, incognitamente [sic], em diferentes pontos do território nacional.¹⁴⁰

No jornal *O Radical*, o sociólogo Gilberto Freyre criticava o nazismo e chamava a atenção para os que praticavam, dissimuladamente, “atividades antibrasileiras”, uma vez que “ninguém supunha que o maior perigo está naqueles estrangeiros que, sob um copo de cerveja a mais, gritam que são nazistas”.¹⁴¹ Mas, além das atividades que eram realizadas pelos

¹³⁹ Apreendidas, pela polícia, quatro poderosas estações transmissoras clandestinas. *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 mar. 1942. Prontuário Funcional 30.311 – DOPS – APEJE.

¹⁴⁰ As atividades dos agentes germânicos no Brasil. *Folha da Manhã*. Recife, 07 abr. 1942. A matéria citava, posteriormente, a ligação de Kempter e Recife. Na cidade, encontrava-se Karl Fink e este seria um de seus principais auxiliares: “diligente e hábil, Carl [sic] Fink mantinha, com Kempter, vasta correspondência, toda ela de aparência inocente contendo informações valiosas. Como Karl Fink era estabelecido com armazém de ferragens, suas cartas falavam em parafusos, alicates, em tubos de rolamentos, etc., como se objetivassem, apenas, pedidos de materiais de transações comerciais correntes. [...] Nas investigações da polícia, [...] se comprovou, de modo definitivo, que a correspondência de Fink encerra os mais importantes esclarecimentos sobre o movimento de navios”. Assim como os jornais, há (nos arquivos da DOPS – APEJE) amplo material que aborda a questão das atividades nazistas no país e, especificamente, em Pernambuco. Os documentos trazem informações sobre pessoas e empresas envolvidas na questão. A obra de Stanley Hilton aborda este tema, que não é objeto direto deste trabalho.

¹⁴¹ Cópia de matéria publicada em *O Radical* em 25.06.1942, sob o título “Insidiosa manobra quinta-colunista para solapar a unidade do povo brasileiro”. Secretaria da Segurança Pública de Pernambuco, Recife, 03.06.1942, p. 2. Prontuário Funcional 29.444, envelope 3 – DOPS – APEJE.

nazistas e que iam de encontro aos interesses do Brasil em guerra com o Eixo, o assunto também foi propício para a utilização política, que ocorria através da generalização dos envolvidos em espionagem no país. Desta forma foi que Agamenon Magalhães se dirigiu aos seus leitores no que parecia ser uma tentativa de mobilizar a população em nome de um pretenso perigo. Segundo ele,

devemos considerar em todos os nossos atos que estamos em guerra. Guerra quer dizer perigo por todos os lados. Ninguém pode se julgar tranqüilo ou seguro contra um inimigo, que opera em nossas costas e dispõe de técnica e meios de ação os mais imprevistos. Se a defesa em terra, no mar e no ar está sendo cada vez mais fortalecida, com o preparo das nossas forças, prontas para agir em qualquer setor do nordeste, os civis devem, por seu lado, manter severa vigilância nas praias, nas fabricas, nos transportes, nas ruas, onde quer que estejam. Um homem prevenido, diz o nosso caboclo, vale por mil. [...] Se as medidas de prevenção e vigilância do governo reduziram as possibilidades da espionagem em nosso território, isso não impede que o inimigo deixe de empregar outros meios. O nordestino é caboclo cem por cento. Olha para o “louro” com certa desconfiança. Isso já é um grande fator de segurança. Essa desconfiança deve, porém, ser agora mais vigilante. Qualquer “louro” quer for visto nas praias ou próximo delas é suspeito até prova em contrário. Deve ser levado às autoridades mais próximas para a sua identificação. Não há nada, mas pode haver. Em guerra o perigo está em toda parte. Vigilância, pois, é a atitude que o momento aconselha.¹⁴²

O inimigo estava, então, em toda parte e, portanto, fazia-se necessário o apelo à população, mobilizada em nome da vigilância. Apontá-los funcionava, desse modo, como suporte constitutivo do regime estado-novista. Dentro desta lógica, encontrava-se também a estrutura policial, onde, de um lado, a polícia e o seu aparato reforçavam a identidade e a ordem pretendidas e, de outro, os indesejáveis serviam de força para os discursos e práticas que se pretendiam legitimar. Neste universo, estavam os estrangeiros que, pelo potencial que podiam adquirir, eram utilizados para variados propósitos, inclusive o de reforçar o poder policial.¹⁴³ E assim ocorreu em Pernambuco, local que abrigava o município de Paulista e a família de industriais de origem sueca, os Lundgren, suspeitos, juntamente com funcionários estrangeiros de suas fábricas, de realizarem atividades em prol dos países do Eixo.

¹⁴² MAGALHÃES, Agamenon. Vigilância. *Folha da Manhã*, Recife, 13 ago. 1943.

¹⁴³ “Ao mesmo tempo em que a polícia conseguia apresentar o estrangeiro como um grande inimigo social, utilizou-se dele para promover a centralização do aparato policial, sua modernização e seu caráter fundamental como sustentáculo do regime”. CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*, op. cit. p. 124.

Capítulo 4

Paulista, os Lundgren e os alemães

Excelência! As oportunidades são diversas, raríssimas! É chegada, agora, a nossa. Devemos agir com a máxima força para ficarmos livres do jugo dos alienígenas filhos dos países invasores. Não é estranho a Va. Excia. que, há dezenas de anos, os nossos irmãos que morejam em Paulista, vivem asfixiados, passando as maiores necessidades isto porque só que devem [sic] ganhar, viver, gozar e ter direito a tudo é o grupo do eixo. [...] Oh! Ilustre interventor! Tenha compaixão dos que ali vivem oprimidos! Não queremos pedir pela felicidade de seus filhos mas pela felicidade do Brasil, porque com ela está a felicidade de todos nós! Frederico é quem autoriza aos alemães e [sic] fazerem reuniões [sic] a prova é que manda construir casas apropriadas, como têm aqui e na Praia. E como são “inocentes”? Não sabem... dizem. Justiça Senhor Agamenon! Nós também precisamos ser livres. Somos brasileiros.

Carta anônima para Agamenon Magalhães.
Paulista, 20 mar. 1942.

4.1 O poder dos Lundgren

Em 1855 chegava ao Brasil Herman Theodor Lundgren. Desembarcando no Rio de Janeiro, o sueco, que àquela época contava com vinte anos de idade, terminaria fixando residência, no mesmo ano, em Recife, capital de Pernambuco. Em 1861 fundava a Fábrica de Pólvora da Pontezinha, no município pernambucano do Cabo, dando origem ao primeiro empreendimento deste gênero estabelecido pela iniciativa privada no país. Aos 35 anos naturalizava-se brasileiro e realizaria, ainda, outras atividades comerciais e industriais até efetuar a aquisição, em 1904, do controle da velha fábrica de tecidos de Paulista.¹ A empresa, fundada em 1892,

¹ Cf. GÓES. Raul de. *Um sueco emigra para o Nordeste*, op. cit., p. 18-19. A trajetória de Herman Lundgren foi descrita em biografia por Raul de Góes em 1949. Tendo sido funcionário da família, Góes apresenta o industrial apenas sob a perspectiva da exaltação de seus empreendimentos no país.

devido a elevadas dívidas, havia passado para as mãos da Companhia Viação e Tecidos de Pernambuco e, em seguida, para a tutela de Herman Lundgren, que adquiriu as ações da antiga fábrica quando estavam em baixa e não havia interessados em comprá-las.²

Um documento sobre a Fábrica de Tecidos Paulista, datado do início de 1939, descrevia as mudanças geradas pelas intervenções do industrial desde o início de seu empreendimento. Segundo o relato, ao analisar as condições iniciais de seu futuro negócio, Herman concluiu que “o deficiente estado produtivo da empresa provinha, principalmente, de péssimo estado sanitário local. Parque industrial localizado em baixios e pântanos insalubres era quase diminuta a produção dos operários, os quais, atacados de malária, eram indivíduos muito doentes, nada podendo produzir”. Uma vez adquiridas as ações da companhia, o empresário assumiu a sua administração e iniciou “um notável serviço de saneamento da zona pantanosa, fazendo a drenagem dos baixios, riachos e várzeas”. A partir de então, Paulista tornou-se habitável e a família foi ali residir.³ Dois de seus quatro filhos, Frederico e Arthur, dariam continuidade aos negócios quando da morte do patriarca Herman, em 1907.

A exposição sobre a fábrica de Paulista reunia informações que diziam bastante do cenário que em muito se distanciara da época do investimento inicial, seja em termos do empreendimento fabril ou do município que crescera em torno dele. Com máquinas consideradas no período as mais modernas do país, a companhia atingia a produção de 3.500.000 metros mensais de tecidos (“variando o valor conforme a situação dos mercados”) e tinha em seus quadros 8.400 operários (“sem contar os que se dedicam aos serviços de cortes e outros misteres de campo”).⁴ No entanto, o documento nos oferece uma dimensão que vai além da estrutura e funcionamento do empreendimento, ao abranger, também, dados referentes ao poder da família em diversas áreas da sociedade local. Segundo as informações fornecidas, os Lundgren prestavam assistência médica ao operariado através de postos

² Cf. Notas sobre a Fábrica de Tecidos Paulista. Paulista, fevereiro de 1939, p. 1. Arquivo AGM, CPDOC-FGV.

³ *Ibidem*, p. 1. Em relação a este documento, que se encontra no arquivo de Agamenon Magalhães, não há informações do autor ou órgão que o produziu. Supomos que ele deve ter sido elaborado por autoridades de Paulista, a fim de informar a interventoria de Agamenon acerca da situação em que se encontrava a localidade em decorrência das intervenções realizadas pelos Lundgren. O relato contido em tal documento é bastante favorável aos industriais e não expõe as contradições que existiam na cidade industrial de Paulista, como abordaremos mais adiante.

⁴ *Ibidem*, p. 2. Como explica Rosilene Alvim, em Paulista a CTP possuía dois estabelecimentos: a *Fábrica Velha* (atualmente denominada *Fábrica Arthur*) e a *Fábrica Aurora*. Os Lundgren escoavam sua produção de tecidos através de uma rede de varejo própria, a Lojas Paulistas, chegando a possuir no Nordeste, em 1920, aproximadamente duzentas lojas varejistas. Ainda como observa a autora, até 1925 era inédita a ligação que a CTP fazia entre produção e comercialização. E, no final de 1930, haveria a expansão de suas lojas para o sul do Brasil através das Casas Pernambucanas. Cf. ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários camponeses e a fábrica dos Lundgren*, op. cit., p. 9.

clínicos chefiados por médicos residentes e de um corpo de especialistas no Recife, nas áreas de “cirurgia-geral, de doenças nervosas e mentais, doenças do pulmão, otorrinolaringologia, oftalmologia e radiologia”. Mantinham, também, um hospital de moléstias infecto-contagiosas e um serviço gratuito de clínica dentária.⁵ Em relação ao âmbito religioso, já possuindo a cidade uma capela, passara a contar com mais um templo católico construído pela companhia, que apoiava financeiramente um padre e um coadjutor para a assistência religiosa do proletariado.⁶

O lazer, a educação, o ensino técnico-profissional também eram da competência da família Lundgren. Segundo o documento, a companhia oferecia cinema gratuito três vezes por semana para o proletariado, aparelhos de rádios instalados em praças públicas e promovia passeios às praias de Rio Doce e Conceição e ao município de Chã de Estevão. Mantinha, também, escolas gratuitas para operários e seus filhos e cursos técnicos de serralharia, carpintaria, mecânica, etc.⁷ Os Lundgren realizavam, ainda, reformas habitacionais, construindo “casas higiênicas, fornecendo a Cia gratuitamente, luz e água”; e cediam terras aos moradores a fim de desenvolverem pequenas plantações, “com o compromisso, apenas, de que os produtos das diversas culturas sejam vendidos nas feiras de Paulista, o que obriga o barateamento da vida do operário, resolvendo-se, assim, o problema da carestia da vida [sic] extenso parque industrial”.⁸

A descrição não revela, porém, como as ações eram impostas pela família com o intuito de ampliar o seu poder sobre os trabalhadores; nem como estes eram estimulados a interiorizar regras morais e comportamentais ligadas ao trabalho. Também não aborda os conflitos que decorriam de tal situação, expressos nas queixas de operários que não tinham a visão que é sugerida, ou seja, do funcionamento ideal das intervenções dos Lundgren nas áreas sociais. Veja-se o caso da área de saúde. Segundo relato contido no documento em questão, datado de 1939, a companhia prestava “absoluta assistência aos seus leais cooperadores, nada lhes faltando nesses às condições de vida normal”. Informava, ainda, que o hospital por ela mantido estava fechado devido à falta de doentes, situação que seria decorrente do estado sanitário de Paulista, considerado muito bom.⁹ No entanto, um relatório da fábrica de 1937 mostrava um estado de saúde do operariado que contrastava, como afirmou Sérgio Lopes,

⁵ Cf. Notas sobre a Fábrica de Tecidos Paulista. Paulista, fevereiro de 1939, p. 2. Arquivo AGM, CPDOC-FGV. .

⁶ Cf. *ibidem*, p. 3.

⁷ Cf. *loc. cit.*

⁸ *Ibidem*, p. 6.

⁹ Cf. *ibidem*, p. 2.

com a “aparente prodigalidade médica” divulgada pela Companhia de Tecidos Paulista (CTP):

[...] apesar de um aumento do “corpo médico” à disposição da fábrica para três médicos e um dentista, a CTP tem que fazer face às epidemias que proliferam localmente, no terreno propício dos corpos operários submetidos ao sobre-esforço das longas jornadas de trabalho e de uma fraca alimentação, limitada pelo nível salarial, providenciando a “construção de novo hospital de isolamento para casos de doenças infecciosas”.¹⁰

Esta situação se estendia para outras áreas de atuação dos Lundgren. Ou seja, a divulgação dos serviços sociais feita pelos mesmos atores que os promoviam contrastava com as condições em que se encontrava o operariado. Este fato aparece no documento sobre a fábrica, o qual, apesar de considerar as ações dos industriais sob a mesma ótica de quem as executava, ou seja, de forma bastante favorável, aponta para uma condição que decorria das relações estabelecidas na cidade operária: eram os Lundgren os *donos* de Paulista. As décadas de 1920 e 1930 foram de grande desenvolvimento para os seus investimentos; e eram justamente as ações empreendidas fora do âmbito da fábrica que faziam com que Paulista tivesse um tipo de estrutura peculiar, gerando um *governo local de fato* por parte dos industriais. Sérgio Lopes cunhou a denominação de “*sistema Paulista*” para designar a singularidade das relações de controle estabelecidas na cidade, bem mais amplas das que as tradicionais formas de dominação instituídas entre a fábrica e a vila operária. Sob o seu controle estavam:

[...] a produção fabril, o domínio da moradia e da cidade, a produção agrícola da retaguarda territorial da fábrica e a circulação mercantil dos bens de consumo dos operários sob a forma de uma feira administrada. Além disso, esta estrutura de relações sociais contém a promoção e administração de atividades médicas, religiosas e recreativas, e também uma numerosa milícia particular, garantido o “governo local de fato” da companhia sobre estas múltiplas atividades.¹¹

No Brasil, as décadas iniciais do século XX foram marcadas pelas relações de práticas e saberes disciplinares na tentativa de “formação de uma nova figura do trabalhador dócil, submisso, mas economicamente produtivo; a imposição de uma identidade social ao

¹⁰ LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB; MCT/CNPq, 1988. p. 171. O autor analisa com profundidade as várias áreas de atuação dos Lundgren e as relações estabelecidas com os operários.

¹¹ *Ibidem*, p. 21. “Se a forma de dominação fábrica-vila operária tem por característica geral o controle da força de trabalho não somente na produção, mas também, em outras esferas da vida dos trabalhadores fora da fábrica, através principalmente do recurso estratégico da moradia, o ‘sistema Paulista’ é uma variante de tal forma de dominação que se singulariza pela abrangência de sua ação sobre as condições materiais de existência de seus trabalhadores”. *Ibidem*, p. 38.

proletariado emergente, se assim podemos chamá-lo”.¹² Desta maneira, do trabalho à moradia, passando pelo campo de práticas religiosas, do lazer, da educação, alimentação, etc., estava presente, em Paulista, a disciplinarização das relações entre trabalhadores e patrões. Estas ocorriam, por sua vez, visando à interiorização de comportamentos, de práticas e de uma moralidade vinculada ao trabalho, com o objetivo de impor um tipo de identidade ao operariado. Além disso,

por detrás de todas essas atividades propiciadas direta ou indiretamente pela *companhia* — que configuram o fato de ser tida como uma “civilização”, oferecendo à sua população, além do trabalho, da moradia e concessões acessórias à moradia, serviços médicos, recreativos e religiosos —, erige-se, como toda “civilização” que se preza, o monopólio da violência.¹³

Assim é que a CTP possuía um corpo de vigias da fábrica que constituía sua milícia privada e espalhava o medo entre os operários, efetuando, também, segundo relato de investigador da DOPS, intervenções no serviço de policiamento realizado em Paulista.¹⁴ Os limites entre o público e o privado eram bastante tênues, uma vez que as próprias autoridades locais acatavam, muitas vezes, as ordens da família. Um episódio relatado por outro investigador de polícia é bastante ilustrativo desta situação e teria ocorrido entre Frederico Lundgren e João Dantas, *chauffeur* da “praça” de Paulista. Este, “[...] ao passar com seu carro nº 4288, pela estrada, cobriu de poeira o carro em que viajava o Sr. Frederico Lundgren. Isto foi suficiente para que o Delegado de Paulista, à ordem daquele Sr. efetuasse a prisão do mencionado motorista que somente foi posto em liberdade na manhã seguinte”.¹⁵ O domínio da família era ampliado ainda com o quadro de informantes que mantinha encarregados de observar os seus operários. Em novembro de 1942, a DOPS prendia três deles em Paulista.¹⁶ Entre eles encontrava-se Antônio Amaral Galvão, gerente de serviço do controle das casas da CTP. Em depoimento à polícia, declara que:

¹² RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 12.

¹³ LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, op. cit., p. 191.

¹⁴ Afirma o investigador da DOPS encarregado de averiguar a questão: “[...] até bem pouco tempo, os aludidos vigilantes tomavam o encargo de intervir arbitrariamente em casos de competência da polícia e até mesmo em questões de caráter privado e alheias muitas vezes à própria intervenção das autoridades. Assim procediam porque eram, como ainda são, ‘capangas’ dos snrs. Lundgrens, dispostos a tudo fazerem para se mostrarem agradáveis aos seus chefes. Tais vigias são, em geral, homens ignorantes, quase sempre vindos do sertão e cercados de um respeito e bajulação, por parte dos operários sempre atemorizados, que se percebe bem o vulto do terror que outrora espalharam em Paulista. Agora, e só agora, têm eles assumido atitude mais reservada, evitando a ostensividade que lhes era dantes, peculiar. Investigador para delegado da DOPS. Recife, 05.11.1942. Prontuário Funcional 29.240 – DOPS – APEJE.

¹⁵ Encarregado de serviço para delegado da DOPS. Recife, 20.01.1942. Prontuário Funcional 29.240 – DOPS – APEJE

¹⁶ Cf. Investigador para delegado da DOPS. Recife, 05.11.1942. Prontuário Funcional 29.240 – DOPS – APEJE.

[...] efetivamente naquela cidade a citada Companhia mantém um corpo de informantes, destinado a fiscalizar as famílias de operários ali residentes, para melhor controle do serviço; que no escritório do declarante apenas existem dois informantes, existindo outros mais no escritório de cobrança de casas; que o declarante deve favores e atenções ao seu chefe, senhor Frederico Lundgren, razão pela qual fornece-lhe toda e qualquer informação pedida pelo mesmo; que essas informações muitas vezes consistem no modo de proceder dos operários em relação à Companhia [...].¹⁷

Em Paulista, família significava força de trabalho, de forma que os membros que a compunham deveriam ser designados para funções na cidade-operária. Não apenas homens e mulheres, mas também velhos e crianças exerciam atividades em uma cidade que girava em torno da fábrica. Os baixos salários pagos pela companhia forçavam o trabalho da maioria dos componentes da família, mas a utilização da força de trabalho por parte dos seus membros também decorria da imposição de uma “pedagogia do trabalho” sobre os mesmos.¹⁸ Assim é que boa parte do operariado de Paulista era composto por camponeses aliciados pela própria fábrica.¹⁹ Famílias inteiras chegavam à cidade pelas mãos de agentes, vindas muitas vezes do interior. As precárias condições de vida de seus membros era um ponto importante, uma vez que “a expectativa da fábrica face às famílias *aliciadas* é que elas se encontrassem de tal forma despossuídas que assim pudessem desfrutar das garantias dadas pela CTP”.²⁰ Os recém-chegados passavam primeiro pelo “depósito”, onde iriam aguardar o “exame” realizado pelo próprio Frederico:

Quando chegava as famílias do interior, no dia de sair do depósito, ele botava um sofá assim em frente da casa grande e sentava. Aí, aqueles agentes, aqueles empregados mandavam a gente ficar assim de fora numa fila, e ele ia chamando família por família. “Família Fulano de tal!” Aí se apresentava. Ficava tudo ao redor dele. Cada um apresentava a mão a ele. O exame que ele fazia era: “Cada um apresente a mão!” Cada um apresentava a mão a ele. Ele passava a mão assim, olhava: “Esse aqui tá bom pra tal serviço!” Olhava outro: “Esse aqui tá bom pra tal serviço!”²¹

O ritual possibilitava a afirmação pública da autoridade do patrão ao mesmo tempo em que estendia para toda a família, caso houvesse a rejeição de seu chefe, o peso da recusa.²² As

¹⁷ Cópia da declaração de Antônio Amaral Galvão prestada à DOPS em 06 de nov. de 1942. DOPS, Recife, 11.11.1942. Prontuário Funcional 29.188 – DOPS – APEJE.

¹⁸ Cf. LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, op. cit., p. 62-63. Como explica Lopes, tal situação — de “onipresença do trabalho” —, além de fazer parte das relações disciplinares capitalistas, significava, também, um tipo de moral a ser interiorizada pelas famílias.

¹⁹ É durante as décadas de 1930 e 1940 que a CTP irá se ocupar ela própria de trazer os trabalhadores. É nesse período que “[...] os trabalhadores predominantemente são trazidos pela fábrica que se ‘apropria’ de um deslocamento já realizado pelos próprios trabalhadores em diversas situações de crise.” ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários camponeses e a fábrica dos Lundgren*, op. cit., p. 43.

²⁰ *Ibidem*, p. 62.

²¹ Depoimento de um ex-operário da companhia, da seção de tinturaria da Fábrica Aurora apud LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, op. cit., p. 51.

²² Cf. ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários camponeses e a fábrica dos Lundgren*, op. cit., p. 66. “Desse modo, o patrão afirma sua autoridade publicamente, teatralizando o seu controle e domínio sobre a

relações impostas pelos industriais ao operariado, entretanto, não se restringiram a Paulista. Posteriormente, a família ampliou seus negócios, estabelecendo-se também no estado da Paraíba, onde inaugurou, em 1924, a Fábrica de Rio Tinto. Alguns autores chamam a atenção para características presentes nas duas localidades que se diferenciavam das de outros núcleos fabris. Uma delas diz respeito às dimensões atingidas tanto em Paulista quanto em Rio Tinto, tendo a primeira localidade chegado a possuir cerca de seis mil casas e a segunda, cerca de 2.600 na década de 1950. “Tais dimensões contrariam a tendência geral de núcleos fabris de se constituírem em povoações de pequenas dimensões, característica solidária com uma maior eficiência dos mecanismos de controle social criados pelas fábricas”.²³ Além disso,

um outro aspecto que, embora seja uma tendência geral dos núcleos fabris, se radicaliza nos dois casos é o caráter autárquico que assumiram. Paulista tinha três fábricas têxteis,²⁴ porto e ferrovia particulares, matas, cerâmicas, atividades agrícolas, serviço próprio de abastecimento d’água e energia elétrica, moradias, igreja, feira, parque, cinema, clínica, teatro, escola, clube e campos de futebol. Em Rio Tinto a empresa também comandava um amplo conjunto de atividades produtivas e relacionadas à reprodução dos trabalhadores que incluía duas fábricas têxteis, porto, usina termelétrica, sistema de abastecimento d’água, atividades agrícolas, ferrovia privada, fábrica de tijolos, serraria, oficina mecânica, fundição, hotel, escolas, hospital, padaria, farmácia, clubes, cinema, feira e armazém de consumo.²⁵

Nos dois núcleos fabris, os Lundgren aliaram o poder econômico ao político, como no caso da transformação dos distritos de Paulista (1928) e Rio Tinto (1956) em municípios. O interesse em tal mudança, concretizada pelos industriais, relacionava-se à procura de maior autonomia, “uma vez que oferece à indústria melhores condições de controlar a administração de um município totalmente encravado em suas terras”.²⁶ A própria escolha das terras, que eram localizadas em áreas rurais isoladas, também ocorria em função deste controle gestacional, já que o isolamento dos núcleos fabris possibilitava o afastamento de atividades consideradas incompatíveis com o tipo de cotidiano que se impunha à população, tais como bares, bordéis, sindicatos, etc.²⁷ Para fazer valer os seus interesses, a participação dos industriais na vida política era bastante relevante, servindo para ampliar o seu poder, como no caso da autonomia municipal ocorrida em Paulista.

fábrica e a cidade, enquanto os chefes de famílias representam para ele toda a família: suas qualidades de ‘trabalhador’ ou de ‘preguiçoso’ serão extensivas a todos os componentes de seu grupo familiar.” Loc. cit..

²³ GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. O habitat operário no Nordeste industrial: os núcleos fabris de Paulista e Rio Tinto. In: PANET, Amélia et al. *Rio Tinto*: estrutura urbana, trabalho e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ, 2002. p. 143.

²⁴ Segundo Rosilene Alvim, em Paulista havia duas fábricas. Ver nota nº 4, neste capítulo.

²⁵ GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. Loc. cit..

²⁶ Ibidem, p. 146.

²⁷ Cf. GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. Op. cit., p. 143-144. Tais restrições fizeram surgir, próximo a Paulista, a *cidade livre* de Maricota (mais tarde Abreu e Lima), que reunia todas as atividades proibidas do núcleo fabril. Já em Rio Tinto, pela proximidade (12 km), este papel coube a Mamanguape. Ibidem, p. 144.

Arthur Lundgren, por exemplo, ao apoiar Dantas Barreto ao governo de Pernambuco, assumiu a chefia política de Olinda e foi eleito prefeito da cidade. Mais tarde, tornou-se deputado estadual. “Esta intimidade com o poder lhe permitiu desmembrar de Olinda o distrito de Paulista, convertido em município em 1928 durante o Governo de seu aliado Estácio Coimbra.”²⁸

O controle do poder político pelos Lundgren, no entanto, gerava disputas onde líderes políticos procuravam exercer o que conseguiam os industriais em suas terras, ou seja, o *governo local de fato*.²⁹ Isto ocorreu também com o interventor Agamenon Magalhães, que, a partir de 1937, procurou restringir a atuação da família em Paulista. Uma das principais fábricas têxteis do país durante os anos 1930, 1940 e 1950,³⁰ a CTP tinha seu poder econômico reconhecido pelos governos federal e estadual. Em setembro de 1933, o presidente Getúlio Vargas visitava os dois núcleos fabris da família e, em janeiro de 1939, o interventor Agamenon afirmava ter a fábrica construído, em Pernambuco, uma “civilização” com “[...] 4 mil casas, água, luz, cinema, parques de diversões, hospital, teatro, igrejas, toda uma cidade, enfim, com os rumores, os hábitos, os divertimentos da vida urbana”.³¹

No entanto, Agamenon, que expunha o seu interesse em agir sobre os municípios e tê-los sobre controle, enxergava o *vazio* do poder público sobre Paulista e o predomínio dos Lundgren na localidade. Afirmava, em 1941, faltar àquele “grande centro de trabalho”, que abrigava “uma das maiores organizações fabris” do país, um “sentido municipal, uma vida autônoma, alguma coisa mais do que as máquinas, os teares, as chaminés, a empresa”. O “*sistema* Paulista” terminava por gerar um *governo local de fato* por parte daquela família. Contrapondo-se, então, a este tipo de *governo* de Paulista é que Agamenon apresentava-o como um dos municípios em que o Estado Novo estava tendo mais “influência transformadora e benéfica”, e isto estaria ocorrendo justamente em sua interventoria, que inaugurava ruas novas, edifícios públicos, praças, casas operárias “magníficas”, escolas.³²

²⁸ GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. O habitat operário no Nordeste industrial: os núcleos fabris de Paulista e Rio Tinto, op. cit., p. 145.

²⁹ Ver, por exemplo, como as mudanças políticas de outubro de 1930 afetaram o poder da família. Em seu primeiro mês de governo provisório, Carlos de Lima Cavalcanti, através de decreto, estabelecia a extinção do município de Paulista, que voltava a subordinar-se a Olinda (em 1935 Paulista tornar-se-ia de novo município). Como explica Lopes, mesmo tendo preservado sua milícia privada, a CTP sofreu uma derrota política ao perder provisoriamente a autonomia municipal que contribuía para o seu *governo local de fato*. “E, mais que isso, esta derrota política contribuirá decisivamente para o florescimento da associatividade sindical de seus operários, coisa até então inexistente no interior de Paulista”. LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, op. cit., p. 203.

³⁰ Cf. *ibidem*, p. 16.

³¹ *Ibidem*, p. 165 e 256.

³² Cf. MAGALHÃES, Agamenon. Progresso Municipal (20.08.1941). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 265.



Fig. 16 - Getúlio Vargas em Paulista – set. 1933

Doação: Julius Lemke



Fig. 17 - Casa dos Lundgren – Paulista

Foto: Susan Lewis

A desobediência às leis e a imposição de suas regras ao operariado por parte dos industriais também foi motivo de conflito com o interventor federal, no final da década de 1930, quando da implementação do salário mínimo. Habituada a não obedecer às leis trabalhistas, a CTP se assustou com os trabalhos da Comissão de Salário-Mínimo do Estado de Pernambuco, ligada ao Ministério do Trabalho, que instituía o mínimo no estado.³³ O valor fixado pela comissão fez com que Frederico Lundgren ordenasse a paralisação da fábrica e o fechamento do comércio em Paulista, convocando os operários e demais empregados a fim de que protestassem contra a lei. Ameaçava com o fechamento do parque industrial caso os operários não assinassem, sem exceção, uma representação contra o mínimo.³⁴ A ameaça de fechamento da fábrica, do comércio, a mobilização dos operários para que se opusessem aos direitos favoráveis a eles, bem como as ações personificadas e teatralizadas do patrão eram peculiares a Paulista, como avalia Lopes.³⁵ Um ex-operário da fábrica narra a cena em que o Coronel Frederico se dirigiu pessoalmente aos trabalhadores:

O Coronel Frederico reuniu todos os operários no pátio da fábrica Aurora. Subiu num palanque e disse: “O Governo quer que eu pague o salário-mínimo ao trabalhador. Eu não posso pagar o salário-mínimo. As indústrias do Sul estão esperando isso para que eu feche a fábrica. Se eu pagar o salário-mínimo, eu só posso dar trabalho três dias na semana, então é pior ainda o salário. Então, quem quiser o salário-mínimo, desloque-se para a minha direita, quem não quiser, fique como está!” Ninguém saiu do lugar, inclusive eu, todo mundo tinha medo de perder o emprego.³⁶

Diante da atitude de Frederico, o governo reagiu, tornando pública a ação do industrial e acusando-o de ter incidido “[...] nas penas de um crime bem definido na Lei de Segurança Nacional”. Desta forma, ameaçava-o, afirmando que não aceitaria o comportamento adotado “por qualquer empresa ou poder econômico, que pretenda se sobrepor à legislação brasileira do trabalho e às leis penais”.³⁷ A disposição de Agamenon em se contrapor ao poder dos Lundgren, assim, não ocorria com disfarces e nem tampouco era sigilosa, e a intenção em fazer valer o poder estadual sobre o município podia ser evidenciada na forma de condução adotada para solucionar a contenda: “advertida pelo Interventor Federal de Pernambuco plenipotenciário do Estado Novo, a CTP ao invés de cumprir suas ameaças drásticas, encaminhou à Comissão do Salário-Mínimo de Pernambuco dois memoriais assinados pelos

³³ Cf. LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, op. cit., p. 258.

³⁴ Agamenon Magalhães abordou o assunto em artigo da *Folha da Manhã*. Nele, o interventor se refere a Frederico Lundgren como o industrial L. MAGALHÃES, Agamenon. Não está certo (01.10.1939). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 52.

³⁵ LOPES, José Sérgio Leite, op. cit., p. 259.

³⁶ Depoimento de ex-operário da fábrica *Aurora* apud LOPES, José Sérgio Leite, op. cit., p. 259, nota nº 153.

³⁷ MAGALHÃES, Agamenon. Loc. cit.

operários [...]”.³⁸ Estes foram recusados pelo Ministério do Trabalho em janeiro de 1940.³⁹ No entanto, com a Segunda Guerra Mundial — diante da importância que as fábricas têxteis adquiriam como exportadoras —, algumas divergências entre o poder da interventoria de Pernambuco e os Lundgren seriam abrandadas, como no caso do cumprimento das leis trabalhistas. Apesar disto, elas não desapareceram, uma vez que outras estratégias foram utilizadas na *guerra* pela imposição do poder público:

A autonomia patronal sofreu um sério golpe durante a Segunda Guerra Mundial, ante os rumores de simpatias dos Lundgren pela Alemanha e de que estariam armazenando armas e munições em suas propriedades. Difunde-se então a crença de que os chamados “feudos” dos Lundgren estariam se convertendo em ameaça à segurança nacional.⁴⁰

Durante muito tempo esteve Paulista sob o olhar policial, assim como Rio Tinto, na Paraíba, os dois núcleos fabris dos Lundgren. Mas a vigilância que girava em torno da família e de parte de seus funcionários inseria-se em um contexto de disputas políticas entre a interventoria de Agamenon e os próprios Lundgren relacionadas a assuntos que não diziam respeito à questão nazista. E mesmo quando esta era a motivação principal para que fossem realizadas averiguações, não deixava de existir a preocupação com o poderio da família. Isto pode ser observado no mesmo mês da publicação do artigo em que Agamenon Magalhães *discutia* o comportamento de Frederico Lundgren em relação ao salário mínimo, quando o secretário de Segurança Pública de Pernambuco recebeu um informe, em caráter reservado, acerca de diligências realizadas na Paraíba.⁴¹ Apesar das suspeitas em torno de atividades pró-Eixo, as observações efetuadas ressaltavam a influência que a família exercia sobre autoridades políticas, como no caso do prefeito de Mamanguape⁴², cidade próxima a Rio Tinto.

³⁸ LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, op. cit., p. 260.

³⁹ Cf. loc. cit.

⁴⁰ GUNN Philip; CORREIA, Telma de Barros. O habitat operário no Nordeste: os núcleos fabris de Paulista e Rio Tinto, op. cit., p. 146. As acusações, como abordaremos a seguir, foram inúmeras. Especificamente em relação ao armazenamento de armas e munições ver, por exemplo, o relato de investigador da DOPS que, motivado por denúncia, encontrou no arquivo geral da CTP, escondidos em uma prateleira de livros, os seguintes objetos: “[...] 20 caixas contendo 1000 balas calibre 44 para rifle, 2 coronhas de pistolas ‘Bergman’ sob o n.º. 145 e 147 e um pente para as mesmas pistolas, cujo material fiz apreensão”. “Parte” de investigador para delegado da DOPS. Recife, 27.04.1942. Prontuário Funcional 31.771-B – DOPS – APEJE. Na época da guerra denúncias como estas estariam associadas à questão da espionagem nazista. No entanto, como veremos, muitas das “provas” ou indícios relacionavam-se a outras questões. Esta apreensão feita pelo investigador pode servir de exemplo, uma vez que é provável que tais armamentos e munições deviam ser utilizados pelo corpo de vigias da CTP para manter o monopólio da violência local.

⁴¹ Cf. Resultado de diligências de investigador (João S. Fernandes) para secretário de Segurança Pública de Pernambuco (Edson Moury Fernandes). Prontuário Funcional 29.240. Recife, 25.10.1939. – DOPS – APEJE.

⁴² Sobre Mamanguape ver nota n.º 27 deste capítulo.

Segundo as diligências efetuadas na Paraíba, Mamanguape seria uma espécie de “sucursal ou filial” das fábricas de Rio Tinto, onde o seu prefeito, Eduardo Ferreira, funcionário dos Lundgren, que lhe atribuíam “inteira confiança”, resolvia “todo e qualquer assunto referente a essa localidade, até mesmo consentimento para embarques no porto em apreço de mercadorias e pessoas estranhas que pretendam viajar nas praias próximas”. A preocupação girava em torno de Bahia da Traição, praia próxima a Mamanguape (“8 léguas por terra”) e que seria um local estratégico e de interesse, uma vez que era habitado apenas por pescadores e, pelas suas características (“curva reentrante com bastante profundidade”, discrição do local), possuía condições de funcionar “para fins de bases submarinas ou de abastecimento”.⁴³

Entre os alvos mais constantes das investidas policiais nas décadas de 1930 e 1940, encontravam-se os comunistas.⁴⁴ Mas, durante a guerra, os *inimigos* do Eixo seriam interessantes para o Estado, tanto que, diante da propaganda e espionagem nazistas que ocorriam em território nacional, a polícia generalizava e tornava todos suspeitos, o que caracterizava a utilização política de tal comportamento. Diante desta perspectiva, podemos considerar o depoimento de Paulo Cavalcanti a respeito do assunto Agamenon-Lundgren. Em sua percepção,

os Lundgren tinham problemas com Agamenon. Eu não sei de que origem, não é. Não havia bom relacionamento. Aliás não havia relacionamento nenhum entre os Lundgren e o Interventor Federal de Pernambuco que era Agamenon. Então, para contrabalançar a perda do prestígio na área estadual os Lundgren se amparavam no exército, aqui era comandante da 7ª região um integralista, Newton Cavalcanti, era o General Newton Cavalcanti que era ostensivamente ligado aos integralistas, ao Partido Integralista. [...] Houve um momento durante o Estado Novo, em que os Lundgren, através do General Newton Cavalcanti, que era o comandante da 7ª região, prenderam, ou ameaçaram de prender ou chegaram a prender por um dia ou mais, um líder sindical que era Torres Galvão que era ligado a Agamenon [...]. Então ele foi preso pelo Exército. Então Agamenon ameaçou de prender os Lundgren pela polícia do Estado se o Torres Galvão não fosse solto. Deu um prazo de 24 horas para o Exército soltar Torres Galvão. Se não soltasse ele ia prender os Lundgren como sonegador de impostos ou coisa desse tipo. Então soltaram Torres Galvão. Aliás, a acusação de Agamenon aos Lundgren não era de sonegador de imposto, era de espião do Eixo. Porque

⁴³ Resultado de diligências de investigador (João S. Fernandes) para secretário de Segurança Pública de Pernambuco (Edson Moury Fernandes). Prontuário Funcional 29.240. Recife, 25.10.1939. – DOPS – APEJE, p. 1-2. Sobre o assunto, havia informações de populares, no caso de um pescador, que vira “uma lancha muito comprida, bonita, e toda pintada de uma cor escura que não soube explicar”. O investigador desconfiava da certeza do pescador por aquele não ter conhecimento de submarinos e poder confundir-los com transportes marítimos da região.

⁴⁴ “Foram privilegiados, ao longo deste tempo, outros inimigos da nação e da nacionalidade (baluartes sobre os quais grande parte do discurso do Estado se articulava), mas os comunistas de certa forma foram os únicos, porque os judeus e estrangeiros acabaram perdendo sua funcionalidade como inimigos.” CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*, op. cit., p. 81.

havia a versão aqui de que eles eram muito ligados aos alemães. E se contava até a lenda de que os navios alemães acostavam nas praias perto de Paulista para contrabando de armas. Isso correu muito aqui durante a guerra. Possivelmente tudo era ficção, mas decorria do fato de eles serem germanófilos. E Agamenon, que tinha raiva deles, tratava de fazer corpo mole pra que esses boatos se difundissem.⁴⁵

Em fevereiro de 1942, ao abordar as atividades políticas do Nordeste do Brasil, o cônsul norte-americano Walter Linthicum expunha a questão das ações nazistas na região. Segundo ele, “tem havido rumores nos grandes centros e as atividades nazistas mais gritantes nessa área estão em Paulista no estado de Pernambuco e Rio Tinto no estado da Paraíba”. No entanto, a informação que se segue reforça o relato de Paulo Cavalcanti em relação ao não envolvimento dos Lundgren com a espionagem. Linthicum explica que apesar de um dos irmãos afirmar ser “pró-alemão” e o outro “pró-democrático”, “não se acredita que qualquer um dos dois seja publicamente ativo em políticas internacionais. As cidades mencionadas ganharam a reputação de serem centros nazistas mais por causa da quantidade de alemães empregados nas fábricas”.⁴⁶ De qualquer forma, estes, como inúmeros outros estrangeiros dos países do Eixo, seriam alvo de vigilância e teriam seus cotidianos atingidos pelas restrições impostas ao referido grupo. Walter Schumacher, ex-funcionário dos Lundgren em Paulista, relembra um episódio por ele vivenciado na década de 1940:

Meu depoimento com o dr. Fábio Correa, delegado da Ordem Social da Polícia do Recife em Setembro 1942.

Dr F.C. Você é um nazista.

W.S. Não sou nazista.

Dr F.C. Eu tenho provas.

W.S. Então me mostre.

⁴⁵ Entrevista de Paulo Cavalcanti (“ex-deputado estadual do PCB na legenda PSD e ex-promotor público em Igarassu em 1946 e 1947”) apud LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, op. cit., p. 319-320 (nota nº. 184). Sérgio Lopes aborda as disputas entre Agamenon e os Lundgren, citando, inclusive, o apoio que o primeiro deu ao sindicato em Paulista na década de 1940, para se opor ao poderio da família. Além disso, a oposição entre Agamenon e os Lundgren não seria finalizada com a queda do regime estado-novista: “Paulista foi um dos primeiros municípios atingidos por artigo da Constituição do Estado de Pernambuco de 1947 – originado de uma articulação do Governo Agamenon Magalhães (PSD) com deputados de esquerda – que estabeleceu que ‘as sedes dos Municípios e Distritos não podem ser localizadas em terras encravadas em propriedades pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, salvo quando patrimônio de instituições religiosas ou beneficentes’. Com base nesta disposição, a Prefeitura local desapropriou posteriormente 50 hectares, nos quais surgiu nos anos cinquenta um ‘bairro livre’, área sob a qual a autoridade da fábrica era limitada.” GUNN Philip; CORREIA, Telma de Barros. *O habitat operário no Nordeste: os núcleos fabris de Paulista e Rio Tinto*, op. cit., p. 146.

⁴⁶ Em caráter “estritamente confidencial”, Walter J. Linthicum (cônsul norte-americano em Recife) para secretário de Estado (em Washington) sobre “Atividades políticas do Nordeste do Brasil”. Recife, 13.02.1942. FGV – Coleção do Departamento de Estado (Arquivo Nacional dos Estados Unidos). Tradução: Águida Maria de Souza e Susan Lewis. Segundo informa, existiam cerca de quarenta alemães em Paulista e aproximadamente trinta em Rio Tinto.

Dr F.C. Mostrando diversas fotos com pessoas que realmente nunca vi.

W.S. Não conheço ninguém.

Dr. F.C. Você quer que Alemanha ganha a Guerra?

W.S. Quero, sim Sr.

Dr.F.C. Então eu não diz [sic] que você é um nazista.

W.C. Nasci em 1910 e me lembro das conseqüências da Primeira Guerra que Alemanha perdeu. Todos sofreram: Monarquistas, republicanos, nacionalistas e capitalistas, velhos, jovens e crianças.

Dr F.C. Se você quer que Alemanha ganha a Guerra, certamente deve ter o seu desejo de ajudar. Portanto, se amanhã ou outro dia qualquer chegou um submarino alemão, você vai?

W.S. Tenho duas crianças brasileiras, em primeiro lugar sou responsável por elas.

Dr F.C. Você condena os atos de bandidos afundando pacíficos navios?

W.S. Condeno.

Dr F.C. Vou lhe denunciar à Hitler que você condenou. Me diga uma coisa: Você quer voltar para Alemanha no fim da guerra?

W.S. Não.

O depoimento foi registrado num livro e me apresentado para assinatura. Assinei, sem discutir que constava, além disso, “e promete de passar toda vida no Brasil”, o que não foi tratado no depoimento.⁴⁷

O episódio rememorado por Schumacher foi registrado na DOPS, que informou ter sido ele prontuariado no órgão quando de sua prisão em 14 de outubro de 1942 para averiguações de atividades nazistas, já que o mesmo possuía nacionalidade alemã.⁴⁸ Situações semelhantes à descrita por ele estão em outros relatos de entrevistados que se queixam de terem sido tratados indistintamente em relação à repressão efetuada pela polícia em Pernambuco.⁴⁹ O Estado Novo e seus ideais autoritários continuariam a influenciar muitas das ações políticas do governo, como no caso das generalizações de quem seriam os inimigos da pátria.

⁴⁷ Depoimento de Walter Herman Fritz Schumacher para Susan Lewis. Olinda, 23.03.2001. O Sr. Schumacher não aceitou ser entrevistado, mas se dispôs a escrever sobre o período e o assunto em questão, nos entregando o texto utilizado, em parte, neste trabalho.

⁴⁸ Cf. Informação nº. 682 da Delegacia de Segurança social. Recife, 11.09.1970 Segundo este documento, Schumacher confessou à DOPS que “[...] considerando a Alemanha como sua verdadeira pátria, apóia não totalmente, mas com algumas restrições, a orientação política imprimida pelo seu governo, que olha de maneira lamentável o torpedeamento dos navios brasileiros ocorridos não somente em águas territoriais como nos mares mais afastados. Que está disposto a permanecer no Brasil não somente até o fim da guerra mas o restante de sua vida, visto como tem dois filhos brasileiros. Na mesma data foi posto em liberdade. Não tendo o seu nome figurado em processo por aquela Delegacia”.

⁴⁹ Julius Lemke relata situação semelhante à vivenciada por Schmacher, quando foi chamado à DOPS em Recife, a fim de ser indagado sobre possíveis atividades nazistas que poderia realizar em Paulista. Entrevista de Julius Hermann Friedrich Lemke para Susan Lewis. Recife, 03.03.2001.

4.2 Conflitos e denúncias na “cidade das chaminés”

Assinada sob o pseudônimo “Um Brasileiro”, era encaminhada para Agamenon Magalhães, em fevereiro de 1939, uma carta que denunciava a aliança dos Lundgren com o governo alemão. Trazia como motivação um dos artigos escritos pelo interventor, que afirmava ter observado uma “tendência latifundiária” nos Lundgren sem, no entanto, saber explicar os motivos para tanto. A carta *esclarecia o mistério*:

Agora, com o telegrama publicado nos jornais de hoje e precedente de Manágua, onde se diz que foi descoberta uma carta de certa personalidade alemã a um seu amigo daquela cidade, na qual a tal personalidade aconselha ao seu amigo comprar grandes propriedades na América porque será certa a dominação alemã no Continente, fica esclarecido e desvendado o “mistério” que V. Excia. não pôde decifrar da ambiciosa tendência latifundiária dos Lundgrens. Como o seu compatriota de Manágua, naturalmente já receberam eles instruções do Governo alemão para adquirir as maiores extensões territoriais possíveis no Brasil, afim [sic] de que na próxima invasão Nazista e conseqüente dominação que eles julgam [sic] fácil, estejam aqui os seus compatriotas bem estabilizados como senhores de direito das nossas riquezas etc.⁵⁰

As informações da carta foram consideradas pela polícia política do Estado, mas a conclusão de suas sindicâncias em nada se aproximou das acusações, pois foi constatado que as terras eram adquiridas em decorrência da necessidade do grande consumo de lenha que servia para alimentar as máquinas das fábricas.⁵¹ No período da guerra, as denúncias em torno da família e de seus funcionários estrangeiros foram constantes, mas as motivações para que ocorressem podiam ter origens diversas. Uns deviam ser estimulados pela ditadura estado-novista, que tinha na delação uma de suas formas de poder. Outros podiam ser mobilizados pelo clima de guerra que se criara e o medo de uma invasão nazista, que tornava os estrangeiros suspeitos em potencial. Ou, ainda, por ter sido a família considerada germanófila e ter, entre os seus funcionários, vários alemães. Mas pode ser levado em consideração um outro elemento passível de motivar delações ou boatos. Este partiria das diferenciações que existiam entre os moradores de Paulista no que se refere às ações efetuadas pelos Lundgren em seus núcleos fabris. Veja-se o caso da política de moradia da cidade industrial, que estabelecia distinções entre as casas construídas para os operários e as outras feitas para os funcionários mais qualificados, muitos dos quais alemães. A vila operária, com suas casas “coladas parede com

⁵⁰ Carta sob pseudônimo (“Um Brasileiro”) para o interventor de Pernambuco Agamenon Magalhães. Recife, 25.02.1939. Fonte: Prontuário Funcional 29.240 – DOPS – APEJE.

⁵¹ Cf. “Parte” de investigador para comissário de Ordem Política e Social sobre sindicâncias em torno das terras dos Lundren. Fonte: Prontuário Funcional 29.240 – DOPS – APEJE.

parede”, é descrita pelos operários aposentados que se voltam para o passado com certo desprezo. Este é manifestado, como mostrou Rosilene Alvim, quando os operários se referem à falta de intimidade que as disposições de tais casas ocasionavam. No entanto, afirma a autora, maior ainda do que o incômodo da falta de privacidade era

[...] a oposição socialmente construída entre as casas dos arruados e as das ruas ou bairros originalmente construídas para os gerentes e chefes — oposição operada com critérios do passado. São as “casas soltas”, em que moravam “só alemães”, ou, então, as *mulheres dos coronéis*, geralmente *chalets* ou casas maiores, com três ou quatro quartos — ainda habitados por funcionários graduados ou por descendentes das *mulheres dos coronéis*.⁵²

Entre os chefes e os subalternos há, muitas vezes, o conflito latente ou mesmo manifesto. É possível, portanto, que esta situação tenha motivado denúncias envolvendo os alemães que chefiavam operários, bem como os Lundgren. Em dezembro de 1930, era publicada uma carta de um operário da fábrica que havia sido endereçada ao Departamento Estadual do Trabalho. Em sua descrição estavam presentes as diferenciações entre os operários e os estrangeiros, bem como a condenação da gestão dos Lundgren na cidade. O controle exercido pelos industriais é percebido por ele como sendo estabelecido em função de seus próprios interesses e não como consequência de preocupações sociais, como os mesmos queriam fazer crer. As queixas presentes no relato do operário mostram as contradições que se estabeleciam em Paulista:

Não é verdade que em Paulista tenha casas saneadas para operários com água, luz, fossa higiênica, nem hospital de isolamento. As casas saneadas com todo conforto que existem em Paulista são somente para os estrangeiros. As casas para operários brasileiros, com especialidade as penúltimas construídas, não são ladrilhadas, não têm latrinas de espécie alguma e muito menos luz elétrica. A água é apanhada no meio da rua, dos canos anti-higiênicos, a que dão o nome de chafarizes. Hospital de isolamento, houve em alguns anos para variolosos, porém a Cia. extinguiu-os a título de economia e hoje os variolosos são tratados em suas casas. Felizmente os casos que aparecem são benévolos. Assistência, há um carro para conduzir doentes aos hospitais em Recife, e isso para não se tornar público quando o doente baixar, vítima de acidentes nos trabalhos das fábricas.⁵³

As insatisfações advinham, portanto, não apenas das relações entre operários e patrões que estendiam seu poder para além dos muros das fábricas, mas também das diferenciações

⁵² ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários camponeses e a fábrica dos Lundgren*, op. cit., p. 147.

⁵³ Trecho de carta de operário de Paulista enviada ao Departamento Estadual do Trabalho publicada no jornal *Diário da Manhã*, 11.12.1930 apud LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, op. cit., p. 144. Optamos por atualizar a grafia deste trecho, diferentemente do que fez Sérgio Lopes.

materiais estabelecidas entre os próprios empregados, entre eles os estrangeiros. Em março de 1942, uma carta anônima chegava ao interventor Agamenon e denunciava estarem as matas de Paulista “cheias de explosivos e armamentos para, amanhã, servirem para matar os nossos soldados”. Os responsáveis seriam os alemães, os irmãos Lundgren e seus vigias. No entanto, as distinções entre nacionais e estrangeiros eram motivo de revolta do autor da missiva, que não a escondia, colocando para o interventor a seguinte questão:

Não é estranho para a Va.Excia que, já dezenas de anos, os nossos irmãos que morejam [sic] em Paulista, vivem asfixiados, passando as maiores necessidades isto porque só devem ganhar, viver, gozar e ter direito a tudo é o grupo do eixo. É doloroso, é triste ver-se perambulando pelas ruas milhares de “carcassas” [sic], filhas do nosso sangue, maltrapilhas e tuberculosas porque o ganho mal chega para comprar uma ração de “farinha” e uma migalha de carne, o resto que lhes deviam caber desapareceu com as multas INJUSTAS e com o aluguel de uma casa [...] sem piso, um verdadeiro chiqueiro.⁵⁴

As situações de insatisfação que ocorriam em Paulista foram, em vários casos, associadas à guerra, mas não iniciadas com ela, ou seja, o conflito bélico podia apenas servir de condutor para sentimentos que não advinham do mesmo, como no caso das revoltas manifestadas por muitos que se sentiam injustiçados socialmente e mais ainda diante dos estrangeiros. As acusações também podiam ocorrer como forma de vingança, uma vez que o denunciante tinha conhecimento do que significava ser apontado como “súdito do Eixo”. Foi o que ocorreu em agosto de 1944 com o alemão Hans Fastenrath, um técnico da Usina Timbó, pertencente à CTP. A história teria iniciado da seguinte forma:

JOSÉ FRANCISCO DA SILVA, o delator, era amasiado com ARLINDA SALES. Sua companheira informou-o como indivíduo de maus princípios e péssimos antecedentes. Ébrio, espancava-a, chegando mesmo a feri-la a faca, exibindo então cicatrizes de talhos por ele dados em seu corpo. Após uma discussão que tiveram em 31 de maio p. passado, encontrou-se [sic] aafiando uma faca peixeira. Conhecedora do seu instinto, não mais esperou e fugiu para a residência de sua genitora SEVERINA SALES, amazia [sic] do alemão FASTENRATH.⁵⁵

Intimando-a para que voltasse à sua companhia com a ameaça de, em caso contrário, “vingar-se duramente, denunciando o referido alemão”, José Francisco, diante da recusa da mulher, dirigiu-se à DOPS fazendo o que prometera.⁵⁶ As desavenças, entretanto, ocorriam também

⁵⁴ Carta anônima endereçada para interventor de Pernambuco. Recife, 20.03.1942. Prontuário Funcional 31.771-A – DOPS – APEJE. Grifo do autor.

⁵⁵ Relato de investigador para delegado da DOPS sobre denúncia contra o alemão Hans Fastenrath. Recife, 04.08.1944. Prontuário Funcional 29.240 – DOPS – APEJE.

⁵⁶ Cf. *ibidem*.

entre os próprios estrangeiros e se davam antes mesmo do ingresso do Brasil na guerra. Em setembro de 1939, segundo relato de Samuel Magalhães, investigador de polícia que vinha mantendo “rigorosa vigilância aos estrangeiros ali domiciliados, a fim de evitar qualquer perturbação da ordem”,⁵⁷ havia divergências entre os alemães nazistas e aqueles que se opunham a tais ideais. Segundo ele, os nazistas seriam “inimigos ferrenhos” dos judeus, católicos e dos restantes alemães que não apoiavam as idéias por eles defendidas.⁵⁸ Por outro lado, de acordo ainda com o investigador de polícia, essas diferenças faziam com que os alemães que não eram nazistas reagissem, *pagando* “com a mesma moeda”, ou seja, exerciam sobre os nazistas uma “vigilância constante e inteligente”, levando aos chefes a menor irregularidade por eles praticada. O relato de Julius Lemke nos oferece elementos que apontam para as dissensões que podiam ocorrer entre os alemães estabelecidos em Paulista. Diz ele:

Tinha gente que gostava disso, não é? Em Paulista, por exemplo, não tinha um clube de nazistas não. Tinham alguns que gostavam, outros não. Eu, eu não gostava muito daquilo não. E... é, eu me lembro, por exemplo, eu tinha um cavalo ainda naquele tempo e eles queriam — lá tinha um boliche também, um grande junto do... do Clube Alemão — jogar boliche, não é? A gente antigamente jogava, tem até na fotografia daquilo ali. E então eles queriam que a gente fosse lá para... para fazer tiros de revólver lá, não é? Naquele tempo não era proibido atirar de revólver não. E então lá, justamente, fazia acertar o... acertar o alvo, não é? Besteira! Agora então eles queriam que, eu e Detmering, nós fôssemos lá também fazer isso. E justamente era um grupo que era mais a favor do... do nazismo, não é? Não era um clube de nazistas não. Era um grupo, não é? E a gente não foi. Eles não gostaram. Porque eu disse a eles que “não vou porque no fim de semana eu vou com meu cavalo aqui passando pelo mato”, não é?⁵⁹

Professar ou não ideais nazistas podia, então, suscitar divergências entre os próprios estrangeiros. Estas ocorriam, também, em situações onde a diferença de nacionalidade era um elemento bastante considerado. Com a guerra já finalizada, muitos ingleses da CTP se opuseram veementemente à volta de alguns funcionários alemães que haviam sido afastados de seus cargos na empresa durante a guerra, acusados de realizarem atividades a favor do Eixo. À direção da CTP, os ingleses fizeram chegar a seguinte resolução: “se qualquer um dos alemães já citados fossem admitidos a trabalhar todos os ingleses, com exceção de dois que

⁵⁷ “Parte” de investigador para encarregado do Serviço de Ordem Social. Recife, 08.09.1939. Prontuário Funcional 29.240 – DOPS – APEJE. Sobre a vigilância mantida por ele, ver nota 75 deste capítulo.

⁵⁸ Cf. “Parte” de investigador para encarregado do Serviço de Ordem Social. Recife, 07.08.1939. Prontuário Funcional 29.240 – DOPS – APEJE.

⁵⁹ Entrevista de Julius Hermann Friedrich Lemke para Susan Lewis. Recife, 03.03.2001.

são idosos e trabalham na Cia. há cerca de 30 anos, estavam decididos a abandonar imediatamente o trabalho e regressar ao seu país”.⁶⁰

Todas essas disputas que ocorriam no núcleo fabril podiam, então, contribuir para a disseminação das suspeitas geradas em torno dos Lundgren e de seus funcionários estrangeiros. No que diz respeito às denúncias (anônimas ou não), independentemente das questões que as motivavam, o fato é que elas se sucederam nos anos de guerra e eram estimuladas pelas autoridades políticas do regime ditatorial.⁶¹ Em fevereiro de 1942, carta dirigida a Agamenon Magalhães iniciava com a seguinte observação: “pedimos vênha a V.Excia. para, exprimido o nosso sentimento de brasileiros e o pensar unânime do operariado de Paulista, fazer sentir aos poderes públicos a necessidade duma vigilância mais sensível por parte da polícia social sobre os súditos do eixo aqui residentes”.⁶² Mesmo as denúncias consideradas duvidosas não deixavam de ser encaminhadas às autoridades políticas, como no caso em que um funcionário demitido da CTP, o português Joaquim Ferreira dos Santos, procurou um investigador para informar acerca de depósito de armas e munições. “Tratando-se de um alcoólatra, demitido [...] da Cia. De Tecidos Paulista, por ser um mau funcionário e viver, sempre, embriagado no serviço, não dei muito crédito a sua história; mas, de qualquer maneira, cumpre-me levar o fato ao conhecimento de V.S.”, informava o investigador ao delegado da DOPS.⁶³

As denúncias, no entanto, não eram feitas apenas às autoridades do estado de Pernambuco. Em outubro de 1942, por exemplo, o ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, se dirigiu a Agamenon Magalhães, para que o mesmo verificasse a veracidade de informações que lhe foram encaminhadas por um ex-funcionário da CTP. Em caso de confirmação, solicitava ao interventor que tomasse providências, uma vez que os fatos “afetam sobre modo [sic] a

⁶⁰ Relatório enviado pela Delegacia de Polícia do Município de Paulista para secretário de Segurança Pública do Recife. Paulista, 19.01.1946. Sobre a decisão da CTP de admitir os alemães, que eram em número de cinco, o relatório informa: “a direção da Cia. Paulista, diante da divisão dos ingleses, os quais são quase todos técnicos de importância, resolveu dispensar os já citados alemães, oferecendo-lhes condições que somente foram aceitas pelo alemão Burr, os demais querem, ao que parece, questionar, a não ser o de nome Kollnorgan que ainda figura na lista negra do Consulado e que por isso não entrou em cogitação”. Sobre a Lista Negra ver p. 189 deste capítulo.

⁶¹ Ver, neste capítulo (p. 181), referências ao artigo de Agamenon Magalhães intitulado ‘O operário brasileiro’.

⁶¹ Cf. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A comunidade alemã e os mecanismos de controle social. In: DIETRICH, Ana Maria; ALVES, Eliane Bisan; PERAZZO, Priscilla Ferreira; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Inventário Deops*: módulo I – Alemanha. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

⁶² Carta de Paulista remetida ao interventor de Pernambuco com denúncias de alemães (assinada por dois homens, provavelmente funcionários da CTP). Paulista, 26.02.1942. Prontuário Funcional 31.771-A – DOPS – APEJE.

⁶³ “Parte” de investigador para delegado da DOPS. Recife, 15.05.1942. Prontuário Funcional 29.240 – DOPS – APEJE.

segurança nacional”.⁶⁴ Várias providências envolvendo tais questões foram realizadas em Pernambuco. Ocupando o cargo máximo da DOPS no estado estava Fábio Correia de Oliveira Andrade, designado pelo interventor no início da década de 1940. O delegado tinha sob sua responsabilidade “todo o serviço de Segurança Política e Social do Estado, inclusive o Serviço de Espionagem durante a última grande guerra”.⁶⁵ O Serviço de Espionagem fora montado em caráter secreto e, pelo discurso da época, visava à vigilância sobre os estrangeiros considerados nocivos à segurança nacional.

Décadas depois, muitas das ações da DOPS relacionadas à questão da guerra constaram do levantamento realizado sobre o período em que esteve à frente Fábio Correia. Elas abordavam, mais especificamente, a repressão aos “súditos do Eixo”, principalmente os alemães.⁶⁶ Os inquéritos instaurados e remetidos ao Tribunal de Segurança Nacional, bem como as prisões de vários acusados de espionagem, foram descritos. Entre eles estava o do filho do cônsul alemão em Recife, que teve seu inquérito remetido em março de 1945 e, em agosto do mesmo ano, decretada a sua pena, estabelecida em 25 anos. Outras ações da DOPS foram a criação de um “campo de prisão para os alemães perigosos que trabalhavam na Fábrica de Paulista, que durou todo o período da guerra”, e a vigilância em torno dos alemães, italianos e germanófilos “perigosos”, que também permaneceu até o final do conflito.⁶⁷

Ainda em relação às ações repressivas em Pernambuco, o secretário de Segurança Pública, Etelvino Lins, divulgou, em 1942, que as carteiras de motorista dos “súditos do Eixo” haviam sido apreendidas por tempo indeterminado, bem como suas máquinas fotográficas, depositadas na DOPS. Além disso, foram afastados aqueles que residiam em áreas litorâneas onde a vigilância não era eficaz e “os próprios religiosos – prosseguiu o secretário de

⁶⁴ Ministro da Guerra (Rio de Janeiro) para interventor federal (Pernambuco) sobre averiguação de denúncia em Paulista. Recife, 14.10.1942. Prontuário Funcional 29.188 – DOPS – APEJE. A referida denúncia foi feita por ex-funcionário da CTP em Rio Tinto, que relatava sobre uma “missão especial” para a qual fora solicitado, relativa a fornecimento sigiloso de gasolina. Segundo ele, devido ao fato de ter se esquivado da solicitação, foi perseguido e forçado a pedir demissão. Sem nenhuma indenização recebida, o ex-funcionário solicitava, então, ao ministro da Guerra, ajuda para reverter tal situação. Elysio Gomes Cunha (Tocantins) para ministro da Guerra (Rio de Janeiro). Recife, 20 de agosto de 1942. Prontuário Funcional 29.188 – DOPS – APEJE.

⁶⁵ “Informação nº 376” da Delegacia de Segurança Social de Pernambuco sobre Fábio Correia, ex-delegado da DOPS, s.d, p. 1. Prontuário Funcional 5251 – DOPS – APEJE.

⁶⁶ Cf. *ibidem*, p. 2. No final do ano de 1968, o ex-delegado Fábio Correia solicitou à DOPS que fossem certificados diversos itens de sua atuação quando esteve à frente da mesma. As informações contidas se referem exclusivamente às ações da DOPS relacionadas à guerra. Podemos creditar as referências exclusivas ao assunto como consequência da importância atribuída pelo governo, no período, às atividades existentes no Estado. No entanto, devemos levar em consideração, também, que o tema em questão tornar-se-ia bastante relevante nos anos posteriores ao fim da II Guerra, uma vez que o Eixo foi derrotado pelos Aliados, ao lado dos quais esteve o Brasil.

⁶⁷ Cf. *loc. cit.* Além disso, a DOPS teria mantido “uma vigilância dia e noite no Parque Inflamável e na Orla Marítima, em cooperação com a 2a. Seção da 7a. Região Militar”. *Loc. cit.*

Segurança de Pernambuco – dos conventos de Ipojuca, Serinhaem e Goiana, saíram para Recife e Pesqueira”.⁶⁸ Italianos, japoneses e alemães também foram proibidos de se aproximar da zona portuária⁶⁹ e da base aérea, de residir próximo de estabelecimentos militares ou viajar para outros estados, bem como de exercer cargos de chefia.⁷⁰ O secretário declarou ainda que, apesar de se encontrarem tais pessoas registradas no Serviço de Estrangeiros e prontuáriadas na DOPS, estavam todas elas “[...] sendo chamadas à polícia, onde preenchem determinada fórmula,⁷¹ contendo dados especiais que facilitam a vigilância exercida pela autoridades, comparecendo, além disso, um por um, à sua presença, sendo interrogados”.⁷²

Podemos considerar que enxergar apenas a ótica policial não é suficiente para a compreensão das questões apresentadas, uma vez que é próprio de sua lógica, “[...] em qualquer época, ainda mais em uma ditadura, ver inimigos e acreditar na possibilidade de controle completo e total sobre os inimigos”.⁷³ Nesse sentido, a vigilância que a DOPS afirmava estar exercendo em torno dos alemães, italianos e germanófilos “perigosos” — assim como o controle sobre *todos* os membros dos países do Eixo alardeado pela Secretaria de Segurança Pública do estado⁷⁴ — fazia parte dessa visão totalizante da ótica policial, que terminava considerando suspeita qualquer atitude cometida por tais estrangeiros. Mas, por outro lado, não há como desconsiderar as ações que foram empreendidas pela polícia em Pernambuco, especificamente em

⁶⁸ Vigilantes na defesa dos altos interesses nacionais. *Folha da Manhã*, Recife, 27 set. 1942. Prontuário Funcional 30.311, envelope 4 – DOPS – APEJE.

⁶⁹ Havia, entre as autoridades políticas, uma preocupação em relação a atos de sabotagem que seriam realizados por submarinos do Eixo e foram traçados planos para evitar possíveis ações nesse sentido, como no caso de vigilância nos portos do Estado e de mudanças do tráfego que circulava no bairro do Recife na zona portuária: “Em resposta ao ofício de V.Excia. sobre as medidas de vigilância na zona portuária, tenho o prazer de informar que dei instruções às Secretarias de Viação e Segurança para que o tráfego, no bairro do Recife, se interrompa a partir das 17 horas. Durante o dia, porém, a interrupção total do tráfego de bondes e ônibus, naquele bairro, onde se concentram as principais atividades econômicas do Estado, não se parece aconselhável. [...] Se as autoridades militares, entretanto, acham que os pontos terminais dos bondes e ônibus na Praça Rio Branco, pela aglomeração de veículos e passageiros, podem perturbar o serviço de vigilância na zona portuária, estou pronto a mandar estudar com as empresas de transporte um plano em que se estabeleça a descentralização”. Comandante da Sétima Região Militar (General Newton Cavalcanti) para interventor de Pernambuco (Agamenon Magalhães), em caráter reservado. Recife, 17.08.1942. AGM 43.08.17, CPDOC-FGV.

⁷⁰ Cf. VIGILANTES na defesa dos altos interesses nacionais. *Folha da Manhã*, Recife, 27 set. 1942. Prontuário Funcional 30.311, envelope 4 – DOPS – APEJE. Sobre a vigilância e prisões realizadas no Estado, o secretário afirmara que dos 230 alemães (homens) residentes em Recife e Paulista, oitenta encontravam-se recolhidos ao Presídio Especial, “[...] com regime de trabalho para aqueles com responsabilidade já apurada [...]. Vários alemães têm sido encaminhados para o interior e os demais permanecem no trabalho, vigiados”. Quanto aos italianos (205 no Recife), alguns estariam detidos e outros sob observação. Já os japoneses, em número de oito no Estado, dois estavam presos e seis em pontos afastados do interior. *Ibidem*.

⁷¹ Ver ANEXO G.

⁷² VIGILANTES na defesa dos altos interesses nacionais, op. cit.

⁷³ CYTRYNOWICZ, Roney. Além do estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial, op. cit., p. 397.

⁷⁴ Cf. Vigilantes na defesa dos altos interesses nacionais. *Folha da Manhã*. Recife, 27 set. 1942. Prontuário Funcional 30.311, envelope 4 – DOPS – APEJE.

Paulista, e a vigilância e repressão que atingiram não apenas os técnicos da CTP como também a própria empresa, que passaria a ter que prestar esclarecimentos constantes sobre as suas atividades.⁷⁵ A importância da CTP continuava sendo reconhecida, mas as acusações imputadas aos Lundgren e seus funcionários, principalmente os técnicos alemães, se estenderiam por toda a guerra e ganhavam ainda maior amplitude ao serem divulgadas na imprensa:

As grandes fábricas de tecidos dos irmãos Lundgren, em Paulista, constituem um dos motivos de orgulho da indústria pernambucana e pesam, grandemente, através de produção contínua e valiosa, na balança comercial do Estado, pelas suas exportações para todas as demais unidades federativas. Basta ressaltar que trabalham nas fábricas de Paulista 8.500 operários. Agora cabe aqui uma interrogação que é a de muita gente, que é de toda gente: — Por que, de quando em quando, aparecem nomes de espíões nazistas ligados à Fabrica de Tecidos Paulista?⁷⁶

4.3 Paulista sob o olhar policial

Os asseclas germânicos de Hitler chegaram mesmo a ter os seus dias de esplendor, em Pernambuco, principalmente nos meses que precederam à eclosão da guerra; e nos meses históricos de intensa propaganda e ardente proselitismo do começo da guerra. Já antes mesmo do romancista Plínio Salgado com os seus olhos miúdos e os negros bigodes tristes, andar pelo Brasil todo instalando aqueles pequeninos “museus de cera” que constituíam o “estado-maior” da milícia integralista nas Províncias, — na cidade de Paulista, junto ao Recife, 42 alemães, em 1932, organizavam o “Partido Nazista de Pernambuco”. 42 fanáticos, teutos puros, bons bebedores de cerveja, organizavam esta farsa, este clube carnavalesco com objetivos políticos subversivos, fazendo discursos, cantando hinos patrióticos e, às vezes, mesmo sem estarem bêbedos, insultando o Brasil. Alguns deles, com um ridículo torpe, repetiam a pose enfatuada dos chefes de Munich. E no Clube Alemão de Paulista, arrotando cerveja — não foi sem um sentido de “farra” que o nazismo nasceu numa cervejaria — aparecia, travestido, um Hess de “meia tigela”.⁷⁷

⁷⁵ Já na década de 1930 Paulista fazia parte das observações policiais, como referimos no capítulo 3 deste trabalho. Com o Partido Nazista funcionado na localidade e grande número de estrangeiros, a polícia já se encontrava atenta às movimentações ali realizadas, tendo a vigilância aumentado bastante depois de o Brasil ingressar na guerra. Em setembro de 1939, investigador da DOPS informava ao encarregado do Serviço de Ordem Social que, “[...] juntamente com o colega n.º 131, tenho mantido rigorosa vigilância aos estrangeiros ali domiciliados, a fim de evitar qualquer perturbação da ordem, já tendo providenciado uma relação da residência de todos estrangeiros de Paulista, a qual junto a presente, passo o [sic] vosso conhecimento”. “Parte” de investigador para encarregado do Serviço de Ordem Social. Recife, 08.09.1939. Prontuário Funcional 29.240 – DOPS – APEJE

⁷⁶ Cópia da DOPS de matéria publicada na revista *Diretrizes* (23.07.1942), intitulada “Esplendor e miséria da espionagem nazista em Pernambuco”. Recife, 3 de abril de 1943, p. 1. Prontuário Funcional 31.249 – DOPS – APEJE.

⁷⁷ *Ibidem*. As datas de fundação do Partido Nazista não coincidem nas fontes a que tivemos acesso: 1936 é a que consta em um relatório de investigador da DOPS e 1933 é a que foi publicada por outros jornais. Ver capítulo 3 (p. 130) deste trabalho. Em relação a *Diretrizes*, esta foi lançada no Rio de Janeiro, em maio de 1938, pelo

A reportagem que contém o trecho acima, que falava sobre o “esplendor e miséria da espionagem nazista em Pernambuco”, informava que a partir de 1938 a polícia em Pernambuco começara a reprimir as atividades nazistas no estado e, em Paulista, fechara o Partido Nazista, passando os “alemães suspeitos de atividades políticas a ser observados”. Como no restante do país, os conflitos com a comunidade germânica já ocorreriam antes de iniciada a guerra, sendo gerados por questões referentes ao próprio regime estado-novista e às políticas implementadas para executar seus projetos. Assim, a partir de 1938, as hostilidades em torno dos imigrantes alemães por parte da polícia já ocorriam no Brasil,

não só como parte da política nacionalista sustentada pelo Estado, mas também como mecanismo de repressão acionados [sic] por um regime autoritário preocupado em garantir seu espaço, no caso de uma possível intervenção alemã no Brasil, no campo social e/ou político. Sendo assim, a propaganda e a espionagem nazistas não foram apenas elementos de atrito inerentes ao contexto da guerra, onde atividades estratégicas e táticas não poderiam ser expostas ao inimigo, mas também uma ameaça política à sobrevivência e sustentação do Estado autoritário gerenciado por Getúlio Vargas.⁷⁸

Com o alinhamento do Brasil aos países Aliados, em janeiro de 1942, as hostilidades aumentariam, sendo bastante disseminada a idéia do “perigo alemão”, baseada na crença de que os países sul-americanos perderiam sua soberania para a Alemanha expansionista de Hitler.⁷⁹ A suspeição, vigilância e repressão aos alemães seriam bastante ampliadas e serviriam, entre outros propósitos, para ressaltar as ações da instituição policial e o regime estado-novista, questionado durante a guerra por movimentos populares, em função de o país lutar ao lado de democracias, permanecendo, entretanto, ditatorial. Nesse contexto, Pernambuco passava a ser alvo de uma intensa observação e de medidas repressoras que ocorriam, principalmente, em torno dos estrangeiros suspeitos de colaborar com o nazismo. Em Paulista, considerada núcleo alemão do estado, a polícia potencializou suas ações, que se estendiam aos Lundgren e à CTP, justificadas pelas autoridades como sendo decorrentes da “animosidade e perigo que se levanta com a presença de grande número dos súditos do Eixo” naquela localidade.⁸⁰

jornalista Samuel Wainer. Teve entre seus propósitos combater as forças nazi-fascistas no Brasil. Quanto ao nazismo, especificamente, afirma o próprio Wainer: “o segundo número, fortemente influenciado pelos ventos da guerra que sopravam na Europa, combatia abertamente o nazismo — uma batalha que assumiria contornos mais agudos nos meses seguintes”. WAINER, Samuel. *Minha razão de viver; memórias de um repórter*, op. cit., p. 49 e 51. Sobre *Diretrizes* ver, ainda, cap. I deste trabalho, p. 59.

⁷⁸ PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*, op. cit., p. 22-23.

⁷⁹ Cf. PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*, op. cit., p. 49.

⁸⁰ Ofício secreto do comandante da 7ª Região Militar do Ministério da Guerra enviado ao interventor de Pernambuco. Recife, 02.10.1942. Prontuário Funcional 31.771-B – DOPS – APEJE.

No centro fabril dos Lundgren em Pernambuco, os alemães compunham a maior parte dos estrangeiros contratados para exercer funções técnicas nas seções especializadas das indústrias da CTP. Esta situação fazia com que fosse estabelecida, na lógica policial, uma ligação entre os Lundgren e os alemães, tida como perigosa, fazendo com que o Serviço Secreto da DOPS no estado atuasse na região no sentido de estabelecer ações de contra-espionagem. As ligações entre os Lundgren, os alemães e o nazismo enxergadas pela polícia estariam presentes desde o final da década de 1930, aumentando com o alinhamento do Brasil junto aos Aliados. Vários relatórios da DOPS forneciam informações sobre as movimentações da família e dos estrangeiros. A *preocupação* girava em torno de várias suspeitas, que iam desde possíveis bases submarinas ou seu abastecimento por parte dos Lundgren à construção de pistas de pouso para aviões, estações de rádio clandestinas e depósitos de armamentos.⁸¹ No entanto, o poder econômico e político dos industriais, descrito em muitos dos relatórios policiais, parecia causar um incômodo que não estava, necessariamente, relacionado às ligações sugeridas entre a família e o nazismo, mas a disputas entre o poder público e os Lundgren com o seu *governo local de fato*.

A não-confirmação das denúncias imputadas à família não era motivo para que as diligências no município diminuíssem. No início de março de 1942, o delegado Fábio Correia comunicava ao secretário de Segurança Pública, Etelvino Lins, que os dez funcionários da secretaria incumbidos de realizarem buscas na Fábrica Paulista não encontraram “elementos que positivem as denúncias de que a polícia tem conhecimento”. No entanto, afirmava que, apesar dos resultados, a DOPS continuaria, como determinado pela Secretaria de Segurança Pública, a realizar “secreta vigilância nas propriedades dos Lundgren”.⁸² No mesmo mês, era possível perceber que as imposições sobre os estrangeiros divulgadas posteriormente na imprensa por Etelvino Lins haviam sido implementadas em Paulista. Reunidos pela direção da fábrica, aqueles que pertenciam aos países do Eixo receberam as seguintes instruções advindas da Secretaria de Segurança:

⁸¹ Os Lundgren estiveram sob constante vigilância nesse sentido. Um exemplo é o Porto Arthur Lundgren, que, segundo acreditava a polícia, oferecia “[...] sério perigo, pois observamos meticulosamente que o mesmo tem capacidade para dar entrada a grandes barcaças e até mesmo a pequenos navios. Acresce, ainda, que a bacia do porto, com grande largura, se presta muito bem a aterrissagem de hidros-aviões [sic]”. Encarregado de serviço para delegado da DOPS. Recife, 20.01.1942. Prontuário Funcional 29.240 – DOPS – APEJE. Sobre as referidas suspeitas ver também o seguinte documento: Encarregado de serviço para delegado da DOPS. Recife, 18.03.1942. Prontuário Funcional 29.240 – DOPS – APEJE.

⁸² Cópia de ofício nº 145 enviado pelo delegado da DOPS para o secretário de Segurança Pública de Pernambuco. Recife, 02.03.1942. Prontuário Funcional 29.653, envelope 2 – DOPS – APEJE.

- 1º Devem residir todos em Paulista.
- 2º Não podem se ausentar de Paulista sem licença prévia da Secretaria da Segurança Pública, salvo as viagens a Recife para compras, tratamento médico, etc.
- 3º Não é permitido freqüentarem as praias e suas adjacências.
- 4º Não podem fazer excursões à [sic]cavalo.
- 5º É proibido fazerem reuniões.
- 6º Não podem fazer manifestações ou atos semelhantes que possam irritar os ouvintes ou despertar animosidade.
- 7º Devem entregar a esta Companhia todas as máquinas fotográficas e câmaras que possuam, para serem guardadas na Diretoria em caixa lacrada.
- 8º Os súditos dos países ocupados pelas nações do eixo ficam sujeitos às mesmas restrições.⁸³

As ações realizadas pelas autoridades políticas em Pernambuco estavam relacionadas, também, com as ordens emanadas do poder federal. Paulista, assim como Rio Tinto, passou a ser tema de correspondências enviadas ao governo do estado pelas instâncias federais, que solicitavam à interventoria medidas de prevenção e repressão relativas aos Lundgren e aos seus funcionários. Em janeiro de 1942, o ministro da Justiça, Vasco Leitão da Cunha, abordava o assunto com o interventor do estado. No telegrama que enviara, diante de denúncia sobre atividades suspeitas dos Lundgren ou de administradores de suas propriedades referentes à “segurança do Estado” (preparo de campo de aviação e depósitos de munições em Timbó), solicitava ao interventor, caso julgasse necessário, ordenar a prisão dos mesmos. Pedia, também, que fosse realizada “batida metódica” nas propriedades de Paulista e Rio Tinto, a fim de verificar atividades suspeitas nas terras do litoral e do interior, bem como localizar e apreender aparelhos receptores dos empregados e de todos os estrangeiros. Aconselhava, ainda, que fosse proibida a admissão de novos alemães e italianos em seus estabelecimentos.⁸⁴

Mas a existência, apontada pelos membros do governo, de um “perigo alemão” ameaçador da soberania nacional não se relacionava exclusivamente às atividades dos espões e ao envio de

⁸³ Comunicação de diretores da CTP (Paulista) para o secretário de Segurança Pública de Pernambuco sobre instruções apresentadas aos “súditos do Eixo”. Paulista, 23 de março de 1942. Prontuário Funcional 31.771-B – DOPS – APEJE. Segundo informavam, ainda, os diretores da CTP, todos os funcionários em questão haviam se comprometido a acatar as instruções com respeito, à exceção de Marcel Hechter, que protestou por considerar que não se incluía no caso, “alegando ser romaico, naturalizado palestinese [sic] e ter passaporte de súdito inglês. O referido Snr. já esteve nessa Secretaria tratando pessoalmente do seu caso”.

⁸⁴ Cf. Telegrama de Vasco Leitão da Cunha a Agamenon Magalhães solicitando investigação da empresa Lundgren suspeita de sabotar Segurança Nacional (telegrama em caráter “reservado” e “urgente”). Rio de Janeiro, 24.01.1942. AGM 42.01.24, CPDOC-FGV. No mês seguinte, o ministro se comunicava, mais uma vez, com Magalhães, sobre denúncia acerca de estação “clandestina nas propriedades Lundgren”. Telegrama de Vasco Leitão da Cunha a Agamenon Magalhães sobre os Lundgren. Rio de Janeiro, 02.03.1942. AGM 42.03.02, CPDOC-FGV. Ver, também, nota nº 64 deste capítulo (telegrama do ministro da Guerra).

informações estratégicas de guerra que efetivamente ocorriam no estado. Ser nazista, ou seja, compactuar com os ideais alemães do período, ou mesmo emitir opiniões negativas sobre o país eram motivos suficientes para a suspeição e prisão. Foi o que ocorreu em março de 1942 quando, reunidos no “Clube Europeu”, um bar e restaurante de Paulista, vários alemães fizeram “referências ultrajantes ao Brasil”.⁸⁵ Assim sendo, em maio do mesmo ano, ao lado dos acusados de “trabalharem em benefício da espionagem nazista” que se encontravam recolhidos no Presídio Especial em Recife, achavam-se os alemães do “Clube Europeu”: Walter Fritz Burr, Walter Heinrich Koenig, Hermann Franz Kempkes, Wilhelm Oskar Ernst e Wilhelm Johannes Liesen foram processados e presos “por haverem proferido insultos atentatórios à dignidade do Brasil”.⁸⁶ Em depoimento à polícia, Walter Burr, que ocupava o cargo de diretor técnico da CTP em Paulista e a partir de meados de março passara a exercer as funções de superintendente da Fiação, afirmou que no dia vinte e seis daquele mês, ao sair do trabalho aproximadamente às dezoito horas, se dirigira ao “Club Europeu”. Seu propósito era tratar de questões referentes a serviço. Segundo relatou:

[...] aonde procurava encontrar-se com um dos funcionários da fábrica, afim [sic] de transmitir-lhe ordens de serviço; que, lá chegando, encontrou-se com o seu patrício Kempkens, chefe da seção Preparação de Fios, da mencionada fábrica, com quem teve os entendimentos que desejava, sobre serviços; que em seguida começaram a tomar bebidas, chegando mais tarde os alemães Ernest Hoffmann e Wilhelm Johannes Liesen, bem como os ingleses Tassel e Broughton, vindo todos a tomar lugar na sua mesa; que com a chegada dos referidos ingleses retirou-se o citado Ernest Hoffmann; que cerca das vinte e três horas vinha também sentar ao seu lado o alemão Walter Koenig, que, juntamente com os demais presentes, passou a beber com o declarante; que, durante esse tempo, vários assuntos foram ventilados, havendo, a certa altura, oportunidade para o declarante referir-se à notícia de que o speaker da Hora do Brasil anunciara ser o depoente o chefe da quinta coluna em Paulista; que, nos comentários que se seguiram sobre tal notícia, o declarante veio a dizer que a base aérea do Ibura possuía apenas dez aviões, sendo cinco quebrados e cindo obsoletos; que, entretanto, tem dúvida sobre se disse cinco ou dois; que disse ainda naquela ocasião ser o cano do Pina o canhão de longo alcance; que não se recorda do efeito produzido por essas expressões injuriosas sobre os companheiros que, ainda por muito tempo, beberam consigo; [...]⁸⁷

As opiniões emitidas por Walter Burr, que, sob o efeito do álcool e em momento de descontração, devem ter-se tornado mais veementes, provavelmente contagiaram seus

⁸⁵ Delegado da DOPS determinando a instauração de inquérito sobre alemães em Paulista. Recife, 9 de abril de 1942. Prontuário Funcional 31.771-B - DOPS – APEJE.

⁸⁶ Cópia de informe da DOPS (em atenção a telegrama do ministro da Justiça) apresentando os nomes dos presos que se encontram recolhidos ao Presídio Especial de Recife. Recife, 22.05.1942. Prontuário Funcional 31.771-B – DOPS – APEJE.

⁸⁷ Cópia do “termo de declarações que presta Walter Burr” à DOPS em Recife no dia 13 de abril de 1942. Recife, 02.05.1942. Prontuário Funcional 29.653, envelope 2 – DOPS – APEJE.

companheiros de mesa. Mas, certamente, afirmações desse tipo deviam, como se pode imaginar, suscitar efeitos bastante negativos sobre integrantes da população local. As manifestações dos alemães ocasionavam reações fortes em Paulista, as quais se ampliavam devido aos cargos de chefia que muitos deles exerciam, sendo por isso enxergados como causadores de uma relação desigual e injusta diante dos nacionais — “ora, é claro que esta circunstância coloca os estrangeiros numa posição ascendente sobre os operários e empregados nacionais que lhes ficam subalternos e, portanto, sob suas ordens”,⁸⁸ ressentiam-se alguns —, assim como havia também o incômodo referente à comunicação restrita entre os estrangeiros que o domínio exclusivo do idioma alemão possibilitava, a ponto de ser sugerida a sua proibição em local de trabalho,⁸⁹ o que efetivamente viria a ocorrer. Além disso, os insultos ou comemorações de alemães contrários ao Brasil mexiam com os sentimentos nacionalistas e intensificavam os conflitos existentes entre os nacionais e os estrangeiros. As queixas ecoavam na cidade industrial de Paulista:

Quando do afundamento do “Olinda”, os Chefes W. Burr, Schumacher e Hemprich fizeram festa em casa. Houve discursos e até, É VERGONHOSO, serenata pelas ruas. Um verdadeiro repto a nós brasileiros! Mas que fazer? Enfrentá-los a pau para no dia seguindo [sic] sermos automaticamente expulsos por eles e os quisling brasileiros?⁹⁰

Se as denúncias em torno dos membros dos países do Eixo — muitas vezes envoltas por reclamações, insatisfações ou situações que não se associavam a questões do conflito bélico — continuavam a ser apuradas pela polícia, os resultados de suas investigações eram publicados como provas de sua competência, que estaria propiciando a devida segurança ao país diante do “perigo alemão”. Em Pernambuco, as pessoas eram informadas acerca das “novas e sensacionais diligências da polícia do Estado, por intermédio da Delegacia de ordem Política e Social” e dos trabalhos executados na capital federal, apresentados como fruto de

⁸⁸ Carta de Paulista remetida ao interventor de Pernambuco com denúncias de alemães, (assinada por dois homens, provavelmente funcionários da CTP). Paulista, 26.02.1942. Prontuário Funcional 31.771-A – DOPS – APEJE.

⁸⁹ Cf. *ibidem*. Em relação ao idioma, afirmavam: “[...] acresce, ainda que entre si, os alemães falam somente o seu idioma, de sorte que no trabalho fica anulada qualquer tentativa dos brasileiros de exercer vigilância sobre as atividades deles; sendo freqüentes as reuniões de 3, 4 e 5 alemães em torno da carteira de trabalho dum companheiro, onde ficam a palestrar por bom espaço de tempo, enquanto nós ficamos a matutar se estão eles tratando de matéria de trabalho, ou se estão a tramar contra o Brasil”. Sugeriam, assim, a proibição do idioma no trabalho como medida de segurança nacional.

⁹⁰ Carta anônima denunciando relações de investigadores de polícia com estrangeiros em Paulista para secretário de Segurança Pública de Pernambuco (com cópias para o interventor do Estado, o chefe da 7a. Região e o Cel. Barata). Paulista, fev. 1942. Prontuário Funcional 31.771-A – DOPS – APEJE. Grifo do autor.

atividade que se processava “em ambiente de segurança e serenidade”.⁹¹ Ao analisar mais minuciosamente os discursos da suspeição e da vigilância contidos nos relatórios da DOPS, Priscila Perazzo afirma dar-se conta “em alguns momentos da tendência de se articularem as idéias de inimigo/perigo/desordem, de um lado, e amigo/segurança/ordem, de outro. Neste sentido, temos o grupo representado pelos ‘súditos do Eixo’ em contraposição à Delegacia de Ordem Política e Social”.⁹² Esta oposição também ocorria nos órgãos de comunicação e resultava não apenas na disseminação do “perigo alemão”, como na legitimação do trabalho policial:

A polícia pernambucana merece, e já o conquistou, o respeito de toda a população. A sua ação é sóbria, comedida. É incansável, porém, na sua ação de vigilância e manutenção da ordem. As atividades dos estrangeiros aqui são convenientemente vigiadas. Não há opressão, mas há fiscalização.⁹³

Na manhã do dia 13 de abril de 1942, Frederico Lundgren reunia em sua casa os alemães residentes da cidade industrial para torná-los cientes de que, a partir daquela data, era-lhes proibido falar o idioma alemão nos locais de trabalho.⁹⁴ Alguns meses depois, em obediência à ordem que estabelecia a comunicação da mudança de endereço, a CTP informava ao secretário de Segurança Pública do estado sobre a transferência do alemão Rudolfo Hermann, residente em Paulista, para o Hospital Santo Amaro de Recife, prática que continuaria nos anos restantes do conflito.⁹⁵ Nesse contexto é que solicitava, também, autorização à DOPS para deslocamento de seus funcionários referente a trabalho em horários não comerciais:

Servimo-nos da presente para solicitar a V.S. a necessária licença para que os n/técnicos Heinrich Wilhelm Dieckmann, Wilhelm Hansen, Richard Hesse e Guilherme Spreafico, possam sair de casa para serviço também à noite, eventualmente, para atenderem aos chamados de urgência afim [sic] de remover quaisquer dificuldades e imprevistos nas máquinas. Adiantamos a V.S. que os mesmos se comprometem a observar rigorosamente o trajeto de casa para o local do trabalho, circunscrito à [sic] esta cidade.⁹⁶

⁹¹ A espionagem nazista em Pernambuco. *Diário de Pernambuco*, Recife, 07 abr. 1942. Prontuário Funcional 30.311, envelope 4 – DOPS – APEJE.

⁹² PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*, op. cit, p. 193.

⁹³ O nazismo em Pernambuco. *O Vanguarda*, Recife, 24 mar. 1942. Prontuário Funcional 30.311, envelope 4 – DOPS – APEJE.

⁹⁴ Cf. “Parte” de investigador para delegado da DOPS. Recife, 15.04.1942. Prontuário Funcional 29.240 – DOPS – APEJE. Segundo relatava o investigador, Frederico ainda pedia que os alemães não transigissem a sua determinação, adiantando-lhes, também, não ser boa a situação em que se encontravam devido à desobediência de alguém.

⁹⁵ Cf. Cópia de informe da Companhia de Tecidos Paulista para o secretário de Segurança Pública em Recife sobre o alemão Rudolfo Hermann. Paulista, 25 jul. 1942. Prontuário Funcional 31.771-A – DOPS – APEJE.

⁹⁶ Diretores da CTP para Delegado de Ordem Política e Social (Fábio Correia) sobre licença para trabalhos de técnicos da companhia Paulista, 26.10.1942. Prontuário Funcional 31.771 A – DOPS – APEJE.



Fig. 18 - Fotos de alemães (de cima para baixo): Walter Fritz Burr, Wilhelm Johannes Liesen e Herman Franz Kempkens. O primeiro foi "processado como acusado de haver proferido insultos atentatórios à Dignidade do Brasil". Os dois últimos de terem aplaudido Burr quando este proferia tais insultos.

A suspeição em torno dos Lundgren e dos estrangeiros possibilitou, desta forma, um controle cada vez maior no local onde a família exercia seu poder e contrariava as leis instituídas do Estado. Além disso, com os elementos de controle e mobilização já presentes no regime, o discurso construído em torno da guerra apontava não apenas para a eliminação das ações contrárias à vitória do país, mas também para a legitimação ou o fortalecimento do Estado Novo. “Na união, na disciplina, no trabalho e no espírito de sacrifício do povo consiste um dos elementos capitais para subsistência e vitória da Pátria”, dizia o ministro da Justiça ao interventor Magalhães, antes de solicitar que uma fiscalização redobrada ocorresse sobre os “súditos das potências inimigas” devido ao estado de beligerância que se iniciara no Brasil. Afirmava, também, que a certeza de que o país encontrava no presidente Vargas “o melhor intérprete dos seus desejos e orientação esclarecida e segura que saberá conduzir-nos à vitória sobre o inimigo e dificuldades de hora presente” deveria animar o coração de todos os brasileiros.⁹⁷ As solicitações de vigilância não se separavam dos ideais do Estado Novo, que deviam ser fortalecidos na população pelas autoridades políticas. O endurecimento em relação a tais estrangeiros que se dava naquele período ocorreu, mais uma vez, sem levar em conta as diferenciações entre eles e suas atividades no país.

4.4 Solucionando o *problema* dos “súditos do Eixo”

Até 1942, a polícia política do país procurou comprovar as denúncias imputadas aos alemães suspeitos para que pudessem ser presos. Mas, a partir daquele ano, as suspeitas seriam suficientes para que fossem detidos, não sendo necessárias as provas de culpabilidade.⁹⁸ Em relação às atividades dos espões, existiam preocupações que procediam, como explica Priscila Perazzo, a exemplo da montagem de estações de rádio clandestinas realizada por redes organizadas no país para a transmissão de mensagens. No entanto, a autora, que considera necessário que países em guerra, independentemente de seus regimes (autoritários, democráticos ou totalitários), tomem algumas iniciativas em nome da segurança nacional, como no caso do Brasil em relação à Alemanha, faz a seguinte ressalva:

⁹⁷ Cf. Cópia de telegrama do ministro da Justiça (Rio de Janeiro) ao interventor em Pernambuco (Recife) em 25.08.1942, sobre estado de beligerância do país e as ações a serem realizadas. Recife, 13.04.1944. Prontuário Funcional 29.653, envelope 2 – DOPS – APEJE.

⁹⁸ Cf. PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*, op. cit., p. 115 e 166. Como explica ainda a autora, muitos alemães que foram às Delegacias de Ordem Política e Social sob a justificativa de irem prestar esclarecimentos, ficaram detidos até o final da guerra ou até a derrota da Alemanha. Ibidem, p. 116.

O que questionamos é o fato da polícia generalizar suas suspeitas, envolvendo toda a comunidade alemã radicada no Brasil. Inocentes foram presos e indiciados sem “qualquer processo”, assim como judeus refugiados do nazismo foram apontados como “servidores do Eixo” e “cidadãos alemães” depois de terem sido rotulados pelo *Reich* de “apátridas”.⁹⁹

Sob a mesma perspectiva, podemos nos voltar para Paulista, e também Rio Tinto, uma vez que mesmo sem a confirmação de atividades que ameaçassem a segurança do país foram tomadas medidas que atingiram vários estrangeiros.¹⁰⁰ Alguns dias depois da declaração de guerra ao Eixo (na mesma data em que o ministro da Justiça orientava a interventoria de Pernambuco no sentido de tornar mais rigorosa a repressão aos estrangeiros pertencentes aos países inimigos do Brasil), a CTP fornecia à Secretaria de Segurança Pública uma relação com os nomes dos dezenove “súditos do Eixo” do município de Paulista.¹⁰¹ Todos eles, assim como os outros estrangeiros de Rio Tinto, passaram a fazer parte, então, da observação do Exército, que, sob a solicitação do secretário de Segurança Pública de Pernambuco, destacou a 7ª Região Militar para realizar sindicâncias nas empresas da CTP.¹⁰² O resultado das observações levaria a uma série de determinações específicas que incidiram sobre os estrangeiros. Estes não saíram da condição de meros suspeitos, mas, de qualquer forma, foram penalizados.

Em um dos relatórios concluídos a partir das sindicâncias da 7ª Região Militar nos dois núcleos fabris dos Lundgren foram apresentadas as “soluções” para o “problema criado em tais empresas” decorrente da “animosidade e mesmo perigo” diante da “presença nas fábricas de avultado número de súditos do Eixo”.¹⁰³ O que se depreende das informações contidas no relatório é que o perigo representado em Paulista restringia-se, apenas, à questão dos que defendiam o nazismo ou declaravam publicamente suas opiniões. Não foram citadas as redes de espionagem ou serviços clandestinos de rádio para a transmissão de informações de guerra,

⁹⁹ PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*, op. cit., p. 160.

¹⁰⁰ As investigações realizadas pela polícia e, posteriormente, pela 7ª Região Militar, não confirmaram tais suspeitas.

¹⁰¹ Cf. Lista com nomes de estrangeiros fornecida pela CTP ao secretário de Segurança Pública de Pernambuco. Paulista, 25.08.1942. Prontuário Funcional 31.771-A – DOPS – APEJE. Em novembro do mesmo ano, Fábio Correia pedia à CTP que informasse sobre o número e a nacionalidade dos “súditos do Eixo” que haviam sido admitidos na companhia a partir de janeiro de 1938. Delegado da DOPS para CTP solicitando informações sobre os “súditos do Eixo”. Recife, 06.11.1942. Prontuário Funcional 31.771-B – DOPS – APEJE.

¹⁰² Cf. Ofício reservado da Secretaria de Segurança Pública para delegado de Paulista, recomendando prestar auxílio para tenente-coronel que iniciaria sindicâncias na CTP. Recife, 28 de agosto de 1942. Prontuário Funcional 31.771-B – DOPS – APEJE.

¹⁰³ “Cia. de Tecidos Paulista. Proposição para a manutenção da eficiência de suas empresas – apresentada pelo Cel. João Carlos Barreto, chefe do E.M.R”. Recife, set. 1942, p. 1.



Fig. 19 - Julius Lemke – Recife, 2001

Foto: Susan Lewis



Fig. 20 - Julius Lemke trabalhando para os Lundgren – s. d.

Doação: Julius Lemke



Fig. 21 - Dirigível em Paulista – s. d.

Doação: Julius Lemke

como afirmavam várias denúncias. Nem tampouco locais dominados pelos Lundgren que serviriam de abastecimento aos submarinos do Eixo. Tanto é assim que as decisões para solucionar o *problema* dos “súditos do Eixo” foram discutidas entre os oficiais responsáveis pelas sindicâncias e os principais acionistas da CTP, Frederico e Arthur Lundgren, uma vez que havia o interesse em preservar a eficiência das empresas.¹⁰⁴

Antes da realização das sindicâncias pelos militares, já haviam sido presos pela polícia de Pernambuco dezoito alemães e um dinamarquês. Destes, apenas cinco foram processados (os alemães do “Clube Europa”), por haverem emitido “conceitos injuriosos à dignidade do Brasil e à eficiência das nossas Forças Armadas”.¹⁰⁵ A ação da polícia incidiu “sobre os que mais se tornaram suspeitos ou *capazes* de exercer atividades contrárias aos interesses nacionais”, não havendo comprovações de atividades que oferecessem risco ao país.¹⁰⁶ Além disso, as sindicâncias feitas pelos oficiais do Exército “[...] nada conseguiram apurar ou comprovar de graves acusações que se imputavam às Empresas, no tocante a ações contra a Segurança Nacional”.¹⁰⁷ Mesmo assim, foram propostas várias medidas relacionadas aos estrangeiros, entre elas, a demissão sumária dos “súditos do Eixo” que não trouxesse prejuízos aos serviços das fábricas, os quais seriam substituídos por brasileiros em suas funções.¹⁰⁸ Para tanto, foram apontados em Paulista 16 homens (sendo 11 alemães, 2 austríacos e 3 italianos) e duas mulheres (alemãs); e em Rio Tinto, 11 alemães. Deliberou-se, também, que fossem mantidos em serviço todos os estrangeiros considerados técnicos indispensáveis, por não ser possível, na ocasião, substituí-los por brasileiros.¹⁰⁹ Sobre todos eles, ficou estabelecido que:

As famílias dos demitidos poderão permanecer em Rio Tinto e Paulista, caso o desejem. Serão aí mantidas pela Cia. até ulterior deliberação. Essas famílias, bem como as dos súditos do Eixo que irão permanecer nas fábricas, serão grupadas em uma área de casas pré-determinada, nas proximidades dos

¹⁰⁴ Como informa no início o referido documento, após serem “lidos os Relatórios e demais Documentos constantes das Sindicâncias mandadas proceder pelo Exmo. General Cmt. Da 7ª R. M. nas Empresas da firma ALBERT LUNDGREN & CIA., LTDA. – Cia. de Tecidos Paulista – localizadas em Paulista e Rio Tinto, e após entendimento pessoal havido entre os oficiais incumbidos dessas Sindicâncias, respectivamente os Ten. Cel. Nilo Augusto Guerreiro Lima e Augusto Imbassahy, dum lado, e os Srs. Frederico João Lundgren e Arthur Herman Lundgren, principais acionistas e organizadores da Cia., do outro, tornou-se possível o traçado de uma solução para o difícil problema criado em tais Empresas, com a animosidade e mesmo perigo que, de algum tempo a esta parte, se levantam com a presença nas fábricas de avultado número de súditos do Eixo”. “Cia. de Tecidos Paulista. Proposição para a manutenção da eficiência de suas empresas – apresentada pelo Cel. João Carlos Barreto, chefe do E.M.R”. Recife, set. 1942, p. 1, grifo do autor.

¹⁰⁵ Loc. cit.

¹⁰⁶ Loc. cit.

¹⁰⁷ Loc. cit.

¹⁰⁸ Cf. *ibidem*, p. 2

¹⁰⁹ Cf. *ibidem*, p. 2.

lugares de trabalho, se possível, visando-se com isso à segurança pública, a da fábrica e do pessoal. Evitar-se-á que esses moradores saíam à noite e que também se desloquem até às praias.¹¹⁰

Entre as medidas apresentadas, algumas nos mostram, mais uma vez, que a preocupação em relação aos núcleos fabris não se vinculava unicamente a questões ligadas à guerra e à preservação econômica das empresas, estando presente, também, o interesse estado-novista com a manutenção da ordem vigente e o fortalecimento de seus ideais, bem como ações centralizadoras visando fortalecer o poder do Estado sobre os municípios. Assim é que os “brasileiros agitadores” existentes em Rio Tinto deveriam ser fichados pela autoridade militar que “[...] tiver parada nas empresas, e ficarão responsáveis pela perturbação da ordem”;¹¹¹ e todos os cafés, bares e “quaisquer outros pontos de reunião noturna” dos dois núcleos fabris deveriam ter suas atividades encerradas a partir das nove horas da noite.¹¹² E, contrapondo-se ao poder local dos Lundgren, era proposta a troca do delegado de Polícia de Paulista por um oficial da corporação militar (“em Rio Tinto um 2º Tenente da polícia desempenha essa função”), assim como a organização do Sindicato dos Empregados da Empresa em Rio Tinto e o seu restabelecimento em Paulista.¹¹³ Sabendo-se do poderio dos Lundgren, que tinham relações ilícitas com autoridades e instituições designadas para fazer cumprir a lei, assim como da resistência que possuíam a respeito de qualquer tipo de organização operária que questionasse suas ações, tais propostas serviam, então, para enfraquecer o *governo local de fato* da família, ampliando, conseqüentemente, o poder do Estado.¹¹⁴

¹¹⁰ “Cia. de Tecidos Paulista. Proposição para a manutenção da eficiência de suas empresas – apresentada pelo Cel. João Carlos Barreto, chefe do E.M.R”. Recife, set. 1942, p. 3. Grifo do autor.

¹¹¹ Loc. cit. O relatório não especifica que tipo de ações seriam realizadas por tais pessoas. Apenas afirma que os principais agitadores de Rio Tinto eram em número de cinco e que estes deveriam ser imediatamente recolhidos presos para João Pessoa (capital do estado da Paraíba).

¹¹² Cf. Ibidem, p. 4.

¹¹³ Cf. Ibidem, p. 3-4.

¹¹⁴ Em relação aos atos ilícitos, bem como à resistência apresentada pelos Lundgren, podemos considerar o que aborda Lopes: “[...] no decorrer dos anos 30, com a pressão exercida pela fiscalização trabalhista sancionando as já promulgadas leis e regulamentações, nos cinco primeiros anos dessa década, a dos ‘dois terços’, a do trabalho do menor e da mulher, a da jornada de trabalho de 8 horas, a da carteira profissional, a de férias, a do registro de empregados; o ‘campo documental’ da fábrica tem que adequar-se ao campo nacional de identificação individual. A *companhia* faz isso como que incorporando as exigências legais nacionais ao seu próprio campo: com o controle político exercido por ela sobre a localidade e inclusive o cartório local, a CTP tem um funcionário seu especializado em mediar o acesso dos seus novos trabalhadores ao cartório para tirar certidões de nascimento. Ela é testemunha dos ‘falsos’ aumentos de idade das crianças (que precisavam ter 14 anos para trabalhar, por exigência legal), que a ela interessava incorporar ao trabalho, assim como das ‘falsas’ relações de parentesco que inventavam os trabalhadores aliciados para comporem as *famílias numerosas* exigidas pelos *agentes* para trazê-las a Paulista”. LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, op. cit., p. 60-61.

No final de junho de 1942, pouco tempo depois, portanto, de o país declarar guerra ao Eixo e da conclusão das sindicâncias feitas em Paulista e Rio Tinto pela 7ª Região Militar, pode-se perceber a importância que representava para as autoridades políticas o “clima de guerra” e a utilização do “perigo alemão” ou do que seria a ameaça dos denominados “súditos do Eixo”. O assunto foi relacionado a outras questões, com o intuito de mobilizar segmentos da população, especificamente no que dizia respeito ao operariado e a sua força de trabalho, que deviam subordinar-se ao regime ditatorial. Àquele mês, Agamenon Magalhães associava a questão trabalho/patriotismo do regime estado-novista a elementos da guerra, particularmente ao perigo da quinta-coluna. Servir à pátria devia continuar sendo o papel da classe trabalhadora, sendo a guerra um fator a mais para reforçar a idéia de subordinação do operariado aos interesses do Estado, uma vez que o conflito bélico possibilitava estender a condição de operário além da esfera da fábrica. Assim é que,

o operariado brasileiro é nacionalista. Tem a intuição das necessidades e dos perigos que nos ameaçam. Está nesse momento exercendo uma vigilância patriótica, que precisa ser exaltada. O operário está em toda parte. O seu labor é incessante. O seu labor é de todos os dias e todas as horas. Ele serve ao Brasil na fábrica e fora da fábrica. [...] A guerra totalitária assumiu formas imprevistas. O inimigo adota técnicas sempre novas. A sua tática mais perigosa é a da quinta-coluna, e a da desorganização interna, é a do enfraquecimento social dos países marcados para a conquista. Um país que não tiver o seu operariado vigilante e cem por cento nacionalista, está com os flancos abertos. Os centros de produção e trabalho são os mais visados.¹¹⁵

A idéia do “perigo alemão” ou da “quinta-coluna” possibilitava o enquadramento à ordem vigente e ao pensamento autoritário do Estado Novo. Além disso, contribuía para ampliar o controle sobre grupos ou pessoas que expressavam opiniões divergentes daquelas requeridas e permitidas pelo regime. O nacionalismo do Estado Novo estabelecia padrões a serem seguidos e uma ordem vigente que excluía idéias ou comportamentos considerados contrários à mesma. Nesse contexto encontravam-se os estrangeiros dos países em guerra com o Brasil. Como afirmou Tucci Carneiro: “percebemos, então, que tudo servia como ‘prova do crime’, ou seja, pensar diferente da ordem instituída era desvio e, como tal, deveria ser eliminado”.¹¹⁶ Assim, fotografias, gravuras, objetos de uso pessoal, livros, etc. serviam como provas de tal desvio. Muitas vezes as “provas materiais do crime” apenas faziam parte do acervo pessoal dos suspeitos, como no caso de fotografias retiradas dos álbuns de família, de aparelhos de rádio apreendidos, de objetos

¹¹⁵ MAGALHÃES, Agamenon. O operário brasileiro (27.06.1942). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 56.

¹¹⁶ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A comunidade alemã e os mecanismos de controle social, op. cit., p. 19.

pessoais que traziam alguma marca de símbolos nazistas.¹¹⁷ A necessidade do regime estadonovista de transformar em crime comportamentos de desvio à ordem estabelecida encontrava na guerra, portanto, um campo propício de atuação do poder político. Inúmeros grupos de indesejáveis despontaram durante os anos da ditadura e, dependendo do contexto que vigorava, eram mais ou menos evidenciados. E se, por um lado, confrontar-se com as potências do Eixo colocou em evidência as contradições da ditadura e fortaleceu os movimentos oposicionistas, tornando, com o fim da guerra, insustentável a sua permanência; por outro lado, a própria oposição amigo/inimigo presente nos conflitos bélicos foi utilizada pelo regime e inserida na “lógica” que o constituía. Desta forma, muitos dos “súditos do Eixo” (que em Paulista eram formados principalmente pelos alemães), além das restrições que atingiram seus cotidianos — tais como a proibição do idioma, a demissão do trabalho, a restrição do direito de ir e vir, a apreensão de vários objetos restritos ao âmbito pessoal, etc. —, foram julgados e presos por emitir opiniões julgadas ofensivas à dignidade do Brasil, ou afastados do convívio social por terem sido elevados à condição de inimigo público mais visado no período. Neste último caso, em Pernambuco, a condição de estrangeiro foi suficiente para que a exclusão do convívio na sociedade ocorresse, sendo criado, neste estado, um campo de internamento que funcionou durante toda a guerra e abrigou muitos estrangeiros pertencentes aos países do Eixo, assim como suas famílias.

4.5 “Campo de Concentração Chã de Estevão”

Em 28 de julho de 1943, em carta ao delegado da DOPS, o alemão Hermann Franz Kempkens expunha questões de ordem econômica e familiar na tentativa de reassumir seu posto de trabalho em Paulista. Para tanto, descrevia a situação em que vivia à época:

I. Em conseqüência da minha detenção e posterior internamento no Campo de Chã de Estevão, encontro-me desde o mês de Setembro de 1942 com os vencimentos reduzidos, recebendo — forçosamente afastado do meu lugar de trabalho que ocupava na Companhia de Tecidos Paulista — unicamente um auxílio de manutenção, cuja altura dificilmente possibilitaria a manutenção da minha família.

II. Vivo aqui, no Campo, em conjunto com a minha companheira brasileira, que há três anos reside comigo, e ainda com a minha filha menor, também brasileira, de 2 anos de idade, por mim reconhecida e devidamente registrada no competente cartório de Paulista.

¹¹⁷ “Inúmeras fotografias, às vezes simples recordação do passado, eram arrancadas dos álbuns de famílias alemãs e anexadas aos prontuários como documentos-verdade, provas das múltiplas heresias: nazista, espião, comunista, judeu, informante, etc.” Loc. cit.



Fig. 22 - "Alguns rádios receptores apreendidos em poder dos alemães"

Fonte: Prontuário Funcional 29.653, envelope 2 – DOPS-APEJE



Fig. 23 - "Material para rádio de transmissão e máquinas fotográficas apreendidas dos súditos do Eixo"

Fonte: Prontuário Funcional 29.653, envelope 2 – DOPS-APEJE



Fig. 24 - Bótons nazistas

Fonte: Prontuário Funcional 14.551
DOPS-APEJE



Fig. 25 - Propaganda militarista nazista de 1935

Fonte: Prontuário Individual 14.061 – DOPS-APEJE



Fig. 26 - "Cartaz com imagem de soldados alemães"

III. Não estou, nas presentes condições, absolutamente, na posição financeira de garantir aos meus uma existência adequada, destacando-se a impossibilidade de educar e alimentar a minha filha de uma maneira toda indispensável. Devo privar também a minha companheira de muitas necessidades primitivas.

IV. Considerando o que acabo de expor e mais ainda considerando que durante os 7 anos que estou no território brasileiro nunca houve nada que possa ter desabonado a minha conduta moral, peço, portanto, à V.Sa. que mediante o seu alto espírito de justiça estude a possibilidade de conceder-me o retorno ao meu lugar de trabalho em Paulista, embora que seja sob a vigilância que o momento, do ponto de vista das autoridades possa achar conveniente. E somente assim que poderei atravessar os obstáculos que, presentemente, não sei mais como vencer sem prejuízo dos interessados i.e. da minha família brasileira.¹¹⁸

Em 22 de novembro de 1942, pouco tempo depois dos resultados das sindicâncias realizadas pela 7ª Região Militar em Paulista e Rio Tinto e das deliberações acerca dos “súditos do Eixo”, era criado o Campo de Concentração Chã de Estevão, no município de Igarassu (atual Araçoiaba), em Pernambuco. Era daquele local que o alemão Kempkens relatava a condição em que se encontrava; condição esta que não considerava justa, uma vez que não havia em sua conduta nada que justificasse a sua permanência no campo. Assim como ele, outros “súditos do Eixo” estiveram recolhidos em campos de confinamento pelo país, muitos deles sem ter conhecimento das acusações que lhes eram imputadas.¹¹⁹

No Brasil, as prisões de alemães ocorreram não apenas nas casas de detenção e nos presídios, mas em campos de internamento, também chamados de campos de concentração ou presídios pelos agentes policiais e integrantes do governo, que não faziam distinção dos termos.¹²⁰

¹¹⁸ Carta de alemão do Campo Chã de Estevão para delegado da DOPS. Chã de Estevão, 28.07.1943. Prontuário Funcional 29.405 – DOPS – APEJE.

¹¹⁹ É importante ressaltar que no Brasil os campos de concentração não tinham nenhuma semelhança com os que foram criados no século XX pela Rússia stalinista ou pela Alemanha nazista. Os campos de concentração, explica Valeriano Nicolau, não são uma invenção moderna. No entanto, as idéias que acompanharam a sua criação naquele século fizeram com que eles parecessem novos, o que terminou acontecendo, uma vez que se transformaram em campos de extermínio. Como afirma o autor em relação à modernidade do campo: “de fato, os campos de concentração eram uma invenção muito moderna – moderna em sua insistência na análise e na fragmentação. O campo nasce nas mentes desses que começaram a ver a espécie humana como fundamentalmente descontínua, capaz de ser separada em partes como a série de números de Dedekind, ou designada, como os elementos dos subconjuntos de Cantor, que podem ser definidos de forma justa e inequívoca. Utilizados por marxistas do século XIX como Stalin, ou nacionalistas românticos do mesmo século como Hitler, o campo poderia se transformar, e realmente se transformou, em um instrumento de extermínio.” NICOLAU, Valeriano Weyler y. Inventando o campo de concentração. In: EVERDELL, William R. (org.). *Os primeiros modernos: as origens do pensamento do século XX*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 146-147.

¹²⁰ Cf. PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*, op. cit., p. 21 e 205. Perazzo explica que a prática de internar em campos os “indesejáveis” não foi uma invenção do governo Vargas, tendo sido amplamente utilizada pelo Estado em vários momentos, desde o início do século XX. Cf. ibidem, p. 205-206. Sobre o assunto ver: NEVES, Frederico de Castro. *Curral de bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 1, 1995.

Estes, por sua vez, referiam-se aos locais que foram “[...] reativados, adaptados e criados para receberem os ‘súditos do Eixo’ que tiveram sua prisão legitimada pelo estado de beligerância entre o Brasil e seus países de origem”.¹²¹ Em Pernambuco, inúmeros estrangeiros, em sua grande maioria alemães, seriam recolhidos à Casa de Detenção (também designada de Presídio Especial)¹²². Em outubro de 1942, por exemplo, havia, naquela localidade, um total de 79 alemães,¹²³ muitos dos quais funcionários da CTP;¹²⁴ no entanto, para os alemães que trabalhavam nas fábricas dos Lundgren, houve uma segunda forma de recolhimento, que se deu no Campo de Concentração Chã de Estevão.¹²⁵ Em julho de 1943 o delegado da DOPS em Recife explicava, ao juiz do Tribunal de Segurança Nacional no Rio de Janeiro, os motivos da criação do campo. Em telegrama, afirmou que:

Walter Fritz Buhr e outros alemães trabalhavam Companhia Paulista estão detidos disposição esta Secretaria campo concentração localizado Chã Estevam este Estado pt Companhia Paulista ao tempo declaração estado beligerância Brasil possuía cerca 50 alemães trabalhando suas fábricas situadas poucos quilômetros litoral pt Maioria inclusive Walter Fritz Buhr pertencia Partido Nazista ali fundado e estava identificada propaganda alemã pt Motivo segurança nacional acordo sugestões Ministério Justiça e entendimento Comando Região esta Secretaria criou aquele campo concentração ali recolhendo alemães suspeitos trabalhavam mesma fábrica pt São estes esclarecimentos cumpre-me prestar V.Excia. pt.¹²⁶

Em Pernambuco, no entanto, havia uma singularidade referente ao campo de internamento, uma vez que ele foi criado com a colaboração dos Lundgren para abrigar os “súditos do Eixo” de suas empresas, acompanhados de suas famílias. À CTP coube a responsabilidade pelo sustento de todos eles, bem como as despesas relacionadas aos encarregados da segurança e vigilância do campo. Para comandar o destacamento policial de Chã de Estevão, foi designado o sargento Oscar Casado de Albuquerque, que permaneceu em sua função até

¹²¹ PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*, op. cit., p. 205. Segundo Perazzo, vários estados abrigaram campos de confinamento entre os anos de 1942 e 1945. Foram eles: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Pará. *Ibidem*, p. 209.

¹²² Nos documentos a que tivemos acesso, percebemos que a Casa de Detenção no Recife também era designada de Presídio Especial, informação esta que confirmamos com funcionários que trabalham com a documentação da DOPS no APEJE.

¹²³ Cf. Relação nominal de presos políticos alemães que foram visitados na Casa de Detenção em 23 de outubro de 1942. Diretor da Casa de Detenção para secretário de Segurança Pública. Recife, 24.10.1942.

¹²⁴ Cf. “Relação dos Funcionários da Companhia de Tecidos Paulista que se encontram recolhidos ao presídio Especial”. DOPS. Recife, 16.11.1942. Esta lista traz o nome de 34 alemães.

¹²⁵ Ver: “Relação dos alemães que foram transferidos para o Campo de Concentração Chã de Estevam”. Secretaria de Segurança Pública, s.d. As datas das transferências de tais alemães compreendem os meses finais de 1942 até meados do ano seguinte.

¹²⁶ Telegrama de delegado da DOPS, Fábio Correia, para juiz do Tribunal de Segurança Nacional, ministro Raul Machado, (Rio de Janeiro), sobre o Campo de Concentração Chã de Estevão. Recife, 6 jul. 1942. Prontuário Funcional 29.444. DOPS – APEJE.

agosto de 1945, data em que o serviço de vigilância foi extinto em função do término da guerra.¹²⁷ Segundo descreveu,

ali existiam dezesseis casas, é casinhas como essas, *boinhas*, com quarto, com sanitário, com tudo né? Essas casas foram feitas para os operários da Paulista, né, que trabalhavam ali naquela área. Machadeiros, carpinteiros, serralheiros. Então essas casas foram aproveitadas para colocar os alemães.[...] Cada alemão tinha uma casa com quintal, sanitário, tudo isso.¹²⁸

No Brasil, os campos de internamento estiveram sob a responsabilidade da Polícia Política e do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.¹²⁹ Em maio de 1946, com o campo já extinto, o ministro da Justiça solicitou à interventoria de Pernambuco que listasse os “[...] prejuízos ocorridos na órbita administrativa” relacionados à “ação do inimigo, compreendendo perdas resultantes do afundamento de embarcações, atos de sabotagem, despesas com prisioneiros de guerra (manutenção, vestuário, tratamento etc), e outros danos e gastos acaso verificados [...]”.¹³⁰ Em esclarecimento ao último item especificado, qual seja, às despesas que envolviam os presos de guerra, são relatados a participação dos Lundgren e o *acordo* firmado entre eles, o governo e o comando da 7ª Região Militar destacado para solucionar o *problema* do “perigo” dos “súditos do Eixo” em Paulista. Segundo informava a DOPS ao ministro:

Não consta, dos arquivos desta Delegacia, o registro de quaisquer despesas feitas pelo Governo do Estado durante a guerra, com prisioneiros do “Eixo”. O campo de concentração em que estiveram internados vários súditos alemães, durante o período mais agudo da luta, foi preparado e mantido às expensas da Cia. de Tecidos Paulista, com aprovação do Comando da 7ª Região Militar e do Governo do Estado, com contrato firmado para futuras indenizações.¹³¹

Mas quais as intenções que moviam os donos da CTP para que criassem e mantivessem o Campo Chã de Estevão? Ao que tudo indica, os propósitos dos industriais estavam relacionados à proteção de seus funcionários estrangeiros, pois, ao invés de serem recolhidos à Casa de Detenção no Recife, tinham a chance de, mesmo prisioneiros, permanecer em casa com suas famílias, recebendo ajuda de custo para sustentá-las. As terras e as próprias casas, como

¹²⁷ Cf. Ofício do delegado da DOPS para coronel da Força Policial de Pernambuco. Recife, 20.09.1945. Prontuário Funcional 31.771-B – DOPS – APEJE.

¹²⁸ Entrevista de Oscar Casado de Albuquerque para Flávio José Rufino cedida ao APEJE.

¹²⁹ Cf. PERAZZO, Priscila. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*, op. cit., p. 209.

¹³⁰ Telegrama do ministro da Justiça Carlos Luz para interventor federal de Pernambuco sobre despesas do governo originadas pelos inimigos do Eixo. Rio de Janeiro, 07.05.1946. Prontuário Funcional 29.444, envelope 4 – DOPS – APEJE.

¹³¹ “Informação” de encarregado do serviço de Ordem Política sobre despesas de guerra. Recife, 23.05.1946. Prontuário Funcional 29.444, envelope 4 – DOPS – APEJE.

afirmou Oscar Casado de Albuquerque, eram de propriedade dos Lundgren.¹³² Podemos supor que, diante de tal situação, havia um certo acesso ao campo, ou alguma forma de controle sobre ele por parte dos mesmos, uma vez que a criação e manutenção não ficaram unicamente a cargo do governo.

O alemão Walter Schumacher — que em 1944 foi afastado de suas funções (por fazer parte da Lista Negra¹³³ do Consulado norte-americano em Recife), ficando proibido de estabelecer contatos com os Lundgren, bem como com qualquer funcionário da CTP¹³⁴ — afirma que os vários comentários que existiam em relação ao campo decorriam da “ignorância” ou “má vontade”, já que não existia no local um “campo de concentração”. Segundo ele, enquanto este “era para castigar e coisa muito pior”, o Campo Chã de Estevão foi criado para “amenizar” a situação dos funcionários que, em número elevado, estavam encarcerados na Casa de Detenção do Recife desde agosto de 1942. Schumacher acrescenta, ainda, que o acordo teria ocorrido da seguinte forma:

¹³² Em janeiro de 1942, investigador da DOPS informava que “a Cia. possui três propriedades denominadas Aldeia, Barroca e Chã de Esteves, muito distante de Paulista, servidas apenas por estrada de ferro. Nessas propriedades que são servidas, também, com telefones, tem sido desusado o corte de madeiras, sob o pretexto de intensificar o plantio de eucaliptos. Lá não se pode penetrar sem uma razão plausível que justifique a presença de pessoas estranhas a Cia”. Encarregado de serviço para delegado da DOPS. Recife, 20.01.1942. Prontuário Funcional 29.240 – DOPS – APEJE.

¹³³ “Após a conferência do Rio, as autoridades brasileiras começaram a se preparar para pôr em prática um sistema efetivo de controle de bens e recursos destinado às pessoas jurídicas ou físicas que tivessem ligações com o Eixo. Na verdade, desde dezembro de 1941, pelo decreto 3.911 baixado por Getúlio Vargas, todas as operações financeiras que envolviam a Europa já dependiam de uma licença prévia do Banco do Brasil. A medida fora tomada pelo governo como resposta à escalada da tensão no continente após o ataque japonês a Pearl Harbor e a entrada dos EUA no conflito. [...] Finalmente, em 11 de março de 1942, Vargas baixaria o Decreto-lei 4.166, o primeiro da nova linha de conduta que o Brasil decidira adotar, dispondo sobre as indenizações por atos de agressão contra os bens e vidas de brasileiros. Um texto duro, cuja abertura [...] justificava a decisão de apreender uma parcela dos recursos de cidadãos italianos, alemães e japoneses. Dois dias depois viria o Decreto-lei 4.174, que abriria brechas para o governo intervir em empresas e sociedades que tivessem relações com países do Eixo.” Soberania Vigiada. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 17-19 set. 1999. Leitura de Fim de Semana, p. 1. A matéria aborda a influência dos Estados Unidos nas decisões brasileiras referentes a tais assuntos e informa que as firmas a serem investigadas pelo governo brasileiro tinham como base uma lista preparada pelo Departamento do Tesouro Americano, a “Proclaimed List”: “a relação com empresas e representantes comerciais que possuíam algum tipo de contato com as nações do Eixo começara a ser esboçada nos primeiros anos do conflito, como precaução à economia americana e apoio aos britânicos, que solicitariam aos EUA o fim de operações que beneficiassem alemães e italianos a partir do solo americano.” Ibidem, p. 4.

¹³⁴ Em março de 1944, diretores da CTP confirmavam, em documento, “entendimento verbal” que haviam estabelecido referente a quatro de seus funcionários alemães: Walter Schumacher, Franz Cornils, Paul Buelow e Friedrich Lemke. Em relação aos três primeiros afirmavam que: “serão completamente afastados de todas as funções na Companhia e instruídos no sentido de ficarem em suas casas, não mantendo contato algum com os dirigentes da Companhia referente aos negócios e trabalhos em geral da mesma”. Quanto a Lemke, “a Companhia se compromete a fazer tudo o que estiver ao seu alcance no sentido de encontrar um substituto para o empregado marginado, o mais cedo possível, informando a V.Sa. logo que seja feita uma substituição satisfatória”. Telegrama da CTP (diretores) para cônsul norte-americano em Recife (confidencial). Recife, 16. 03.1944. Prontuário Funcional 31.771-A – DOPS – APEJE.

Através de pessoas influentes, o Cel. Frederico João Lundgren apelou para as autoridades brasileiras que soltassem os seus empregados, que finalmente não fizeram nada em prejuízo ao Brasil. Tudo em vão. Porém, em outubro o Governo de Pernambuco apresentou a F.J.L. uma alternativa: ou os seus empregados ficassem [sic] na Detenção ou seriam transferidos para um campo não muito distante de Paulista, os casados com as famílias e todos sob um controle vigoroso e só podiam sair em casos de doenças e acompanhados por um investigador.¹³⁵

Julius Lemke também fala da criação do campo como uma alternativa dos Lundgren para tirar os funcionários da cadeia e acrescenta, ainda, um outro aspecto que teria motivado a iniciativa dos industriais, diante das prisões que eram efetuadas pela polícia: “aí então o Lundgren começou justamente fazer o campo de concentração lá porque achava a coisa séria e ele precisava dessas pessoas porque essas pessoas não eram funcionários simples, cada um tinha sua ação”.¹³⁶ A importância do trabalho especializado destes estrangeiros retirados de seus postos de trabalho pode ser avaliada pelo esforço que a CTP fazia para mantê-los trabalhando. Jorge Freidhof e Hans Fastenrath, técnicos alemães da CTP em Timbó, distrito localizado a dois quilômetros de Paulista, foram obrigados pela DOPS, com o estado de guerra, a estabelecer residência em Paulista. Como consequência, afirmava a CTP, era necessário efetuar grandes despesas com tais técnicos “[...] despesas essas representadas pelo custo do transporte dos mesmos duas vezes ao dia de Paulista a Timbó e vice-versa e pela necessidade de serem conservadas as suas antigas residências em Timbó, para o fim único de fazerem, já então por n/ conta, as suas refeições.”¹³⁷ Da mesma forma, o afastamento de Walter Schumacher e de outro técnico alemão, também colocado na Lista Negra, gerou reação dos

¹³⁵ Depoimento escrito do alemão Walter Schumacher para Susan Lewis. Olinda, 23.03.2001. Schumacher descreve o que teria sido sua participação na criação do campo: “Ainda havia uma cláusula”, continua, “ou todos os encarcerados na detenção fossem [sic] para o campo ou ninguém. F.J.L. não estava entusiasmado com esta alternativa, que tinha que decidir para todos ou a Detenção ou campo, receiando [sic] também que depois da guerra podia haver na Alemanha comentários que ele tinha enviado os seus empregados alemães para um campo de prisioneiros de guerra. F.J.L. me perguntou então, se eu estava disposto à [sic] assumir a co-responsabilidade tanto perante os meus patrícios na Detenção como também defender a criação do campo depois da guerra na Alemanha. Eu: ‘assumo, sem reserva’.”

¹³⁶ Entrevista de Julius Hermann Friedrich Lemke para Susan Lewis. Recife 03.03.2001. Lemke também afirma ter sido afastado de seu cargo da CTP e ter ficado, juntamente com outros alemães na mesma condição, recebendo salário dos Lundgren.

¹³⁷ Prossegue a CTP em sua exposição: “Além disso há ainda a considerar a agravante de ser preciso os n/mencionados servidores deixar o serviço um pouco antes da hora regulamentar, contanto que se recolham às suas residências até as 18 horas, em obediência, também, ao que lhe foi ordenado pela Delegacia de Ordem Social.” Ao expor esta situação, a CTP solicitava, com o fim da guerra, a autorização para que voltassem a residir em Timbó. Carta da CTP para secretário de Segurança Pública de Pernambuco sobre volta de alemães ao trabalho. Paulista, 22.06.1945. Prontuário Funcional 31.771-B – DOPS – APEJE.

Lundgren, que pleiteavam a volta ao trabalho daqueles funcionários.¹³⁸ Os esforços, então, mostram a importância que o trabalho especializado de tais técnicos tinha para a companhia.

Os depoimentos de Schumacher e Lemke ressaltam não apenas a ajuda oferecida pela CTP aos alemães do campo, mas também a ausência de maus-tratos sobre os prisioneiros. “Não conheço uma pessoa que tenha preferido de [sic] ficar na Detenção”, afirmou Schumacher. As cartas de muitos deles — além da comunicação estabelecida entre os investigadores encarregados da observação do campo e a DOPS — confirmam esta situação. Não raras vezes, tendo em vista situações consideradas emergenciais, os investigadores permitiam certas ações antes de receber autorização da DOPS, como nos casos de tratamento de saúde. A saída do campo ocorria mediante comunicação à DOPS e posterior autorização, quando, então, o preso era escoltado para realizar o que havia solicitado. Assim é que Gediel Raimundo, investigador da DOPS lotado no campo, comunicava ao delegado do órgão que se vira forçado a agir por iniciativa própria, permitindo que um enfermo que apresentava “uma grande ferida de mau caráter na perna” fosse levado, devidamente escoltado, para Recife.¹³⁹ Outras situações demonstram que o rigor relacionado às ordens de vigilância do campo podia ser amenizado. Para entrar ou permanecer no campo, como no caso de familiares dos presos, era obrigatória autorização da DOPS. No entanto, no final do ano de 1943, o mesmo investigador de polícia permitiu uma exceção mediante o caso que lhe foi apresentado. Eis o seu relato:

¹³⁸ Cf. Cópia de relato explicando partes da carta endereçada por um dos Lundgren, expondo a questão da necessidade de técnicos estrangeiros. Secretaria de Segurança Pública – PE, 09.05.1944. Sob o título “industrial suspeito pleiteia, empenhadamente, a permanência de técnicos alemães em sua indústria de tecidos, sediada em Recife, Brasil”, o documento, que expunha o pedido de um dos Lundgren para que tais técnicos pudessem continuar trabalhando na fábrica, afirmava que: “em carta de caráter amistoso, [...] o missivista relata que, em sua INDÚSTRIA DE TECIDOS, considerada a maior da AMÉRICA DO SUL, sempre colaboraram TÉCNICOS europeus de diversas nacionalidades, como: INGLESES, ALEMÃES, SUECOS, PORTUGUESES, ITALIANOS, ETC., e que, com o desencadeamento da guerra atual, a referida INDÚSTRIA, ficou privada do concurso da maioria dos TÉCNICOS GERMÂNICOS, dizendo achar natural esse afastamento, em virtude da situação do Brasil com os países do EIXO... Secretaria de Segurança Pública, 09.05.1944. [...] Diz, que, dois desses TÉCNICOS, vigiados e controlados pelo EXÉRCITO e pela POLÍCIA, tiveram permissão para continuar no serviço, a afim de não ser diminuída produção da FÁBRICA em prol do esforço de guerra, não tendo sido até o momento, surpreendidos em subversão contra os interesses do PAÍS. [...] Informa haver sabido ultimamente, que, por deliberação do ADIDO COMERCIAL ESTADUNIDENSE, junto ao CONSULADO NORTE-AMERICANO em RECIFE, os dois referidos TÉCNICOS seriam afastados de suas atividades, Indo a EMPRESA para a LISTANEGRA, se não fosse cumprida essa determinação.” Grifo do autor.

¹³⁹ “Em vista de esperar o médico e mesmo não chegando, resolvi mandar o alemão acima mencionado para esta cidade”, afirmou o investigador. “O alemão em apreço segue devidamente escoltado pelo cabo deste Destacamento, José Seixas Pereira, o qual recebeu as devidas instruções no sentido de se dirigir em viagem direta a V.S.” Investigador para delegado da DOPS sobre saída de preso do Campo Chã de Estevão. Chã de Estevão, 11.06.1944. Prontuário Funcional 31.771-B – DOPS – APEJE.

Levo ao conhecimento de V.S. que ontem às 18 horas pouco mais ou menos apresentou-se neste Campo, Augusto José Neubaner, procedente do Colégio Americano Batista desta capital, filho do Austríaco Neubaner, atualmente internado neste campo, porém o mesmo não trouxe ordem de V.S. para residir neste campo juntamente com seus pais, resolvi deixá-lo em casa de um funcionário da Cia. Paulista que reside aqui próximo a fim de que o mesmo voltasse no dia seguinte a Recife para trazer a permissão de V.S. para conviver com seus pais, o referido rapaz declarou que estava sem dinheiro para voltar ao Recife, levei ao conhecimento de sei pai a fim que o mesmo financiasse algum dinheiro para sua viagem, este juntamente com sua mulher me respondeu desatenciosamente com gesto muito grosseiro, dizendo qual era o motivo que seu filho não ficaria logo em sua residência, provocando uma revolta contra mim, para que evitasse um escândalo, pois os velhos são neurastênicos, determinei a entrada do rapaz neste campo, e detido na residência dos seus pais, aguardando a resolução de V.S.¹⁴⁰

A própria reação dos pais e posterior decisão do investigador apontam para determinada ausência de rigidez nas relações estabelecidas entre os prisioneiros e autoridades constituídas para fazer obedecer às regras impostas no campo. No entanto, havia inúmeros motivos de insatisfação, que foram relatados pelos prisioneiros, a exemplo da carta de Hermann Franz Kempkens que expunha os obstáculos materiais para sustentar devidamente sua família. Muitos dos que se encontravam em Chã de Estevão desconheciam as acusações que teriam ocasionado suas internações no campo. Além disso, os membros que compunham suas famílias, mesmo os de nacionalidade brasileira, também estavam sob as mesmas condições de obediência às restrições impostas. Assim ocorria com filhos ou esposas dos presos autorizados a permanecer no campo:

Venho, pela presente, pedir a V.Sa. a fineza de conceder à minha esposa, Anna Jokl, a licença para uma viagem à cidade de Recife, afim [sic] de possibilitá-la a tratar de dois assuntos familiares de suma necessidade. Em primeiro lugar pretende a minha senhora solucionar os interesses escolares da minha filha menor, Lieselotte Jokl, de 10 anos de idade, brasileira nata, acontecendo que a mesma, atualmente internada na Academia Sta. Gertrudes, em Olinda, precisa ser transferida para um outro Instituto de Ensino, uma vez que ela termina em fins de Novembro ou no começo do mês de Dezembro deste ano o Curso de Admissão. [...] Ao mesmo tempo solicito a V.Sa. que permita à minha esposa submeter-se a um tratamento dentário na cidade de Recife, pois, está ela sofrendo de doença dentária cuja origem já foi localizada pelo médico do Campo, porém, deixou de ser tratada, uma vez que não se pode executar os respectivos trabalhos aqui mesmo, e isto devido a falta de certos recursos, explicada pela situação afastada deste campo.¹⁴¹

¹⁴⁰ "Comunicação" de investigador para delegado da DOPS sobre entrada de filho de prisioneiro no campo. Prontuário Funcional 29.405 – DOPS – APEJE.

¹⁴¹ Carta de Wilhelm Jokl para delegado da DOPS solicitando saída de sua esposa do campo. Chã de Estevão, 26.10.1943. Prontuário Funcional 31.771-B – DOPS – APEJE.

Nos registros a que tivemos acesso, os pedidos para saída do campo, geralmente por motivos de saúde, eram autorizados pela DOPS. No entanto, em pelo menos um caso, pudemos verificar a recusa para tal permissão e a reação provocada no prisioneiro, o alemão Wilhelm Blanke. Segundo afirmava o investigador Gediel Raimundo, o “súdito alemão” havia declarado ao mesmo que aproximadamente há três meses solicitara às autoridades permissão para ir ao Recife a fim de ser examinado por um médico. Diante da recusa, “[...] disse-me que estava resolvido a fugir deste campo de Concentração, ou acabar com a vida. Eu o adverti sobre sua atitude, então ele respondeu-me que tudo lhe era indiferente”.¹⁴² O caso de Wilhelm Blanke foi relatado em junho de 1945, época posterior, portanto, à rendição incondicional da Alemanha, que se deu em 23 de maio de 1945. Mesmo mês em que a Embaixada da Espanha no Rio de Janeiro fazia cessar a função que assumira enquanto o país estivera em guerra, ou seja, proteger os interesses dos alemães no Brasil. Ainda assim, em Pernambuco, os estrangeiros permaneciam no campo e ainda sofriam restrições como a do alemão Blanke.

Apesar de constituir alternativa à Casa de Detenção e de ter possibilitado o convívio entre os presos e seus familiares, o cotidiano dos que permaneceram no campo não ocorreu tendo como única privação a falta de liberdade. Existiram restrições que repercutiam entre os presos, e entre elas estava a questão da comunicação. Se por um lado foi permitido aos mesmos que se comunicassem com seus parentes por intermédio da Cruz Vermelha, por outro lado foi proibida a posse de livros em língua alemã (inteiramente ou em parte), independentemente de apresentarem conteúdo nazista. Assim, dicionários, livros de culinária, guia para língua portuguesa, etc. foram apreendidos e depositados, em poder do investigador de polícia, em uma casa do campo.¹⁴³ Porém, entre as proibições, nenhuma parece haver gerado incômodo maior do que a relacionada ao idioma alemão. Em 31 de janeiro de 1943, os internos eram avisados da proibição, que devia ser seguida por todos, que estariam, a partir de então, obrigados a falar a língua portuguesa, dentro ou fora de suas residências. Sendo assim, a intimidade das famílias que podiam conviver em residências passava a ser atingida, e não pelo perigo que representavam, mas, ao que parece, como forma de exercitar o controle sobre os presos. A desobediência a tal imposição implicava em “severas penalidades”, arriscando-se

¹⁴² “Comunicação” de Investigador para delegado da DOPS sobre presos do campo. Chã de Estevão, 12.06.1945. Prontuário Funcional nº 31.771-B – DOPS – APEJE.

¹⁴³ Cf. “Comunicação” de investigador para delegado da DOPS sobre apreensão dos livros em língua alemã. Em anexo segue a “relação dos livros, impressos – parcialmente ou por inteiro – em língua alemã e apreendidos no Campo de Concentração Chã de Estevam (Em data de 5 de Fevereiro de 1943)”. Chã de Estevão, 24.02.1943. Prontuário Funcional 31.771-B – DOPS – APEJE.

o infrator a uma escolta para Recife e conseqüente internamento na Detenção.¹⁴⁴ A reação não tardou e, em abaixo-assinado, poucos dias depois, os alemães se dirigiam ao delegado da DOPS, afirmando que:

Não deixamos de submeter-nos às circunstâncias, ditadas pela anormalidade da nossa situação, no entanto, permita-nos V.Sa. ponderar que a referida providência significa uma dureza desproporcionalmente grande, com tal que ela venha a bater na vida familiar, i. e. na vida atrás das portas fechadas e, com predominância, meramente conjugal. Acresce mais que se nota, em determinadas famílias, dificuldades penosas de comunicarem, dadas as suas preocupações puramente domésticas e a sua vida de então relativamente retraída, não dispondo elas do vocabulário dos homens que viviam em contato permanente com o mundo de fora, que é o do comércio e da indústria e lhes proporcionava uma maior prática de falar e conhecimentos do idioma português mais aperfeiçoados. Queira V.Sa. igualmente levar em consideração a anormalidade que se oferece se marido e esposa, atrás de portas fechadas e na sua própria casa, são compelidos a conversar num outro idioma senão o seu, que estão acostumados a falar, entre si, por todo o tempo que vivem juntos ou seja anos a fio.¹⁴⁵

Os alemães solicitavam, portanto, que lhes fosse dada permissão para a utilização do idioma alemão no interior de suas residências, “sujeitando-se todos ao mesmo tempo de servir-se da língua portuguesa em qualquer lugar fora das casas do Campo”,¹⁴⁶ pedido que lhes foi negado. Assim, retirados de seus trabalhos, proibidos de falar o idioma natal, estiveram muitos funcionários da CTP que, sem que lhes imputassem nenhuma acusação formal, foram internados em um campo como alternativa à prisão comum. E assim se encontraram até o final da guerra quando, então, foi extinto o Campo de Concentração Chã de Estevão e os estrangeiros puderam voltar à vida cotidiana, mesmo com as marcas deixadas pelo conflito. Mas se ele havia chegado ao fim, os embates sociais permaneceriam e ainda se apresentariam ancorados na mesma temática. A guerra, mesmo finalizada, servia de pano de fundo para outras *guerras* presentes no dia-a-dia da sociedade. Em agosto de 1945 era publicada a seguinte notícia relacionada a Rio Tinto:

Na noite do 18 do corrente, grande número de operários da Fábrica do Rio Tinto praticou depredações nas residências dos sócios da empresa,

¹⁴⁴ Cf. “Aviso” de investigador para prisioneiros do campo sobre proibição da língua alemã e de livros no mesmo idioma. Chã de Estevão, 31.01.1943. Prontuário Funcional 31.771-B – DOPS – APEJE.

¹⁴⁵ Abaixo-assinado de alemães para delegado da DOPS solicitando permissão para utilização do idioma alemão. Chã de Estevão, 14.02.1943. Prontuário Funcional 31.771-B – DOPS – APEJE.

¹⁴⁶ Abaixo-assinado de alemães para delegado da DOPS solicitando permissão para utilização do idioma alemão. Chã de Estevão, 14.02.1943. Prontuário Funcional 31.771-B – DOPS – APEJE. Grifo do autor. Além disso, pediam, ainda, que lhes fossem devolvidos os “livros especificamente instrutivos” (grifo do autor), o que também não foi permitido. Sobre a obrigação da língua alemã dentro ou fora das casas, não encontramos documentos que se referissem à sua aplicação, o que não ocorreu com os livros que foram apreendidos de seus donos.

incendiando algumas casas, não ocorrendo, porém, nenhum atentado pessoal. Os operários revoltaram-se contra as medidas tomadas pela gerência do estabelecimento, sendo atribuída a casa principal à substituição de um gerente brasileiro por um súdito alemão, fato já verificado.¹⁴⁷

O “perigo alemão” que foi utilizado para viabilizar várias ações do Estado, em Pernambuco e demais unidades da federação, justificando práticas repressivas, autoritárias e indiscriminadas, se extinguiu no final do ano de 1945. Naquele ano, as feridas das contradições do regime ficavam expostas sem que pudesse haver remédio para recompô-las. Já não era mais possível calar as críticas a um regime ditatorial que estivera ao lado dos Aliados em nome da democracia. Extinguiam-se os campos, alemães sem condenação eram libertados e já não havia mais tempo para apresentar à sociedade outra condição de perigo.¹⁴⁸

¹⁴⁷ *Jornal do Commercio*, Recife, 28.08.1945. Prontuário Funcional 29.251 – DOPS – APEJE.

¹⁴⁸ Situações relacionadas aos “súditos do Eixo” perderiam força e o sentido de sua existência se extinguiu, tornando menores as possibilidades arbitrárias que ocorreram no período, como no exemplo que se segue e que podia ser estendido para outros estados, durante o Estado Novo: “Sob o fundamento de ser proibido aos estrangeiros do eixo se expressarem em seus idiomas, nunca é menor que 10 a 20 o número de falsas prisões que se verificam no Mercado Municipal de São Paulo; um punhado de ‘tiras’ andam sempre por ali e, quando o japonês ou o italiano descuida um pouco está recebendo ordem de prisão. Entrega-se e sai de sua barraca para voltar da 1ª ou 2ª esquina, onde o ‘tira’, após ameaçar de sofrimentos e processo, na prisão, prontifica-se a ‘resolver’ o caso ali mesmo, mediante quantias as mais diversas que, conforme a categoria do ‘preso’ desce até a 20 cruzeiros!” Informações de Boletim Reservado nº 113 da DOPS – RJ. Rio de Janeiro, 17.10.1944, p. 6. GV 1944.10.17, CPDOC-FGV.

Considerações finais

*Mas o instante passou. A carne nova
Sente a primeira fibra enrijecer
E o seu sonho infinito de morrer
Passa a caber no berço de uma cova.*

*Outra carne virá. A primavera
É carne, o amor é seiva eterna e forte
Quando o ser que viveu unir-se à morte
No mundo uma criança nascerá. [...]*

Vinícius de Moraes
Quatro sonetos de meditação (I)

Os instantes passaram, a morte chegou e enterrou sonhos, projetos de vida, medos, alegrias, decepções, buscas pela sobrevivência, desejos, contradições que envolvem os humanos. O que ficou na poeira do tempo? O que morreu junto com os personagens que constituíram a história e foram por ela constituídos? Cheiros, intrigas, variados sentimentos, inúmeras ações também jazem com eles. Outros tomaram seus lugares e por mais alguns instantes serão os construtores da história. Enxergar essas limitações e saber que ao tratar de qualquer época histórica lidamos apenas com fragmentos pode gerar inquietação e indagações. Quantas das descrições constantes dos documentos analisados omitem acontecimentos que poderíamos considerar fundamentais? De que forma os atores históricos, com suas necessidades as mais diversas, sentiram e atuaram diante do vivido?

O Estado Novo formou-se e foi colocado para a sociedade como a solução de seus males, o pai presente que resolvia as questões do filho, que, no entanto, não devia indagar a autoridade paterna. As rebeldias não seriam toleradas e o grande projeto não aceitava a multiplicidade dos grupos na sociedade. Os conflitos eram negados e o Estado corporativo colocado como única alternativa. Dos homens de governo exigia-se ação (afirmavam os discursos da época).¹ E da população, que cooperasse com eles, mas sem atuação política e todos os reveses que esta pode ocasionar, uma vez que as contradições são inerentes a ela. Admitir os conflitos e

¹ MAGALHÃES, Agamenon. Ação (23.06.1940). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 29.

considerá-los necessários e mesmo fundamentais nas relações humanas era apresentado como algo fora do real:

Há pouco, ouvi um desses contemplativos dizer que a democracia é o regime da inteligência. Nele se encontram com liberdade todas as correntes do pensamento humano. Comunistas, democráticos, fascistas, nazistas, bonapartistas, lusos, africanos, hindus, sinagogos, os que têm pátria e os que não têm, tudo pode agitar-se nos congressos das nações liberais. O jogo de forças espirituais, a dialética, o conflito das tendências, o que emociona a inteligência, enfim, é muito bonito, e nada nos custaria se o mundo lá fora fosse um paraíso. Se a realidade fosse outra. Se a economia tivesse estruturas estáveis. Se a máquina não tivesse gerado o problema das massas. Se não houvesse superprodução. Se as populações fossem distribuídas com equilíbrio. Se os mercados se bastassem uns aos outros. Se os povos fossem desarmados. Se a guerra não fosse uma das formas de vida da humanidade.²

Mas nem a negação das contradições nem tampouco as tentativas de eliminá-las fazem com que se extingam. Assim ocorreu com o Estado Novo, onde os ideais impostos através do poder ditatorial não abraçaram a todos. Muitos aderiram inteiramente, outros em parte, e vários rejeitaram o que era por ele imposto. A relação entre o Estado e a sociedade não é uma via de mão única onde o primeiro dita as ações a serem executadas. Os grupos apresentam características diversas, há inúmeros embates, inclusive dentro do próprio aparelho estatal, que é ocupado por pessoas que fazem parte desta mesma sociedade. Assim, pode-se perceber que as relações Estado/sociedade, mesmo em regimes ditatoriais como o estado-novista, possuem nuances variadas constituídas por inúmeras estratégias, inclusive de resistência. Muitas destas nuances podem escapar aos nossos olhos ou morrer com o passado, mas não deixaram de existir.

Em Pernambuco, o empreendimento assumido pelo governo Agamenon Magalhães de *criar a emoção* do Estado Novo contou com discursos, bem como com um aparato policial que tinha a função de reprimir os possíveis *desvios* dos grupos sociais, daqueles considerados indesejados e/ou perigosos. Inicialmente eram os comunistas a maior preocupação do estado e se procurava eliminar “sua ação perniciososa”, como afirmou o secretário de Segurança Pública, Etelvino Lins. Posteriormente, os “súditos do Eixo” deviam ser vigiados, a população era chamada a tal função e o perigo dos estrangeiros procedentes dos países em guerra com o Brasil era alardeado na imprensa. Os *inimigos* políticos serviam para mobilizar a população e reforçar os ideais da ditadura. Nesse contexto também estiveram inseridos os judeus, que eram, conforme afirmado anteriormente, como um caleidoscópio: inúmeras imagens lhes

² MAGALHÃES, Agamenon. Ação (23.06.1940). In: *Idéias e lutas*, op. cit., p. 29.

eram atribuídas, com múltiplas funções. Podiam ser acusados de comunistas, por exemplo, ao mesmo tempo em que eram apontados como capitalistas gananciosos.

No entanto, os *perigos* que constituiriam tais grupos variavam ao sabor do tempo e das necessidades políticas. Antes do rompimento do Brasil com as potências do Eixo, a *Folha da Manhã*, de propriedade do interventor Magalhães, desumanizava os judeus e exaltava os ideais nazi-fascistas. Constantemente, durante anos, eles foram alvo de múltiplas acusações que serviam para demonstrar o que era esperado, bem como o que não era aceito pelo Estado Novo. Com o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, os “súditos do Eixo” passaram, então, à posição primeira de *inimigos* públicos. A espionagem ocorria em território pernambucano e havia o envio de informações para a Alemanha em guerra com o Brasil. Mas, se existia a preocupação decorrente de tal questão, ela foi associada a outros elementos, como aconteceu no caso dos Lundgren. A crença de tal perigo por parte das autoridades relacionou-se a outros propósitos e foram realizadas estratégias para concretizá-los. Foi o que se verificou com Agamenon e os Lundgren, onde a acusação de nazismo sobre a família e seus funcionários estrangeiros relacionava-se, também, às disputas pelo poder sobre o município de Paulista, controlado pelos industriais.

Por outro lado, os grupos que foram alvo das intervenções do poder político atuaram em inúmeras ocasiões, utilizando-se, por vezes, dos discursos e práticas do Estado na procura de ampliar seus espaços de ação. Isto ocorreu com os judeus, que estabeleciam ligação com o interventor, se movimentavam para combater o nazismo e ajudar as suas vítimas. Desenvolviavam, também, ações em espaços reservados para a comunidade judaica (como clube, escola), em que podiam preservar sua cultura e se reunir para debater questões que diziam respeito a seus membros. Não eram apenas objeto ou sujeito passivo das circunstâncias.

Em relação ao *perigo alemão*, houve a atuação de vários moradores de Paulista que enxergaram formas de se opor ao poder de seus patrões e chefes estrangeiros utilizando-se, em seu favor, das acusações que eram imputadas a estes. Em certo sentido, com a guerra e a situação que se criara em Paulista, percebiam formas de se opor às injustiças sociais ou de resolver questões de esfera privada. Quanto aos Lundgren e aos alemães, o próprio campo surgiu como alternativa mais amena em comparação à Casa de Detenção. Muitos dos alemães presos não se conformavam com a situação que lhes foi imposta e, mesmo reclusos, se uniam

na tentativa de se opor ao que lhes era exigido, como no caso da proibição de seu idioma primeiro.

Com o fim da guerra, porém, estas histórias cederiam espaços a outras e o próprio Estado não resistiria às suas contradições. Chegaria ao fim. Entretanto, em Pernambuco, o homem que viera para trazer a emoção do Estado Novo mudaria de roupa e se cobriria com as vestes da democracia que o momento seguinte pediria. E o tempo seguiria, com outras questões, com seus atores que cotidianamente constroem o que no futuro encantarão os historiadores: os fragmentos do passado.

Fontes e bibliografia

1 Fontes

1.1 Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE) – Recife

1.1.1 Prontuários Funcionais

Alemanha – envelopes 1, 4 – nº 30.311

Alemanha – envelopes 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 – nº 29.653

Alemanha – nº 1.044

Atividades dos Nazistas na Alemanha e no Mundo – envelope 4 - nº 29.444

Aviões Latti – nº 1.626

Centro Israelita de Pernambuco – nº 253

Clube Alemão – nº 29.094

Crônicas Contra o Nazismo – envelope 3 - nº 29.444

Decretos do Governo Sobre os Bens dos Súditos – envelope 8 - nº 29.444

Documentos do Consulado – envelope 6 - nº 29.444

Documentos Sobre Atividades do Nazismo – envelope 5 - nº 29.444

Espionagem – nº 27.524

Fábio Correia – nº 5251

Fábrica Lafayete – nº 5.585

Fábrica Paulista – nº 29.226

Fábrica Paulista – nº 29.405

Fábrica Paulista – nº 31.771-A

Fábrica Paulista – nº 31.771-B

Fábrica Paulista (Rio Tinto) – nº 29.251

Fábrica Paulista (Sindicâncias) – nº 29.240

Fábrica Paulista – nº 29.188

Federação Brasileira de Esteiros do Mar – nº 28.372

Informações da Polícia Marítima – envelope 7 - nº 29.444

Revista Diretrizes – nº 31.249

1.1.2 Prontuários Individuais

Números: 1.828, 2.805, 3.592, 8.418, 8.917, 8.964, 9.113, 9.159, 9.192, 9.200, 9.212, 9.218, 9.238, 9.272, 10.116, 10.131, 10.164, 10.168, 10.206, 10.211, 10.223, 10.260, 10.321, 10.353, 10.590, 10.607, 11.368, 11.608, 11.840, 12.960, 13.870, 14.581, 14.669.

1.1.3 Periódicos

Diário da Tarde. Recife, 1930-1937.

Folha da Manhã. Recife, 1937-1945.

Fronteiras. Recife, janeiro de 1936 a maio de 1940.

Recortes de jornais (Prontuário nº 30.311).

1.1.4 Discursos e relatórios publicados pelo Governo Estadual de Pernambuco

Agamenon Magalhães, Interventor Federal. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República – 1938-1939 – Estado de Pernambuco.

O Presidente Getúlio Vargas em Pernambuco – Discursos. Recife: Imprensa Oficial, 1940.

Realizações do Estado Novo em Pernambuco. Recife: Imprensa Oficial, 1942.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República em virtude do art. 46 do Decreto-Lei federal nº 1.202. Recife: Imprensa Oficial, 1940.

1.2 Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro

Agamenon Magalhães

Etelvino Lins

Filinto Müller

Getúlio Vargas

Coleção do Departamento de Estado – Arquivo Nacional dos Estados Unidos

1.3 Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) – Recife

Diário de Pernambuco. Recife, 1937-1945.

2 Bibliografia

- ABRAHAM, Ben. *Uzkor*. Prefácio de Benjamin Bonney. São Paulo: Parma, 1979.
- ACKERMAN, Nathan. W.; JAHODA, Marie. *Distúrbios emocionais e anti-semitismo*. Prólogo de Max Horkheimer e Samuel H. Flowerman. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- ALBUQUERQUE, Tenório de. *Integralismo, nazismo e fascismo*. Rio de Janeiro: Minerva, 1937.
- ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- AMORIM, Aluizio Batista de. *Nazismo em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2000.
- ANDRADE, Manoel Correia. *1930: a atualidade da Revolução*. Coordenação de Carlos Guilherme Mota. São Paulo: Moderna, 1980.
- _____. *A Itália no Nordeste: contribuição italiana ao Nordeste do Brasil*. Recife: Massangana; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1992.
- AQUINO, Maria Aparecida de. A América vai à guerra. In: *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. Organização de Osvaldo Coggiola. São Paulo: Xamã; Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1995. (Série eventos).
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo; posfácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *As origens do totalitarismo: imperialismo, a expansão do poder*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Documentário, 1976
- BARROS, Souza. *A década de 20 em Pernambuco: uma interpretação*. Prefácio de Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1972.
- BARROSO, Gustavo. *A sinagoga paulista*. Rio de Janeiro: ABC, 1937.
- _____. *Brasil: colônia de banqueiros*. 2. ed. Porto Alegre: Revisão, 1989.
- _____. *O que o integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: de 1889 a 1930*. 5. ed. São Paulo: Fulgor, 1968.

_____. *História sincera da República: de 1930 a 1960*. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; FGV, 1984. v. 3.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 3, v. 4).

BESAÇON, Alain. *A infelicidade do século: sobre o comunismo, o nazismo e a unidade da Shoah*. Tradução de Emir Sader. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BHABHA, Homi. O compromisso com a teoria. In: _____. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 12. ed. Trad. Carmen Varriale et al. Brasília: Editora da UnB, 2002.

BOLLE, Willi. Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). *Estratégias de construção do patrimônio cultural: produzindo o passado*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BURON, Thierry; GAUCHON, Pascoal. *Os fascismos*. Tradução de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CABRAL, J. *A questão judaica*. Porto Alegre: Globo, 1937.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. *O combate ao catimbó: práticas repressivas às religiões afro-umbandistas nos anos trinta e quarenta*. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

CANCELLI, Elisabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Editora da UnB, 1993.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano, v. 2).

_____. Propaganda política no varguismo e peronismo: caminhos metodológicos. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al. (orgs.). *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000. (Coleção Textos do Tempo).

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. A comunidade alemã e os mecanismos de controle social. In: _____ (org.). *Inventário Deops: módulo I – Alemanha*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

_____. *O anti-semitismo na era Vargas : fantasmas de uma geração (1930-1945)*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995

_____. O Brasil diante do holocausto. In: *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. Organização de Osvaldo Coggiola. São Paulo: Xamã; Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1995. (Série eventos).

CARONE, Edgar. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: DIFEL, 1973.

_____. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1977.

_____, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Mouros, franceses e judeus*. São Paulo: Perspectiva, 1984.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes (Memórias)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

- CHIAVENATO, Júlio José. *O inimigo eleito*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- COHEN, Esther. *O Governo Federal e o Partido Nazista no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1988.
- COHN, Norman. *A conspiração mundial dos judeus: mito ou realidade?* Análise dos Protocolos e outros documentos. Tradução de Leonidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: IBRASA, 1969.
- CORSI, Luiz Francisco. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 2000.
- CÔRTEZ, Geraldo de Meneses. *Migração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1958. (Coleção Documentos Brasileiros).
- CYTRYNOWICZ, Roney. Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado Novo e Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, 2002.
- _____. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial; Edusp, 2000.
- _____. Loucura coletiva ou desvio da história: as dificuldades de interpretar o nazismo. In: *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. Organização de Osvaldo Coggiola. São Paulo: Xamã; Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1995. (Série eventos).
- CYTRYNOWICZ, Roney; MAIO, Marcos Chor. Ação integralista brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano, v. 2).
- DECCA, Edgar Salvadori. Memória e cidadania. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/ DPH*. São Paulo: DPH, 1992.
- DINES, Alberto. *Morte no paraíso*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- DULLES, John W. F. *Getúlio Vargas : biografia política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renes, 1962.
- ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. 10. ed. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- FALBEL, Nachman. *Estudos de história do povo judeu na Idade Média*. São Paulo: Centro de Estudos Judaicos da Universidade de São Paulo, 1980.

- FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FIORANI, Mário. *Breve história do fascismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- FOERSTER, Friedrich Wilhelm. *A questão judaica*. São Paulo: Herder, 1961.
- FONTETTE, François de. *História do anti-semitismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- FORD, Henry. *O judeu internacional*. Apresentação de S. E. Castan. 2. ed. Porto Alegre: Revisão, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 23. ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GAY, Peter. *O coração desvelado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mito, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GÓES, Raul de. *Um sueco emigra para o Nordeste*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. O redescobrimto do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

- GOMINHO, Zélia de Oliveira. *Veneza americana x mucambópolis*: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40). Recife: CEPE, 1998.
- GUERRA, Flávio. *História de Pernambuco*. 2. ed. Recife: Ed. da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1979.
- GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. O habitat operário no Nordeste industrial: os núcleos fabris de Paulista e Rio Tinto. In: PANET, Amélia et al. *Rio Tinto*: estrutura urbana, trabalho e cotidiano. João Pessoa: UNIPÊ, 2002. p. 137-160.
- HILTON, Stanley E. *Suástica sobre o Brasil*: a história da espionagem alemã no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- HITLER, Adolf. *Minha luta* (Mein Kampf). São Paulo: Editora Moraes, 1983.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX (1914-1991). Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil* (1930-1970). 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- IGLÉSIAS, Francisco. *História e ideologia*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- IN MEMORIAM: Agamenon Magalhães. Recife: Imprensa Oficial, 1952.
- JORGE, Fernando. *Getúlio Vargas e o seu tempo*: um retrato com luz e sombra. 2. ed. São Paulo, 1987. v. 1.
- JUNQUEIRA, Mary A. Representações políticas do território latino-americano na revista *Seleções*. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/ Humanitas, v. 21, n. 42, 2001.
- KAUFMAN, Tânia Neumann. *Passos perdidos – história recuperada*: a presença judaica em Pernambuco. Recife: Edição do autor, 2000.
- KUPERMAN, Diane. *Anti-semitismo*: novas facetas de uma velha questão. Rio de Janeiro: Pontual, 1992.
- LAUERHASS JÚNIOR, Ludwig. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1986.
- LENHARO, Alcir. *Nazismo*: o triunfo da vontade. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986.
- LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Trad. Marisa Sanematsu. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LEWIS, Susan. *O anti-semitismo em Pernambuco no Estado Novo: 1937-1945*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

LIMA FILHO, Andrade. *China gordo: Agamenon Magalhães sua época*. 2. ed. Recife: Universitária, 1976.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB; MCT/CNPq, 1988.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 63-201, nov. 1998.

MACRIDIS, Roy C. *Ideologias políticas contemporâneas: movimentos e regimes*. Tradução de Luís Tupy Caldas de Moura e Maria Inês Caldas de Moura. Brasília: Editora da UnB, 1982.

MAGALHÃES, Agamenon. *Idéias e lutas*. Introdução de Nilo Pereira; apresentação de Roberto Magalhães. Recife: Fundarpe; Raiz, 1985.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A Alemanha no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. In: *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. Organização de Osvaldo Coggiola. São Paulo: Xamã; Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1995. (Série eventos).

MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Prefácio de Hélgio Trindade. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MARX, Karl. *A questão judaica*. 2. ed. Tradução de João Fagundes. Lisboa: Ulmeiros, 1978.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação*. Apresentação de José Mindlin. Recife: Massangana, 1989.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *Igreja Católica do Brasil: uma trajetória reformista (1872-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

MONTENEGRO, Antonio Torres; FERNANDES, Tânia (orgs.). *Memórias revisitadas: o Instituto Aggeu Magalhães na vida de seus personagens*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, Casa de Oswaldo Cruz; Recife: FIOCRUZ, Instituto Aggeu Magalhães, 1997.

MONTENEGRO, Antonio. *História oral e memória: a cultura revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.

MORAIS, Fernando. *Chatô, o Rei do Brasil: a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Olga: a vida de Olga Benário Prestes, judia comunista entregue a Hitler pelo governo de Getúlio Vargas*. 13. ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1987.

MOTA, Carlos Guilherme. Cultura e política da boa vizinhança: dois artistas norte-americanos no Brasil. In: *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. Organização de Osvaldo Coggiola. São Paulo: Xamã; Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1995. (Série eventos).

MOTA, Mauro. *Antologia em verso e prosa*. Organização de Ivan Cavalcanti Proença. Rio de Janeiro: J. Olympio; Recife: Fundarpe, 1982.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Universitária. p. 275-324, 375-408.

NEVES, Frederico de Castro. Curral de bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 1, 1995.

NICOLAU, Valeriano Weyler y. Inventando o campo de concentração. In: EVERDELL, William R. (org.). *Os primeiros modernos: as origens do pensamento do século XX*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

NOVINSKY, Anita. *Cristãos novos na Bahia*. São Paulo: Perspectiva; Edusp, 1972.

O III REICH e o Brasil: a correspondência entre Berlim e suas embaixadas no Rio de Janeiro e em outras capitais do continente ... Rio de Janeiro: Laudes, 1968. 2 v.

O'DONNELL, Francisco Talaia. *Oswaldo Aranha*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1976.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano, v. 2).

_____. Tradição e política: o pensamento de Almir de Andrade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OPPLER, Friedrich. *Os judeus e o mundo de hoje*. Tradução de Reginaldo Sant'anna, Rio de Janeiro: Agir, 1946.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- ORWELL, George. 1984. 24. ed. Tradução de Wilson Velloso. São Paulo: Nacional, 2000.
- OS PROTOCOLOS dos sábios de Sião. Tradução e comentários de Gustavo Barroso. 2. ed. São Paulo: Agência Minerva, 1936.
- OUR COMMON History. The Transformation of Europe. London: Pluto, 1982.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Prefácio de Manoel Correia de Andrade. Recife: Massangana, 1984.
- PARAÍSO, Rostand. *O Recife e a 2ª Guerra Mundial*. Recife: Comunicarte, 1995.
- PENNA, Lincoln. A. *Uma história da República*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999. (Coleção teses e monografias).
- PEREIRA, Nilo. *Agamenon Magalhães: uma evocação pessoal*. Recife: Taperoá, 1973.
- PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In: FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1977. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 3, v. 2).
- PINSKY, Jaime. *Origens do nacionalismo judaico*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- POLIAKOV, Leon. *De Voltaire a Wagner: história do anti-semitismo*. 2. ed. Tradução de Ana M. Goldberger Coelho. São Paulo: Perspectiva, 1996. v. 3.
- POLIAKOV, Léon. *História do anti-semitismo 1: de Cristo aos judeus da Corte*. Tradução de Jair Korn e J. Guinsburg, São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. *História do anti-semitismo 2: de Maomé aos marranos*. Tradução de Ana M. Goldberg Coelho e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- _____. *História do anti-semitismo 4: a Europa suicida*. Tradução de Hilde Teixeira. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- _____. *O mito ariano*. Tradução de Luiz João Gaio; prefácio de Norman Cohn. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- PORAT, Dina. Os crimes de guerra da Alemanha nazista. In: *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. Organização de Osvaldo Coggiola. São Paulo: Xamã; Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1995. (Série eventos).
- PORTO, Costa. *Os tempos de Lima Cavalcanti*. Recife: Universitária, 1977.

- PORTO, Humberto; SCHLESINGER, Hugo. *Anatomia do anti-semitismo*. São Paulo: Loyola, 1975.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- REICH, Wilhem. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1972.
- REIS, José Carlos. Da 'história global' à 'história em migalhas': o que se ganha, o que se perde? In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al. (orgs.). *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- _____. *Nouvelle Histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.
- REZENDE, Antônio Paulo. *O Recife: histórias de uma cidade*. Org. Magdalena Almeida. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.
- RIOS, Lêda Maria Rivas Cervinos. *O Diário de Pernambuco e a II Guerra Mundial: o conflito visto por jornal de província*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.
- ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social no Brasil (1930-1954)*. Trad. Ana de Olga Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: _____ (org.) *História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (Coord. geral da coleção: Fernando A. Novais).
- SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil e a formação dos blocos – 1930-1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.
- SETTE, MÁRIO. Tempo de guerra. In: *Terra pernambucana*. Prefácio de Leonardo Antônio Dantas Silva, Recife: Fundação da Cidade do Recife, 1981.
- SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil 3: República – da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. Uma arqueologia do nazismo. In: *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. Organização de Osvaldo Coggiola. São Paulo: Xamã; Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 1995. (Série eventos).

SHIRER, William L. *Ascensão e queda do Terceiro Reich*. 2. ed. Tradução de Pedro Pomar (v. 1 e 2) e de Leônidas Gontijo de Carvalho (v. 3 e 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SILVA, Giselda Brito. *A Ação Integralista Brasileira em Pernambuco (A.I.B. - PE): 1932-1938*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

SILVA, Hélio. *1939: véspera de guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. (O ciclo de Vargas, v. 11).

_____. *1942: guerra no continente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. *O ciclo de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SILVA, Marcília Gama da. *O D.O.P.S. e o Estado Novo: os bastidores da repressão em Pernambuco (1935-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

SILVA, Sílvia Cortez. *Tempos de casa-grande (1930-1940)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von (org). *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: Área de publicações CMU/Unicamp, 1997.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SORLIN, Pierre. *O anti-semitismo alemão*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983. v.1

TRINDADE, Hélió. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: diário*. Apresentação de Celina Vargas do Amaral Peixoto; edição de Leda Soares. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. v. 2.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VENTURA, Roberto. *Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. 4. ed. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UnB, 1998.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

ANEXO A

Notas sobre a Fábrica de Tecidos Paulista. Paulista, fevereiro de 1939.
Arquivo AGM, CPDOC-FGV.

CPDOC	Notas sobre a fabrica Paulista
REF	Arquivo AGM
MENÇÃO OBRIGATORIA	
39.02.0013	

AGM 39.02.0013

0017

HISTÓRICO:-A fabrica de tecidos de Paulista foi fundada em 1892, por José Adolpho Rodrigues Lima, com um capital de 1.200 contos de réis. Por motivos diversos contrahiu a empresa devidas elevadas e, em 1899, uma assembléa de acionistas resolveu entregar o estabelecimento fabril á Companhia Viação e Tecidos de Pernambuco (fabrica da Torre), que assumiu todo activo e passivo da Paulista. As acções, que eram de 200\$000, baixaram para 25\$000, não havendo interessados na compra dos titulos. O estado financeiro era pessimo. O Sr. Herman Lundgren, pai dos industriaes conterraneos Srs. Frederico e Arthur Lundgren, fez uma investigação, afim de descobrir um meio de elevar o ambiente industrial de Paulista, concluindo que o deficiente estado productivo da empresa provinha, principalmente, do pessimo estado sanitario local. Parque industrial localizado em baixios e pantanos insalubres era quasi diminuta a producção dos operarios, os quaes, atacados de malaria, eram individuos muito doentes, nada podendo produzir. Exerçando isto, o Sr. Herman Lundgren começou a adquirir as acções da companhia e, quando se achava na administração da fabrica, começou um notavel serviço de saneamento da zona pantanosa, fazendo a drenagem dos baixios, miachos e varzeas. Embora dispendioso, esse saneamento da região foi feito com muita coragem e abnegação e foi estabelecida uma base de organização, até que, em 1910, Paulista tornou-se habitavel. Executados os trabalhos de ampla drenagem dos pantanos, com uma formidavel despesa e sacrificio, alcançou-se o fim collimado e, assim, a familia Lundgren veio residir em Paulista, onde se acha radicada, demonstrando acentuado amor á gleba.

ANEXO A (continuação)

-2-

Machinismos:-A fabrica de Paulista possui os mais modernos machinismos, destacando-se estamparias, que são, indiscutivelmente, as mais modernas do país. O aperfeiçoamento de seus teares e motores dão à Paulista o conceito de que ~~seu~~ ^{osam} os seus tecidos. As primeiras estamparias, em numero de quatro, chegaram ali em 1911 e têm sido ~~ampliadas~~ ampliadas e aumentadas com os mais modernos tipos.

Produção:- A produção da fabrica Paulista attinge um total de 3.500.000 metros mensaes, variando o valor conforme a situação dos mercados.-

Operariado:- 8.400 operarios, sem incluir os que se dedicam aos serviços de córtes de lenha e outros misteres de campo.

Assistencia social aos operarios:- A ~~empresaria~~ companhia presta absoluta assistencia aos seus leaes cooperadores, nada lhes faltando nesse ás suas condições de vida normal. São mantidos trez medicos residentes chefiando trez postos clinicos e dispõe de um corpo de especialistas no Recife, ou sejam especialistas das clinicas de cirurgia-geral, de doença ~~das~~ nervósas e mentaes, doenças do pulmão, otho-rhino-laryngologia, ophaltalmologia e radiologia. A ~~empresaria~~ Paulista mantém um hospital de molestias infecto-contagiósas installado magnificamente em logar apropriado e com excellent material ~~quirurgico~~ cirurgico e demais necessarios aparelhos tecnicos. O estado sanitario local é tão bom, no momento, que o hospital está fechado á falta de doentes. Há um amplo serviço de clinica dentaria, absolutamente gratis

ANEXO A (continuação)

0018

-3-

aos operarios e suas familias.

Assistencia religiosa:-A população de Paulista é absolutamente catholica, ~~na~~ não existindo ali cultos evangelicos, nem de qualquer outra seita.

~~Existem~~ Paulista possui uma bonita capella e, ultimamente, a companhia edificou mais ~~uma capella~~ um templo catholico, este situado no logar Jardim, em Paulista. Existem ali varios apostolados e uma Congregação de Filhas de Maria; É celebrado diariamente o santo sacrificio da missa, sendo absolutamente catholico o espirito religioso do operariado. Há um apostolado do Coração de Jesus, que conta com crianças associadas num total superior a 1.600.-

Existem ali, para a assistencia religiosa do proletariado, um vigario e um coadjutor, os quaes, para integral desempenho de sua missão, têm todo apoio moral ~~na~~ e financeiro da Companhia.

Diversões:- A companhia mantém cinema gratuito tres vezes por semana para o proletariado. Existem aparelhos de radios installados em varias praças publicas, mantendo a empresa um radio-technico para concerto gratuito dos aparelhos particulares dos operarios. A Paulista promove semanalmente aos operarios passeios ás praias balnearias de Rio Doce e Conceição, dando transporte gratuito e outros auxilios, passeios esses que se verificam tambem no pittoresco logar Chã do Estevão, cujo clima ameno é muito agradavel aos ~~os~~ operarios.

ANEXO A (continuação)

-4-

Instrução:- A Paulista mantém ^{doze} ~~dezessete~~ escolas gratuitas para filhos de operários ^{semais} ~~quatro~~ para adultos e funcionando á noite.

Ensino-técnico-profissional:-Há ~~existem~~ varios cursos de ~~varias~~ ^{diversas} profissões. Quando a empresa contrata tecnicos ~~estrangeros~~ eu ropeus estipula a condição de que sejam ensinados todos os cursos com absoluta amplitude, ~~afim~~ ^{afim} de ~~serem~~ serem devidamente instruidos os tecnicos nacionaes. Paulista, é, hoje, um grande centro de tecnicos ^{nacionaes} em ~~diversas~~ ^{diversas} profissões, tanto assim que o coeficiente de especialistas estrangeiros é actualmente muito reduzido. São preparados tecnicos em serralharia, carpintaria, mecanica, etc.-

Cultura Physica:-Existem em Paulista oito clubes de foot-ball mantidos pela fabrica, ~~existem~~ todos com campos proprios. Há tambem campos de tennis e de volley-ball, onde a mocidade faz com proveito a sua cultura physica.-

Saneamento e saúde publica:-A Companhia vem de sanear o grande valle do Jaguaribe, gastando mais de 250 contos de réis. Há em projectos outros ^{serviços de drenagem em} ~~serviços de drenagem em~~ ~~andamento~~ ^{andamento} avaliados num total de 500 contos de réis. Há um serviço especial de guardas contratados com a Fundação Rockefeller para a completa higienização da vila.-

ANEXO A (continuação)

-5-

Instituto dos Industriarios - A Companhia de Tecidos Paulista (sem incluir os operarios de Rio Tinto) é a segunda contribuinte que paga maior quota a esse Instituto. - A sua contribuição mensal é de Rs: 60:000\$000 (sessenta contos de réis). -

Habitações: Em face de Paulista ter voltado a pertencer a Olinda, as construções de casas, em 1930, foram interrompidas, isto porque a antiga administração municipal dali, naquele anno, não tendo comprehendido, de principio, a finalidade social do plano de construção que estava sendo executado pela companhia, obrigou a paralisação das obras - Somente em 1935 é que foi possível reiniciar, em parte, as construções. Actualmente, com o decreto nº 2, de 11 de Janeiro de 1938, do actual prefeito foi possível á Companhia restabelecer o seu serviço de construções. Deve-se isto á larga visão da administração actual do Estado. A Paulista dispõe de 3.025 casas hygienicas, fornecendo a Cia gratuitamente, luz e agua. Com a ~~actual~~ administração actual a Cia. pode construir 785 casas, estando em franco prosseguimento as construções, para o que a empresa mantém uma grande fabrica de tijollos com uma produção mensal de 500.000 tijollos. Somente ~~assim~~ assim poderá a Cia. substituir os ~~muros~~ muros e micambos ali existentes e que foram construidos antes da administração do sr. Lundgren.

O aproveitamento das terras da Cia.
para a pequena lavoura: - Os irmãos Lundgren cedem terras pertencentes á ~~fabr~~ fabrica, afim de que os moradores façam as suas pequenas culturas de lavoura. Essas terras são cedidas gratuitamente, com o com-

ANEXO A (continuação)

-6-

promisso, apenas, de que os productos das diversas culturas sejam vendidos nas feiras de Paulista, o que obriga o barateamento da vida do operario, resolvendo-se, assim, o problema da carestia da vida ~~maximista~~ extenso parque industrial.-

Exportação de tecidos pernambucanos para o exterior:-Apezar das difficuldades de transportes e preferencia dada aos tecidos europeus, a Cia. exporta tecidos para a Argentina e para a Venezuela, sendo que, para este paiz, os tecidos seguem via Rio, gerando demasiadamente os fretes.

Os exercitos do Paraguay, do Uruguay e da Bolivia usam brins kaki e verde-oliva da Paulista. Esses tecidos têm a preferencia desses Exercitos, pela absoluta fixidez de suas cores. As Brigadas Militares de Pernambuco e da Parahyba usam tambem desses tecidos.-

Notas:- Os irmaos Frederico e Arthur Lundgren, adiantados industriaes conterraneos, têm um acentuado amor á terra pernambuca e aqui somente empregam seus capitales. O que não representa para a balança commercial de Pernambuco, ^{a volta do capital} ~~volta~~ desses tecidos que são vendidos pelas 400 Lojas Pernambucanas disseminadas por todo o paiz e estrangeiro? - Além disso, elles mantêm outra industria interessante á economia pernambuca, qual é a fabrica de polvora de Pontezinha do municipio do Cabo, a unica do Norte do Brasil, que vai competir nos mercados do Sul com as setenta e tantas congêneres ali localizadas. Esse dinheiro, valor dessas mercadorias, volta para Pernambuco e isto é indiscutivel indice para o equilibrio de nossa balança commercial.-

ANEXO C

"Parte" de investigador da Delegacia de Ordem Política e Social sobre atividades dos Lundgren. Recife, 29.03.1939. Fonte: Prontuário Funcional 29.240 - DOPS - APEJE.

Ilmo. Snr. Comissario do Orden Político
e Social.

P A R T E

Designado por V. S. para proceder sin-
dicancias em torno das atividades dos Irmaos
Lundgren no tocante a aquisição de terras,
informo a V. S. que pelo que colhi, esse mo-
do de agir é proveniente da necessidade que
têm aqueles industriaes de manter grande de-
posito de lenha para a alimentação das maqui-
nas de suas fabricas e locomotivas de sua pro-
priedade no que gastam diariamente um total
aproximado de 100(cem) toneladas de lenha.

Recife, 29 de Março de 1939

Samuel Magalhães
Instit N: 5

ANEXO D

"Parte" de informante da DOPS sobre suspeitos no cinema. Recife, 24.04.1940.
Fonte: Prontuário Funcional 29.444 (envelope 5) - DOPS - APPEJE.

Ilmo. Snr. Dr. Delegado de Ordem Política e Social:

Exatidão de dados

P a r t e 378

De acordo com a ordem emanada por V. S. abaixo apresento o serviço do dia 22 do corrente mez.

No dia 21 do corrente (domingo) fui ao cinema a noite, tinha um cidadão perto de mim, a direita e outro a esquerda, o da direita falou da guerra e foi a favor da Inglaterra, e eu fui contra e a favor da Alemanha, bem quando terminou a minha palestra com o cidadão da direita, passando algum tempo o cidadão da esquerda (alto e magro) falou da grandeza da Alemanha, eu comecei a engrandecer a Alemanha e o dito cidadão disse-me que o Consulado Alemão, tinha muitos livros interessantes sobre a Inglaterra, na 2ª feira, às 9,30 minutos da manhã, fui ao Consulado e de fato o Consul me recebeu muito bem e entrei no assunto, terminou dando-me um livro intitulado Palestina e o problema Árabe e disse-me que quando eu quisesse algo fosse falar com ele.

Recife, 24 de Abril de 1940.

Informante nº 9.

ANEXO E

Carta de Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, para Cyro de Freitas Valle, embaixador do Brasil em Berlim, Rio de Janeiro, 05.05.1940.

Fonte: GV 40.01.05/1, CPDOC-RJ.

(Transcrição com a grafia atualizada)

Rio de Janeiro, em 5 de Janeiro de 1940.

Cyro,

Desde que chegaste a Berlim e assumiste as tuas funções que te preocupas com a vinda de indivíduos de origem semita para o Brasil.

Tenho a certeza de que obedeces a uma convicção profunda quanto à inconveniência dessa imigração, e a insistência com que tens chamado a atenção, não só do Itamaraty como do Presidente da República, sobre este assunto, não é senão o reflexo do zelo que pões sempre em tua atividade a serviço do Brasil e do Governo. Tens não só o direito mas o dever de apontar aos dirigentes do Itamaraty os erros em que porventura estão incidindo e mesmo de criticar os seus atos. Mas, para que a crítica seja construtiva, é preciso que seja justa e se baseie num perfeito conhecimento de todos os fatos. Só assim é que ela deixa de ser negativa, tornando-se numa colaboração útil. De outra forma, a crítica só é destruidora: em vez de contribuir para o aperfeiçoamento,

ANEXO E (continuação)

2.

diminui e enfraquece os órgãos da administração objeto dela e o prestígio do Governo.

Mas, quais os pontos principais de tua divergência com o Itamaraty a respeito dos judeus? Tais pontos constam de teus officios e telegramas dirigidos ao Itamaraty em datas diferentes e da carta que escreveste ao Presidente da República em 5 de Novembro próximo passado.

Queixas-te de que judeus de má qualidade continuam a entrar no Brasil em número crescente, a despeito das normas severas estabelecidas pelo Itamaraty, que os funcionários consulares se sentem inibidos, não sabendo como agir em face dos despachos do Itamaraty autorizando a vinda de judeus que não oferecem condições de idoneidade; que existem escritórios na Europa que anunciam a obtenção de visto brasileiro mediante o pagamento de 440 dólares. Aludes também que a liberalidade atual contrasta com o rigor anterior. Na tua opinião, a situação é tão seria que poderá criar dentro de cinquenta anos um grave problema para os dirigentes do país, razão pela qual te sentes forçado a falar ao Governo com toda a franqueza. Em resumo, criticas o Itamaraty de se mostrar indiferente senão faltoso diante desse

ANEXO E (continuação)

3.

estado de cousas.

Vejamos se essas alegações se conciliam com os fatos. Conheces o problema judeu tal como se vem apresentando desde que recrudesceram as perseguições em diversos países da Europa. Indivíduos dessa raça, expulsos ou perseguidos, se viram forçados a procurar asilo fora das suas pátrias, criando um problema grave de ordem internacional. Daí a pressão exercida sobre os países, entre os quais o Brasil, por tais indivíduos, cujo número sobe na Europa a 500.000, e que precisam a todo o custo encontrar refúgio fora da Europa. Acoitados pela necessidade, é fácil imaginar os ardis de que passaram a lançar mão os judeus para subtrair-se à sua situação intolerável. Proliferaram imediatamente em toda parte comitês e escritórios destinados a facilitar a emigração semita.

No Brasil, só nos apercebemos do problema quando a corrente da emigração semita para o nosso país já se tinha avolumado, tendo entrado de 1934 a 1937, de acordo com os cálculos do Departamento de Imigração, 58.000 indivíduos de origem semita.

Em face dessa situação, o Itamaraty expediu a Circular secreta nº. 1.127, de 7 de Junho de 1937, proibindo aos Consulados

ANEXO E (continuação)

4.

a concessão do visto em passaporte de indivíduos de origem semita. Tratando-se de pessoas de destaque na sociedade e no mundo dos negócios, os Consulados deviam consultar a Secretaria de Estado antes de recusar o visto.

Estabelecida assim a proibição, o Itamaraty começou a ser assediado por grande número de judeus, que solicitavam, por vezes, de modo patético a entrada de parentes e amigos. Frequentemente, o apelo era tão dramático ou os pedidos que apresentavam eram de tal ordem que o Itamaraty se via obrigado a abrir exceções. Esse estado de cousas perdurou até a minha vinda para o Itamaraty.

Assumindo a direção desta Casa em 15 de Março de 1938, verifiquei a forma tumultuosa por que se processavam as autorizações sob a pressão das solicitações mais variadas, e senti a necessidade de substituir o arbítrio por normas que disciplinassem, mesmo temporariamente, a entrada dos semitas. O regime de proibição radical a que se tinha querido chegar não podia ser mantido, como não foi desde o começo, pois, em muitos casos, a recusa importaria em desumanidade ou não consultaria, em outros, a própria conveniência do país. Dei ordens, pois,

ANEXO E (continuação)

5.

para que se limitassem as concessões de visto aos casos estritamente justos ou que se apresentavam sob a forma de solicitações vindas da Presidência da República, dos outros Ministérios e dos Governos dos Estados.

Inaugurado o Conselho de Imigração e Colonização em Setembro de 1938, pedi-lhe que estudasse a maneira de melhor disciplinar essa corrente de imigração, cujas características mereciam toda a atenção, dadas as repercussões sociais que poderia ter. Foi o primeiro assunto de que tratou o Conselho de Imigração e Colonização, que desempenhou sua incumbência apresentando-se uma série de normas destinadas a regular a entrada de estrangeiros de origem semita.

Essas normas, aprovadas pelo Presidente da República, foram incluídas na Circular secreta nº. 1.249, de 26 de Setembro de 1938, nos termos da qual os Consulados ficaram autorizados a conceder visto em passaportes de semitas nos seguintes casos:

Turistas e representantes do comércio, desde que o país de origem garantisse o seu regresso;

cônjuges ou parentes consangüíneos, em linha direta até o segundo grau, de estrangeiros com

ANEXO E (continuação)

6.

residência legal em território nacional;

cientistas e artistas, a critério da autoridade consular;

técnicos requisitados pelos Governos dos Estados;

capitalistas ou industriais que provassem a transferência e a aplicação no Brasil de um capital mínimo de 500,000\$000.

A autorização dada ao cônjuge ou parente visava permitir a união das famílias cujos membros se achavam separados.

Estabelecidas essas regras, os Consulados ficaram incumbidos da sua aplicação, conforme o principio adotado pela nova legislação imigratória, segundo o qual a seleção do imigrante cabe aos Consulados.

Ao expandir a circular em questão, o Itamaraty pretendia fazer uma experiência cujos resultados lhe permitissem posteriormente uma melhor solução do problema premente dos refugiados semitas. Assunto muito complexo, com aspectos políticos, econômicos e sociais, só experiências sucessivas poderiam ditar as normas destinadas a discipliná-lo.

A referida circular vigorou até 31 de Dezembro de 1938. De um modo geral, os seus resultados foram satisfatórios. Os casos mais urgentes

ANEXO E (continuação)

7.

e mais dramáticos, que eram justamente os das famílias cujos membros se achavam separados, foram resolvidos.

A Divisão de Passaportes do Itamaraty, baseando-se nas fichas remetidas pelos Consulados, calculou em 4.900 o número de pessoas que entraram no Brasil em virtude da circular. Esse número já representou uma diminuição considerável no número de judeus entrados em 1937, calculados da mesma maneira em 9.263, sem falar nos entrados no período anterior a 1937.

A observação dos fatos durante esse período permitiu o reexame da questão, feito à luz da experiência realizada. Verificou-se, por exemplo, a conveniência de restringir os vistos de turistas aos países do norte e do ocidente europeu além dos Estados Unidos, para evitar o falso turista, vindo principalmente dos países da Europa central e oriental. O Itamaraty chegou também à conclusão de que a concessão do visto a todos os semitas devia depender de uma autorização prévia dada pela Divisão de Passaportes, que examinaria os casos concretos. Desta forma se obteria uma maior centralização, evitando denúncias contra os Consulados, que fatalmente

ANEXO E (continuação)

8.

havam de surgir, como surgiram, em vista do ambiente em que se desenrola essa imigração.

O assunto foi, pois, de novo examinado pelo Conselho de Imigração e Colonização, à luz dos fatos observados durante o ano de 1938. Desse exame surgiu uma nova orientação em relação à questão. O Conselho foi de opinião que o visto só fosse concedido aos turistas do norte e do ocidente da Europa e dos Estados Unidos, aos técnicos de comprovada reputação profissional e aos capitalistas que transferissem para o Brasil o capital mínimo de 250:000\$000, sem prejuízo de uma certa latitude deixada ao Itamaraty na aplicação desse princípio aos casos concretos.

As novas diretrizes foram aplicadas durante a última metade de 1939. O Itamaraty notificou aos Consulados que a concessão de vistos aos semitas ficaria dependendo de uma autorização da Divisão de Passaportes, modificando assim o regime anterior segundo o qual aos Consulados cabia fazer a seleção. Usando da elasticidade recomendada pelo Conselho, a Divisão de Passaportes autorizou em 1939, em diversos casos, a vinda de pais idosos que o rompimento da guerra encontrou na Europa separados

ANEXO E (continuação)

9.

de seus filhos, residentes no Brasil.

Apesar dessa tolerância, o número de indivíduos de origem semita entrados no Brasil em 1939 foi de 2.289, o que representa uma diminuição considerável em relação ao número dos anos anteriores, 4.900 em 1938, 9.263 e 1937.

Como para Berlim afluíssem numerosos candidatos ao visto brasileiro, as autorizações transmitidas aos Consulados ali foram mais numerosas, registrando 629 no ano passado.

Informou a Divisão de Passaportes que, das cartas do Banco do Brasil anunciando a transferência de fundos feita por semitas, se verificou a transferência de 35.000:000\$000.

Tais são as diferentes fases por que passou a questão da imigração semita. Como vê, os fatos narrados mostram um esforço contínuo do Itamaraty no sentido de disciplinar essa corrente imigratória, procurando deduzir da experiência normas flexíveis que se coadunassem com a realidade.

A última fase, representa já um alto grau de eficiência na regulamentação da questão. O controle está centralizado no Itamaraty, que autoriza por telegrama a concessão do visto. Essa autorização, entretanto, nos próprios termos em que é dada, não

ANEXO E (continuação)

10.

exime os Consulados da aplicação integral da legislação imigratória e do dever de informar o Itamaraty, todas as vezes que uma autorização é concedida a indivíduos que não oferecem idoneidade física ou moral.

Assim, fica bem claro que não tens razão quando afirmas que os judeus continuam a entrar em número crescente no Brasil e que o Itamaraty tem agido nesta questão com displicência.

É possível que os escritórios estabelecidos na Europa para cuidar da emigração semita anunciem a obtenção do visto a altos preços. Acredito que isto seja feito com o intuito deliberado de extorquir somas dos emigrantes judeus. É possível também que intermediários aqui no Brasil se tenham feito pagar pela obtenção de vistos. Esses fatos provam apenas as condições peculiares a essa forma de imigração. Estamos procurando coibi-los na medida do possível, evitando a Divisão de Passaportes tratar com intermediários.

Em assunto dessa natureza, só havia um critério para a sua solução: o empírico, baseado na observação, e na experiência. Aliás, não se discute nem se resolve nenhum problema em termos absolutos,

ANEXO E (continuação)

11.

mas em termos relativos à condição da vida.

Não faltou ao Itamaraty esforço nem desejo de acertar nesta como em outras questões, mas esse esforço só alcança resultados com a colaboração de todos.

Cada um de nós tem sua tarefa a desempenhar, alta ou modesta, mas sempre cheia de sentido, razão pela qual devemos fazer justiça e ajudar uns aos outros. Reconhecer a contribuição dos outros é sabedoria, é aumentar a beleza da vida e torná-la melhor.

Afetuosos abraços do

(a) OSWALDO ARANHA.

A Sua Excelência o Senhor Cyro de Freitas-Valle, Embaixador do Brasil em Berlim.

ANEXO F

Relação de prisioneiros no Campo de Concentração Chã de Estevão (Igarassu) e no Presídio Especial (Recife). DOPS, s.d.

Fonte: Prontuário Funcional 31.771-B - DOPS - APEJE.

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

RELAÇÃO DOS SÚDITOS ALEMÃES QUE SE ENCONTRAM RECOLHIDOS AO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DE CHÃ DE ESTEVAM :

TRAÇÃO DE CHÃ DE ESTEVAM :

- 1 - ARNOLD WALTER PAUL SCHMIDT
- 2 - EDGAR AUGUST PAUL SCHUET
- 3 - FRITZ HEMPRICH
- 4 - FRANZ JOHANN HERMANN UMMEN
- 5 - FRITZ KARL WILHELM HEINRICH KOLLMANNSEN
- 6 - FRITZ WILHELM ERNEST OTTO DOBERT
- 7 - HEINRICH FRIEDRICH OTTO LABUS
- 8 - HERMANN FRANK KEMPKENS
- 9 - JOSEF BURR
- 10 - JOACHIM GROSCHKE
- 11 - JOSEF NIEMBAUER
- 12 - LUDWIG CHRISTIAN DETMERING
- 13 - OTTO KAISER
- 14 - FALMUND RICHARD COLLASSIUS
- 15 - WILHELM PLONKE
- 16 - WALTER HEINRICH KONING
- 17 - WALTER PRITZ BURR
- 18 - WILHELM JOHANN JOKL
- 19 - WILHELM JOHANNES LIESEN
- 20 - WILHELM OSKAR ERNST HOFMANN
- 21 - WERNER PAUL BRENDL
- 22 - WALTER RICHARD SIEBER
- 23 - WILHELM STORN

RECOLHIDOS AO PRESIDIO ESPECIAL:

CARLHANS VON DEN STEINEN, filho de pais alemães, nascido no Brasil

ERHARD GUNTHER BREIDEL - Saxonio

GERT TANTZSCHER - Letoniano

MASSAGI UENO - Japonez

143

ANEXO G

“Fórmula” – Formulário fornecido pela polícia para os estrangeiros procedentes dos países do Eixo. Recife, 14.09.1942. Fonte: Prontuário Funcional 31.771-A – DOPS – APEJE.

ANEXO G-1 – Dados do alemão Walter Schumacher

ANEXO G-2 – Dados do alemão Julius Lemke

8187

NÚMERO DO REGISTO 981

Nome WALTER HERMANN FRITZ SCHUMACHER
 Nome do pai: HERMANN SCHUMACHER
 Nome da mãe: MARIA SCHUMACHER
 Nascido em 8 / 6 / 1910 em HAMBURGO de nacionalidade ALEMA
 Profissão COMERCIO trabalhando à rua PAULISTA
 n.º _____ firma COMPANHIA DE TECIDOS PAULISTA
 Residente à ALTO DO SUMARÉ 54
 Estado civil CASADO nome da esposa (ou marido) MARGARIDA SCHUMACHER
 nascida em 11 / 11 / 1915 em ST. PÖLITEN
(cidade onde nasceu)
 de nacionalidade ALEMA tendo 02 filhos.

FILHOS

Nome	Idade	Nacionalidade
<u>INGRID ELKE</u>	<u>UM ANO</u>	<u>BRASILEIRA</u>
<u>WALTER HERMANN NANNFRED</u>	<u>CINCO MESES</u>	<u>"</u>
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

FORMULA GRATIS

Em que data veio ao Brasil pela 1.ª vez: 8 / 1 / 1936
 Porto do desembarque (1.ª vez): RECIFE
 Nome do navio em que viajou: ANASSIA

— Observações —

QUAL O CARGO QUE EXERCE? EMPREGADO DE CATEGORIA
QUAIS OS SEUS VENCIMENTOS? 1.600\$000
TEM BENS? SIM QUAL A ESPECIE? NOS BANCOS EM C/CORRENTE
BANCO DO POVO E CAIXA ECONOMICA

N.º passaporte: 18470 expedido pelas autoridades de: HAMBURGO
 na data de: 21 / 11 / 1935
 em: HAMBURGO na data de: _____ / _____ / _____

ter: _____ nos termos do art. _____ letra _____ do dec. n.º _____
 de _____ RECIFE, 11 de setembro de 1942
Walter Hermann Fritz Schumacher

8355

NUMERO DO REGISTRO 978

Nome JULIUS HERMANN FRIEDRICH LENKE

Nome do pai: HERMANN LENKE

Nome da mãe: AUGUSTE LENKE

Nascido em 6 / 10 / 912 em ROCKENHEDEN de nacionalidade ALLEMA

Profissão trabalhando à rua

n.º firma COMPANHIA DE TECIDOS PAULISTA

Residente à SABULI Alto do Sumaré, 49

Estado civil solteiro, nome da esposa (ou marido)

nascid. em / / em (cidade onde nasceu)

de nacionalidade tendo filhos.

FILHOS

Nome Idade Nacionalidade

FÓRMULA GRATIS

Em que data veio ao Brasil pela 1.ª vez: 7 / 4 / 936

Pôrto do desembarque (1.ª vez): Recife

Nome do navio em que viajou: Amassia

— Observações —

QUAL O CARGO QUE EXERCE NA FIRMA ONDE TRABALHA? DISPONENTE GERAL DA FABRICA

QUAL OS SEUS VENCIMENTOS? 1:350000

TEM BENS? SIM QUAL A ESPECIE? DEPOSITADO NO BANCO DO POVO 17:225000

FEZ ALGUMA VIAGEM AO EXTERIOR? NÃO

N.º passaporte: 2.8.266/33 expedido pelas autoridades de: ALTOME BLONKENHSE

na data de: 3 / 7 / 33, visado pela autoridade consular brasileira em: HALBURG

na data de: 4 / 3 / 938 sob n.º 295 em caráter:

PERMANENTE nos termos do art. 24 letra do dec. n.º 3010

de 20 / 8 / 1932

Recife, 11/9/942

a) - Julius Hermann Friedrich Lenke

ANEXO H

**“Aviso” contendo proibições relacionadas aos prisioneiros do Campo de Concentração Chã de Estevão. Campo de Concentração Chã de Estevão, 31.01.1943.
Fonte: 31.771-B – DOPS – APEJE.**

CAMPO CHÃ DE ESTEVÃOA V I S O !

Leva-se ao conhecimento de todos que, a partir do dia de hoje, fica terminantemente proibido falar em idioma allemão, devendo todos os componentes deste Campo, sem distincção, servir-se da lingua portugueza, seja dentro ou fora das suas residencias e seja em lugar que fôr.

Quem agir em contradicção á este aviso estará sujeito a severas penalidades e arrisca-se a uma escolta para Recife e consequente internamento na Detencção.

Approveita-se a occasião para chamar a attencção de todos que quaesquer livros impressos em idioma allemão teem que ser recolhidos afim de serem armazenados. Determina-se um prazo até o dia 5 de Fevereiro deste anno para o referido recolhimento dos livros.

em 31 de Janeiro de 1943.

Fediel Raimundo da Silva
Fediel Raimundo da Silva
Investigador encarregado
do serviço de observações.

ANEXO I

Comunicação de investigador (encarregado do serviço de observação do Campo Chã de Estevão) e carta do alemão Fritz Kollmorgen para a Delegacia de Ordem Política e Social. Campo de Concentração Chã de Estevão, 10.09.1943.
Fonte: Prontuário Funcional 31.771-B - DOPS - APEJE.

Campo de Concentração em Chan de Estevam, 10 de Setembro de 1943.

Illmo. Sr. Dr. Delegado de Ordem Política e Social.

RECIFE

Prontuário

Comunicação

Passo as mãos de V.S. para os devidos fins, uma carta datada de 10 do corrente mez, do súdito Alenão Fritz Kollmorgen, atualmente internado nesse campo.

O assunto da referida carta, é pedindo permissão a V.S. para ir a Recife, afim de ser examinado por um medico especialista.

Respeitosas Saudações.

Geziel Raimundo
Geziel Raimundo, Investigador
No. 21, encarregado do serviço
de observação.

ANEXO I (continuação)

Fritz Kollmorgen
Chã de Estevão

10 de Setembro de 1943.

Illmo. Snr.
Delegado da Ordem Política e Social
Dr. Fabio de Correia,
R E C I F E.

Prezado Dr. Fabio:

Pelo presente venho respeitosamente solicitar-lhe a necessario licença para uma viagem ao Recife, afim de que eu possa consultar o Dr. Ladislaus Porto, medico especialista.

Como provavelmente terei necessidade de consultar também um medico oculista e aguardar o resultado dum exame de fezes, precisava duma estada de tres dias no Recife.

Deste muitos anos estou em tratamento medico por causa de dores de cabeça crônicas, cuja verdadeira causa ate hoje não se conseguiu constatar.

Faz um ano e meio, o Dr. Ladislau Porto constatou uma intoxicação geral do corpo, ocasionada por drogas químicas que ingeri contra dores de cabeça. O tratamento a que ele me submeteu só teve resultado temporario.

Aqui em Chã de Estevão, no começo, melhorei, provavelmente por causa do clima saudável aqui,

Desde algum tempo, porem, apresentam-se aquelas dores mais amiude e mais fortes, as vezes diariamente, de forma que de novo preciso ingerir 60 e mais envelopes de CIBALENA por mês.

Fora disto estou sentindo os mesmos sintomas, que naquele tempo indicaram a intoxicação geral do corpo. Assim apresenta-se-me como grande necessidade obter o conselho dum especialista.

Sendo assim, peço-lhe o especial obsequio de dar-me sua permissão para uma estada de tres dias no Recife.

Claro que hei de observar estritamente todas as suas determinações a respeito de moradia, caminhos a tomar etc., estando até pronto para passar estes dias na detenção, caso V. Sa. o achar necessario e o determinar.

Aguardando sua estimada decisão, assino-me

atenciosamente

Fritz Kollmorgen